

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

VINICIUS DA FONSECA
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa - A biotecnologia em saúde no Brasil

Entrevistado – Vinicius da Fonseca (VF)

Entrevistadores – Nara Britto (NB) e Wanda Hamilton (WH)

Datas – 27/06; 07 e 22/08; 03 e 04/10/1995

Local – Rio de Janeiro/RJ Duração – 11h22min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

FONSECA, Vinicius da. *Vinicius da Fonseca. Entrevista de história oral concedida ao projeto A biotecnologia em saúde no Brasil*, 1995. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 249p.

Sumário

Fita 1

Nascimento e vida na Paraíba. Os pais. A família. A paixão pela música. A entrada e a militância no Partido Comunista. O trabalho no *Jornal do Povo*. O convite para secretariar o jornal *Correio da Paraíba*. O conflito político. A ideia de vir para o Rio de Janeiro. As articulações para o ingresso no IBGE. O ingresso no IBGE. A participação na organização do recenseamento de 1950. A crise dentro do IBGE. A geração dos economistas dentro do IBGE. O curso de Direito e Economia. A atração pela demografia. Os cursos no CELAD. As discussões na área de demografia na década de 1950. Os trabalhos na ONU. As relações com Celso Furtado. A criação e os vínculos com o IPEA.

Fita 2

As funções exercidas no Ministério do Planejamento. A permanência no Rio de Janeiro. Rocha Lagoa no IOC e no Ministério da Saúde. O Massacre de Manguinhos. O exercício da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz em 1975. A situação calamitosa de Manguinhos nesse período. Os contatos para ser chamado para a presidência da Fiocruz. A situação da saúde no período anterior ao Ministro Paulo de Almeida Machado. A missão de ressuscitar Manguinhos. A relutância em aceitar tal cargo. Os filhos.

Fita 3

O convite para assumir a Fundação. A postura de dar uma versão vinculada ao conceito de desenvolvimento econômico-social. A ideia da poupança interna sendo posta em prática. A divisão sócio-econômica do mundo. O problema da compra de tecnologias prontas e acabadas. A necessidade de se aprender a fazer a tecnologia. As modificações no CNPq. A sobrevivência da Fundação Oswaldo Cruz. O crescimento auto-sustentável. Os conflitos do ponto de vista das prioridades enfrentados na presidência da Fundação. A política de administração dos recursos. As causas do isolamento que passava Manguinhos. O exemplo de Oswaldo Cruz. As mudanças nos anos 50 e 60. O início das áreas de Virologia e Bioquímica. Os problemas que encontrou em Manguinhos. As mudanças de nome da atual ENSP. A política implantada em Manguinhos de acordo com o programa geral do governo Geisel. O programa de Roberto Campos e as críticas de Carlos Lacerda. A questão tecnológica central no plano tendo como ápice a pesquisa e o desenvolvimento. A ida para o IPEA em 1965. O cargo de assessor especial. A entrada de Reis Veloso nos governos militares. As perspectivas no governo Médici. As ações coordenadas e seus problemas. A postura ideológica nacionalista. A postura de Roberto Campos. A tradição nacionalista dos militares. As características do governo Geisel.

Fita 4

A relação com o governo Geisel. As formas de administração e articulação política de Delfim Neto e Reis Veloso. A relação com o Presidente Costa e Silva. O IBGE e suas novas funções. A importância do Ministério da Fazenda tendo Reis Veloso como Ministro do Planejamento. A força política como força intelectual nos governos militares. Os dois lados dos governos militares. A questão da repressão. A opinião sobre o governo

Jango. As relações com o amigo Celso Furtado. Os conflitos ideológicos. As visões diferentes de Castelo Branco e de Costa e Silva. As divergências de pensamento dentro do meio militar. O governo militar como um arranjo institucional. Os tecnocratas. O entusiasmo de trabalhar junto ao governo dos militares.

Fita 5

A iniciativa de Manguinhos vinculada a um projeto político do governo Geisel. Os dois grupos divergentes dentro do governo militar. O interesse de determinado grupo dos militares na soberania tecnológica. A organização do IPEA. Os militares e a produção de armas. As vacinas produzidas na Alemanha e experimentadas no Brasil. Os primeiros atritos com os pesquisadores da Fundação. Os limites do Ministério da Saúde antes do Dr. Paulo de Almeida Machado. O perfil de Reis Veloso. Os militares e a educação. As reuniões de coordenação presididas por Reis Veloso. O investimento do Presidente Geisel na ciência e tecnologia. O perfil do Presidente Geisel. A diferença dos projetos de um planejador e de um especialista na área de pesquisa. O difícil relacionamento com Mário Magalhães. A impossibilidade de dialogar com o Ministro Rocha Lagoa.

Fita 6

A organização do PND. As funções do Ministério do Planejamento no governo Geisel. A importância na determinação das ideias de um Presidente da República. O exemplo de Geisel. As questões da Saúde Pública. A participação na saúde antes de estar vinculado ao Ministério da Saúde. A fraca estrutura do Ministério da Saúde antes do Ministro Paulo de Almeida. O pedido de revisão de punições e de maior liberdade para os cientistas. O pedido de admissão para Carlos Morel. Opiniões sobre o Serviço Nacional de Informações. O Departamento de Segurança e Informações. Sua relação com o ASI (Assessoria de Segurança e Informação).

Fita 7

A entrada na Fundação Oswaldo Cruz. O convite do Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado. O desafio e os obstáculos para assumir a Fundação. A situação em que se encontrava Manguinhos. As propostas do Ministério da Saúde para Manguinhos. A falta de legitimidade de Manguinhos. A festa da posse. Os vários órgãos desarticulados que faziam parte da Fundação. O problema da agregação. O estado de decadência que estava Manguinhos. O problema com o meio científico. O problema administrativo. A necessidade de afirmar a autoridade do Presidente. As primeiras medidas tomadas. A necessidade de compreender a linguagem do meio científico. O ponto de vista sobre Oswaldo Cruz. A falta de credibilidade dos cientistas na época.

Fita 8

As áreas prioritárias de pesquisa na Fiocruz quando assume a Presidência. O motivo da prioridade da doença de Chagas e da esquistossomose. A competição no meio científico e a dificuldade administrativa. Os apoios aos projetos. A proposta de produção de vacinas. O projeto vinculado ao CEME. Os núcleos de pesquisa do INERu. O Aggeu

Magalhães e o René Rachou. O fim da apatia de alguns pesquisadores da Fundação. A incorporação da Escola Nacional de Saúde Pública. A tentativa de incorporação do Fernandes Figueira. O conflito com os membros do Fernandes Figueira. As consequências desse conflito. O novo estatuto de 1976. A criação de uma estrutura administrativa em Manguinhos. Como ocorrem as indicações dos membros da Comissão Administrativa e dos novos pesquisadores.

Fita 9

A reforma administrativa na Fundação. A distribuição dos cargos. O problema dos estagiários. O problema das vacinas. As negociações com o Instituto Mérieux. A produção de vacinas veterinárias. As negociações com o Instituto Bhering da Alemanha. A viagem à Alemanha. A intenção de unir as forças na pesquisa em doença de Chagas. A força do grupo de Chagas. A adesão inicial dos cientistas brasileiros. A decepção posterior com a reviravolta na postura desses mesmos cientistas. As relações individuais dos pesquisadores de doença de Chagas brasileiros superando as relações entre instituições.

Fita 10

A divisão do IPROMED. As produções individuais dos pesquisadores. O surto de meningite. A necessidade de criar um núcleo de produção tecnológica. Os contatos com o Mérieux. A montagem de uma equipe de pesquisadores. Os recursos para o financiamento das pesquisas. A centralização do controle dos financiamentos. A estruturação de Bio-Manguinhos. A prioridade na produção da vacina de sarampo. Comentário a respeito de Charles Mérieux. Os confrontos de interesses internacionais em contraponto ao convênio com a Fundação Mérieux. A transferência do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos. Os problemas enfrentados no final da gestão. A necessidade de ir para a Europa. As articulações no final do mandato.

Fita 11

As reformas administrativas. O caso do zelador. A busca da interação com os pesquisadores. O museu de Manguinhos. A vigilância interna de Manguinhos. O DSI (Diretoria de Segurança e Informação) e o SNI (Serviço Nacional de Informação). Os limites do poder de influência desse órgão. As contratações vetadas mas que foram realizadas. O concurso da ENSP. A luta pela legitimidade do concurso diante dos vetos do SNI. As estratégias do SNI. O relacionamento com a ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública). O Conselho Técnico Científico. A estratégia de cooptar cientistas de renome na tentativa de legitimar a instituição, até ali, sem credibilidade.

Fita 12

Os membros cooptados para o Conselho. As ligações com outras instituições de prestígio. Os contatos com a OMS (Organização Mundial da Saúde). A saída da Fundação. A ida para a França. As funções que assumiu na França. As funções da OCDE. As razões de não ter pleiteado para permanecer no cargo. O recolhimento atual. As leituras, músicas e

entretenimento. As razões das reservas, quanto a Fundação, nos últimos 10 anos. As mágoas com o não reconhecimento pelo seu trabalho. Fim da entrevista.

Primeira entrevista

Data: 27/06/1995

Fita 1 - Lado A

NB: Dr. Vinícius, nós poderíamos começar a entrevista, o senhor contando para a gente onde nasceu, em que ano, como, enfim, era a sua infância, a sua família, essas coisas das recordações do passado, apesar da gente estar falando de coisas do presente.

VF: Eu nasci na Paraíba em 1923, estou velho já, me formei, tive uma vida normal na Paraíba como qualquer pessoa

NB: Em João Pessoa mesmo?

VF: Em João Pessoa. E até os 23, 24 anos, eu tive uma atuação política forte no Partido Comunista do Brasil, militante. Eu fui secretário do jornal do Partido. Depois de 25, 26 anos eu desisti. Eu achei que não era o que eu queria, não era o que me interessava, vim para o Rio em 1949, e aqui no Rio passei a trabalhar no IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

NB: O senhor fez faculdade?

VF: De Direito e de Economia.

NB: Aqui no Rio?

VF: No Rio.

NB: E a sua militância no Partido Comunista foi na Paraíba?

VF: Foi na Paraíba.

NB: Mas é por conta de que?

VF: Foi por conta de nada. Eu era jovem, acreditava naquela coisa toda, era um homem que estava cheio de interesses sociais, querendo mudar as coisas no Brasil. E tinha amigos dentro do meio estudantil, sobretudo um grande amigo meu, que era homem do Partido, um homem muito dedicado. Era de tal forma, que um pouco sectário, não só sectário, mas a alcunha dele era um santo, um beato, um beato comunista... Ele era isso. Um negócio terrível! Era um fazedor de seguidores, esse rapaz, o Lucena, de uma família de grande prestígio na Paraíba, mas bandeou-se para a esquerda, esquerda militante mesmo...

NB: Essa militância sua é durante o Estado Novo?

VF: Não, porque durante o Estado Novo ainda não tinha idade para isso. No Estado Novo, eu estava estudando. Digo, na verdade foi no Estado Novo sim. Foi em 42, 43, 44,

foi nesse período. Mas não foi nada de tão heróico pois não houve problema já que na Paraíba não havia muita perseguição. O Lucena é que foi preso várias vezes e já andava até com uma pasta de dente no bolso. Ele era preso sempre. Mas eu fui preso duas vezes só, uma bobagem. Fui preso e solto no outro dia. Todo mundo se conhecia, era uma coisa muito mais suave do que no Rio. O Partido Comunista não tinha... O chefe, o chefão lá, o secretário geral... secretário não, não me lembro mais como era o nome, era um advogado que se tornou meu amigo íntimo, muito amigo, o João Santa Cruz, depois foi Deputado; era um homem de classe média alta. Todo mundo se conhecia e e havia - a gente vai falar mais sobre isso depois - o lado operário, o lado da esquerda aquela braba e tal. Como o pessoal, digamos, intelectual dominava o partido, porque sabia fazer as coisas, o outro lado ficava com raiva. Eramos nós que frequentávamos os clubes sociais, aquela coisa toda. Tipicamente pequeno burguês que fica numa militância de esquerda numa cidade pequena...

NB: O seu pai fazia o que?

VF: Meu pai morreu quando eu era muito novo. Ele não era político. Meu pai nunca teve atividade, pelo contrário, era um homem pacato, segundo a minha mãe. Eu não o conheci praticamente, eu o conheci musicalmente porque era um grande flautista, daí meu pendor para música também.

NB: Como era o nome dele?

VF: Carlos da Fonseca.

NB: Ele tocava profissionalmente?

VF: Não, ele era amador. Mas um dos críticos musicais da Paraíba disse que ele foi um dos maiores flautistas do Nordeste. Bom, mas eu o conheci até sete anos de idade. Quer dizer, não houve influência paterna, nem materna na minha trajetória política.

NB: E a atividade profissional dele, qual era?

VF: Engraçado, ele era ligado ao Ministério da Saúde, mas não o que, saúde animal. Eu acho que ele era veterinário ou agrônomo, sei lá, uma coisa assim. Antigamente não havia veterinário, eu acho que era uma só carreira; quem fazia agronomia partia para veterinária. Eu sei que ele trabalhava, que mamãe falava, era um negócio de proteção animal, uma coisa dessa assim.

NB: Sua mãe não trabalhava?

VF: Não, mamãe não. Bom, então eu vim para o Rio, estávamos no Rio de Janeiro, eu já tinha deixado a militância, e aqui eu fui trabalhar no IBGE. Imediatamente, assim que cheguei, passei a trabalhar...

WH: Antes de entrar na faculdade ?

VF: Aí entrei na faculdade de Direito e fiz a faculdade de Direito já trabalhando no IBGE. No IBGE tive uma apuração muito rápida, porque eu fui para o recenseamento, recenseamento de 1950. No recenseamento de 50, eu participei com a direção, até que eu me tornei realmente um técnico de recenseamento e fui coordenador técnico do recenseamento de 1960. Aí, eu já tinha me formado, já tinha terminado o curso de Economia. Na época você fazia uma Economia mais rápida. Quando você já tinha o curso de Direito você fazia o que eles chamavam... esqueci, tem uma fórmula que você se licenciava em Economia e fazia algumas cadeiras, como fez o Mário Simonsen, aqui na Praça da República. Mas aí eu me dediquei a demografia. Fiz um estudo de população - isso já estamos aí adiantados, nos anos 60...

NB: Mas eu vou voltar, o senhor está indo muito rápido.

VF: Aí eu trabalhei para a ONU, lá em Santiago do Chile, em Nova York, como demógrafo. Deixei a ONU porque quando quiseram me contratar em permanência, no corpo permanente, eu não quis. Porque a minha primeira função seria em Adis Abeba e eu não quis ir para Adis Abeba, realmente Adis Abeba era duro.

NB: Mas vamos voltar lá nos anos em que o senhor chega no Rio. O senhor tinha conhecimento aqui?

VF: Não.

NB: Como é que foi essa articulação para o senhor trabalhar no IBGE?

VF: Foi através do recenseamento.

NB: Mas abriam concurso para as pessoas entrarem?

VF: Não, houve concursos e houve pessoas que foram lá. Por exemplo, no meu caso o Tullo Hostílio Montenegro era o diretor geral do recenseamento - isso em 50 - e havia uma comissão censitária, que era quem superintendia esse negócio todo. Eu não me lembro bem como é que eu cheguei a conhecer pessoas nessa comissão censitária, eu acho que foi através de jornal.

NB: Mas e o Tullo?

VF: Foi através do professor [José] Carneiro Felipe. Carneiro Felipe foi um homem muito conhecido no IBGE, vocês já devem ter ouvido falar, foi uma pessoa de grande destaque, muito interessante. Eu não sei como é que eu conheci, mas acho que foi através do jornal. Eu trabalhei num jornal, quando cheguei: *A Manhã*. *A Manhã* era dirigida por um amigo meu paraibano. Segundo Leite que depois ficou *bet noir*, como se dizia na gíria na época da revolução. Ele foi afastado de tudo porque ele ficou amigo do Carlos Lacerda e dizem que ele dedurou as pessoas. Mas eu pessoalmente achei que ele era uma pessoa muito boa, comigo foi formidável.

NB: O senhor veio da Paraíba e ele lhe deu o emprego, foi isso?

VF: Não um emprego, eu fiquei aqui como (inaudível). Para contar a história verdadeira, com detalhes, foi o seguinte: eu terminei a minha estada na Paraíba, em João Pessoa, como secretário de um jornal do PSD. Eu trabalhava como jornalista e como professor de música...

NB: Vamos devagar. Ele vai correndo, ele gosta de correr (*risos*)...

WH: Como professor de música?

VF: Não, professor de música era um negócio assim de (inaudível), não era nem professor de música.

NB: Mas isso tem a ver com o seu pai ?

VF: Talvez tenha. Eu estava muito mais ligado a música que outra coisa qualquer. Eu, muito novo...

NB: Qual o instrumento que o senhor toca?

VF: Violino, mas era canto orfeônico. Na época, o canto orfeônico no Brasil tinha tomado um rumo, uma extensão, uma amplitude muito grande porque era a época de Villa-Lobos. Villa-Lobos transformou o Brasil num grande orfeão, uma coisa imensa. Aqui no Rio ele fez uma coisa fabulosa, uma coisa enorme, até o Getúlio se aproveitou muito disso para fazer o Estado Novo. Mas ele criou toda uma estrutura de canto orfeônico no Brasil. E uma das pessoas mais ligadas a Villa-Lobos foi o meu professor de música, que era Gazzi de Sá, um homem dedicado totalmente, pianista. Ele levou para a Paraíba esse movimento de canto orfeônico. Eu, com 16 anos, comecei a ensinar canto orfeônico nas escolas e depois passei a trabalhar no jornal do Partido Comunista, foi aí a minha introdução no jornalismo.

NB: Via Partido?

VF: Não, via amigos, o Santa Cruz e, também, via o Partido. Como não tinha ninguém para fazer o jornal, o ouro de Moscou nunca chegou em nossas mãos, não tinha ouro de Moscou...

NB: Como é que chamava o jornal?

VF: Era *Jornal do Povo*, eu acho. Uma coisa assim. Tem que ter povo no meio, essa coisa de Partido Comunista.

NB: Operário, povo...

VF: Operário, povo, como não tinha muito operário, tinha que ser povo. Naquela época, não tinha nem indústria. Só tinha uma indústria lá, duas famosas, que eu me lembre: uma

fábrica de cimento - essa tinha uma célula famosa, tinha uma raiva danada da gente, dos intelectuais, o grupo lá dos operários da fábrica eram engraçadíssimos - e tinha uma fábrica também de vinho, vinho de caju. Já pensou, vinho de caju!

NB: É bom, é gostoso?

VF: É.

NB: Caju, você pode tomar junto com uva (*risos*).

VF: Bom, nós estávamos falando negócio de música. Através disso, eu realmente sempre gostei de música, passei a estudar violino, o Gazzzi que era o dono, enfim, a pessoa que tinha maior importância musical na Paraíba, me chamou pois ele precisava de gente para ensinar canto orfeônico e eu passei a ensinar esse canto orfeônico nas escolas até 23 anos...

NB: Mas, concomitantemente o senhor trabalhava no jornal.

VF: Não, depois, com 20 e poucos anos, eu aí fui chamado pelo Santa Cruz para dar um apoio ao jornal, porque não tinha ninguém, como eu disse. Era um problema, pessoas para escrever, para fazer, não tinha. Daí eu fui para o *Jornal do Povo*. O diretor era o Santa Cruz, eu era o secretário e o Lucena era o gerente. (ri) Arranjar dinheiro para sustentar um semanário.

NB: E conseguia financiamento como?

VF: Ah ele ia procurar dinheiro pelo comércio, essa coisinha de arranjar um anúnciozinho de uma farmácia, um anúncio de não sei de que, esse negócio ele tem, ele era um cavador tremendo, o Lucena...

NB: Mas o jornal já era na redemocratização?

VF: Não, na época do Partido Comunista legal.

NB: Ah, legal.

VF: Na época da ilegalidade acabou o jornal.

WH: 45, 46.

VF: Toda essa fase foi a fase legal. Quer dizer, foi uma fase pequena de legalidade, um ano e pouco. Mas o jornal continuou, apesar de tudo. Aí, eu já não estava mais porque era difícil. Era umas coisas, umas histórias engraçadíssimas; por exemplo, havia o jornal do Partido Comunista e havia o jornal católico, da igreja católica cujo o diretor era o padre Carlos, sujeito notável.

WH: Como era o nome dele?

VF: Padre Carlos Coelho que depois foi Bispo não sei em que cidade do Estado do Rio. Esse homem era admirável. Ele foi meu professor e era engraçadíssimo, nós ficávamos lá, discutíamos a beça, e brigávamos um com o outro. A coisa era engraçada: de vez em quando a parte gráfica do *Jornal do Povo* era feita no jornal católico. Essas coisas da Paraíba, um jornal comunista feito num jornal católico. Eu telefonava: “Padre Carlos, estou precisando e tal...”. O pessoal dele todinho era do Partido Comunista. Os operários do jornal católico eram do Partido Comunista.

NB: Esse Partido era organizado?

VF: A gente tinha umas ligações. (interrupção)

VF: Falávamos do porquê da ligação aqui no Rio.

NB: Não, eu estava lhe perguntando sobre a organização do Partido Comunista na Paraíba. Era um partido organizado. Os operários que trabalhavam com o padre eram do Partido Comunista?

VF: É, os operários do jornal, na maioria, eram do Partido. Depois, até um deles, foi eleito vereador na Paraíba. Ele trabalhou comigo, quer dizer, trabalhou no jornal que eu dirigia. Bom, esse jornal...

NB: E a sua família?

VF: A minha família é só mamãe e meus irmãos.

NB: Pois é, quantos irmãos mais novos?

VF: Ah, tenho três irmãos, um já morreu. Éramos três, minha mãe estava viúva, desde cedo, quando eu era muito novo, e mamãe passou a trabalhar, passou a sustentar a família porque ela não tinha dinheiro. Ela teve que fazer força, e eu também, comecei desde cedo a ajudar, a trabalhar...

NB: A família da sua mãe também é da Paraíba?

VF: Todos são da Paraíba e de Pernambuco, tudo é misturado um pouco. Do meu lado materno, na realidade, é Xavier de Albuquerque mas, na época, cada filho tomava um nome estranho. O meu avô tomou o nome do bisavô materno dele.

NB: Como é o nome?

VF: Porfiro Antônio da Fonseca. Mas o pai dele era Francisco Camelo Xavier de Albuquerque. Então cada filho tomou... Eu tenho parentes Albuquerque, tenho parentes Xavier, tenho parentes Camelo e ele se tornou um Fonseca, que não tem nada que ver comigo. Bom...

WH: O seu é Vinícius da Fonseca?

VF: É, Moura da Fonseca, mas o Moura, que é da minha mãe, o meu pai tirou porque ele era numerologista e tinha que...

NB: Seu pai?

VF: Era, a minha mãe é que diz aí nesse negócio, era esotérico, acreditava na numerologia, aquela coisa de número de signo, essa história toda. Bom, parece que por causa disso ele retirou o Moura, porque não dava bem. Só não retirou foram meus irmãos (*risos*). Eu fui contemplado. Bom, mas vamos, senão a gente não vai chegar ao que interessa.

NB: O senhor falava do jornal quando eu lhe perguntei sobre a família.

VF: Esse jornal do Partido Comunista, logo em seguida, eu acho, que fechou. O Lucena ficou ainda um tempo querendo restaurar o jornal, ver se conseguia mantê-lo, mas era difícil, não tinha dinheiro mesmo, não era possível. Nós tínhamos todo o empenho em trabalhar, em dar um apoio ao jornal, eu continuei trabalhando lá mas o jornal não podia me pagar e o que eu estava ganhando como professor não dava. Então, eu aceitei a secretaria do jornal do PSD. Na época havia um PSD, como era o nome?

NB: Já era o PSD.

VF: Já era o PSD. Esse jornal foi criado na Paraíba chamado *Correio da Paraíba*; até hoje parece que ele ainda existe. Eu aceitei, apesar de todo mundo saber que eu era do Partido Comunista. Fiquei lá como secretário do jornal até 1949...

NB: O partido era dirigido por quem?

VF: O PSD? Olha eu não me lembro. Eu não pertencia aquele negócio, mas uma das pessoas importantes por exemplo, que era muito conhecido, o pai do Humberto Lucena, o Senador Solon de Lucena que era o chefe lá, o Presidente...

NB: Estou fazendo confusão com os Maia...

VF: Não, os Maia eram da UDN. O chefe mesmo era o ex-interventor federal Rui Carneiro, que foi Senador. Veio para o Rio logo depois. E o chefe local mais em evidência era Solon de Lucena, pai de Humberto Lucena. O jornal vivia, fazia a política do PSD mas não era do PSD. Não sei, aquele jornal até hoje é um mistério para mim, não sei como é que ele vivia, eu sei que tinha um grupo aqui no Rio que usava o jornal. Então, mandava uns anúncios enormes, etc. E o diretor do jornal foi mandado daqui, era um paraibano muito conhecido, Alírio Meira Wanderley, um romancista, um homem muito conhecido no meio literário, mas um homem um tanto quanto doido. Realmente ele era uma pessoa muito estranha, tanto assim que ele abandonou o jornal do dia para a noite, veio embora e eu fiquei sozinho como gerente. O que é que a gente vai fazer para manter o jornal? Aí fui ao PSD e disse: “Olha, você sabe que o jornal custa dinheiro...”. Fizemos reuniões e não foi possível, eles não deram nenhum tostão. Eles tinham uma certa razão.

Eu ainda era do Partido Comunista, eu nunca fui do PSD, não tinha dinheiro. Eu dirigia o jornal, então era um negócio esquisito, eles não tinham confiança. Eu reconheço que eles não tinham muito confiança no jornal nem eles tinham gente para tomar conta daquilo. Para encurtar a história, eu resolvi fechar o jornal. Fechamos o jornal e eu vim para o Rio.

WH: Como foi esta ideia de vir para o Rio de Janeiro?

VF: Olha, a Ita do Norte é uma realidade, vocês não sabem disso? Tomei o Ita do Norte, na época ainda era isso muito forte.

WH: Tinha esses sonhos?

VF: Não, há um momento na vida de uma pessoa, vocês já viram o Fellini, *Il Viteltonni - Os Boa Vidas* - é aquilo. Aquele filme para mim é... sou eu. Eu nunca vi coisa tão fabulosa, daquele menino que vai para Roma, se lembra? Eu me emociono. Então é essa a história de uma pessoa nova que está numa cidade desse tamanho, você fica angustiado com aquela coisa fechada. De repente, você é conhecido por todo mundo, porque você é um homem do jornal, aí você é adulado, mas uma adulação, enfim, aquela adulação horrível, porque você sabe que aquilo é porque você está no jornal. Enfim, eu não agüentei mais aquilo lá e vim embora. Mas a minha história é a história de milhares...

NB: O senhor não tinha conhecimento nenhum?

VF: Eu vim recomendado por Rui Carneiro que, coitado, já morreu. Eu vim para me apresentar ao Rui, afinal de contas, ele não era lá do jornal?

WH: Que era também Senador?

VF: Não, ele já não era mais do Senado, mas tinha muito prestígio. Ele me mandou ao Basileu [Costa] Gomes, diretor do Lloyd Brasileiro. O Basileu me mandou para um terceiro. Aí no terceiro, eu disse: “Sabe de uma coisa, eu não quero mais nada”. Foi quando fui visitar o Arelino Leite que me disse: “Vem para cá trabalhar comigo...”. Ele estava como *free lancer* e eu fiquei lá. E através desse daí, eu conheci Carneiro Felipe. Carneiro Felipe me pediu para escrever um negócio para ele, eu escrevi, ele gostou do que eu escrevi e me mandou para o Tullo. O Tullo estava precisando de uma pessoa, o Tullo Hostílio Montenegro, que era diretor do recenseamento. Estava precisando de uma pessoa para fazer essa parte de, vamos dizer, não era bem um jornalismo não, mas para escrever. Não sei nem o que corresponde hoje a essa função.

NB: Redator.

VF: É, uma espécie de redator, mas não no jornal...

NB: Sim, mas isso seria uma função do recenseamento, seria um redator, um relator...

VF: É, um redator, relator, coisa assim.

NB: O senhor tinha experiência?

VF: É, tinha experiência de escrever. Agora a área era inteiramente desconhecida para mim mas eu fiquei muito empolgado com aquilo.

NB: Foi o primeiro grande recenseamento brasileiro.

VF: Foi.

NB: Tanto da República quanto do Império, eu acho que talvez tenha sido o primeiro importante...

VF: Não...

NB: Importante...

VF: Importante? O de 40 foi muito bom, mas muito antiquado. O que houve no recenseamento de 50 foi um avanço tecnológico muito grande, de metodologia. Nós tivemos, realmente, muita gente de fora, gente do grupo do censo americano, gente de toda parte.

WH: Intercâmbio com agências ...

VF: É, intercâmbio com esse pessoal todo e isso é que me empolgou. E aí o que eu, realmente, me empolguei lá foi com a preparação de um novo recenseamento de 60 que, infelizmente, apesar de ter sido o mais avançado recenseamento no Brasil, não saiu porque não teve condições de informática, de computador.

NB: O senhor ficou de 50 a 60 no IBGE?

VF: Não, fiquei até 66, praticamente...

NB: Então fez carreira no IBGE.

VF: Fiz carreira, totalmente.

NB: Foi depois do censo de 50.

VF: Depois do censo de 50. Comecei lá como redator e aí resolvi estudar a parte tecnológica, técnica do recenseamento, a metodologia. Fiz alguns estágios, estudos, depois, como eu disse, trabalhei para a ONU dentro do IBGE. Depois a ONU me contratou, eu fiquei um período fora. Mas sempre assim E realmente a parte demográfica, a parte da técnica do recenseamento propriamente dita, me entusiasmou, eu estudei aquilo bem. De forma que, quando houve o recenseamento de 60, nós já tínhamos progredido muito na parte metodológica, parte conceptual do recenseamento. Realmente as ideias... vou debandar para outra área que não tem nada a ver.

NB: Pode ir.

VF: O IBGE passou por uma crise parecida com a de Manguinhos e eu vivi essa crise no IBGE. A crise da antiga geração, que era uma geração literária, uma geração do Waldemar Cavalcante, que era diretor do jornal, Afrânio de Mello, que era também de jornal, Waldemar Lopes. Eram pessoas assim de formação muito mais literária, e eu advoguei, embora seja muito ligado a eles, a tese de que o IBGE devia cair nas mãos do pessoal de Economia, sobretudo de Economia porque, realmente, não tinha sentido... não vem ao caso. Mas havia uma crise, uma crise que se tornou muito séria...

NB: Isso nos anos 50?

VF: Entre 50 e 60. Até que, muito depois de 60, continuou a crise, até que houve uma decisão quando o IBGE passou para o Ministério do Planejamento. Eu já estava no Ministério do Planejamento com o Reis Veloso, e aí nós conseguimos botar o Isaac Kerstenetzky como Presidente do IBGE. Foi o primeiro Presidente economista fora das linhas tradicionais de estatística.

NB: O corpo tradicional era de estatística?

VF: É, o corpo tradicional era de estatísticos, no qual eu entrei e aprendi aquelas coisas. Mas eu terminei reconhecendo que não era possível aquele negócio, os conceitos eram econômicos. Você não pode fazer um censo econômico sem economista; não era possível um centro demográfico sem demógrafo. A demografia é uma parte das Ciências Sociais, e assim por diante.

WH: Mas a Economia era uma carreira relativamente nova nessa época.

VF: Era muito nova mas de repente cresceu, aí dominou.

WH: Pois é, mas nessa época devia ser uma coisa até...

VF: Não, porque foi a época, digamos, que no Brasil, a força dos economistas começou, realmente, nos anos 60 em diante.

NB: No governo Juscelino, não?

VF: No governo Juscelino, com o Roberto Campos, a criação do BNDES - do BNDE antigo. Com a criação do BNDE, com a formação dos grupos executivos que ele criou, grupos para indústria disso, indústria daquilo, vocês se lembram ou pelo menos já ouviram falar, aí começou a força do economista. Foi quando o Roberto Campos criou o BNDE, Celso Furtado se incorporou a esse grupo, o Vitor Silva criou o IPEA. Foram nesses anos, para o qual eu fui chamado pelo Veloso como demógrafo, saindo do IBGE. O IBGE foi também uma escola muito boa, muito grande. De lá saiu o Maurício Reis que foi Ministro da Agricultura depois, trabalhou comigo, e outros assim. Era uma escola de formação...

NB: Na geração do senhor é que começa a se formar economistas dentro do IBGE?

VF: É, exatamente, na minha geração. Digamos que...

NB: Pessoas que foram se incorporando nesses anos...

VF: ...que foram se incorporando. Hoje, o IBGE, é praticamente de economistas mas foi uma mudança radical e essa mudança ocorreu com o Isaac Kerstenetzky, professor da Fundação Getúlio Vargas, conhecido de todo mundo, morreu recentemente. Uma pessoa de grande conhecimento na área dele, na área de Economia.

NB: O senhor fez Faculdade de Economia nesses anos.

VF: Foi, aqui na...

NB: É, mas o Direito o senhor fez aonde?

VF: Fiz na antiga Faculdade do Rio de Janeiro, no Catete, que hoje é da UERJ.

NB: E aí o senhor complementou o curso de Economia com cadeiras...

VF: É, complementei, fiz cadeiras. Na época era muito fácil porque não exigia. Por exemplo, não havia econometria como há hoje, essa loucura que é. A Economia virou uma ciência matemática praticamente. Na minha época era muito mais de Ciência Social. Eu acredito que ela seja social antes de ser matemática, mas meu filho é economista, briga comigo: “Não! não sei o que”...

NB: Acha que não.

VF: Não, ele está na formação nova de econometria, essa coisa toda. Mas era relativamente mais fácil por isso. Sobretudo para mim, eu jamais tenderia a uma orientação propriamente matemática. Não dá, na minha cabeça não entra isso (*risos*).

WH: O senhor tinha feito já Direito.

NB: Chegou a exercer a profissão?

VF: Não, o Direito para mim foi uma coisa assim, eu exerci uma vez em causa própria, perdi a ação. Quer dizer, fui advogar e perdi... mas isso é uma anedota. Foi engraçado: o juiz, eu não sabia, era meu professor. O meu advogado não foi na audiência, chegou atrasado. Era uma ação de despejo porque eu não paguei, eu paguei em consignação com raiva, aquela besteira, bobagem. Aí eles queriam me tirar de qualquer maneira, mas o juiz ia dar ganho de causa. Aí ele virou para mim e disse: “Mas você é meu aluno, e não vai as minhas aulas (*risos*). Se você fosse às minhas aulas sabia que o melhor caminho era purgar agora e não ficar aí fazendo o que você fez, botando uma coisa no jornal...” Eu fiz um escândalo nos jornais, no jornal...

WH: Mas o senhor tinha uma trajetória de jornal.

NB: Mas isso era em relação a sua casa?

VF: Não, eu aluguei... mas isso aí é outra coisa. Na época havia muito isso. Eles faziam o seguinte: eles queriam botar para fora o inquilino e simplesmente eles trocavam o local de pagar o aluguel. Aí você ia pagar o aluguel e não sabia aonde, aí eu não paguei. Fiquei com raiva, esse sem vergonha... besteira minha. No terceiro mês, eu já devia ter feito o seguinte: consignado o pagamento, até antes, mas não consignei. Resolvi, como um amigo meu era do jornal, abrir na coluna dele, todo dia, uma espinafraçãozinha em cima

Fita 1 - Lado B

WH: Perdeu a causa e foi reprovado na matéria (*risos*)?

VF: Não, não fui. Aí é que está, eu fui estudar e passei direto, mas realmente eu conto isso como anedota, mas a advocacia nunca foi uma coisa que...

WH: Mas ela estava muito ligada ao jornalismo. Normalmente os jornalistas eram formados...

VF: E todo mundo no IBGE, praticamente, também era de Direito, engraçado. É, o pessoal todo do IBGE era de formação jurídica, era literária e jurídica, por isso é que no censo de 50 a coisa começou a...

WH: Médicos não tinha?

VF: Médicos muito pouco, passou lá o Simeão Leal que era médico mas não era médico, era literato, o Carneiro Felipe. Não tinha. A formação do grupo dominante no IBGE era, como eu disse, mais de Ciências Humanas, de Direito. Como não havia Ciências Sociais, porque as Ciências Sociais no Brasil surgiram nos anos 60 quando fizeram a Faculdade de Filosofia, não havia nada. É incrível a gente reconhecer isso, menos de 40 anos atrás só tinham as carreiras tradicionais: ou você ia para Direito, ou Medicina, ou Engenharia e não tinha mais nada. Fizeram a Faculdade de Filosofia e aí começaram a formar pessoas. Quando eu vim para o Rio, nos anos 50, a Faculdade de Filosofia estava recém formada, recém criada. Um grande amigo meu, paraibano da minha época, um irmão meu, praticamente, fazia Matemática. Depois, ele foi professor de Matemática mas era uma coisa inteiramente estapafúrdia, você estudar Matemática, estudar Ciências Sociais, era muito difícil. Então o pessoal era muito ligado a isso. Daí você se influenciava e tirava o curso de Direito porque não tinha outro para fazer. Quando surgiu a área de Economia, eu me reconheci. Eu já fazia Economia sem saber, realmente eu era economista sem saber. Fazia prosa como nosso amigo Molière sem saber que fazia prosa. Era isso. Aí me encontrei e resolvi, vamos dizer, formalizar a coisa.

NB: O que tinha a ver a demografia com o Partido Comunista?

VF: Nada, não estava mais com o Partido Comunista.

NB: Não, mas as motivações que o levaram ao Partido Comunista. É que eu estou pensando, o que será que uma pessoa...

VF: Não, mas o Partido Comunista, nessa época, já estava inteiramente superado para mim, totalmente. Quer dizer, realmente, quando eu vim para o Rio... Eu era na Paraíba porque ainda estava com aqueles resquícios. Eu nunca pude me convencer de ser um PSD, nunca, isso para mim é totalmente inaceitável...

NB: Por quê?

VF: Não sei, na verdade político militante de qualquer partido eu nunca consegui ser, a não ser desse Partido Comunista, mas não havia mais...

WH: Agora, o que me chama a atenção é o que aproximou o senhor do Partido Comunista e depois...

VF: Isso foi o seguinte, o meu amigo Lucena...

WH: Ideologicamente?

VF: Ideologicamente.

WH: O que o senhor achava que o Partido Comunista podia...

VF: Não, a gente com idade de... Bom, vamos dizer, eu tinha um grande interesse social pela mudança social. A gente convive com pobreza, aquela coisa toda. Você jovem fica querendo mudar o mundo. A gente era um pouco incendiário, como dizia o Barcelo, antes de ser bombeiro. Na verdade é isso, você é motivado pelas transformações sociais.

NB: Mas havia esse clima de mobilização na escola, por exemplo?

VF: Não... havia, um pouquinho havia sim. Havia um núcleo dentro do Liceu Paraibano onde eu fiz o curso secundário - o Lucena era um dos participantes. Eu terminei o curso em 1939, não lembro mais, enfim... Eu terminei o curso em pleno Estado Novo e apesar do Estado Novo, havia um grupinho que influenciava demais. Havia grupos se digladiando lá dentro - digladiando é modo de dizer - ideologicamente. Eu, no início, paradoxalmente, era do outro grupo porque eu era católico militante, quando perdi totalmente a fé eu fiquei no ar...

NB: Como é que o senhor perdeu a fé? VF: Não sei, realmente...*(risos)*

NB: Não aconteceu nada, como o senhor perdeu a fé.

VF: Não! Não é nada de extraordinário, não houve nada, simplesmente não foi mais possível.

NB: A sua família é católica?

VF: É.

NB: Pai e mãe...

VF: É, tradicionalmente e tal. Mas aí, como eu estava dizendo, não havia nenhuma influência comunista nessa minha mudança. Na verdade, o que fica em todos nós que tem passado de esquerda, quando estuda - porque eu estudei aquela coisa do Marx - é uma formação de esquerda que você não perde muito. Voltar-se totalmente para uma ideologia de direita é muito difícil para mim. Por isso é que eu achei muito engraçado, na Fundação eu era o homem da direita que estava lá para acabar com todo mundo.

NB: Mas o Liceu e essa militância no Liceu dos jovens...

F: Não havia propriamente militância, havia muito mais grupo de...

NB: Sim, mas a questão era o que? Era o Estado Novo, era contra o governo, a Ditadura do Getúlio.

VF: O que houve foi o seguinte: havia essa coisa quando houve a guerra, a Segunda Guerra. A Segunda Guerra mobilizou o pessoal no Brasil todo, principalmente a juventude. Porque, de repente, a União Soviética virou-se contra o eixo porque ela foi invadida, todo mundo sabe dessa história. No início, quando ela fez o pacto com Hitler nada era do mal, tudo muito bem e de repente houve a guerra aí o Partido, eu acho, de Moscou, aí eu realmente não conheço muito essa história, influenciou os comunistas do Brasil para fazerem a criação da FEB, da Força Expedicionária, para o Brasil participar da guerra. Foi aí que começou a atuação do Lucena e de outros na Paraíba, quer dizer, influenciando e tal: “Vamos fazer uma campanha a favor da ida da FEB...”. Aquela coisa toda, aí começou a influência.

NB: Quer dizer, a mobilização era em torno da guerra?

VF: Em torno da guerra, eu acho. Era basicamente em torno da guerra. Logo em seguida, houve a vitória, os aliados ganharam e o Partido Comunista foi tornado legal, houve...

WH: Acabou o Estado Novo.

VF: Acabou o Estado Novo, o Prestes foi eleito Senador com uma votação enorme, vários Deputados, eu acho que o Partido chegou a ter vinte e tantos Deputados, alguns do Nordeste...

NB: Eu perguntei a história da relação entre a demografia e o Partido porque é como o senhor falou, a demografia é uma Ciência Social.

VF: É.

NB: Ela trata de questões relativas à sociedade de forma mais geral. E qual seria essa relação, não havia nenhuma pro senhor?

VF: Não, não do ponto de vista...

NB: ...da sua vida pregressa e com a demografia. O que lhe atraiu na demografia foi uma coisa técnica...

VF: Técnica, também...

NB: A parte técnica.

VF: Porque aí eu já estava muito envolvido no recenseamento, e no recenseamento eu já estava muito ligado a um grupo de economistas que, de certa forma, influenciavam no IBGE, liderados pelo próprio Isaac Kerstenetzky, Isaac e outros. Nós criamos, eu criei com outras pessoas lá dentro, grupos de apoio ao recenseamento, para meter aí a quinta colunade economistas porque o pessoal do outro grupo não aceitava...

NB: Do outro grupo é o de estatística...

VF: É o tradicional, pessoal de estatística aquela coisa toda. Aí realmente eu comecei... mas na área econômica, na área demográfica, não havia ninguém. Havia um grande demógrafo que veio fugido da Itália que era de origem judaica, Giorgio Mortara. Esse homem era um grande técnico, um homem realmente brilhante, de grande renome na Itália que veio para cá, morreu. E aqui eu me liguei a ele. Então, o Mortara encontrou no Brasil... Meu Deus a gente só vai falar nesse negócio, daqui há pouco...

NB: O senhor está preocupado.

VF: Não, porque realmente o assunto é Fundação Oswaldo Cruz.

NB: Não, é a sua vida.

VF: Tá bom, é a minha vida. O Mortara fez o seguinte... Tá aí, uma coisa que deve ter influenciado muito a minha tomada de posição a favor, enfim, para o lado da demografia foi que o Mortara encontrou no Brasil um campo de experiência da demografia fabuloso. Digamos o seguinte: a demografia precisa de estatísticas permanentes e regulares tais como nascimento, registro de nascimento, registro de óbito, isso é básico. O Brasil não tem nenhuma coisa nem outra, é totalmente falho e em 1950 então era muito pior, não havia nada! Como você calcular uma taxa de natalidade e a partir do que? O Mortara bolou um negócio fabuloso: a partir dos dados do recenseamento, distribuição por idade, ele concedeu um método de medição das taxas de natalidade, de fecundidade e até de mortalidade, de sobrevivência, de idade média. Esse método do Mortara transformou-se - e foi aí que talvez tenha sido a minha influência, quer dizer, o meu entusiasmo por isso, era um campo totalmente novo de pesquisa - e a ONU absorveu isso e transformou esse método de reconhecimento, de estudo demográfico para os países do Terceiro Mundo, que hoje se chamam Terceiro Mundo, países como o Brasil que não tinham estatística. E eu, por esse motivo, fiquei trabalhando com o Mortara, fiquei muito ligado a ele. Ele trabalhava no IBGE e eu no recenseamento, ele precisava de mim no recenseamento etc.

E por isso eu fui introdutor dos métodos dele na ONU. Daí fui chamado para a ONU.

NB: A sua ida para ONU foi quando?

VF: Em 1962, 63 mais ou menos. Não era propriamente, eu não fui diretamente, fui consultor. Fizemos uns censos experimentais, eu fiz um censo experimental de Brasília que foi experimental no Brasil e experimental para a ONU. Novos conceitos que a gente queria experimentar e aí eu fui chamado para lá...

WH: O senhor lembra que conceitos eram esses?

VF: Mas aí é muito técnico de demografia, não tem... conceito de Hauss-Wolf que é inglês... não vale a pena nem a gente entrar nisso. Só para citar: havia muita confusão no Brasil em torno do que é um domicílio e uma família. Pronto, aí parece uma brincadeira mas havia essas dificuldades, o sujeito não sabia como distinguir. O que é uma família? Então, uma família socialmente falando é uma coisa, uma família estatisticamente falando é outra, uma família do recenseamento é outra, um domicílio é uma coisa, uma habitação é outra coisa, são conceitos que você precisa estabelecer senão você não sabe, não se pode fazer um censo sem uma conceituação rigorosa, senão... Por isso a gente tirou no censo de 60 a ideia de cor da população, não foi nada por racismo não, foi porque a cor é o tipo da coisa subjetiva e você nunca deve fazer uma pesquisa subjetiva, com um conceito subjetivo. O que é uma pessoa branca, uma pessoa preta, uma pessoa morena, uma pessoa parda, mulata? Não dá. Você não pode caracterizar a coisa, depende muito do recenseador e é muito subjetivo. Então, era uma coisa desse tipo....

NB: Só um parêntese, porque recentemente eu participei de um seminário a respeito de racismo no Brasil e foi mencionado essa questão de que o censo no Brasil não perguntava sobre...

VF: Não, perguntou, já perguntou.

NB: E eu sei que eu acho que foi nos anos 60 que não perguntavam, mas o de 70 parece que pergunta...

VF: É, voltou a perguntar.

NB: E algum deles, aí eu não lembro exatamente qual é, me fugiu agora, que a pergunta era feita à pessoa e eu acho que foram contabilizadas 135 cores.

VF: É, tipos de respostas.

NB: Tipos de respostas. As pessoas ao serem perguntadas foram depois computadas 135 cores. Impossível as pessoas se enquadrarem.

VF: O conceito no Brasil é extremamente subjetivo e social. Eu quando fui como soldado lá na Paraíba, o primeiro sargento que me pegou lá, botou cor parda. Tá bom, cor parda. Depois, engraçado, um outro sargento me pegou, um tenente, aí começou: "Você faz o

que?"; "Estudo no Liceu; "Ah bom, estuda no Liceu. Família, ah família, cor branca". Mudei de cor. Isso é, realmente, muito comum e a gente sabe dessa história.

NB: E isso no censo é muito comum.

VF: No censo é comum, depende do recenseador, se ele é branco filho de alemão, todo mundo que não é louro de olho azul é escuro, é...

NB: ...pardo...

VF: ...pardo, mulato, essas coisas.

NB: Isso foi resolvido hoje?

VF: Não sei como é que está isso, mas...

NB: O senhor está afastado da demografia?

VF: Estou.

NB: Desde quando?

VF: Ah me afastei realmente... Aí voltei, como eu estava dizendo, o assunto de demografia me tomou conta inteiramente, até os anos 60, 60 e poucos e foi criado o IPEA no Ministério do Planejamento. O Reis Veloso foi para secretário geral do IPEA e estava mobilizando gente. Eu não conhecia o Reis Veloso, ele me conheceu não sei como e me convidou, a essa altura eu já estava...

NB: Ele conheceu o senhor como? Eu não entendi.

VF: Ele me conheceu através de não sei quem, eu nem perguntei a ele.

WH: O senhor tinha algum cargo importante no IBGE?

VF: Eu tinha, era o coordenador geral do censo.

NB: Sim.

VF: Coordenador técnico do censo de 60, mas eu tinha o trabalho de demografia que ele conhecia. Inclusive, a coordenação técnica do censo de Brasília que era eminentemente demográfico, que a gente experimentou uma série de coisas e eu acho que o Veloso andou procurando gente e ele pegou um demógrafo que tinha sido meu aluno, Manoel Costa, que já estava lá, mas era um homem de formação extremamente técnica. Ele foi meu aluno...

NB: O senhor deu aula?

VF: Dei, eu formei um bocado de gente de demografia, mas depois eu mandei que eles

fossem para Santiago do Chile, pro CELAD, Centro Latino Americano de Demografia.

WH: O senhor chegou a estudar lá, também?

VF: Não, eu não estudei, fui professor do CELAD, porque o CELAD era um órgão... A demografia não é uma coisa formal ainda, não está regularizada, agora talvez esteja, mas não, não está.

NB: ...como profissão.

VF: Como profissão não está, é estatístico. Então, tinha uma formação estatística, mas a minha formação na área demográfica era muito mais social também. Eu fiz cursos lá no CELAD, dando cursos.

NB: Quando o senhor fez curso?

VF: Ah! vários anos, desde 59, 60 até 63 mais ou menos. Eu dei cursos, sobretudo a parte de demografia brasileira, população brasileira, crescimento, certas coisas assim.

NB: E aqui o senhor deu aula aonde?

VF: Aqui eu criei um grupo que eu chamava de analistas censitários, porque o que eu senti no censo de 50, quando o Tulo começou a me chamar, a me pedir para escrever coisas do censo, eu me deparei com um problema: não tinha ninguém que escrevesse sobre o censo. Então você tem um resultado estatístico que você apresenta as tabelas cruas...

NB: E não tinha ninguém que analisasse.

VF: Ninguém. Aí quando se analisava eram coisas ultrasuperficiais, coisas sem nada. Eu comecei a ler o *boureau* do censo dos Estados Unidos e era uma coisa, um negócio fabuloso, o recenseamento deles é todo documentado e comentado com bastante precisão. Eu passei a estudar, a Fundação Ford mandou livros à beça, a Fundação Rockefeller, tudo com o objetivo de me tornar anti-populacionista e nunca conseguiram...Isso é engraçadíssimo!

WH: Como é que é?

VF: Isso é luta...

NB: O senhor podia contar, nós somos sociólogas, nós entendemos um pouquinho dessa coisa. Como é que é essa discussão dos anos 50?

VF: Essa discussão não existe mais hoje.

NB: Pois é, então o senhor podia falar.

VF: Nos anos 50 foi o seguinte: aceitava-se a ideia, aceitava-se não, dizia-se que a pobreza

decorria do crescimento da população muito grande. Então, você com a taxa de natalidade de 10, uma mulher tendo 10 filhos em média, não pode nunca... essa população... aí vinha a teoria de você ter um produto de 100, se você divide por uma população de 100, dá 1, mas se divide por uma população de 200 aí dá 2, dá meio, então... Eu sempre achei o seguinte: você diminui a população na medida em que a população se conscientiza e se torna mais rica. Então você não precisa fazer movimento nenhum anti-populacionista, é besteira, esterilizar mulher... Era uma coisa sectária, extremamente sectária...

WH: Chegaram a fazer experiências.

VF: Ah muitas! Na Índia foi terrível, aqui no Brasil houve alguma experiência mas nunca se fez experiência aberta, talvez agora, ultimamente, eu não sei.

WH: Mas dentro do IBGE, tinha muita gente que pensava nessa linha?

VF: Não, justamente não, porque esse assunto como eu lhe disse, é um assunto muito mais social, sociológico digamos, são conceitos sociológicos ou de Ciências Sociais ou coisa assim, e dentro do IBGE como predominava a mentalidade estatística, isso não... Porque era outra coisa engraçadíssima, a mentalidade era a seguinte: você não deve analisar nada, porque se você analisar você está tomando partido. Essa era a mentalidade. E eu dizia que desde o momento em que você escolheu uma determinada pesquisa você já tomou partido, não é? Se você pesquisa cor ou não, religião ou não, tomou partido. Logo, esse negócio de dizer que é frio, que a estatística tem que ser uma coisa fria e tal, é uma bobagem, não pode ser assim. Mas era um problema. Eu criei, quase clandestinamente, um grupo de analistas censitários como o apoio do Presidente, do diretor do recenseamento que era... Aí ele ficou muito ligado a mim porque ele não sabia nada e eu sabia, era o Vieira de Mello, um homem político. Bom, eu criei esse grupo de analistas censitários...

NB: Está vivo?

VF: Não, já morreu, um grande sujeito, um sujeito que era shakesperiano, conhecia tudo de Shakespeare, tudo, uma biblioteca...

NB: Mas não conhecia demografia (*risos*) .

VF: Nada, pouco ligava para a demografia, isso para ele era secundário. Olha, uma das bibliotecas shakespeareana mais belas que eu já vi no mundo era dele. Coisa fabulosa, conhecia tudo de Shakespeare, tudo, de cor.

NB: E ele era diretor do censo?

VF: Era diretor do censo, era diretor geral. Bom, eu criei esse grupo de análise censitária e formei pessoas, mas eu não podia fazer tudo, é evidente. Eu tinha o apoio de algumas pessoas da ONU que vieram me ajudar, lá do CELAD, e depois eles passaram seis meses no Brasil, os melhores foram para o CELAD. Aí foi o Manoel Costa, foi o Edson Martins,

foi o Germano Dazzi, de vez em quando a gente se encontra aí. Nenhum virou demógrafo, com exceção do Manoel Costa. E o Veloso chamou. Mas o Manoel, em Santiago, fez uma carreira, fez um curso muito bom mas muito matemático, extremamente matemático e era anti-populacionista, aderiu a essas teorias todas. Mas o Veloso quis uma pessoa que desse outro sentido ao estudo demográfico, ligado a Economia, essa visão econômica da demografia que o Manuel não tinha. Foi quando ele me chamou e eu assumi lá e depois terminei sendo governador da área social do IPEA. O IPEA tinha uma formação muito estranha, estranha não, muito bizarra...

NB: O IPEA foi criado quando? O senhor lembra?

VF: Nos anos 64 ou 65.

NB: Foi logo no começo da revolução.

VF: Logo no começo da revolução, imediatamente depois da revolução. Foi uma consequência de uma coisa chamada CONSPLAN, Conselho do Planejamento, que foi criado com o Celso Furtado.

NB: Pois é, eu estava pensando nisso.

VF: O Celso criou esse CONSPLAN. Eu fiz uns trabalhos antes do Celso entrar, depois o Celso entrou e eu sai. Paraibano antigo, meu companheiro, eu namorei com a irmã dele e a gente nunca se deu bem...

NB: Com o Celso Furtado.

VF: Não, pessoalmente nunca foi muito...

NB: O senhor é parecido com ele.

VF: É.

NB: O senhor sabe, né?

VF: É, até intelectualmente. Por isso que dois bicudos não se bicam. Não dava. mas isso são detalhes. Bem, mas o IPEA foi criado logo em seguida para dar apoio técnico social, enfim, apoio técnico a todos os estudos do Ministério do Planejamento.

NB: Era um assessor do Ministério.

VF: É, assessor do Ministério, diretamente. Mas passou a ter vida própria porque o Veloso deu sentido ao IPEA de formação de gente também. Ele fez realmente isso. O Brasil tem umas coisas assim, são fases, durante uma fase, o Banco do Brasil foi uma escola, depois o IBGE foi uma escola, é a tradição, o IPEA foi uma grande escola, uma grande escola, realmente uma coisa...

NB: Uma grande escola de economistas...

VF: ...de economistas e técnicos de um modo geral. A parte de educação, por exemplo, mudou muita coisa. O Edson Machado, Edson Davi Carneiro, um grupo muito bom que se formou na área de educação, de mudança da Universidade, essa coisa toda. Foi um movimento muito bonito, não só na parte econômica, basicamente econômica, quer dizer, a visão primordial era econômica. Ia para lá um agrônomo, como o Maurício Reis, mas o Maurício tinha uma formação econômica porque a CEPAL deu cursos aqui no Brasil para todo mundo. Eu fiz esse curso que era uma espécie de iniciação à teoria econômica moderna, de desenvolvimento econômico, coisas que as escolas tradicionais não tinham. Esse pessoal todo, o Veloso chamou, e o Veloso, realmente, transformou o IPEA numa grande máquina de pensamento e até de uma forma bastante liberal, ele sabia perfeitamente das minhas opiniões e nunca teve problemas.

NB: Como o Reis Veloso foi para o IPEA?

VF: Bom, a história do Reis Veloso é a seguinte: ele fez, muito novo ainda, o concurso para o Banco do Brasil e tirou em primeiro lugar, aí foi chamado para o gabinete do Presidente. No gabinete do Presidente, que era aqui no Rio, ele foi fazer o curso de economia do Conselho Nacional de Economia. Antigamente havia um Conselho Nacional de Economia - um bom curso de economia - e daí ele terminou o curso formalmente - lá também esse mesmo que eu fiz - e ele fez um mestrado em Riveira nos Estados Unidos. E o Vitor Silva, isso em 1963 ou 64, não me lembro bem, criou o IPEA com o Roberto Campos e aí disse: “Bom, precisamos de gente”. Buscaram alguém: “Quem é que se destacou aqui?” E descobriram o Veloso. Aí mandaram chamar o Veloso que também não era conhecido de ninguém. O Veloso veio e ficou no IPEA, organizou o IPEA, depois mudou para Helio Beltrão, como Ministro, substituiu o Roberto Campos, o Helio deu todo apoio ao Veloso. Quando o Helio saiu do Ministério indicou o Veloso, quer dizer, indicou é o modo de dizer, mas indicou. O Helio foi cem por cento nesse particular, embora se ele não tivesse indicado, o Veloso seria ministro de qualquer maneira porque o Veloso se destacou realmente, o Ministério...

NB: Carreira própria.

VF: É, e ele fez isso com todo mundo. Daí a minha história, vamos chegar a esse ponto final. Daí o problema, por exemplo, da área social, eu fui coordenador da área social. O IPEA tinha uma divisão bizarra, quer dizer, bastante peculiar porque não havia departamento, não havia estrutura rígida. O IPEA nunca teve. Tinha os grupos, tinha as áreas. Então tinha a área da macroeconômica, que era pensamento, programação, área de programação econômica. Tinha a área, por exemplo, da agricultura e infraestrutura, sobretudo agricultura, etc., uma grande área. Tinha a área de transportes - o Barah, Joseph Barah, não sei se vocês conheceram, foi secretário aqui de transportes do Negrão. Todo mundo foi... Aquele Cláudio Moura que agora está na ONU, você conhece?

NB: Cláudio Moura e Castro, da educação?

VF: Moura e Castro, é, você conhece. O Cláudio era da educação no IPEA, ele saiu, foi presidente de uma escola. Havia outras áreas e a área chamada social que era a minha. Porque era o seguinte: nós éramos *attaché* dos Ministérios e eu ficava com o Ministério da Saúde, Ministério do Interior, e alguns outros. A educação era uma área a parte, era social, mas não tinha educação porque já era bem especializado, com o Moura, o Davi Carneiro, tinha um grupo altamente especializado, então ficava com eles.

WH: Habitação também tinha outro grupo?

VF: Não, era comigo, a habitação era comigo.

NB: Saúde, Habitação...

VF: Saúde, Habitação, essa parte toda do Ministério do Interior... Na verdade, não eram áreas, eram mais Ministérios porque nós trabalhávamos diretamente com os outros ministros. Nós assessorávamos, assessorávamos é o modo de dizer, a gente interpretava os dois Ministérios, fazíamos a ligação, entende? Porque o Ministério do Planejamento era um grande órgão de coordenação, era Planejamento e Coordenação Geral, o nome era esse. Então a gente se metia a ser coordenador de tudo e havia brigas tremendas. Mas enfim era esse o espírito. E os presidentes apoiavam muito essa estrutura, muito. Agora mesmo o Fernando Henrique parece que quis fazer algo assim. Não vai fazer, porque um negócio desse é difícil mas pode ser que faça. Bom, enfim. Eu era ligado ao Ministro do Interior, por causa de toda essa área de habitação, saneamento, Banco Nacional de Habitação, tudo isso estava lá.

NB: Irrigação?

VF: Irrigação tocava em duas áreas, agricultura também. O que era mais? E Saúde. Daí a minha ligação com a saúde, que eu conheci através do Rocha Lagoa, foi o meu primeiro contato. Era um homem difícil, realmente muito difícil.

NB: Ele estava no Ministério da Saúde nessa época.

VF: Ainda era Ministro da Saúde, é.

NB: Ele foi em 69, eu acho que 70...

WH: De 70 a 72.

VF: Eu não sei, mas foi nessa época.

NB: Foi quando o senhor entrou em contato com ele.

VF: Aí veio o Paulo de Almeida Machado...

NB: Vamos um pouquinho atrás. O senhor foi para o IPEA, pelo que eu estou entendendo, logo no início...

VF: Do IPEA, eu fui um dos fundadores do IPEA.

NB: Pois é, eu queria que o senhor falasse um pouco, qual é exatamente o trabalho que o senhor fazia então junto aos Ministérios. Imagina, a gente estava na revolução em 64, a proposta da revolução era de mudar o país, de transformar o país. Então, dentro desses objetivos, como é que entrava o IPEA e mais especificamente o seu trabalho? Quer dizer, que tipo de coisa deu para fazer?

VF: Bom, a ideia durante os governos militares, o Veloso... não o Veloso, o próprio Roberto Campos, paradoxalmente, eles pregavam muito o liberalismo, o neoliberalismo, mas eram pessoas muito de planejamento econômico social.

NB: Mas aí é contraditório com o liberalismo.

VF: Pois é, eu estou dizendo, paradoxal, meio contraditório, pregava-se muito mas o primeiro plano feito pelo Roberto Campos caiu no ridículo. O Carlos Lacerda passou na hora ou mais na televisão, espinafrando o plano. Porque chegava a detalhes... coitado do Roberto Campos, nem sabia disso, ele não podia saber, chegava a detalhe de produção de ovo. Imagina, dúzias de ovos são as metas, totalmente louco. Na verdade, aquilo eram coisas, nós sabíamos que aquilo não era para ser entendido como produção de ovo, era uma meta, você entende? Bom, para você alcançar a tal coisa você vai chegar... aí você fazia aquela grande bobagem toda, o Carlos Lacerda espinafrou...

NB: O senhor era lacerdista?

VF: Não, nunca, pelo contrário, se vocês são me desculpe mas... Um grande sujeito, sabe, depois eu aprendi que ele realmente...

NB: O senhor conheceu ele?

VF: Conheci.

NB: Pessoalmente?

VF: Conheci pessoalmente, era encantador, um homem perigoso, muito perigoso. Se conversasse com Lacerda estava perdido. Bom, mas enfim, ele tinha uma facilidade de expressão fabulosa, ele tinha uma, como dizer, uma força interior, ele conseguia transmitir uma certeza daquilo que ele estava querendo, aquela paixão, ele tinha isso, né? E eu sempre me empolguei por isso, só se pode fazer alguma coisa com paixão. É por isso que na Fundação os caras pensavam que eu era pesquisador, comecei estudar aquele negócio, não me lembro mais nada, biologia e sabia, discutia com eles lá na mesa. Eu tinha que aprender aquilo, como é que eu ia falar com um pesquisador daqueles.

NB: Claro.

VF: Bom, havia isso. Por exemplo: o Ministério do Planejamento, de certa forma, mandava no país bastante, por quê? O orçamento dependia do Ministério do

Planejamento. Então quem manda no orçamento manda à beça. E o Ministro do Planejamento conseguiu uma situação privilegiada, que ela ficava junto do presidente....

Fita 2 – Lado A

VF: Bom, então eu estava dizendo...

WH: O senhor estava dizendo que o Planejamento mandava para o orçamento...

VF: Não, não era que mandasse. O Planejamento era o seguinte: Planejamento chamava-se Planejamento e Coordenação Geral. Isso é muito importante lembrar que havia essa segunda função do Planejamento, que era coordenação geral. Nós éramos muito mais coordenação geral do que propriamente Planejamento. Porque para você planejar, tinha que coordenar. Entende o que eu quero dizer? Coordenar o governo. Cada Ministério era um mundo à parte. Ainda hoje é um pouco. Foi através dessa ideia centralizadora, que não era bem uma centralização, mas centralizar ideias, que começamos a ter um certo sentido comum no governo. E isso deu ao Ministério do Planejamento bastante força. Aí o Veloso conseguiu a famosa reunião das 9, que todo dia às 9 horas se reuniam o Presidente, o Ministro do Planejamento, a Casa Civil e não sei mais quem. Eram 4 ou 5. Ficavam lá e tal. Parece que o Fernando Henrique reproduziu esse negócio agora. Não sei. Mas dizem que fez. Aí, através disso o Presidente tomava conhecimento diário, digamos, ou quase diário do que estava acontecendo. Um Ministro despacha com o Presidente uma vez por semana, uma vez por quinzena, não diz tudo. O Ministro do Planejamento, que está diariamente com ele, evidentemente que aí vai mostrando o que interessa basicamente ao Ministério do Planejamento, as grandes linhas. Para ter conhecimento do que se passa no resto dos Ministérios, o Planejamento tinha que ter os homens de contato. Entendeu? Está percebendo o esquema, né. Os coordenadores de área eram ligados diretamente aos Ministros respectivos. Isso nos dava uma enorme força lá, porque eu tinha acesso ao Ministro da Saúde, Ministro do interior, quando eu queria. Quer dizer, nunca bati nem nada. Eu telefonava: “Ministro, eu vou passar aí”; “Tá, tudo bem. Que horas você vem passar?” Era isso. Não era eu sozinho.

NB: O senhor já tinha se mudado para Brasília?

VF: Não. Aí é que está. Eu nunca fui para Brasília.

NB: Eu sei que o IPEA era aqui.

VF: O IPEA era aqui. Depois foi passando para Brasília, mas ficou um núcleo aqui.

NB: O senhor ficou sempre aqui?

VF: Eu fiquei sempre aqui. Na verdade a minha ida para a Fundação em parte foi por causa de Brasília.

WH: O Ministro da Saúde ficava aqui no Rio, nessa época?

VF: É, ficava aqui. Mas eu realmente eu era suposto ir para Brasília. Mas eu nunca quis ir para Brasília. O que foi uma bobagem minha. Devia ter ido. Não sei porque eu antipatizava...

NB: O senhor fazia o trabalho então de ligação com os Ministérios daqui?

VF: Aqui. Mas os Ministérios funcionavam muito aqui, a maioria. O Ministro do Interior nunca foi para Brasília, o General Afonso ficava aqui o tempo todo.

NB: Quer dizer, essa mudança da capital não tinha se concretizado?

VF: Não. Realmente não.

NB: Hoje não. Hoje é diferente.

VF: Hoje não. Hoje o Rio não vale mais. Quer dizer, acabou. O Rio morreu.

WH: Mas o Veloso estava lá ou também trabalhava aqui?

VF: O Veloso ficou lá, mas trabalhava aqui. O escritório tinha sempre... Olha, até os anos 70 ou mais, até 75, eu acho, quando eu fui para a Fundação, quase todos os Ministros tinham um gabinete no Rio. Quase todos. Havia o antigo Monroe, o Palácio do Senado, ainda era lá. Os Senadores faziam ponto, essa coisa toda. Foi muito difícil. O Palácio das Laranjeiras era um palácio do governo federal. Costa e Silva morreu nas Laranjeiras. Não sei se vocês sabem disso. Morreu lá. Eu fui muito ao Palácio das Laranjeiras, frequentei demais o Palácio das Laranjeiras na época do Costa e Silva, do Médici, desse pessoal todo.

NB: Eles despachavam aqui? Ficavam aqui?

VF: Ficavam muito tempo aqui. Brasília era capital, mas ficavam muito aqui. O Delfim, o gabinete do Delfim aqui no Ministério da Fazenda era enorme, era famoso no décimo andar. A gente ficava no 8, Delfim no 10º. Tinha o 13º, que era o restaurante. Quer dizer, funcionava tudo. Agora, já estava uma mudança para Brasília muito grande. Até que o Médici resolveu... O Médici deu um impulso forte em Brasília. E quando iam para Brasília, eu ia também para algumas reuniões. No final eu estava passando 2, 3 dias em Brasília. Era horrível. Eu não gostava daquilo, mas ia para Brasília, tinha os contatos em Brasília. Bom, a ideia era essa. Você tinha, portanto, as suas ligações com os Ministros, com os secretários gerais, que eram... Daí, por exemplo, o Carlos Seixas, foi secretário-geral do Ministro Paulo. Não sei se vocês sabiam disso. O seixas, atual secretário executivo do Ministério. O José Carlos Seixas foi secretário-geral do Paulo. Na época chamava secretário-geral. Eu conheci o Seixas naquela época e a gente se tornou muito amigo. Tanto assim que na primeira gestão do Jatene, ele me chamou para Brasília. Eu disse: "Não dá mais. Não posso mais. Eu estou velho." Não sei como ele voltou, porque a mulher dele não quer, não gosta. Bom, nós tínhamos essas ligações. E, vamos encerrar, depois a gente fala da Fundação. Foi aí que eu passei a conhecer o dr. Paulo. Conheci

primeiro o Rocha Lagoa, tive um contato com ele inteiramente frio, muito rápido, e eu achei que era uma pessoa muito estranha. Na realidade...

NB: Estranha como?

VF: Olha, eu não sei. Ele, eu acho que aquilo naquela época, ele estava dominado por uma série de ideias, de preconceitos, sei lá, um negócio muito estranho aquilo. Eu não sabia de nada de Manguinhos. Eu vim a saber do famoso Massacre de Manguinhos já Presidente. Parece incrível isso, né. Eu não sabia de nada. Eu assumi a Presidência sem saber nada. Lá é que eu soube. Foi gente cassada. É um absurdo! Parece tão fora de...

WH: O senhor trabalhava no IPEA, diretamente ligado ao ministro...

VF: É. Ligado.

WH: ... e ele não...

VF: Não. Já tinha havido o tal Massacre de Manguinhos. Eu não sabia disso. Eu nunca tive contato com o Rocha Lagoa. Eu acho que muito pouca gente no governo sabia. Era tão absurda a história. Você cassar os direitos políticos de um pesquisador como o Herman Lent. Tem sentido isso? Totalmente doido. Realmente não fazia o menor sentido. Do - como é? - Muchaché...

NB: [Haity] Moussatché.

VF: Moussatché e outros mais. Meu Deus, mas por que? Eu vou falar, na próxima entrevista, a minha interpretação disso. Problemas extremamente pessoais, profundamente pessoais. Ódios acumulados durante anos. Depois eu vim saber disso. Coisa de um passar pelo outro, dando as costas. É. Eu soube disso. No restaurante. Coisas horríveis. Casa de chá foi abandonada, quando eu cheguei lá estava caindo aos pedaços. Chamava-se Casa de Chá. Totalmente. Eu tenho fotografias, vou trazer para vocês verem. Porque Casa de Chá era um local de encontro e passou a ser o desencontro geral. Quer dizer, eram ódios. Quando o Rocha Lagoa, que era um homem de extrema direita, foi chamado pelo Costa e Silva, ele se aproveitou para botar, em 68, a listinha dele. Foi o único local no Brasil de cientistas, professores, que foram cassados nos direitos políticos. Vocês não sabiam? Fiquem sabendo. O único porque que o restante... o nosso Presidente, por exemplo, não foi cassado, foi demitido. Só isso. Ninguém cassou direito político de professor nem de pesquisador. Só Manguinhos.

NB: Nem nas Universidades houve isso?

VF: Não. Não houve nada. Porque a coisa era tão louca, o ódio era tão grande entre eles, que o nosso amigo Rocha Lagoa se excedeu. E como o Costa e Silva não sabia de nada, assinou o troço lá e pronto. Bom, eu não sabia. Eu realmente... tanto faz se soubesse ou não soubesse, porque aí não estou querendo me eximir de nada, já que não tenho nada com isso. Eu estou apenas dizendo que era um negócio tão absurdo que ninguém sabia.

Ouvia-se falar: “Ah uns caras foram cassados não sei aonde...”. Também Manguinhos já estava morto. Antes de serem cassados, já estava morto. Quando eu assumi, Dr. Paulo de Almeida Machado, Ministro da Saúde, disse de viva voz para a platéia toda: “Esse aqui é o homem que eu tenho esperança que vai ressuscitar esse cadáver insepulto.” Palavras dele. Então vocês vem o que era Manguinhos. Agora, por quê? Porque houve a cassação dessa gente? Não. Estava morto há muitos anos. Manguinhos tinha morrido. Quando é que houve a cassação? Nem sei.

WH: Em 70.

VF: Eu assumi em 75. Em 5 anos um órgão pode morrer como ele morreu? Minha mulher pode vir aqui da próxima vez para dizer como ela viu Manguinhos. Eu disse a vocês que se vendia lenha. Lenha era vendida lá dentro de Manguinhos. Eu disse que tinha um *randevú*, o ministro morreu, mas dona Desdêmona que deve estar viva pode... Tinha um *randevú* lá dentro que cobrava por hora das pessoas. Um zelador morava com um telefone direto para a Presidência, a diretoria de Manguinhos. E assim por diante. Isso para não falar nos horrores físicos. Aquela coisa horrível! O Fonseca da Cunha pode contar a vocês como eu o conheci. Eu fui morar naquela casa, e atrás era um negócio horrível, que era o negócio lá da vacina do Fonseca. Meu filho, que tinha 5 ou 7 anos de idade saiu um dia, coitado, brincando, andou e minha mulher deixou. De repente: “Cadê o menino? Busca o menino.” Tinha saído para lá. Se cortou. A coisa inflamou, mas foi um horror. Aí ela ficou apavorada. Chamou o dr. Newton Potsch, que era diretor do Fernandes Figueiras. Ele disse: “Onde foi esse negócio? Ah, ele está vacinado para o resto da vida.” Era vacina quebrada - o Fonseca pode dizer isso - quebrada, aos montes assim. Aquela coisa horrível, horrível! Era isso Manguinhos. Pode uma entidade morrer em 5 anos porque foram cassadas 12 pessoas? Não, não pode. A instituição morreu. Tinha morrido há muito tempo. A instituição tinha virado um grupo, grupos adversários, politicamente também, era um de esquerda, um de direita, não sei o que. E esse grupo se digladiando o tempo todo, conflitando de uma forma tremenda, deixou de produzir, deixou de produzir cientificamente. Vocês procurem produção científica anterior. Tem? Eu não sei. Eu gostaria de ver. Parece que não tinha nada. Desde os anos 50 que a instituição passou a não existir praticamente.

NB: Quando o senhor estava no IPEA e que entrou em contato com esse grupo do Ministério da Saúde, aparecia Manguinhos aí ou não?

VF: Não. Porque com o Ministério, como eu estava dizendo...

NB: O senhor lembra desse trabalho?

VF: Vamos ver o seguinte. Quando é que houve o governo Costa e Silva?

NB: Foi sessenta...

VF: Foi até 69.

NB: É. 69... 68, 69.

VF: O Rocha Lagoa, eu acho que o Rocha Lagoa assumiu o Ministério logo no começo da revolução? Não sei.

WH: Não. O Rocha Lagoa foi diretor do IOC...

VF: Diretor!

WH: ... antes dele ser Fundação.

VF: Pois é. Exato.

NB: O senhor conheceu ele aí?

VF: Não. Conheci como Ministro. Eu não sabia de nada da Fundação.

WH: Ministro foi em 70 só. Antes ele ficou, de 64 a 70, como diretor do Instituto Oswaldo Cruz.

VF: É. Pois é. O que eu soube depois lá em Manguinhos foi o seguinte, que o dr. Genard me contou e outras pessoas, Lobato Paraense, que conhece, conhecia a história de Manguinhos. Ele me disse o seguinte: que o Rocha Lagoa, quando houve a revolução, o Rocha *puff*, dominou o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto. Não havia Fundação. Foi ele que criou a Fundação.

WH: Ele criou depois.

VF: Ele criou, botou no papel a Fundação. Bom, e aí ele se apossou com o grupo de direita, de extrema direita dele, de Manguinhos. Quer dizer, grupo de direita, o grupo dele, o pessoal dele, sei lá se tinha ideologia nisso. Eu sei que ele tinha uma pessoa que, por acaso, por uma coincidência da vida, era filho do Ciro da Cunha que trabalhou comigo no recenseamento. O velho pai dele era meu amigo. E o filho dele, não sei que lá da Cunha, era secretário-geral do Lagoa. Eu o conheci no Ministério da Saúde, quando o Lagoa era Ministro, já no fim. Ele aí passou para Ministro, mas ele já tinha se aproveitado do Ministério para fazer o chamado Massacre, para se vingar do grupo dele. E eu acho que aí ele pegou, quis transformar aquela instituição que era dele, aquela instituição que ele tinha seguido a vida toda. Acredito que aí ele quis dar um sentido ao instituto, criou a Fundação. Como Fundação, juntou o Instituto Fernandes Figueira, juntou uma série de coisas e botou no papel.

WH: O senhor não acompanhou isso?

VF: Não, isso daí eu estava fora. Porque na verdade no Ministério do Planejamento, nessa época, a saúde... Eu só conheci a saúde com o Rocha Lagoa.

NB: Até então nas suas atribuições não constava a área de saúde?

VF: Não. Porque quando eu cheguei no IPEA, O IPEA era muito mais demografia. Porque realmente foi o seguinte: o Veloso me chamou para demografia: “Porque está me faltando para o planejamento, para os planos”. Passamos a fazer os planos: Primeiro Plano de Desenvolvimento, Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento. E aí na área de demografia, como eu disse a vocês, o Manoel Costa, que é um técnico excelente, na hora de escrever era um fracasso. Ele não sabia dizer as coisas que o Veloso queria. Você tinha que dar um sentido social àquilo. Aí eu passei a atuar nessa área. Depois isso me levou à habitação, ao IBGE, evidentemente que eram as estatísticas, era o homem de ligação para o IBGE.

NB: O senhor nunca saiu do IBGE?

VF: Não.

NB: O senhor estava emprestado.

VF: Estava emprestado. Depois optei pelo IPEA diretamente e me estrepei, porque aí optei pela CLT, a famosa CLT. Aí, eu estava muito voltado para a área do interior, de demografia. Aos poucos o Ministério da Saúde, quer dizer, a área de saúde ficou meio solta. Não tinha ninguém. Na época do Costa e Silva, o Veloso começou a me chamar para ir olhar a área de saúde...

NB: E tinha o que na área de saúde?

VF: Não sei. Não tinha quase nada. Uma coisa muito...

NB: Área de saúde como um todo, não só a Fundação?

VF: A área de saúde na época que eu comecei a participar já era muito mais ligada ao Paulo de Almeida Machado. Já então a área de saúde estava muito, vamos dizer, agudizada entre os defensores de saúde pública, saúde preventiva, saúde individual, essa coisa toda. Havia os grupos lá dentro, que já vinham de muito tempo atrás. Vocês sabem disso melhor do que eu. E o Ministério da Saúde refletia muito essa luta, pela saúde pública, pela prevenção, para você não dar dinheiro à toa para clínicas e etc, mas fazer o possível para orientar a saúde para a saúde pública. A Escola Nacional de Saúde era muito dentro dessa linha. Foi um dos grandes pioneiros, eu acho, dessa linha de saúde pública, saúde preventiva. Mas a Escola não era Fundação. Não tinha nada que ver. Não existia Fundação ainda. A Escola tinha lá os seus grupos que participavam dessas atividades todas. Mas havia, por exemplo, havia dentro do próprio INPS, antigo INPS, o grupo que lutava por isso, Carlos Gentile, acho que você já ouviu falar, que foi um dos grandes batalhadores por essa linha.

NB: Era preventivista.

VF: É. Era não acabar com a estrutura de saúde que havia no Brasil. Infelizmente acabou bastante. Distorceu. Eu acho que, em parte, nós fomos culpados. Não eu, mas, enfim, os

governos militares distorceram muito, eu acho. Hoje a gente faz uma análise, deu muito essa ideia de se jogar com convênios particulares e desarmou o sistema público. O que é uma coisa lamentável, embora no mundo inteiro está se passando exatamente assim. Por incrível que pareça, na França, na França, o sistema de saúde pública que é uma coisa maravilhosa, aos poucos está se acabando. Minha filha fez uma operação num hospital público, é claro, eu levei lá. Junto dela estava uma senhora. Disse ela: “Eu estou aqui porque vim de emergência.” E quis dar uma explicação a ela porque estava num hospital público. Veja só. É porque é uma emergência, senão eu estaria numa clínica. O mundo inteiro está passando por essa bobagem, que eu não sei porque, mas, enfim...

NB: Mas nessa época, nos anos 60, havia essa estrutura pública organizada?

VF: Não sei. Realmente eu acho que havia, talvez estivesse começando. Havia bons hospitais públicos do INPS mas a coisa talvez funcionasse de um modo muito desorganizado. Você tinha saúde municipal, distrital, estadual. Era divisão maior do mundo. Até chegar a essa pseudo-unificação foi uma luta muito grande. E ainda não chegou.

NB: É, não deu certo.

VF: É. Você vê que a coisa aí, SUS, essa coisa toda não está funcionando direito. Agora, eu também acredito que você desviar todo o dinheiro público para convênios com clínica privada, não tem sentido também. O Carlos Gentile [de Mello] mostrou estatisticamente um negócio muito sério: o Brasil, em certas cidades tinha a maior taxa de cesarianas do mundo. Uma cidade do Rio Grande do Sul, estatisticamente provado, que o número de extração de amígdala era maior do que a população.

WH: Eles tiravam uma de cada vez. (risos)

VF: Era. Uma de cada vez. Isso o Carlos Gentile mostrou. Era um horror, os famosos convênios. E ainda hoje fazem. Bom, aí eu conheci o Rocha muito pouco, porque já estava no final da gestão dele. Passou, o Ministério da Saúde passou a ficar comigo. O Veloso tinha umas pessoas que saíram. Não sei nem quem eram, porque era anterior a mim. E o veloso me disse: “Ah, você está na área, chamada área social, assume na saúde”. Bom, assumi. Assumi é um modo de dizer. Não tinha ninguém para a área de saúde. Aí eu fiquei...

NB: Não tinha Planejamento algum durante esse tempo todo?

VF: Não. Muito pouco.

NB: Quer dizer, desde 64, a gente já está em 70...

VF: Pelo menos do ponto de vista de Planejamento, Ministério do Planejamento, quase nada. Não havia. A gente não tinha acesso às informações. Havia muita luta lá dentro nessas divisões todas. Eu acredito que até esse problema do Rocha Lagoa influía, porque

ele não era Ministro da Saúde, ele era Presidente, ele era diretor de Manguinhos. Ele fazia o jogo. Eu acho. Hoje que eu vejo isso.

WH: Ele teve problema quando saiu do Ministério.

VF: Teve? Não sei. De quê?

WH: Foi acusado de corrupção, na época.

VF: É bem capaz. Eu sei que houve uma Comissão de Inquérito muito grande. Mas essa Comissão não foi... Ah, não, essa Comissão foi justamente para cassar as pessoas. Fonseca foi...

WH: Aí foi depois do golpe.

VF: Depois, é. O Fonseca foi membro da Comissão.

WH: Na época que ele saiu eu não sei se...

VF: Não sei, aí eu não conhecia. Realmente eu comecei a atuar na saúde, como ligação com o Planejamento, com o Paulo. Porque aí eu achava, eu falo, Paulo deu ao Ministério da Saúde um outro sentido. Não é porque eu tenha trabalhado com ele, mas eu acho que ele deu uma dimensão maior.

WH: De qualquer forma Dr. Vinícius se não houvesse uma recíproca do Ministro, o Ministério do Planejamento tinha como intervir no Ministério?

VF: Não podia, a gente só podia fazer alguma coisa, apesar da força, se o Ministério funcionasse. Realmente, se não funcionasse, você não podia fazer nada. Era muito difícil.

WH: Tinha que haver um interesse também do outro lado.

VF: É recíproco.

WH: Tinha que ser uma coisa recíproca.

VF: Alguma ação do outro lado.

WH: Uma aproximação.

VF: É, por exemplo: o Ministério do Interior, com quem eu tive uma convivência muito mais assídua e muito mais dinâmica e muito mais próxima, sempre foi um Ministério de grande atuação, porque era um Ministério que tinha realmente uma amplitude muito grande. Com o General Afonso de Albuquerque Lima, ele tinha certas coisas que ele gostava, sobretudo o problema da Amazônia. Ele era um homem nacionalista, era líder dos nacionalistas.

NB: Como quase todos os militares.

VF: Quase todos os militares dentro de Exército. Tanto assim que ele quase virou a mesa. Ele quase que foi para Presidente. Eu era muito ligado a ele, embora... por aí as coisas se tocavam... eu era nacionalista também. Então era fã dele. Ora, o cara queria defender a Amazônia, eu estava a fim de defender também. O negócio da hiléia, essa besteira toda. Eu era a favor dele. Ele era um homem que tinha atitudes assim também muito radicais, muito fortes. Depois veio o Costa Cavalcante, com quem eu tive uma enorme aproximação também. A gente trabalhava muito juntos. Aí eu já estava fazendo habitação com ele, plano de habitação, BNH, a época do Mário... ô meu Deus, minha memória cada vez pior. Foi Presidente depois da Sandra, o Mário... bom, não importa. Aí a gente montou os programas todos de habitação, etc, dentro do Planejamento, no meu gabinete praticamente. Me lembro bem que o Moacir Gomes de Almeida, da HFISA, ficava lá comigo o tempo todo. A gente planejando aquele negócio todo, plano de habitação. Depois ficou rico à beça lá. É meu amigo até hoje. Está rico. Aproveitou e ganhou dinheiro. Fez bem, né. Eu não ganhei. Besteira. Bom, mas quando o Paulo assumiu, aí mostrou interesse, o Paulo de Almeida Machado. Aí que o Ministério passou a existir. Desculpe, mas a minha interpretação é essa. O Ministério não existia quase. Até então eu achei que não tinha vida. Não aparecia no governo e quando aparecia era muito pouco. Quem mandava na saúde era o INPS. Realmente a estrutura de saúde era toda do INPS. Ministério da Saúde tinha um orçamento deste tamanho. Nada, não tinha nada. Tinha a Colônia Juliano Moreira, tinha o que mais, meu Deus? Não tinha nada. Isso é que é uma coisa importante vocês entenderem. Não sei se vocês sabem disso. Antes de você conseguir as verbas do INPS, etc, para dar aquela dimensão nova, o Ministério não valia nada, porque não tinha nada, não tinha órgão de atuação. As grandes lideranças de saúde no Brasil eram todas ligadas ao INPS, à área de saúde do INPS. Era tudo ligado a isso. Acho que por esse motivo o Ministério da Saúde tinha muito pouca importância, não tinha expressão. O Paulo começou a lutar. Ele se ligou a um grupo de São Paulo, que ele era paulista, do Seixas, do Juarez, desse pessoal todo que vocês conhecem, já ouviram falar, que era um pessoal muito ligado a essa nova versão de saúde pública, de prevenção. E o Paulo era dessa linha. Aí realmente ele começou... E essa linha coincidia com a minha ideia. Eu também estava dentro dessa linha e o Veloso também. Aí houve ambiente para participar do Ministério da Saúde.

NB: Isso começou a ocorrer a partir de quando?

VF: Não sei quando ele começou.

NB: Isso já é no Ministério dele?

VF: Já do Paulo. Porque anteriormente eu não lembro assim do Ministério da Saúde atuante e com expressão. Não lembro. Pelo menos eu não sabia. E eu, dentro do Planejamento, o Ministério da Saúde não existia, não tinha muita importância, entende? Talvez por isso, como eu disse, porque era um Ministério que não tinha nada, não tinha ação, nada. O que fazia o Ministério da Saúde? Tinha a Fundação SESP...

WH: Tinha a SUCAM.

VF: A SUCAM, a SESP, que era comandada bastante por fora, a gente sabe disso. Agora não. Mas a Fundação SESP tinha muita verba americana. Vocês sabem disso, né? Foi toda formada pelos americanos. E, evidentemente, a imprensa americana era muito grande. Não é que fosse mal nem nada, mas não havia, não era um órgão inteiramente ligado à saúde do Brasil. O que tinha mais no Ministério da Saúde? Nada. Vigilância sanitária...

WH: Serviço dos Portos.

VF: É, coisas assim burocráticas, sem expressão.

NB: O DENERu já tinha acabado a esta altura?

WH: Aí era SUCAM.

VF: Era SUCAM. DENERu vem depois.

NB: Não, é antes. DENERu é antes.

VF: É antes. Pois é, é antes.

NB: Nos anos 50.

VF: SUCAM é agora. O Ministério tinha um orçamento, que eu me lembro bem, quando eu comecei a ver isso, o orçamento do Ministério da Saúde representava algo como 4%, 4% do orçamento.

WH: Do orçamento...

VF: Da federação, da União.

WH: Do Tesouro, no caso.

VF: É. Do Tesouro Nacional, enfim, federal. 4%, 3%, quer dizer, não era nada. E na área de saúde propriamente dita, você tinha o INPS que sustentava tudo.

NB: Assistência médica, né?

VF: Assistência médica, exatamente.

NB: A área de assistência médica estava no INPS.

VF: Agora você disse exatamente. A assistência médica é que tinha tudo. O resto era bobagem, não tinha nada. O dr. Paulo lutou muito para mudar esse panorama. Eu não sei se consegui na gestão dele. Para encerrar a entrevista de hoje, eu diria o seguinte: foi aí que, com o contato com o dr. Paulo, um dia ele me disse que tinha um problema muito sério, que era Manguinhos. E eu: “Mas, por quê?”; “Está morto. É uma pena. Eu gostaria de levantar isso”.

NB: Como é a frase dele?

VF: Ele disse na minha posse “cadáver insepulto”. O pessoal de lá sabe disso, quem assistiu à minha posse. Ele era um homem muito habilidoso. E aí, bom, foi um verdadeiro desafio. Porque para mim aquele negócio totalmente novo. Um dia ele me perguntou: “Bom, quem é que você indica para isso aqui?” Eu digo: “Dr. Paulo, o senhor está fazendo um tipo de pergunta que eu não tenho a menor ideia. Como é que o senhor vai indicar alguém?” Ele disse: “Porque eu acho que não deve ser um homem de lá. Não deve ser um pesquisador nem um médico.” Ele era médico também.

NB: Ele era médico?

VF: Aí eu vi qual era a intenção. Um homem ligado ao governo, um homem de formação econômica. Era o meu perfil: “Bom, o senhor quer que eu assuma?” (risos) Ele disse: “É, se você puder.” Aí foi outro drama, porque o Veloso não deixou. Nós passamos quase seis meses...

WH: Ah, não?

VF: Não. O Veloso não aceitava de jeito nenhum. Veloso nunca quis soltar a equipe dele. Era muito cioso. Já estava tudo organizado. Eu sair de lá era chato para ele. Foi em 75, ele ainda teve um bocado de tempo como Ministro. O sujeito forma um grupo e depois larga esse grupo? Para que? Não acha? Ele tinha razão. Eu não deixaria. Eu ia fazer questão também como o outro. Mas passamos uns seis meses. Aí dr. Paulo falou com ele. O Maurício Reis, que era Ministro, também falou. E todo mundo falou. Eu já estava, a essa altura, pensando no desafio. Não sabia nem que diabo de desafio ia ter. Muito maior do que eu pensava. Mas aí eu aceitei. Também eu teria que ir para Brasília. Isso contou bastante, aqui entre nós.

NB: Sim, porque aí o senhor teria que ir para Brasília?

VF: Eu teria que ir para Brasília. Porque o Planejamento já estava todo se transferindo. Eu era o último. Eu já tinha um apartamento em Brasília. Estava lá o apartamento.

NB: Ah, tinha uma coisa que a gente não falou. O senhor casou o que, nos anos 50?

VF: Não. Nos anos 60, 63.

NB: O senhor estava com seus filhos pequenos a essa altura? O senhor falou que o seu filho se machucou lá.

VF: Ah, o meus filhos... o Leonardo devia ter 4 anos. Quando eu fui para Manguinhos em 75. Leonardo nasceu em 69. Ele tinha 6 anos.

NB: Seus filhos eram pequenos.

VF: Todos pequenos. Eu tenho uma fotografia dos três sentados na porta do Castelinho,

queé engraçado. Os três sentados lá. Foto do Castelo.

NB: É, o senhor mudar com a família para Brasília e carregar criança e tal, era complicado.

VF: Realmente era. É porque também todo mundo tinha ido para Brasília. O próprio Veloso. Mas eu não gostava de Brasília.

Segunda Entrevista

Data: 07/08/1995

Fita 3 – Lado A

NB: Eu gostaria de começar, dr. Vinícius, perguntando-lhe a respeito do convite que o senhor recebeu do dr. Paulo Almeida Machado, Ministro da Saúde, para assumir a presidência da Fundação em 1976.

VF: Não.

NB: 75.

VF: 75.

NB: Exatamente.

VF: Eu tenho a impressão que eu assumi, não lembro bem, se foi fim de 75 ou começo de 76. Eu acho que valia a pena antes de dizer exatamente, digamos, a razão de ser do compromisso, é referir ao sistema de governo da época. Quer dizer, sistema de governo me refiro a como estava montado o governo na época que eu fui convidado, porque era o começo do presidente Geisel. O sistema de Planejamento que vinha de alguns anos atrás, estava baseado na SEPLAN, num órgão de Planejamento e Coordenação Geral. SEPLAN, que era um nível do Ministério, que sucedeu ao Ministério do Planejamento. Dentro desse Ministério do Planejamento, a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico foi, vamos dizer, desenvolvida a um ponto realmente muito alto e muito integrado, muito bem articulado e muito bem proposto em termos de financiamento. Eu tenho a impressão que, não apenas eu mas muita gente, que foi um período, no Brasil, em que se teve maior esforço, se dedicou maior parcela de recursos ao problema, à política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Eu diria que, além desse aspecto realmente de fomento da pesquisa científica e tecnológica, houve também uma postura nova, eu penso. Postura no sentido de que acompanhou o pensamento mundial, no sentido de dar uma nova versão, nova não, uma versão um tanto diferente do próprio conceito do desenvolvimento econômico-social. O desenvolvimento econômico, era pautado, como você sabe, nas teorias clássicas, era

baseado fundamentalmente na capitalização. O fator capital era o importante. Então fazia-se o possível para aumentar a poupança interna, a poupança interna e a poupança externa. Quer dizer, o elemento motriz do desenvolvimento era o capital. Então, se você, vamos dizer, chegasse um país a ter uma taxa de poupança interna, poupança no sentido macroeconômico, digamos, o ideal eram 25%, era um negócio fabuloso. 25% lidava o desenvolvimento. Então teve toda uma experiência japonesa de desenvolvimento em torno de uma poupança interna muito alta, e assim por diante. Daí, de certa forma, a política de concentração de renda que houve no Brasil, não nessa época, mas muito mais anterior a isso. Política que vinha sendo posta em execução, através de governos desde Getúlio Vargas. Eu me lembro que uma das mensagens...

NB: Presidenciais?

VF: ... presidenciais de Getúlio, eu estava recém-chegado...

NB: Nos anos 50?

VF: ... é, nos anos 50. Eu já era parte de uma equipe do IBGE que montava essas mensagens. E eu me lembro que claramente uma das frases que ficaram na minha cabeça foi o negócio do crescimento do bolo, que depois o Delfim pegou e que outros pegam. Precisa crescer o bolo para poder distribuir. Essa política dominava e era o conceito que se tinha, teórico, de desenvolvimento econômico. Eu acho que depois dos anos 50, quando o mundo começou a perceber e a mostrar e a evidenciar a dicotomia entre os 2 mundos, rico e pobre, o famoso não diálogo, enfim, o dilema entre o mundo pobre e o mundo rico, entre o sul e o norte, e etc., aí começou a entrar uma outra visão. Eu estou me expressando muito mal. Depois vocês vão ter que melhorar isso. Não começou, vamos dizer assim, surgiram novas ideias em torno de realmente o que está na base do desenvolvimento econômico. O que é que faz crescer? Então toda uma história do crescimento de países desenvolvidos passou a ser reexaminada à luz de outro critério, o critério tecnológico. Por que um país enriquece? Porque ele domina uma tecnologia, ele desenvolve a sua tecnologia fundamentalmente. Então o fator tecnológico passou, de certo modo, não diria a superar, mas a colaborar bastante...

NB: Mas isso desde o governo Juscelino.

VF: É. Exatamente. Depois, no pós-guerra. O pós-guerra transformou o mundo no famoso “mundo só”, mas que já chegou a ver que o “mundo só” era dividido em dois mundos. Anteriormente à guerra não havia essa ideia, essa consciência de que havia dois mundos. Com a guerra, com a ONU, com a primeira reunião dos países, de todos os países, com as discussões é que se começou a ver: bom, de um lado os Estados Unidos do outro lado a Índia, de um lado a Inglaterra do outro lado a Libéria. Pela primeira vez no mundo essas pessoas se encontraram. Porque a sociedade das nações não tinha sido nada. Essa é que é a realidade. Foi uma brincadeira, aquilo foi um arremedo. A ONU foi um ponto de encontro e de discussão. E no meu entender, eu sei porque eu participei disso pessoalmente, houve uma certa perplexidade. A gente aprendeu um bocadinho de coisa. De

repente o mundo se deparou com órgãos econômicos como a CEPAL, Centro Econômico para a América Latina, que estava no Chile. E a CEPAL era um dos centros, das unidades da ONU que começou a encarar o problema do desenvolvimento econômico nas áreas pobres, que era a América Latina, por exemplo. Houve um centro semelhante na Ásia, a Ásia pobre, como houve um centro semelhante na área pobre do Pacífico, da África do Sul.

NB: Da África?

VF: Do Norte, da África do Norte, e assim por diante. Bom, eu estou dizendo coisas que são sabidas, mas eu quero rememorar por que este conceito de tecnologia passou a ser cada vez mais importante. Eu acho que você diz bem, desde o governo Juscelino, começou-se a ter essa noção. Os órgãos internacionais...

NB: ...essa preocupação governamental.

VF: ...pelo menos a teórica. Começou a ser encarada como um fator decisivo, e os governos passaram a absorver, como é natural. Embora tenha havido durante um período longo ainda muita discussão. Quer dizer, dentro do próprio governo brasileiro, a gente sabe, havia correntes ortodoxas, monetaristas, como o nosso amigo Gudin, que tinha uma visão antiga. Para ele, o problema não era esse, o problema eram os instrumentos monetários, instrumento fiscal, e assim por diante. Isso era um elemento secundário, que poderia ser obtido através simplesmente da absorção alheia, da compra, como se dizia, de tecnologias.

WH: Ele pensava em fortalecer a área agrícola.

VF: Agrícola. Fortalecer, digamos, o lado ortodoxamente econômico da poupança. Você crescer, criar poupança, etc. Os pensadores mais de acordo com a tendência da tecnologia já tinham uma outra visão. Eu posso dizer o seguinte: nos governos militares, esta visão, é o que eu tenho plena consciência, passou a vigorar bastante a partir de Castelo Branco, mas, sobretudo, Costa e Silva, e fundamentalmente, Geisel. E eu diria que uma das pessoas mais importantes aí foi o Veloso, Reis Veloso. O Reis Veloso, num pronunciamento que eu vou traduzir aqui, ele disse uma frase muito importante. Isso de público num ambiente político como era a Câmara dos Deputados, de qualquer maneira era um negócio respeitado.

NB: O senhor tem ideia de quando foi esse pronunciamento?

VF: Ah, foi justamente na época eu fiz também. Foi num fórum de ciência e tecnologia que houve na Câmara.

NB: Que a Secretaria de Planejamento organizou?

VF: Não, foi a Câmara dos deputados. Foi um fórum de debates.

NB: É uma publicação chamada *Desenvolvimento e Importância da Tecnologia Nacional. Fórum de debates, Câmara dos Deputados., Brasília, Outubro de 1977.*

VF: Ele disse o seguinte - isso no início, quem abriu esse fórum de debates foi o Reis Veloso - disse o seguinte: “A maneira, a melhor forma de manter um país permanentemente subdesenvolvido, é entregar-lhe sempre uma tecnologia pronta e acabada, que ele tenha apenas de usar.” Eu acho que isso caracteriza bem uma visão nova. Você não pode estar comprando tecnologia. Você tem que aprender a fazer essa tecnologia. Tecnologia se aprende, se faz, não se importa.

NB: O senhor podia nos esclarecer como é que o dr. Veloso tinha essa sensibilidade? Ele tinha essa abertura para a novidade, já não tão nova, do mundo desenvolvido.

VF: Olha, coincidentemente essa era uma opinião que era partilhada até por pessoas que a gente pode considerar adversários ideológicos e políticos do Veloso, como Celso Furtado. Celso Furtado foi uma pessoa com quem eu trabalhei anos, e era uma pessoa que tinha essa visão. Um dia eu disse ao Veloso: “Vocês dois são muito parecidos” e ele não gostou, o Veloso. Eles eram bastante parecidos. Eu acho que isso é uma questão de sensibilidade política, e social, sobretudo. Uma pessoa realmente que estava, como era o Veloso, e eu, e vários outros dentro do governo, muito voltados para o problema do desenvolvimento brasileiro - realmente era uma paixão - a gente estava integrado num governo que, de qualquer forma, militar ou não militar, o objetivo central era desenvolver o país. De que maneira ia desenvolver, aí discutia-se. Era um problema, era um desafio para todos nós. Então nós estávamos afinados com o pensamento mundial em torno disso. E esse pensamento levava muito para esse problema da tecnologia.

NB: Mas vamos dizer que esse pensamento, ele estava assim encastelado ou liderado, melhor dizendo, na Secretaria de Planejamento. Era liderado pela Secretaria de Planejamento?

VF: Eu vejo assim: a Secretaria do Planejamento era, vamos dizer, que o ponto focal disso.

NB: Liderava.

VF: Não só o ponto focal... ela liderava. Sem dúvida nenhuma liderou. E de tal maneira liderou, que todo um sistema de desenvolvimento científico e tecnológico terminou passando para o âmbito, para a égide, do Ministério do Planejamento, quando foram criados todos os instrumentos que eu posso me referir daqui a pouco, mas talvez não interesse.

NB: Interessa sim.

VF: Foi nesse período, o CNPq já existia há muitos anos, mas o CNPq não deixava de ser um órgão de distribuição de bolsas. Apenas ele examinava os projetos. “Apenas” é uma bobagem minha. Não é “apenas” não. Era muita coisa. Se não fosse o CNPq, eu acho, a

Fundação Oswaldo Cruz teria morrido mesmo. Teria, não era mais cadáver insepulto, era sepulto. Não tem dúvida. Porque quando eu fui para a Fundação, o que existia ainda lá dentro de pesquisa era por conta do CNPq. A gente depois vai falar sobre isso.

NB: O senhor está querendo dizer que ele se restringia a um tipo de atividade de bolsas, de oferecer bolsas...

VF: Ah, claro, é o CNPq.

NB: Um tipo de atividade restrita.

VF: Restrita, pontual...

NB: Era um balcão...

VF: Era um balcão de projetos, coisas assim. Quer dizer, não interpretava uma política de governo, uma decisão, um ponto, vamos dizer, um conceito, uma visão de conjunto de uma política nacional. Essa política nacional foi realmente o Ministério do Planejamento, nessa fase crucial, que desenvolveu, e que colocou em evidência, em prática, e que difundiu de certa maneira. De qualquer forma...

NB: Só uma pergunta. É uma questão que eu não estou entendendo. O Ministério do Planejamento passou a ter, a gerir ou administrar, ou a formular política para as áreas dos Ministérios, dos outros respectivos Ministérios? Saúde, agricultura...

VF: Não.

NB: Não? Como é que era essa relação?

VF: O que fez o Ministério do Planejamento foi formular essa visão global do problema de desenvolvimento científico e tecnológico. E dentro disso uma visão, vamos dizer, de um desenvolvimento auto-sustentável, que era o que se falava muito, era uma expressão muito usada na época. Se queria um crescimento auto-sustentável. Ora, crescimento auto-sustentável, o “auto” já está dizendo que é uma coisa própria, dele. Então, excluía, não é só excluía, mas dava muita força ao lado interno do processo de desenvolvimento de tecnologia e ciência, ao processo nacional, para usar a palavra. Eu diria que foi uma política nacionalista, se quisermos usar esse termo. Sem dúvida foi nacionalista. A gente tinha muita consciência de que a ciência era internacional, a ciência é universal, existe a república da ciência, mas dentro dessa visão existe uma ciência, uma tecnologia nacionais, que são preservadas em qualquer país, e que, digamos, não podem ficar dependentes de uma soberania externa, ou de uma empresa privada exterior, ou algo assim. Precisa que se faça dentro do país esse esforço para obter uma auto-sustentação, uma autonomia tecnológica e científica, quer dizer, científica em decorrência dessa necessidade tecnológica. Na visão de que foram as mutações, os avanços tecnológicos que permitiram aos países hoje ricos se desenvolverem. Bom, hoje parece até um truísmo dizer-se isso, mas não era tanto na época. Se a gente encarar a revolução industrial

como base, como ponto de partida do mundo moderno, a gente vai ver que foi o desenvolvimento industrial na Inglaterra e depois nos Estados Unidos, que demarcou todo um processo de crescimento econômico. E esse desenvolvimento industrial, essa revolução industrial, não foi mais nem menos que uma revolução tecnológica. É espantoso a gente ver, relendo a história dos Estados Unidos! É incrível como lendo os Estados Unidos, nos anos de 1840, 50, 60, o número de invenções que eram feitas todo ano, todo ano, todo ano. A quantidade de coisas novas que se incorporavam. A gente ouve falar no vulto com o navio a vapor, mas isso não quer dizer nada. Isso é uma bobagem. E para não falar no processo inglês.

Ora, esse desenvolvimento tecnológico, que permitiu esse crescimento industrial, esses avanços fabulosos na energia elétrica, tudo isso era fruto de que? Isso que a gente tem que ver. Antes, ou ao mesmo tempo que se faz uma energia elétrica, e que Edison botou uma luz para funcionar, havia todo um embasamento científico puro que estava por baixo. Cientistas puros, físicos, que davam o embasamento científico para esse avanço tecnológico, para essa conquista tecnológica. A nossa visão, minha visão, e eu acho que a do Veloso, mas eu vou falar em nome próprio, era a seguinte - que não é minha, mas de outros também: é a demanda tecnológica, no tema econômico, que provoca o crescimento científico. Ou seja, não se faz ciência bizantina. Não existe sexo dos anjos puro, essas coisas assim. Um cientista puro, ele não é mais nem menos do que fruto de uma demanda global da sociedade. Ele pode até não saber que ele faz parte de um contexto, mas ele faz parte desse contexto. Ele não pode de repente imaginar que vai estudar o sexo dos habitantes de Marte. Imagina. Podia, né, não é ciência pura? Mas por que que o cientista não estuda o sexo dos habitantes de Marte? Porque não corresponde a nenhuma necessidade social. O ser humano é um homem social por excelência. Tem que ser.

NB: E ninguém vai financiar essa pesquisa.

VF: Ninguém.

NB: Quem será o financiador disso?

VF: Ninguém. Mas mesmo que ele lute para conseguir um financiamento, ele vai ficar tão vazio, vai ficar se sentindo tão prostrado por dentro dele próprio, tão frustrado, que não tem sentido. Eu quero dizer com isso que a demanda, a necessidade de conhecimento, são os desafios do dia a dia de uma sociedade, que criam o que eu chamo de demanda tecnológica. Demanda tecnológica num sentido amplo. E essa demanda tecnológica cria um ambiente favorável ou desfavorável para o crescimento da ciência, da ciência pura, para chamar o nome que tem hoje. Felizmente hoje acabou essa besteira, não há mais isso. Mas na nossa época, quer dizer, quando eu assumi a Fundação, isso era assunto de primeiro plano. Era um negócio muito sério. Eu fui acusado quinhentas vezes, sei lá quantas vezes, de ser um dirigista cretino que só queria fazer vacina e coisas assim. Eu fui acusado várias vezes.

NB: Dentro da Fundação?

VF: Também na Fundação.

NB: E também fora da Fundação?

VF: Também, várias vezes. Tem aí documento de jornal. Até o nosso amigo Carlos Chagas, que era meu amigo, ainda é, disse isso. Carlos Chagas Filho disse isso uma vez.

WH: É, porque no âmbito científico o raciocínio é exatamente o contrário.

VF: Pois é, mas aí é que está. Muita gente percebeu, durante a minha gestão, o que é que eu pensava. Eu creio o seguinte: agora, com o tempo, perspectiva, etc, eu vejo que às vezes as minhas zangas não tinham razão de ser. Eu não soube entender a posição de um chamado cientista puro. Não soube entender. Ele está lá dentro enquistado, etc. Eu queria mostrar a ele que: “Puxa, você faz parte de um contexto, meu caro, você está dentro de um ambiente, de uma sociedade. Essa sociedade existe, quer você queira, quer não. E se você faz uma determinada pesquisa, essa pesquisa corresponde a uma determinada necessidade social ou intelectual. Mas não existe intelecto puro. Até na Idade Média, o sexo dos anjos bizantinos era um negócio... Quer dizer, não é possível! Desde que você escolhe um tema de pesquisa, você já está envolvido politicamente no sentido amplo da palavra política”. Política no bom sentido, não no sentido partidário, pequenininho, mesquinho, como depois se transformou a Fundação. Eu vou falar sobre isso, se vocês não quiserem botar lá, não ponham. Mas isso eu faço questão de falar mais tarde. A Fundação, entre parênteses, depois, nos últimos anos, pelo menos 10 últimos anos, transformou-se num centro sectário para eleger um deputado federal, Dr. Arouca, do Partido Comunista. Nesse aspecto partidário eu não quero falar. Não é isso que eu me ligo, mas política no bom sentido. Política num sentido amplo, de administrar recursos para a sociedade para o seu crescimento. Bom, voltando ao que eu estava dizendo. Sem partidário, sem partido político, a política, de um modo geral, é um posicionamento de uma pessoa frente a uma sociedade, a um Estado, a uma Nação, e assim por diante. Um cientista não poderia se isolar disso.

NB: E o senhor acha que tinha muita gente lá assim, nessa situação?

VF: Eu acho o seguinte: o isolamento decorreu justamente, no caso de Manginhos como no caso de várias instituições brasileiras, decorreu da falta de articulação desse sistema científico, desse meio científico, com o meio social do país. Eles perderam, digamos assim, a utilidade social. Oswaldo Cruz - e a Nara sabe melhor que ninguém já que estudou isso - o que fez Oswaldo Cruz? Correspondeu exatamente a um momento histórico, decisivo. Ele foi o homem que aprendeu, não sei porque, soube ajustar-se exatamente a um momento. Naquele momento era preciso um organismo, uma pessoa que liderasse um organismo, que fizesse certas coisas que estavam sendo necessitadas, e urgentemente, pelo país, pelo país e pela nação, pela nação, pela sociedade brasileira, pela sociedade mundial. Porque, afinal, é um problema mundial também. Um problema brasileiro não deixa de ser um problema mundial. Nós estamos inseridos também nesse contexto. Então, o que ele fez? Ele, primeiro, antes de mais nada, ele se mostrou como

um demandador de tecnologia. Por conta dessa demanda de tecnologia que estava na sociedade que ele assumiu, ele disse assim: “Eu vou tentar atendê-la”. Aí ele criou toda uma estrutura em torno disso, não só para fazer vacina, etc. Bom...

NB: E produzir conhecimento.

VF: E produzir conhecimento, desenvolver esse conhecimento, ensinar, transmitir através de escola. Dentro de Manguinhos, você sabe, tem - não falo na Escola de Saúde Pública, falo na própria Manguinhos - na área de ciência...

NB: É, chamavam-se Cursos de Aplicação.

VF: Os Cursos de Aplicação. Os Cursos de Aplicação eram exatamente isso.

NB: O nome é até interessante.

VF: Muito bom.

NB: Curso de Aplicação.

VF: Curso de Aplicação. Está aí se dizendo o que era. Mas nesse Curso de Aplicação não se pode, como eu estava dizendo, aplicar a energia elétrica para obter uma lâmpada, sem ter o que é a eletricidade. Qual é a origem da eletricidade? Qual é a razão de ser da eletricidade? Então tem uma base teórica e pura, fundamental, que está por trás disso. No meu entender, o que houve no Brasil, e no caso específico da Fundação, foi uma perda de utilidade social. Aos poucos, o país foi tendo outra necessidade na área de saúde. Veja só: quando eu cheguei em Manguinhos, o que que havia em termos de projetos? Eram projetos basicamente para atender as doenças chamadas tropicais, doenças de subdesenvolvimento, doenças parasitárias. Era doença de Chagas, leishmaniose, esquistossomose, e sei lá quantas outras mais, enfim, doenças do mundo pobre, e não só do mundo pobre, mas especificamente pobre que era o caso brasileiro. Doença de Chagas.

WH: Do mundo pobre e rural.

VF: E rural. Pronto, é isso! Mundo pobre e rural. E o Brasil tinha 20% de população urbana, se tivesse, naquela época de Oswaldo Cruz. Foi crescendo, já em 1950, quando eu comecei a trabalhar no recenseamento, a população urbana brasileira, eu não me lembro bem exatamente, mas não passava de 45%, 40%. Urbana, em 50, quer dizer, é incrível! Então na época de Oswaldo Cruz, a nossa população era totalmente rural. Você tinha uns núcleos urbanos, umas coisas assim, mas uns núcleos urbanos que eram afetados pelo lado rural. Daí o problema de Chagas, esquistossomose. Bom, aos poucos, aos trancos e barrancos, como diz o nosso amigo Darci, o país foi crescendo, foi mudando. De repente a gente chega nos anos 50 ou 60, digamos, nos anos 60, com uma mudança realmente bastante forte, acentuada, no governo Juscelino, com todo um desenvolvimento de mentalidade, com criação de órgãos como o BNDE - hoje BNDES - com toda uma estrutura de crescimento, de desenvolvimento, de industrialização, com o país liderando,

passando a Argentina. Olha, isso é uma coisa fabulosa. O Brasil passou a Argentina em determinado momento. Já passou hoje também, mas há tempos atrás. A Argentina que era, nos anos 20, do nível de desenvolvimento da Bélgica, da Bélgica. Argentina e Bélgica eram iguais. Igualzinho.

NB: Uruguai também.

VF: E Uruguai. O Brasil conseguiu, em 30, 40 anos, superar isso no campo industrial, aos trancos e barrancos. Por que aos trancos e barrancos? Porque na cambulhada vinha todo um processo rural que se destruía, etc. Mas, apesar dessa cambulhada toda, havia uma mudança, uma transformação nas necessidades sociais, na problemática do país. E isso, evidentemente, se retratou na área da saúde. As doenças passaram a ser outras. O campo mundial, o campo de pesquisa e tecnologia no setor biomédico, como chamava, transformou-se também. Quer dizer, você passou a dar muito maior importância, por exemplo, em vez de bacteriologia, à virologia. De repente começaram... Mas no Brasil não tinha base virológica. Essa é que é a realidade. Nós não tínhamos. Manguinhos tinha um setor de virologia, que era o Schatzmayr, totalmente isolado. Por isso que ele ficou muito meu amigo - ele fez várias coisas aí - porque eu dei a ele um apoio.

WH: É histórica essa questão de virologia em Manguinhos.

VF: É, histórico. Porque a equipe antiga não queria. Mas por que não queria?

WH: E a Química também.

VF: E a Química. É.

NB: Bioquímica.

VF: Bioquímica.

NB: Também não tinha.

VF: Outra área que era também...

NB: O senhor levou um bioquímico para lá de primeira, que foi o Morel.

VF: Levei. E um imunologista. Eu ia falar sobre isso.

NB: Mas enfim, sobre a Virologia.

VF: Não, e outras áreas. Por exemplo: Bioquímica, Imunologia. Hoje a medicina gira em torno da Imunologia. Bom, de repente, Manguinhos não tinha nada disso. Quer dizer, todas as novas necessidades foram sendo deixadas para trás, porque Manguinhos não tinha uma estrutura capaz de enfrentar isso. Nem pôde acompanhar esse processo. Ficou atrás, atrasada. Ficou na bacteriologia clássica, ficou na parasitologia, pesquisando - meu amigo Lobato Paraense pesquisando os bichinhos dele. Como é o nome? Os caramujos

dele. A Lígia vendo quem era planorbicídio não sei de que, Sherlock descobrindo uns troços lá na Bahia sobre o que, entende? Quer dizer, eram pessoas altamente capacitadas nas suas áreas, eu sei, pelo menos eu penso assim, altamente capacitadas na sua área específica, mas sem uma visão de conjunto - com exceção talvez do Lobato, que tenha realmente uma visão, eu acho, muito boa. Mas, enfim, isso eu falo depois. Dentro daquilo, isolados, de repente se deparam com um problema bioquímico ou, digamos, novo. E pronto. Como é que ele sai daquele problema? Ele não tem ninguém para ajudar em Manguinhos. Ele também não tinha condição de ele próprio, naquela altura da vida, 50 anos, sei lá quantos anos de vida, se fazer, se reciclar. Aliás, a expressão reciclagem no Brasil não existia. Ninguém se reciclava. Hoje também não se recicla, quanto mais na época. Então ficou lá. De repente eu vou para Manguinhos e me deparo com esse ambiente.

NB: O senhor tem ideia da quantidade de funcionários que Manguinhos tinha nessa época?

VF: Eu tenho aí. Tenho todos. Tinha dois mil e poucos funcionários.

NB: Mas o total. Pesquisadores, são menos?

VF: Pesquisadores tinha menos.

Fita 3 – Lado B

NB: ...no departamento?

VF: Não, ele tinha, ela descobria. As coisas eram muito engraçadas em Manguinhos. Eu descobri que tinha um setor de Manguinhos que ficava numa casa rural perdida lá em Jacarepaguá. Estudava leishmaniose.

NB: Eu sei onde é.

VF: Tinha uma área que estudava lepra, a dra. Lígia, uma ótima pessoa. Aí tinha aquela coisa de tatu, porque tatu é aquilo... Meu Deus! Estudando lepra. Bom, isso era outro setor. Quer dizer...

WH: O senhor falava da dra. Alina.

VF: Hein?

WH: O senhor falava da dra. Alina.

VF: É. Alina.

NB: Alina.

VF: Bom, enfim, a Fundação ficou naquilo que era, digamos, há 30, 40 anos atrás,

vivendo de seus louros. Mas o problema, no meu entender, é que esses louros se transformavam em espinhos, por causa da briga interna dos pesquisadores. Esse é um negócio virulento, horrível. Eu vim a saber isso depois. A Wanda não acreditou, quando me disseram: “Olha, isso é de tal modo, que havia um corredor que tinha mão e contra-mão”. Parece brincadeira, folclore. Uma mão era o pessoal do Rocha Lagoa. A outra mão era o pessoal do Lent, não sei de quem. Não passava um pelo outro, porque se passasse, saía tapa.*(risos)* Mas é verdade. É bom que vocês conversem com as pessoas daquela época se ainda existirem. Essa era a realidade. Como é que Manguinhos podia fazer ciência? Não podia mais, morreu a coisa.

NB: Quando o senhor chegou lá, o dr. Lobato já estava lá?

VF: Não. O Lobato tinha saído. Vamos falar nesse lado depois. Bom, eu estou querendo...

WH: Agora, dr. Vinícius...

VF: Só lhe interrompendo um minutinho, só para completar o meu raciocínio. Eu sou muito disperso na minha maneira de falar, por isso eu não quero ser muito. Eu digo o seguinte: Manguinhos tinha se estiolado, tinha chegado ao ponto que chegou, inacreditável. Ninguém sabe o que era Manguinhos, a não ser quem esteve naquele momento em Manguinhos. Só isso é que se sabe. O que foi Manguinhos. Bom, por quê? Porque perdeu a sua autoridade de pesquisa social, perdeu o seu sentido. Não sabia reivindicar nada mais, porque você não pode reivindicar uma coisa que a sociedade não sabe o que é, não está sentindo. Oswaldo Cruz, quando diz assim: “Eu quero dinheiro para fazer vacina de, sei lá, de febre amarela”. Febre amarela é um negócio tão horrível que o Brasil chegou um tempo que perdeu dinheiro. Não podia exportar, porque - ela sabe melhor do que eu - os navios não vinham mais aqui. Então era um problema nacional da maior importância. Mas foi fácil para ele, quer dizer fácil, ele tinha acuidade para isso. Ele correspondeu a um momento histórico. Manguinhos, nos anos 60, 70 em diante não tinha mais o sentido histórico. Tinha perdido essa sua capacidade.

NB: Quem era o seu antecessor? Quem foi o seu antecessor?

VF: Olha...

NB: O senhor lembra?

VF: ... é tão impressionante que a gente não sabe nem quem era. Eu li num documento do Coura que o presidente da Fundação, nos anos 73, era o Oswaldo Cruz Filho.

NB: É. De 71 para a frente.

VF: Tenho impressão que quando o dr. Paulo de Almeida Machado foi Ministro, o Oswaldo Cruz saiu, e ele nomeou para responder o Oswaldo Costa Filho, que era diretor da escola, Escola Nacional de Saúde Pública, que com o Rocha Lagoa, passou a chamar-se Instituto Presidente Castelo Branco, e que eu, Vinícius Fonseca, mudei para Escola Nacional de Saúde Pública. Num ato condigno, quer dizer, com a revolução militar. Se o

esquema militar fosse tão terrível, Vinícius Fonseca não tinha ousado fazer isso. Isso *an passant* é bom que se diga, porque fui eu que mudou. Mudou não, voltei...

NB: Voltou ao nome antigo.

VF: Não devia, né. Podia até ter tirado o nome de Oswaldo Cruz, ter posto Instituto Castelo, Costa e Silva, Instituto Médici.(*risos*) Mas não fiz. Médici podia ser. Bom, estávamos em que? Por que houve isso?

WH: O senhor estava falando sobre organização de ciência e tecnologia. Nesse modelo, dr. Vinícius, é fundamental que se estabeleçam prioridades.

VF: Bom, isso foi o que eu fiz.

WH: Pois é, e aí eu queria lhe perguntar como foi isso?

VF: Eu preferia, eu preferia deixar isso para uma segunda etapa. Nós teríamos o que ainda? Sabe por que? Eu tenho um programa hoje sério, até 5 e meia no máximo.

NB: Até 5 e meia?

VF: É. Hoje.

NB: Tá, não tem problema.

VF: A gente pode marcar um outro dia em que eu falaria sobre Manguinhos especificamente. Se vocês me permitirem hoje, eu gostaria de generalizar o problema de ciência e tecnologia.

WH: Exatamente, é isso que eu estou lhe perguntando. De um modo geral...

NB: Se o senhor quiser ir fazendo pontes, tudo bem, não tem problema.

VF: Não, mas eu prefiro, porque aí eu dou uma geral.

WH: Isso. Então na próxima a gente fala sobre Manguinhos.

NB: O que tem a ver a questão então do Planejamento com as prioridades. É interessante porque o senhor já está começando a falar da Fundação, e o senhor foi para lá então, deu a entender, com uma certa orientação de trabalho.

VF: Não, para falar a verdade, orientação não houve. Não posso dizer que tenha havido uma orientação nesse sentido. Digamos que foi uma orientação intelectual global, um pensamento, foi uma ideia.

NB: Sim, mas o Ministro não chegou para o senhor...

VF: Não.

NB: ... e disse alguma coisa: “Olha, eu preciso...”.

VF: Não. Do Planejamento? Não.

NB: Da saúde.

VF: Da saúde, sim. Da saúde estava dentro de uma ideia global. Quer dizer...

NB: Ele compartilhava com as ideias do senhor, o seu Planejamento...

VF: Sem dúvida. Eu tenho um documento do Ministério da Saúde, do Ministro, em que retrata muito bem essa visão que ele tinha, que foi, no meu entender, um homem extraordinário. Realmente um dos maiores Ministros da saúde e estadistas que nós tivemos. Foi o Ministro Paulo de Almeida Machado. Não é à toa que depois de ser Ministro, 1 ano depois de sair do Ministério, não foi como Ministro nem Presidente da República não, ele foi eleito, ele foi *honoris causa* da Sorbonne, na Sorbonne. Um ano depois de sair do Ministério. Era um homem desse nível.

NB: Mas ele lhe pediu: “Olha, o senhor vá por aqui, vá por ali”. Deu uma orientação do que o Ministério precisava de Manguinhos?

VF: Eu acho o seguinte: que esse tipo de conversa não houve, porque havia, vamos dizer assim, um entendimento tácito, tácito. Não havia necessidade de explicitar. Porque, primeiro, havia todo um conceito dentro do governo Geisel, sobretudo no governo Geisel, esse novo conceito de ciência e tecnologia começou a surgir de uma forma muito forte, como eu acabei de dizer. Isso estava dentro de uma programação de governo. Houve um Plano Nacional de Desenvolvimento ou 3 Planos Nacionais de Desenvolvimento, e houve 2 Planos Básicos, chamado Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Veja: foi o único setor no governo, isso é muito importante, que teve um plano próprio. Não é engraçado isso? Houve o Plano Nacional de Desenvolvimento.

NB: Era geral.

VF: Era geral. Era o plano global que foi formulado desde os anos... quando foi o primeiro? Não importa. Quer dizer, Castelo Branco, aí o Roberto Campos foi Ministro, fez um projeto, um programa enorme.

NB: Primeiro 69, 68...

VF: 69.

WH: Não. O primeiro PND é de 72 à 74.

VF: É isso.

WH: O segundo é 75 a 79. VF: E depois vem um terceiro.

NB: O Roberto Campos começa a imaginar em 69.

VF: O Roberto Campos fez um primeiro programa, grande, detalhado...

NB: Tem um nome.

VF: Tem um nome. Antes dele, todo o conceito de Planejamento, em nível governamental já existia, desde o programa do CEPAL, essa coisa toda.

NB: Foi o Juscelino.

VF: Foi o Juscelino que fez o chamado Programa de Metas. Foi o primeiro esforço nacional de uma programação orientada, com objetivo, e assim por diante. Depois o Roberto Campos fez um programa enorme, detalhadíssimo, que o Carlos Lacerda malhou pela televisão, passou uma tarde metendo pau. Diz que o governo tinha chegado ao ponto de dar um determinado... só podia ser - dizia Carlos Lacerda - às galinhas, porque para ter a quantidade de ovos que estava previsto no plano, (*risos*) tinha que ter ...

WH: Tinha que ter o que?

VF: Um fermento. Enfim, um medicamento para as galinhas. Porque o projeto...

NB: Um hormônio.

VF: Um hormônio. E o projeto do Campos do qual eu participei só no final, era uma coisa assim detalhadíssima. Chegava a isso...

NB: Minúcias.

VF: Era um programa de metas, mas com uma nova orientação política, voltada... mas chegava a ser bobagem codificar galinhas.. (ri) É claro que ninguém queria que as galinhas fossem produzir essa quantidade de ovos. Era uma coisa demonstrativa. Mas havia esse processo. Depois, com o governo Costa e Silva, começou a formar-se uma mentalidade realmente de Planejamento com maior amplitude, um Planejamento global. Era um Planejamento global, um modelo de desenvolvimento, dentro de concepções de Planejamento econômico que estavam em voga no mundo capitalista, e sobretudo, socialista. Foi o mundo socialista que pregou esse negócio todo.

NB: A questão tecnológica estava presente e era central no plano.

VF: Pois é, mas era tão importante - isso que eu quero acentuar - que esse plano geral não teve mais nada setorializado, a não ser o de ciências e tecnologia. Por aí a gente pode perceber a importância que se deu ao setor de desenvolvimento da ciência, que chamava na época de pesquisa e desenvolvimento, quer dizer, ela pesquisava para você desenvolver, para aplicar, para ter um objetivo de aplicação. Esse setor teve dois planos,

um seguido ao outro. Quer dizer, havia toda uma...

NB: O senhor não participou da elaboração do plano?

VF: Muito.

NB: No IPEA?

VF: Era do IPEA. Daí a minha participação no governo. Eu fui para o IPEA em 1965 e participei de todas as atividades. Na realidade, como no IPEA eu comecei numa área de demografia, logo passei para área social de um modo geral. Mas no final do governo, no final do Veloso, antes de eu ir para a Fundação, eu fiquei, como eles chamavam, de assessor especial. Era assessor especial, ainda bem que não era *aspone* (risos). Não era porque trabalhava.

NB: O Reis Veloso, ele vai para o governo, vai para a Secretaria de Planejamento no governo Geisel ou é anterior?

VF: Não, é anterior.

NB: É anterior?

VF: Reis Veloso foi no governo Médici.

NB: Ele entrou no Médici.

VF: Não, foi o seguinte: o Veloso foi para o Banco do Brasil. Banco do Brasil, passou em primeiro lugar. Aquela história clássica. Então imediatamente, foi levado para fazer um curso nos Estados Unidos, um mestrado. No período desse mestrado houve o movimento de 64, os militares tomaram o governo e tal. E o grupo do Roberto Campos, Gudin, Otávio Bulhões, etc, assumiu o controle da área econômica. Então, eles começaram a ver quem é que estava por fora e para juntar no IPEA. E o Veloso foi descoberto pelo Vítor Silva. Foi descoberto em River, lá nos Estados Unidos. Ele estava terminando. Aí tinham os olheiros. Na época havia muito isso, de olheiro. Quem é que está aí? Fulano está não sei onde. Aí mandaram buscar o Veloso. Ele veio diretamente para o IPEA. Ele organizou o IPEA com o Vítor Silva. Depois o Veloso ficou no IPEA, depois ele ficou como secretário executivo do Ministério do Planejamento, na época do Beltrão. O Beltrão foi convidado pelo Costa e Silva, mas não aceitou, e indicou o Veloso. E o Veloso assumiu no Costa e Silva.

NB: Ah, então tá. E aí ele ficou?

VF: Assumiu no Costa e Silva, um modo de dizer. Não foi bem assim. Desculpe, eu não me lembro bem os detalhes. Mas, enfim, ele ficou com o Costa e Silva até certo ponto. O Beltrão era Ministro. Quando o Médici assumiu, o Costa e Silva adoeceu, o Beltrão saiu. Ele deu uma desculpa, o filho dele não sei o que, ele tem um filho novinho. E então ele indicou - indicou, um modo de dizer - aconselhou o Médici a aceitar, a chamar o Veloso.

E o Médici chamou o Veloso. Quer dizer, o Veloso ficou Ministro do Planejamento 10 anos, dois quinquênios, Médici e Geisel. É claro, o governo Médici foi um governo de tateamento. Foi um governo muito difícil. Foi o governo do auge da repressão...

NB: Repressão política.

VF: ... política. Aquela coisa terrível que a gente soube depois, de Araguaia. Ninguém sabia. Pouca gente sabia daquele troço. Bom, mas o governo estava tateando, mas foi uma época áurea do crescimento econômico. Coincidiu com isso. Foi a época do milagre. Foi a época que o Brasil cresceu 10% ao ano, 9%.

NB: O senhor nunca esteve com ele na Secretaria do Planejamento?

VF: Com quem?

NB: Com o Veloso.

VF: Eu trabalhava com ele.

NB: Ah, já nesse período Médici?

VF: É.

NB: O senhor foi com ele. Saiu do IPEA e foi...

VF: Não. O IPEA e o Planejamento era a mesma coisa.

NB: Ah, é?

VF: É. Praticamente. Não havia diferença.

NB: Era a mesma estrutura? Não tinha uma estrutura à parte?

VF: Tinha uma estrutura a parte, mas era pró-forma. Era formal, entende? Quer dizer, as pessoas que estavam no IPEA, foram para o IPEA para ter uma possibilidade de ganhar um pouco melhor. Eu, por exemplo fui chamado do IBGE. Do IBGE, o Veloso me requisitou e fui para o IPEA. Mas no IPEA, eu para ganhar o que eu ganhava no IBGE, não dava. Infelizmente na época o serviço público era um horror. Então foi a época da invenção das fundações. Daí o Rocha Lagoa ter criado a Fundação Oswaldo Cruz. Que fez muito bem, porque realmente era...

NB: É uma certa autonomia, né?

VF: Autonomia, como se teve no IPEA. Aí o Veloso pôde fazer no IPEA uma estrutura nova, cheia, podendo pagar melhor as pessoas. A tal ponto que eu terminei fazendo a loucura da minha vida, que foi optar pela CLT. Optei e me estrepei até hoje. Hoje tenho uma aposentadoria de oito salários mínimos. Isso foi a minha besteira. Mas por quê? Todo mundo estava entusiasmado. O negócio era mudar, tal, fazer, acontecer, CLT...

NB: Mas milhões, milhões de trabalhadores na época fizeram isso.

VF: Fizeram isso. Todo mundo. Quer dizer, pensando que ia ser a salvação da lavoura. E não foi. Bom, então a estrutura era a mesma.

NB: Era a mesma.

VF: Era.

NB: A secretaria tinha a estrutura do IPEA então?

VF: A base de trabalho era o IPEA. Quem dava...

NB: A secretaria tinha status de Ministério no governo Médici?

VF: Tinha.

NB: Já tinha?

VF: Tinha status, tinha. Era Ministro do Planejamento. Quem mudou foi Geisel, com proposta do Veloso. O que acontece é o seguinte: no governo Médici, era Ministério do Planejamento, MINPLAN. Mas no Ministério do Planejamento dava um problema muito sério. Era antes também o Ministro. Beltrão era Ministro do Planejamento. Mas sempre houve problema, porque ele era Ministro do Planejamento. A gente fazia um plano. Como eu disse a você da outra vez, cada um tinha os seus Ministros de apoio, enfim, de contato, mas você não tinha força.

NB: Não tinha autoridade?

VF: Não tinha autoridade. Você falava, falava, falava...

WH: Ficava no mesmo nível do Ministério, né?

VF: É, no mesmo nível e o camarada dizia: “Tudo bem, tal”, mas...

NB: ...não acontecia nada.

VF: Eu me lembro, por exemplo, no governo Costa e Silva, quando o Beltrão inventou o que ele chamava de ações coordenadas, o governo se transferia para tratar em outros lugares. Então a gente foi para Belo Horizonte. Aí foi para Rio Grande do Sul, foi para Recife, foi para não sei para onde. O governo passava oito dias numa região, presidente, todo mundo. Aí fazia-se um documento. Na preparação desse documento...

NB: Diagnóstico.

VF: ... ouvia todo mundo. Diagnóstico geral. Aí ouvia, ouvia Deputados - ouvia Deputado também - Senador, Prefeito, Bispo. Eu me lembro bem que eu fui ouvir um bispo na Paraíba, minha terra, eu fui tratado quase a ponta pé. Eles detestavam o governo. O

governo era o diabo. E eu inocente: “Meu caro, você me conhece!”; “Não, você degenerou”. Eu disse: “Meu amigo”; “Não, vá embora”. Foi um negócio muito sério. Bom, nessa época, quando a gente entrava no Ministério para conversar com o Ministro, ele dizia: “Tudo bem. Mas na hora de fazer as coisas...”

NB: ... de implementar.

VF: “Não”. Aí eu, começou a haver um mal-estar muito grande. Por exemplo, a gente fazia um documento: ação coordenada do governo em Minas Gerais, na região central, digamos. Aí aquela briga, foi um negócio terrível. Eu fui coordenador, infelizmente fui coordenador desses troços. Aí ia para lá, discussão com governador. Cada um que queria as coisas mais aberrantes. Todo mundo, depois de preparado o documento, o Ministro da área aceitava. Aí o Veloso e o Beltrão e comigo, que eu era coordenador, foram fazer um sistema, fomos fazer um instrumento de acompanhamento, senão não resolve nada.

NB: Planejamento sem acompanhamento não existe.

VF: Aí lá fui eu para o acompanhamento, eu e meu grupo de trabalho. Um dia lá...

NB: Em Minas isso?

VF: Em Minas. Não, mas na área federal. Um dia, na área do interior, que era a minha área preferida, eu era muito amigo do general Afonso, eu gostava muito dele. Um homem que tinha uns lados horríveis, mas tinha uns lados fabulosos, eu acho. Eu sou muito nacionalista. Eu quero logo dizer a vocês isso. É um pecado hoje em dia, mas eu sou. Eu...

NB: No mundo todo está em moda, olha só a Bósnia lá.

VF: Mas nacionalista não no sentido xenófobo. No sentido, eu acho que esse país, ele não pode se entregar assim também. Que é isso? A gente faz um esforço e depois entrega tudo? Bom, e o general Afonso...

NB: Então, o senhor não concordava com o Roberto Campos, não é?

VF: Eu?

NB: É.

VF: Olha, por incrível que pareça o Roberto Campos, que é tão privatista, foi um homem... outro dia não sei quem, o Vila Lobos Correia eu acho, fez um artigo perverso.

NB: No jornal?

VF: É, uns dois artigos. E o Roberto Campos se calou. Olha, é muito engraçado, o privatista mor, que é Roberto Campos, foi o homem que mais estatizou nesse país. E se vocês analisarem, é uma verdade. Foi ele, com o grupo que veio depois, que eram os seus discípulos, e Veloso, que fizeram a estrutura estatizada que está aí. Tudo que tem essas

empresas aí foram criadas no governo Geisel, no governo Médici, no governo Costa e Silva. Telebrás, não sei, todos os brás.

NB: Grandes empresas estatais.

VF: E por trás das brás todinhas, as menos brás, as pequenas brás, as estruturas estaduais.

NB: Por trás, Roberto Campos?

VF: Tudo. Era teoria do Veloso e do Roberto Campos. Eu não sei, mas do Veloso sobretudo: dos buracos, como é que ele via a tese dele, dos buracos vazios. Não é bem buraco, dos espaços vazios. Você tem que encher um espaço vazio porque o espaço vazio não fica vazio. Então cabe ao governo, se esse espaço é difícil, assumi-lo. Eu adotava isso e o general Afonso também. Bom, então, eu estava falando sobre...

NB: O senhor está falando sobre uma coisa interessante, sobre o seu nacionalismo.

VF: Mas isso é um detalhe pessoal.

NB: Não é detalhe não. Como um detalhe?

VF: Não, eu sei. Uma posição.

NB: Uma posição sua.

VF: Minha. E que em grande parte correspondia ao pensamento do governo.

NB: Exatamente.

VF: Eu acho que sim. Embora...

NB: O que eu estou achando interessante, dr. Vinícius, é que o senhor está confessando esse posicionamento político, essa ideologia, se pode dizer...

VF: É.

NB: ... esse cima de ideias, e tem pessoas no governo, como o Roberto Campos, conhecido como o oposto desse pensamento nacional.

VF: Pois é, é estranho. Como oposto. E o Bob Fields, quer dizer, o homem que era repudiado pelas esquerdas, etc...

NB: Ele é conhecido, ele é conhecido como Bob Fields.

VF: Bob Fields. Quer dizer, um homem que....

NB: O senhor teve contato com ele próximo?

VF: Tive, mas não muito. Porque quando eu cheguei, quando eu fui para o IPEA, o

Roberto Campos já tinha praticamente saído. Na verdade, o que houve foi o seguinte: com a posse do Costa e Silva, o grupo todo, o Castelo Branco, que era muito mais, vamos dizer assim, um liberal no sentido clássico da palavra, foi um pouco deixado de lado. Os militares do grupo Costa e Silva tinham muito esse esquema nacional, entende? O líder era Afonso de Albuquerque Lima. Afonso de Albuquerque Lima era um homem tremendo. Um homem que teve, que queria - houve uma besteira lá na Amazônia com os americanos metidos a besta - aí ele queria invadir o troço. Ele ia. Tinha um exército, o exército brasileiro na Amazônia, que ele aumentou pra burro, ele ia atacar lá um grupo americano. Foi. O homem era terrível.

NB: Um anti-americanista?

VF: Não, ele era nacionalista no sentido militar.

NB: De defesa nacional.

VF: Defesa nacional. Ali era patrimônio nosso.

WH: Mas os militares têm uma tradição nacionalista.

VF: Muito, mas tem que ter. Qual é a função deles? No final é morrer pela pátria e morrer sem razão, como diz Geraldo Vandré? Não, é horrível. Por isso que o Vandré nunca foi bem...

NB: Bem quisto.

VF: Aceito pelo militar, porque ele tocou na ferida. Morrer sem razão? Pelo amor de Deus! Nunca ouvi falar. Realmente o militar tem, no meu entender, mais do que nunca, ele tem que ser isso, ele tem que acreditar na pátria com *P* maiúsculo. A gente brigava com eles, porque eu dizia a eles: “Vocês não são os donos da pátria. Precisa acabar com essa besteira”. Não é verdade? Afonso, uma vez ele brigou comigo: “Mas espera aí, general, mas o senhor acha que a pátria com *P* maiúsculo é sua? É sua propriedade? Não, a pátria também é minha. Se o senhor acha que o nome pátria daqui a pouco para os civis, fica um nome feio”. Ele não gostou. Ele ficou me olhando assim, mas... Daqui a pouco pátria é nome feio. Meus filhos não vão dizer pátria, que de tal modo vocês tomaram conta da pátria, que o camarada se identifica por milico.

NB: Por que o senhor brigou com ele? Estava discutindo com ele?

VF: Não me lembro mais. Negócio da Amazônia, sei lá. A gente tinha umas discussões assim. Coisa de governo. Essas besteiras todas. A gente tinha muita conversa. Ia para lá de manhã, às 7 horas da manhã começava o expediente do general.

NB: Ele era Ministro do Interior?

VF: Do Interior e era o meu Ministério. Eu era representante do Planejamento na SUDENE, era representante na SUDAM. Eu era representante de todos os órgãos

regionais. Era eu. Eu criei o GERI do Espírito Santo, que era um órgão igual. Fui eu o criador. Fui 10 anos coordenador. Quer dizer, eu era um homem do desenvolvimento regional.

WH: Por isso que o senhor viajava, fazia esses contatos.

VF: Por isso é que eu saía.

WH: O senhor estava falando de Minas. Ia contar qual foi a briga...

VF: Pois é, na verdade, um dos projetos eu fui lá para ver, no Ministério do Interior, e o sobrinho lá, que era o secretário executivo olhou para mim: “Mas Vinícius...”. E eu disse: “o que que há, rapaz?”; “Você está pensando que esse documento é o que? Isso é para ser aplicado? Não, isso é conversa”. Me disse assim. Eu era tão maluco, tão besta, bobo, embora fosse velho, já meio velho. E foi falar com o Beltrão: “Escuta, Ministro, que história é essa desse documento. A gente faz um esforço danado e depois o Ministério do Interior...”. Aí o Veloso estava presente. Bom, isso tudo para mostrar o seguinte: esse ambiente não podia continuar. Então, o Veloso...

NB: Havia um descrédito em relação...

VF: ...ao Planejamento.

NB: ...ao Planejamento.

VF: ...ou pelo menos se não havia um descrédito, havia um certo, não é desprezo... como é que se diz?

NB: Uma indiferença.

VF: Uma indiferença mais aguçada, de unhas, assim. Porque como éramos importantes, aparentemente importantes, todo mundo ficava eriçado.

NB: Aparentemente importantes como, eu não entendi?

VF: Porque nós éramos, estávamos dentro do governo. Nós tínhamos uma posição mais ou menos de destaque. Quer dizer, a gente participava das reuniões de governo. A gente tinha acesso ao presidente às vezes.

NB: Isso era real? Vocês tinham...

VF: Era.

NB: Tinha essa situação.

VF: Mas não tinha, tinha...

NB: Poder?

VF: Força.

NB: Não tinha poder também.

VF: É, não tinha poder, não tinha poder financeiro. Aí é que está. Não tinha capacidade. A secretaria do orçamento era o Ministro da Fazenda. Quem controlava o orçamento era a Fazenda. Quem controlava certas coisas fundamentais, execução financeira, era a Fazenda. Então quem dava dinheiro era a Fazenda. A gente ficava do lado de fora só falando bobagem. Pá, pá, pá. Na hora h quem resolvia eram os outros. Então, entendeu, por isso é que houve toda uma reformulação, que o Médici aceitou até certo ponto, mas o presidente Geisel deu total, absoluto apoio. Foi Geisel que realmente implantou isso. Desde Médici já estava havendo. Aí para evitar esse problema, chamou-se Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. E para que não ficasse Ministério, criou-se uma Secretaria da Presidência da República.

NB: Diretamente ligada à presidência.

VF: Diretamente ligada.

WH: Por cima, né, da estrutura ministerial.

VF: Basicamente por cima. Não era bem por cima, mas era quase por cima. Então o secretário-chefe, chamado secretário-chefe, Ministro-chefe da secretaria.

WH: Agora, o problema de recursos, dr. Vinícius, ele foi solucionado?

VF: Nesse período foi, a gente realmente passou a controlar. E ainda hoje...

WH: Vocês passaram a controlar o Ministério da Fazenda ou...

VF: Não. A área de orçamento passou para o Planejamento, e execução. Agora, toda a arrecadação; todo o resto era com a Fazenda.

NB: Mas como é que se entendiam a Fazenda e a Secretaria?

VF: Olha, essa área sempre foi muito difícil. Sempre foi. É clássico, né? Isso até hoje. É realmente muito difícil. No Brasil, a tradição era o Ministro da Fazenda ser tudo. Ministro da Fazenda era dono das forças. Só perdia para o presidente. O Presidente da República, se fosse um homem como o Geisel, ele dava apoio ao Planejamento. Como deu. Se ele fosse...

NB: Por que o senhor acha isso? Por que que o senhor acha que ele deu esse apoio? Ele era um militar.

VF: Eu acho que o Geisel...

NB: É. O senhor quer falar um pouquinho dele?

VF: O Geisel?

NB: É.

VF: Bom, eu acho que o Geisel tinha uma noção, ele dizia isso, de sentimento público, de *numus* público, como ele dizia, muito forte. Ele era um homem que tinha uma missão a cumprir, missão militar, digamos. Ele tinha recebido uma missão. Missão social, mas ele via isso com olhos militares. Como ele tinha uma formação muito ampla, já tinha todo um passado de experiência de Petrobrás, outras coisas mais, eu tenho impressão que ele ficou muito influenciado...

Fita 4 – Lado A

NB: O senhor falava do Geisel.

VF: É, uma vez eu estava com ele... Ele visitou duas vezes a Fundação. Duas vezes. Eu acho que o único Presidente da República que visitou a Fundação foi o Geisel e duas vezes. Isso mostrou bem o apoio que ele dava a toda essas estruturas novas etc. Mas ele me disse isso, que ele tinha muita consciência da sua função de presidente. É porque dentro de um carro, a gente andando assim, tinha que falar alguma coisa. E ele falava: “Ah, presidente, tal..”; “É, ser presidente é uma função muito dura”. Ele tinha muita consciência da sua posição de presidente. E eu acho que ele foi, ele aceitou, se já não tinha dentro dele próprio, ele já devia ter isso, toda uma estrutura, uma sistemática que o Veloso apresentou, mostrando a importância de se ter um sistema de coordenação de governo. E, inclusive, para um presidente, um negócio desse é muito bom, não é? Porque você ficar sozinho para fazer tudo é...

NB: Mas para isso, ele precisava segurar a Fazenda?

VF: Para isso, ele teve que segurar a Fazenda.

NB: Pois é.

VF: Tinha que ter uma pessoa na Fazenda que não fosse um Delfim. Por isso que o Delfim caiu fora. Realmente o Delfim é um homem que tem...

NB: Imperial.

VF: É.

NB: Imperial.

VF: Ele é imperial. Agora, um homem de um espírito, de uma estrutura mental fabulosa, uma enorme inteligência, e era uma parada. E de uma audácia intelectual, e não só intelectual, virulenta. Então, era uma parada. Na época nossa, Delfim, Ministro da Fazenda, era duro. Só porque o Veloso, muito ao contrário dele, o Veloso é mais retraído, é mais fechado, mas por trás daquela coisa dele, ele sabia se impor aos poucos.

NB: O dr. Veloso?

VF: O Veloso.

NB: Foi um bom articulador político, ele?

VF: Não acredito, acho que Veloso não era, o Delfim era muito mais. Veloso, inclusive, eu diria, era um homem muito pouco político. Político nesse sentido de articulação...

NB: Articulação, de negociação...

VF: De negociar. Tem certas manhas etc., mas... e ele nos formou todos no IPEA, nos formou um modo de dizer, mas nos conduziu muito a isso. Eu acho que ele escolhia as pessoas que lidavam com ele mais de perto, justamente aqueles que tinham maior habilidade intelectual com ele. Eu diria isso. Porque eu vejo hoje, os mais ligados ao Veloso, que eram como eu e outros lá, a gente tinha muito essa... e inclusive essa certa ojeriza aos políticos partidários, aquela coisa. A gente tinha verdadeira ojeriza.

NB: Por que, dr. Vinícius?

VF: Não sei, isso aí vem de minha origem. Eu disse a vocês que militei num partido, esse Partido Comunista, me decepcionei. Enfim, não correspondia a meu feitio de ser. Mas isso foge ao nosso assunto.

NB: Não, eu queria saber isso porque eu estou querendo entender um pouco mais sobre o perfil que o senhor está traçando do dr. Reis Veloso e do senhor, e vejo a incompatibilidade, por exemplo, com um homem como o Delfim Neto.

VF: Aparentemente. Digamos que houvesse essa incompatibilidade, mas de certa forma, ela era ligada pela estrutura que já tinha sido criada. Eu disse uma besteira. Realmente essa estrutura de Planejamento e Coordenação Geral foi anterior ao Geisel, foi desde o Costa e Silva. Quando o Beltrão aceitou isso - o Beltrão tinha muita força - quer dizer, tinha muita força intelectual sobre o Costa e Silva. Bom, entre parênteses, quando o Costa e Silva foi para Presidente, houve uma luta, que todos sabemos disso, das duas correntes castelistas e tal, etc. Bom, o Costa e Silva, apesar de se dizer tudo, hoje todo mundo já sabe disso, de se falar dele, sargentão, etc., era um homem de um grande nível intelectual, muito inteligente. Não era isso que se pensava.

NB: Conta-se o contrário dele.

VF: É, conta-se de brincadeira. Ele achava graça também. Tinham as anedotas. Sabe a anedota do avião?

NB: Não.

VF: O Costa e Silva estava lá no avião militar. Então o camarada disse: “Presidente, o senhor sabe, já atingimos, já estamos a 8 mil metros”. Aí: “Puxa, eu sabia que esse país

era grande, mas não sabia que era tão alto!” (risos) Ele sempre achava graça dessas coisas todas, quando se contava isso a ele.

NB: Exatamente.

VF: Mas eu conheci Costa e Silva no escritório dele, antes de ser presidente. Então, quando ele foi presidente, fez um escritório em Copacabana, ali junto do *Roxy*, e ali se reuniam as pessoas da área militar, que era o...

NB: Que apoiavam a ele.

VF:... o Andreazza, o General Hugo de Abreu. O general, aquele outro paraibano, depois foi o homem da guerra, do Araguaia, e outros mais. E, no andar de baixo, era o grupo técnico.

NB: Ele já era Presidente?

VF: Não, ele era candidato.

NB: Candidato.

VF: Candidato. Foi aí que nós tomamos conhecimento com ele. O Beltrão, como Ministro da, do Planejamento, organizou uma equipe para fazer, vamos dizer, o que a gente chamava as aulas do Costa e Silva. A gente dava aula. Não era aula nada, mas era engraçado. A gente falava para ele. E o Beltrão estava preparando uma equipe para cair fora, o Beltrão. Ele já tinha nos dito isso. Então foi aí que se estruturou o negócio. Quando o Médici entrou, o Veloso assumiu já dentro de uma estrutura que foi aceita pelo Médici, pelo governo.

NB: Porque já estava sendo montada pelo Costa e Silva?

VF: Pelo Costa e Silva, entendeu? Quer dizer, Costa e Silva com uma equipe militar que o apoiava. Era muito engraçado.

NB: Mas vocês foram chamados como técnicos?

VF: Como técnicos. É, e inclusive nessa época houve uma coisa muito curiosa. Quando o Veloso me chamou: “Vinícius, você quer ir para esse negócio? Você tem alguma restrição política?” Eu digo: “Olha, Veloso, se eu tiver, com você, eu posso ir”. Aí houve uma coisa curiosa: o SNI quase que me impede. Eu era *persona non grata*. Eu fui também, porque a embaixada americana vetou meu nome. O SNI tinha uns sistemas lá e eu era, eu tinha nome. O meu nome não era, não tinha sido secretário de um jornal comunista na Paraíba? E isso o governo americano nunca me perdoaria. Nunca. Meu nome! Já tinha dito ao Veloso toda a minha história. Aí o Veloso achou graça, tal, deixa pra lá. Eu fui, trabalhei com o presidente Costa e Silva, apesar do esquema de segurança ter... não vetou, não houve veto.

NB: Mas sabiam.

VF: Mas sabiam, deu a entender: “Olha, ele foi um homem...”; “Fui, e daí? E vocês daí, quem é que já foi comunista? Vamos ver. Vamos descobrir”. Bom, organizou-se a estrutura que veio desse período. Então, quando o Delfim assumiu, já assumiu dentro dessa estrutura, que aí foi a sabedoria do Beltrão. O Beltrão sabia perfeitamente das brigas, quer dizer, das brigas....

NB: Dos conflitos.

VF: Dos conflitos naturais...

NB: Visões diferentes.

VF: ... que haviam, porque realmente ninguém quer perder poder.

NB: Claro.

VF: E aí... Mas o Veloso, com o Beltrão, soube organizar uma estrutura. Por exemplo, passou o IBGE para a área do Planejamento. Isso foi outra coisa que... porque não era. O IBGE era um órgão de informação. Informação de sentido correto da palavra, não no sentido militar, informação mesmo. Então era preciso que fosse instrumento do Ministério do Planejamento. Passou o Banco Central.

NB: Era de que órgão o IBGE?

VF: O IBGE era um órgão muito engraçado. Não estava vinculado a ninguém. Era diretamente ao presidente da República, um negócio assim no ar. Na verdade era uma estrutura muito boa, porque não estava, digamos, politizado assim no sentido de participar de um grupo. Mas terminou não dando certo. Você tinha que ter um apoio de alguém, quer dizer, quando começou a perder a função social, como Manguinhos. O IBGE passou por uma crise parecida com Manguinhos, quase se afunda. Felizmente nessa época o Veloso teve a visão. Muita gente do IBGE passou para o IPEA. Eu um deles. Maurício Reis, outro. Foi Ministro do Interior. E outras pessoas mais foram. E o Veloso começou, por nosso intermédio, a saber o que se passava. Aí nós indicamos o Isaac Kerstenetzky como presidente, que era um homem inteiramente fora da estrutura, e que foi dar um outro nível ao IBGE.

WH: Ele era da Fundação Getúlio Vargas?

VF: É. Da Fundação Getúlio Vargas. Era um consumidor de estatística. Quer dizer, o IBGE, durante a minha fase, que foi no final, era um órgão que fazia estatística para ele próprio. Fazia estatística para ele, não era para o consumidor. A gente dizia: “Não, você tem que fazer estatística para o consumidor. Quem é o consumidor maior nesse país agora? Fundação Getúlio Vargas. Então bota um nome de lá, um economista”. Bom, isso já a nova estrutura.

NB: Do governo, ele passou para o Ministério do Planejamento?

VF: Do Planejamento.

NB: No governo Médici.

VF: No governo Médici.

NB: Passou o Banco Central...

VF: O Banco Central. Toda essa estrutura de informação e de controle orçamentário e financeiro passou basicamente para o Ministério do Planejamento.

NB: CNPq também?

VF: CNPq também, também ficava no ar. Toda essa estrutura.

NB: CNPq nunca foi do Ministério da Educação.

VF: O CNPq praticamente era Ministério da Educação, mas não era. Era também um órgão muito por cima. Não tinha muita...

NB: Não tinha essa estrutura. Ela era solta.

VF: Era solta.

NB: Era ligada à presidência da República?

VF: Era ligada à presidência. Não tinha uma estrutura financeira, não é? Não tinha, realmente não tinha força. Quem tem força é quem tem dinheiro.

NB: É verdade.

VF: Essa é que é a realidade.

NB: É verdade.

VF: O que o Veloso fez foi isso. E o Delfim, de certa forma, aceitou, a contragosto ou não, não sei se foi a contragosto. Não teria sido. Ele participou desse processo. Ele sabia disso. Ele já tinha sido Ministro anteriormente também. Ele sabia que havia problemas. E que era melhor que houvesse um controle. Ele advogou durante um período a ideia, que depois ele voltou com isso, de um Ministério da Economia, que seria o super-super Ministério. E houve dentro do governo, sobretudo nessa época, um grupo que foi contra. Que aí era você dar muita força a uma só área do governo. E os militares não gostam muito disso, você sabe. A teoria militar tática, estratégica, esse negócio todo, não é muito disso, a não ser que seja o comandante chefe. O militar raciocina em termos de guerra. E é lógico, ele é feito para a guerra. Não há guerra, o que ele vai fazer, coitado. Fica aqui fingindo que está numa guerra. Por isso que fingiu a guerra interna, essa coisa toda. Então

o militar não era muito disso, não era muito favorável. Houve, portanto, uma estrutura. Dentro dessa estrutura, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral passou a ser uma secretaria da presidência, isso era uma formalidade. O Ministro do Planejamento tinha um gabinete no palácio do governo e um gabinete fora do palácio do governo. Isso foi o Veloso que bolou. Quer dizer, você ter um gabinete na presidência, é um negócio muito bom, muito forte. Está ali junto com o presidente. Inventou a famosa reunião das 9, que eu acho que agora o Fernando Henrique também voltou. Fernando Henrique voltou muita coisa da nossa época. Às 9 horas reunia o Planejamento, o chefe da Casa Civil, o chefe da Casa Militar. E quem era mais? Não me lembro mais. Eram 4 ou 5 pessoas da área direta. Os dois chefes de casas, das 2 casas, civil e militar, o Planejamento... tinha um assessor.

NB: Fazenda?

VF: Não. Aí é que está, Fazenda não estava, mas a Fazenda tinha muita força também. Mas foi nessa época que...

NB: Mas não tanto que desse a ela a chance de sentar na reunião das 9.

VF: Exatamente. É, não dava essa chance. O Ministério da Fazenda era um Ministério como outro qualquer, digamos. Essa foi a sabedoria, a malícia do Veloso.

NB: O senhor falou que o Veloso é uma pessoa assim tímida, meio... Ele é um grande articulador político, não é dr. Vinícius?

VF: Não sei, será que é?

NB: Não é político no mau sentido que eu estou falando não.

VF: Eu sei.

NB: Não é isso.

VF: Não é um partidário.

NB: Não é nesse sentido, mas eu acho...

VF: É, talvez ele seja. Você tem razão.

NB: Um homem que consegue se equilibrar numa situação...

VF: É, uma coisa dessa 10 anos. É duro. Realmente é. Mas eu tenho a impressão, no caso do Veloso, que era muito mais por causa, vamos dizer assim, da capacidade que ele tinha, primeiro dele próprio, que era um homem de uma enorme inteligência, amplitude intelectual invulgar. Um homem que não é um economista puro. É um homem que foi crítico de cinema na terra dele, é um homem que fala de Shakespeare. Isso não é fácil encontrar no meio econômico não. Eu conheço bem o meio econômico. Pessoa aberta

como Isaac Kerstenetzky, como o Veloso, não é tão comum, mas existe.

WH: Mário Henrique Simonsen é outro.

VF: É. Mário Henrique, Mário Henrique é um homem, puxa vida, uma coisa. Aquele homem é uma força, uma cabeça impressionante de abertura. Uma vez eu fui comprar um livro... meu passado é música, não sei se eu disse a vocês, sou de formação musical. Eu fui na [Livraria] Leonardo da Vinci para comprar um livro, eu e um amigo meu, e aí a gente foi buscar esse livro, a dona... como é o nome dela? Lá da...

NB: Eu sei.

VF: Tão conhecida.

NB: Vânia.

VF: Vânia. Ah, não, esse daí o Mário Henrique já levou. Já comprou. Era um livro sobreritmo. Muito bem feito.

NB: Ritmo?

VF: Aí eu pedi outro a ela. Ele tem uma formação musical autodidata. Muito forte. Ele realmente é. Eu sei que é porque eu testemunhei coisas do Mário Henrique impressionantes. Tem uma memória musical fabulosa.

WH: O Veloso também tinha esse...

VF: Tem bastante. Cinema é o *hobby* dele. Ele gosta muito. Tanto assim que o livro dele...

NB: E de onde vinha tanta força política?

VF: De quem?

NB: Dele.

VF: Do Veloso? Olha, Nara, eu acho o seguinte: força política, embora eu não saiba qual é a opinião de vocês sobre o governo militar, em tais governos força política era força intelectual. Era, no duro. Porque se não fosse assim, não é eu querer me fazer de nada, mas eu não era coisa nenhuma. Quem era eu? Que força política eu tinha? Que força econômica eu tinha? O que eu representava? E como é que eu pude fazer o que fiz nesses governos? E o Veloso? E o Delfim, não é? Quer dizer, você tinha capacidade intelectual que poderia corresponder ao que eles esperavam. Houve, na realidade, já se disse isso tantas vezes, mas é bom a gente repetir, o famoso... como é que... pá, pá, pá... técnico militar... tem uma expressãozinha...

NB: Tecnocracia.

VF: A tecnocracia misturada com o militar. É, um acordo, aquilo que nos Estados Unidos

deu o industrial-militar, no Brasil deu técnico-militar. Os militares buscaram os tecnocratas, os técnicos que pudessem dar a eles o embasamento que eles precisavam.

NB: Essa palavra tecnocrata tem um sentido pejorativo.

VF: Pejorativo. Mas depois terminou não sendo nem tanto pejorativo, não é?

WH: Pelo que o senhor está dizendo, tinha um lado militar da repressão, da questão política, mas o quadro técnico, do lado da economia era meio que separado?

VF: Era bastante separado. Por isso que é engraçado. A gente não tinha muita noção do que se passava. Aliás, o povo não tinha, de modo geral. E dentro do governo a gente tinha pouca noção disso. Eu acredito que toda essa repressão brasileira, que foi, comparativamente ao Chile e à Argentina, aqui entre nós, foi uma bobagem, 150 desaparecidos. Argentina, 30.000 desaparecidos. Chile, 11, 100.000 mortos...

WH: Fora que a população argentina era de 30 milhões.

VF: Pois é. Agora compara. Aquele horror. Tem os militares hispânicos que são terríveis. Eu conheço os chilenos. Gosto do Chile. Nunca mais fui lá. Não sei, não me sinto bem de ir mais naquele país. Estranho. Povo fabuloso. Como é que pode aceitar aquele horror? Amigos meus que estavam exilados no Chile que me contaram. Aquele horror que foi. Aquele troço, aquela repressão pavorosa. Aquela coisa de você jogar gente no Mapucho às dezenas. Matava e jogava, jogava, jogava. No Brasil não houve isso. No meu entender, o que houve aqui em grande parte, as esquerdas se exasperaram, e passaram a fazer guerra mesmo, Conselho de Guerra, que era o Conselho de Mao. Dentro da linha comunista, vocês sabem, ou talvez não saibam tanto, que havia várias divisões. A divisão dizia: “Bom, você tem que fazer uma revolução a partir das bases camponesas”, que era a teoria de Mao. E alguns brasileiros, pobrezinhos jovens, acreditaram nisso e se sapecaram para o interior. Olha, o mais engraçado, por incrível que pareça, e que já se tinha experiência da Coluna Prestes. Meu Deus, de repente eu não vejo... eu tinha um amigo meu, muito amigo, amigo que a gente vivia juntos, o Ivesh. Ivesh foi um que foi embora, sofreu o diabo, não queira saber. Saiu daqui. Foi um dos que saíram por causa do embaixador americano.

NB: Trocado.

VF: Trocado. E depois sofreu o diabo no Chile. Bom, filho de general, general “reaça” pra burro o pai dele. Mas eu dizia: “Ô Ivesh, como é que pode? Vocês não estão vendo o que aconteceu com a Coluna Prestes? No meu Estado, quando o Prestes passou em Patos, foi recebido à bala porque era um horror. Quer dizer, onde vocês vão ter apoio popular? De camponês, de analfabeto?” Mas acreditavam. E foram para lá e fizeram guerras. Aí o Exército deu uma de Canudos. Não foi mais uma do que Canudos puro. O Exército, como bom Exército brasileiro - que isso fique registrado -, mandou 10.000 pessoas, como fez em Manguinhos para caçar, sei lá, 200, 300 pobrezinhos guerrilheiros. Porque aí botaram na cabeça que era guerra. Ainda por cima esses pobres brasileiros,

esses maluquinhos, eles tinham um livro de cabeceira deles que era o livro do nosso amigo Debret, que pregava a guerra, guerrilha...

NB: Regis Debret.

VF: É. Do Regis Debret. Pronto. Quer dizer, era um negócio assim cheio, aquela coisa do Mao, o livro vermelho. Então os militares brasileiros pegaram isso como pretexto para fazer guerra interna. Bom, mas por que a gente está falando isso?

NB: Não, porque nós estamos comentando o seguinte, que quando eu estava perguntando como esses governos...

VF: Como havia...

NB: ... eram heterogêneos.

VF: É. Havia um lado militar, e era, no meu entender, também dividido. Tanto assim que o nosso Burnier não conseguiu fazer o que ele quis, que era jogar as pessoas no Parassar. Não é verdade? Tanto assim que no final, a besteira do Riocentro deu no que deu. Não foi porque...

WH: A besteira de...?

VF: Do Riocentro. Aquela loucura de jogar bomba e etc. Quer dizer, na verdade, dentro das próprias Forças Armadas, eu acredito, eu, não sei, mas havia, seguramente, uma ala que era contra isso tudo.

NB: O senhor apoiou a revolução de 64?

VF: O que você chama apoiar? Eu trabalhei no governo.

NB: Simpatia. Se o senhor achava simpático ou...

VF: Não, não tinha.

NB: Ou estava...

VF: Não, eu não tinha.

NB: Então a pergunta ao contrário. O que o senhor achava do governo Jango?

VF: Eu também não era muito favorável.

NB: O que aconteceu nesse governo?

VF: Eu achei que o governo Jango, um governo, na expressão que se dizia na época, “pôrra louca”. Totalmente. Eu era muito ligado ao Celso Furtado, e o Celso também tinha a mesma impressão, não se vocês sabem que o Celso estava na véspera de pedir demissão.

NB: É?

VF: Estava, na véspera. Ele foi, quando houve o movimento de 64, a revolução, o golpe, como queiram chamar, o Celso estava na véspera de pedir demissão. Ele não aguentava mais. O Jango se conformou...

NB: Ele estava aonde com o senhor? O senhor trabalhava com ele?

VF: Não, o Celso me convidou para ir para SUDENE logo no começo desta instituição. Eu trabalhei com ele aqui, na CODENE. Houve uma comissão de desenvolvimento do Nordeste, que precedeu a SUDENE. Essa comissão se reuniu no Rio. Nós passamos um ano reunindo informações e dados. Tem um escritorzinho pequeno. Era uma comissão informal, criada pelo governo não sei, não me lembro bem mas acho que foi no governo Juscelino.

WH: Juscelino. Porque a SUDENE é do Juscelino.

VF: O Celso estava - eu tenho a memória horrível, mas, enfim, estou recapitulando - o Celso estava no banco, no BNDE. Aí o Juscelino chamou o Celso para organizar esse sistema. Primeiro, o programa de metas. Aí o Celso participou e aí... Porque eu sou amigo do Celso, de família. Quer dizer, ele é paraibano e eu sou paraibano. Ele é de outra geração mas eu era muito amigo dos irmãos dele, da irmã dele, com quem eu quase casei. Essas coisas de família. Bom, e aí o Celso veio para cá e me convidou. E quando houve a CODENE, o Celso me chamou para trabalhar com ele. Eu fiquei trabalhando com ele. Mas depois foi para a SUDENE. Então o Celso tem um lado chatíssimo com quem eu não me dava mesmo, aquelas coisas... enfim...

NB: Que coisas?

VF: Enfim, de foro pessoal, não dava. Era muito difícil. Um certo desentendimento. Ele é de uma vaidade doentia. Talvez eu também seja. E aí dois bicudos não se beijam. Então, de vez em quando a gente tinha atrito. Celso era um homem que dizia - e o Veloso tinha isso também, por isso que eu disse a ele - ele dizia: "Isso é assim". Se você dissesse: "Não, Celso, não é assim". Ele ficava com raiva. Uma vez ele me disse: "Não existe tonicidade em francês". E eu: "Não existe tonicidade em francês?"; "Não". Aí ele se apercebeu que ele disse uma besteira. Francês é a língua mais tônica, de maior tonicidade "ú ú ú", é tudo tônico. As sílabas tônicas, basta você falar português acentuando as tônicas, que você vira francês. Então basta dizer isso. Ele queria dizer outra coisa. Uma vez ele me disse em Paris: "Não se diz calvadoce, diz calvadó". Aí: "Tá bom, Celso". É calvadoce que se diz. Na Normandia todo mundo... Um dia eu peguei Celso: "Olha, na Normandia agora é calvadoce". Era isso, entende? Não dava. Bom, aí ele resolveu me nomear...

NB: O que é essa CODENE? Funcionou?

VF: CODENE era uma Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, cujo objetivo era

preparar a SUDENE. Pronto, entendeu. Quando houve a SUDENE, Celso foi para lá.

NB: E o senhor não foi?

VF: E eu não fui.

NB: Por isso?

VF: Não, primeiro, eu não estava querendo voltar para o Nordeste. De jeito nenhum. Eu tinha tomado ojeriza de lá. Eu estava no Rio há bocado de tempo já e...

NB: O senhor não queria ?

VF: Eu passei 10 anos sem querer voltar para lá. Sei lá, aquele ambiente pequeno, aquela coisa. Mudou muito. Mas eu não gostava. Segundo, trabalhar diretamente com o Celso poderia me dar atrito. Eu não queria.

NB: Não queria brigar com ele?

VF: É, não dava certo. Terceiro, eu já estava aqui dentro de uma estrutura, do IBGE, e de certa forma me entusiasmei, gostei do que estava fazendo, me dediquei à demografia, totalmente. Fui apoiado pelo Mortara, que era um grande sujeito, o Giorgio Mortara, professor que tinha vindo da Itália. E fui apoiado, de certa forma, pela direção do IBGE, que me deu bastante apoio. Eu terminei sendo coordenador geral do censo. Quer dizer, era uma função boa. Eu passei a gostar. Aí eu tinha que ir para a SUDENE, porque era uma espécie de apostolado da oração, porque eu era Nordeste. O Celso, para trabalhar, tem que ser do apostolado da oração. Todo mundo: “Escuta, Celso, eu não sou do apostolado. Pelo amor de Deus. A fita vermelha já botei quando era católico”. Ele ficava com raiva. Porque era, tinha que ser do apostolado da oração.

WH: Como é que... tinha que ser do Nordeste?

VF: Não. Mas você tinha que vestir a camisa de uma forma. Eu sempre vesti a camisa do que eu estou fazendo. Eu sempre fiz, senão não é possível. Mas...

NB: Tem que ser apaixonado.

VF: ... vestir da forma dele, apaixonado, sem dúvida, basta a maneira de eu falar. Mas a forma do Celso era demais. Porque era sobretudo, se o Celso tivesse sido -eu estou dizendo besteira, não bota isso não - mas se ele tivesse sido um ditador ou algo assim, ele seria o Stálin. Era o culto da personalidade. Entende? Aquela coisa terrível. Olha, doentia. Não dava.

NB: Fala-se muito da direita, mas a esquerda também tem essa vocação?

VF: Ô, puxa, sai da frente, sai da frente, meu irmão. Meu irmão ficou preso 10 anos, esquerdista na revolução de 64. Pô, sai de frente dele. Ainda bem que ele não foi. Por

isso que eu saí do Partido Comunista.

NB: Mas a gente estava falando sobre isso, o senhor falou do Celso, porque eu lhe perguntei o que o senhor estava achando do governo Jango. Quer dizer, o que tinha acontecido no Jango...

VF: Eu acho o seguinte: o Jango começou, digamos, bem...

NB: A República Sindicalista.

VF: É. E uma República Sindicalista faz as besteiras que já fez agora inclusive, nessas coisas do Lula. Quer dizer, fica sem objetivo, perde a visão política, partidariza a coisa de uma forma extremada, é o que eu penso, e perde, como se diz, deixa de ver o todo nacional. E tenta sair-se pela tangente, acusando todo mundo. Quem não está de acordo totalmente, é ruim, é pequeno burguês, é isso e aquilo, imperialismo americano. Quer dizer, não é? Quer dizer, eu comecei a perceber o seguinte. Por que o imperialismo americano é o bicho papão? Nós temos muita culpa nisso tudo, nós brasileiros. O Brasil é porque é, não é porque o imperialismo impede. É porque a gente tem um passado que deu nisso. Esse passado, sei lá, é a Espanha, é Sérgio Buarque que diz aquilo tudo, você conhece, Raízes do Brasil. O Brasil é o que é porque tem esse seu passado, essa sua psicologia social que é diferente do americano, porque tem toda uma história de colonialismo mesquinho que era o colonialismo de Portugal, um povinho de porcaria, que é, desculpe, mas é. Eu sou português. Todos nós somos. Nós não somos portugueses de origem?

NB: Somos.

VF: Então eu posso falar. É um povinho miquinho. Um meu amigo da OCDE dizia - casado com uma portuguesa - da OCDE que eu trabalhei em Paris, você conhece, a Organização.... Bom, na área de tecnologia que é onde eu fiquei. Ele me disse isso...

WH: É Organização...?

VF: ... de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Foi um órgão que foi uma espécie de ONU dos países ricos. Tem 24 países ricos.

NB: O senhor estava lá até agora?

VF: Estava, até recentemente.

NB: O senhor me falou pelo telefone que o senhor estava se desligando.

VF: Não. Depois de passar lá 4 anos, eu fiquei até agora e ainda sou uma espécie de consultor *ad hoc*. Uma pessoa que de vez em quando eles chamam para uma coisa ou para outra.

NB: A gente pode falar nisso depois.

VF: É. Mas aí ele estava dizendo, essa pessoa estava me dizendo: “Olha, você sabe, você veja o que é um português de Portugal. Portugal dominou a tecnologia da navegação na época da Escola de Sagres”. A Escola de Sagres foi a coisa mais avançada do mundo em termos de engenharia naval. Perdeu. Portugal teve um desenvolvimento da cartografia fabuloso, que precisava. Perdeu. Quer dizer, Portugal perdeu tudo. Ele dizia: “Você vê uma coisa. Rolha”. Liège em francês, como é o nome em português? Isso que se faz rolha, que sai de uma árvore...

WH: Cortiça.

VF: Cortiça. Ele dizia: “Você veja a cortiça. O maior produtor do mundo é Portugal. Até hoje exporta cortiça *in natura*. Foi incapaz de desenvolver tecnologia. Você vê, quem faz coisa de cortiça são os belgas, os franceses, os suíços, etc. Portugal só faz exportar”. É um país que não tem nada realmente. Quer dizer, qual foi a contribuição...

NB: Uma vocação para nada.

VF: Qual foi a contribuição de Portugal no desenvolvimento tecnológico do mundo? Nada. Não tem um prêmio Nobel.

Fita 4 – Lado B

VF: .. Então veja só. Você quer atribuir, como eu quando era do Partido Comunista: “Nós somos ruins porque o imperialismo é isso, porque é multinacional”. Nada. A gente tem um lado ruim. Tem um lado, sei lá, um lado que não soube desenvolver. Cabe a nós fazer esforço para sair dessa entaladela, não ficar culpando os outros. Daí minha paixão pela área tecnológica. Você se dedicar a um processo em que você possa sair desse marasmo, dessa coisa toda. Acredito que a gente está superando. Eu tenho crise de pessimismo agudo muito forte, mas no fundo eu tenho uma perspectiva realmente para se sair disso. Aos trancos e barrancos, repetindo a palavra do Darci, mas está se saindo. Enfim, por que, a sua pergunta, como é que eu via o governo. O governo Jango tinha um bocado de gente que tinha uma visão muito boa, por exemplo, o Celso. Um homem que foi sendo coagido, foi sendo mutilado. É porque ele tinha um prestígio muito grande. E não ousavam atacá-lo nem nada. Mas ele foi realmente hostilizado pelos grupos radicais tipo aquele pessoal do INCRA, aquela maluquice, Julião, depois mostrou bem quem era esse tal do Julião das Ligas Camponesas.

NB: Francisco Julião.

VF: É, Francisco Julião. Gente desse tipo. E gente como meu irmão, que só fazia falar mal de Deus e o mundo, líder sindical, isso, aquilo e aquilo outro.

NB: O seu irmão era líder sindical de onde? Na Paraíba?

VF: Lá na Furnas. Líder sindical não era.

NB: Aqui?

VF: Hein?

NB: Aqui?

VF: Aqui. Em Furnas, Itatiaia, Resende, por ali. Não era líder sindical, ele não era nem... ele era líder político.

NB: Mas tinha vinculação partidária?

VF: Eu não sei. Eu nunca perguntei se ele era do Partido Comunista. Provavelmente era. Mas de qual Partido Comunista eu não sei, porque na época já havia tantos.

WH: Mas ele que foi preso?

VF: Foi. Ele foi preso.

WH: Como é o nome dele?

VF: Nivandro Carlos da Fonseca. Ele foi reintegrado, coitado, ele sofreu bastante. Mas tinha isso, entende?

NB: Era mais novo que o senhor?

VF: É, bem mais novo. Muito arrogante. Essa arrogância de pessoal de partido. Aquela besteira, aquela coisa assim. Um sectarismo pequeno, Nara, um sectarismo que eu tinha experimentado na Paraíba. Um dia, eu tive uma discussão com um cara. 10 horas da manhã num domingo, passava para me buscar para a célula. Eu digo: “Olha, não vou. Deixei de ser católico para não ir à missa”. Fizeram uma reunião - você veja que coisa estúpida - uma reunião, eu era secretário do jornal, uma reunião para me julgar, porque eu tinha dito que não ia à célula. Aí naquela reunião, o João Santa Cruz que era o deputado, disse: “Sabe de uma coisa, acaba com isso, vamos embora”. Ainda bem que ele tinha força lá dentro. Chegava a ser ridículo. O partido era isso. Essas esquerdas eram isso. Jango passou a ser dominado por esse tipo de gente. Eu acho. Quer dizer, ele começou muito bem, começou a fazer algumas coisas que podiam até dar certo. No meu entender, se ele tivesse tido coragem, porque ele não era de esquerda, evidentemente, não era, mas talvez tenha sido induzido a fazer aquilo tudo. Quer dizer, agora, a maneira como tiraram e aquilo tudo, eu também achei que não era, não era correto. Depois, com o estabelecimento dos governos, eu não posso nem dizer nada, porque eu participei. Não posso dizer que não. Eu trabalhei com os governos militares. Trabalhei.

NB: Mas quando veio então, quando veio o golpe, o movimento de 64, quer dizer, aí o senhor achou aquilo, enfim, seria pelo menos uma saída para uma situação...

VF: Ô, Nara, o que acontece, eu, como muita gente, a gente ficou num momento de espera. Na realidade, o governo Castelo Branco foi um governo de muita ponderação. Foi

um governo ponderado. Isto, todo mundo sabe, faz parte da história do Brasil. Tanto assim que a recrudescência mesmo foi com o AI-5 e foi 4 anos depois. Quer dizer, ele fez um negócio desse. Ele ponderou. Ele fez as cassações que politicamente, para ele, eram necessárias. Estava certo. Ele soube cercar-se de um homem como o organizador, o Chico Campos, que foi o que bolou a estrutura jurídica. Depois o... meu Deus, ah, não importa....

NB: O Golbery [do Couto e Silva].

VF: O Golbery. Mas o Golbery era mais estratégia global. Eu digo no campo jurídico, que foi o...

WH: Falcão?

VF: Não.

NB: Foi do Ministério da Justiça? De quem o senhor está falando?

VF: Não aquele. bom, não importa.

NB: Casa Civil, Casa Militar?

VF: Não, não foi. Depois eu lhe digo o nome. Realmente minha memória cada vez está pior.

WH: Mas ele era daonde?

VF: Não, é um homem que todo mundo conhece no Brasil.

NB: A gente já falou dele aqui? Ele é militar?

VF: Não.

NB: Civil?

VF: Civil. Bom, não importa.

NB: O... ele morreu. O Leitão de Abreu.

VF: Não.

NB: Era...

VF: Foi Ministro. Mas quem realmente moldou tudo foi outra pessoa que tinha vindo dos próprios governos anteriores, etc. Mas não importa. Quer dizer, muita gente como eu e outros que passaram a colaborar no governo, passaram um período, vamos dizer assim, de expectativa. O que vai acontecer? O que é que se faz?

NB: Sim, pois é. O governo Jango, ao que parece, ao que consta, tinha levado o país a

um lugar sem saída. Qual era a saída para o Brasil?

VF: Exato. O que a gente pensava daquilo lá? Não se sabia. Era um, vamos dizer, governo sindicalista não sei de que, uns sindicatos inteiramente sem noção das coisas, um sindicato “porra louca”, essa expressão mesmo. Eram isso. Pessoas que eu conhecia de perto, porque eu convivia com alguns, de esquerda, inclusive meu irmão. Com meu irmão era impossível dialogar. Meu irmão! Com meu passado de esquerda, eu não podia dialogar com ele. Arrogância, aquela coisa toda, a pequenez mental, o sujeito pensar que se você não dá certo, é porque o americano, é porque isso, aquilo, aquilo. Não é possível. Então, eu achei, o Jango talvez não tivesse estrutura dele próprio para um negócio daquele, que não é brincadeira ser presidente, e aí se deixou envolver por aquele negócio todo. Realmente toda essa coisa militar, sobretudo com o Castelo Branco, foi uma parada nesse negócio. E eu achei o que fez o Castelo Branco foi um negócio, como eu disse, além de ponderado, foi bastante racional, bastante sem violência. E tanto assim que ele se fez nomear por uma Câmara. A Câmara se reuniu. Ele nunca acabou a Câmara como os outros governos. Ele fez um negócio mais ou menos ... Mas, evidentemente, ao lado disso havia os outros da extrema direita, os loucos.

NB: É, mas parece que, isso é uma coisa que se comenta, e se estuda, e já se estudou isso, sabe-se que havia, para ele, uma ideia de tentar devolver o governo aos civis.

VF: Claro que havia. Mas sem dúvida nenhuma. O objetivo era esse. Se não fosse esse, não teria havido depois a cassação de um homem como o Lacerda, que era um dos líderes do pensamento militar, não direi de direita, de pensamento, sei lá, neoliberal, anti-esquerda, digamos assim, que não era nem de direita.

NB: De oposição ao governo.

VF: De oposição. Não teria havido isso. Não teria havido a cassação de Juscelino, o exílio de Jânio. Isso foi a exacerbação - todo mundo sabe - no governo Costa e Silva, quando Costa e Silva perdeu o controle. Porque se o Costa e Silva não tivesse perdido o controle, não aconteceria nada disso. Eu conheci o Costa e Silva. Não era homem para isso.

NB: O senhor estava falando sobre ele. O senhor disse que ele não é daquele...

VF: Não. Um homem de realmente de muita inteligência. Agora, com uma visão de governo diferente do Castelo.

NB: E qual era essa visão?

VF: Vamos dizer assim: ele era muito mais uma visão militar. Ele estava lá, o Geisel tinha isso com o Castelo. Vamos dizer assim. Ele era o seguinte: ele era o comandante no sentido militar. Ele assumiu o comando. Vocês já viram como assume um comandante? É engraçadíssimo.

NB: Como é que é?

VF: Ah, é uma cerimônia. A tropa todinha está lá reunida. Chega o comandante anterior e se posta na frente assim. Aí chega o outro, toca uma corneta, todo mundo faz continência ao que sai. Aí o que sai, se vira para o que entra, aí transmite a ele não sei o que, pá, pá, pá, pá, pá, pá. Aí o outro diz assim, tá, tá, tá, para a tropa: “Eu assumo o comando do Segundo Exército”. Isso é ritual absolutamente necessário no meio militar. Agora, qual é o Ministro que assume dizendo: “Eu assumo o comando” ... Não. Por que faz isso? Porque a tropa toda está ouvindo. Ele assumiu o comando. E o comando militar é um negócio assim: numa guerra, se o comando manda matar, mata. Se ele manda o sujeito ir para lámorrer, o sujeito tem que ir e morrer.

WH: Fora a hierarquia...

VF: A hierarquia. E o Costa e Silva foi isso. Era a concepção de governo, no meu entender - essa é uma visão muito minha - muito militar. Ele estava dentro de uma visão militar de governo. Ele tinha o comando. O comando era para ser exercido.

NB: O Castelo Branco era diferente?

VF: O Castelo era diferente. O Castelo era um homem que não tinha tido, vamos dizer, essa vivência militar de tropa. Todo mundo dizia isso. Era um homem muito mais intelectual, a Sorbonne, como diziam, que era a Escola Superior de Guerra, aquele negócio todo. Tinha outra visão. Ele tinha uma visão geo-política, como era a visão do Golbery. E o Costa e Silva não tinha essa visão. Agora, embora fosse um homem muito inteligente, brilhante até em certas áreas, mas a visão dele era muito limitada por esse ponto. Por isso que ele não agüentou. Coitado. Eu vi o homem se desmilinguindo. Foi uma coisa triste. A decadência física de Costa e Silva foi algo impressionante. Eu assisti. Um homem, aquela coisa definhando mentalmente, horrível. Um negócio terrível! E além disso, os dados pessoais. A mulher de repente fica toda deslumbrada. Isso tudo é duro.

WH: A Iolanda.

VF: D. Iolanda Costa e Silva. Enfim, no meu entender, o que houve, voltando ao Jango, foi isso, um governo que perdeu o contato com a realidade brasileira, se deixou envolver por um lado extremamente sectário, radical, além de radical, burro. Aí cabe a expressão do...

NB: Fernando Henrique.

VF: ... do Fernando Henrique: burra, uma esquerda extremamente burra, que queria e cercou. Então, veja, não fui eu somente, muita gente tem esse ponto de vista também. A gente achava que de fato houve exageros do lado militar, mas era preciso mudança, era preciso alguma coisa para sair daquela entaladela. O Castelo Branco foi, na verdade, uma saída muito boa. Mas dentro do Exército já havia, há muito tempo, um pensamento que dominava. Isso todo mundo sabe, não sei se vocês sabem também, só um comentário, que é o seguinte: o Exército não vai ser mais captor de mato para civil. Quando a gente tomar

o poder, vai tomar. Costa e Silva foi isso. Foi a linha do Exército dizendo nada de empregar civil mais não. Civil é podre, civil acabou. A gente que vai ter que recuperar esse país. Somos nós. Pronto. Eu tive uma experiência com um coronel, aqui na Praia Vermelha - eu trabalhava no recenseamento que ficava na Praia Vermelha e ao lado da Praia Vermelha tem aquela concentração militar. Tem aquele prédio dos militares. Pois bem, tinha lá um coronel, que era uma espécie de síndico daquele prédio, que ficou folclórico. E aí, bom, para encurtar a história, houve um problema danado. Ele fazia tanta besteira! Um dia ele prendeu o meu servente. Meu servente era um desses negros, pretos, bem falantes, que cantam. O carioca de morro, aquele que é do samba, puxa parece que estou vendo a cara dele. De repente, eu sozinho no recenseamento, num sábado à tarde - eu era maníaco por trabalho um pouco. (risos) Na Fundação eu era conhecido por isso. Eu trabalhava sábado à tarde. Eu estava sozinho no recenseamento, e o tal do crioulo foi tomar uma Coca-Cola no negócio lá dos militares. Foi preso. Cinco, seis horas, sete, seis e meia, nada de chegar o crioulo. Aí me telefonam: “O crioulo está preso, tal, não sei o que, lá na delegacia, o coronel...”. Ai, meu Deus do Céu, lá vou eu agora. Pego o meu chofer. A gente tinha um jipe vagabundo, o que usava, era um jipe. Aí eu fui com o jipe lá para a delegacia. Estava o coronel. O coronel estava lá. Aí começou...

NB: Você já conhecia ele?

VF: Não, não conhecia. Eu conhecia de folclore as coisas dele. Revoada de urubus, que os alunos da Faculdade de Medicina fizeram em homenagem a ele. Essas coisas. Ele era doido mesmo. Aí ele começou a me dizer: “O senhor sabe porque aquele ali é um safado. Desculpe, é o seu servente, mas o senhor sabe de uma coisa, desculpe, tá bom, o senhor é uma boa praça, estou vendo, mas o senhor é civil”; “E daí?”; “Olha, o senhor desculpe, mas a autoridade civil morreu. Autoridade civil não vale mais nada nesse país”. Digo: “Ih, meu Deus, vai me prender”; “Mas general, coronel - nessa altura já tratei de general - como é que é e tal”; “Não, por isso, por aquilo”. Aí às tantas o delegado não quis aparecer. O delegado tinha que ir para lá para fazer...

NB: Claro.

VF: ... a besteira toda.

NB: Autuar..

VF: O auto, não sei o que. Então o delegado não ia. Não queria se meter nisso. O delegado estava telefonando para o quartel-general, que na época era lá no Palácio da Guerra. Telefonando feito doido. Como é que é? Bom...

NB: Isso foi em que época?

VF: Isso foi muito anterior, em 1960... Eu era do recenseamento. Estava lá como coordenador e um bocado de coisa. Bom...

NB: E aí?

VF: E aí ele me dizia essas coisas. Naquela época! Aí nós passamos meia hora conversando. Aí ele tomou intimidade comigo: “É, porque isso, porque o senhor sabe, realmente não dá. O senhor é autoridade civil. Eu estou vendo que o senhor vê esse seu crioulo aí. Chega lá, não sei o que, olhando com ar atrevido”. “Mas coronel, por que ar atrevido? O que é ar atrevido?”; “Não, o senhor sabe o que é ar atrevido, sim. Não sei o que, porque isso, porque aquilo. Autoridade civil não vale nada”. Era essa a mentalidade do governo, quer dizer, no meio militar. É claro que não era todo mundo. Mas eram pessoas que tinham essa coisa. Esse homem era doido, realmente. Não tinha bom equilíbrio. Mas ele representava uma ala dentro do meio militar. Essa ala tinha no Costa e Silva uma liderança. Uma liderança que não era um coronel doido desse. Evidente. Uma liderança que tinha outra altitude, mas que achava que o país tinha apodrecido, tinha chegado a um ponto que precisava de uma autoridade militar, de um comando militar para repor o país nos seus...

NB: Sem a política, com os intelectuais?

VF: Exatamente, pronto! Com os intelectuais e sem os políticos partidários, políticos partidários.

NB: É, sem a política.

VF: Política partidária. Sem partidos. Porque os políticos, outros lá, participavam também. É isso exatamente. Bom...

NB: Um arranjo?

WH: A gente podia terminar esse assunto...

NB: O senhor tem mais 10 minutinhos.

VF : Até 5 e meia.

NB: Eu quero terminar esse assunto de governo. Quer dizer, é um arranjo institucional que até aquele momento, é uma certa novidade, não é?

VF: Era. Era sim. Sem dúvida. Era novidade.

NB: Mas eu acho...

VF: Bom, desculpe, Nara, agora, por isso, por que eu? Que prestígio político que eu tinha? Exatamente por isso... Houve esse acordo militar intelectual, digamos assim, tecnocrata. Mas tecnocrata não, porque nós não éramos tecnocratas. Nós éramos técnicos ou intelectuais, vamos dizer assim. Viramos tecnocratas quando passamos para o governo. *Crata* é governo. Então passou a ser *crata* depois de participar do governo. Entende o que eu quero dizer? Na verdade, o governo era exercido por um grupo militar que detinha um

comando nesse sentido Costa e Silva, que o Médici reproduziu até certo ponto, e que o Geisel diluiu. O Geisel devolveu a um sentido castelista. O Geisel foi um ponto - não vou falar do Figueiredo, porque eu já não sei mais, porque eu não estava aqui. Eu não sei. O governo Figueiredo eu perdi. Eu tenho a impressão que o governo Figueiredo foi um Jango do tipo militar. Perdeu... não sei. Não lembro bem dele, eu não estava aqui. Mas houve tudo isso. Quer dizer, um golpe militar, um pronunciamento militar, que foi o Castelo, para instalar uma nova concepção de governo. E devolver aos políticos, porque ele era isso, o poder, e o governo e as estruturas do poder, desde que a coisa tivesse alinhada do ponto de vista deles. Um lado do poder militar, que aí passava-se a chamar de poder militar, que era contra isso, que achava que se tinha chegado a um ponto - e eu dei exemplo desse coronel - que não era mais possível confiar nos civis, porque os civis estavam contaminados, os civis não tinham autoridade. Para completar a anedota desse coronel, quando foi seis e meia da noite, sete horas, sei lá o que, foi liberado o tal do crioulo. Aí eu fui voltar para o recenseamento, que eu ainda tinha coisa para fazer. O coronel, coitado, que apesar de coronel, não tinha transporte. Ele disse assim: “Ah, o senhor vai para lá? Me dá uma carona”. Eu digo: “Com todo o prazer”. Quando cheguei embaixo, olha, nós tínhamos chegado às 4 e meia, já eram 7 horas da noite, cadê o meu motorista? Tinha saído para tomar um café. Aí o coronel disse: “Não lhe disse? Tá vendo? Eu não disse que civil não tem autoridade? Se fosse dentro do meu quartel, duvido”. Eu: “É, o senhor tem toda a razão. Cadê meu motorista?” (risos) Bom, era essa a mentalidade. Quer dizer, esse grupo que tinha uma liderança no Costa e Silva, resolveu assumir o governo do ponto de vista militar, que era um comando militar.

NB: Mas aí que me chama a atenção. Porque o senhor estava dizendo, anteriormente, que já o Costa e Silva, quando já estava candidato, ele chama o grupo para montar...

VF: Exatamente.

NB: ... uma Comissão de Planejamento...

VF: Era um grupo mesmo de Planejamento, para ter informação.

NB: Pois é, mas como é que ele com essa visão, o Costa e Silva com a visão tão fechada sobre o governo...

VF: Eu acho que não era bem fechada. O ponto de vista militar, eu não conheço porque eu nunca fui nessa área bem, mas eu frequentei, eu fiz algumas palestras na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando...

NB: Eu estou falando do Costa e Silva mesmo, só dele. O senhor está dizendo que ele era uma pessoa que tinha um espírito de comando assim, comandante.

VF: É, militar. Mas justamente, aí é que está. O comando, o alto comando militar, ele precisa dessa análise da... como é que eles têm o nome? Sei lá, tem uns nomes assim.

NB: Conjuntura?

VF: Não, anamnese. Tem uns nomes assim que eles inventam. Eles têm uma nomenclatura de guerra, de estratégia, não sei o que, de você perceber. E para você conquistar uma guerra, você não precisa só do lado militar, você precisa do lado global. É por isso que a Escola Superior de Guerra tinha uma visão globalista do país. Não era só militar. O militar puro, ele faz a Escola de Comando. Mas ele, para ter uma visão mais ampla, ele faz a Escola Superior de Guerra, que é a maneira francesa de ver as coisas também, que a gente copiou. Enfim, de um modo geral, o militar moderno tem. O que eu quero dizer com isso é que o Costa e Silva tinha esse conceito de comando. O comando, sobretudo numa área de governo, que não é guerra, ele não pode ser apenas um militar, ele tem que ser um líder, porque o comandante é um líder. Ele tem que ser, do ponto de vista dele, um líder com uma visão dos problemas que ele vai comandar. Se ele vai comandar o problema de saúde, se ele vai comandar o problema de transporte, problema disso e daquilo, ele tem que ter uma noção disso tudo. E quem é que tem essa noção? São os civis que são especialistas ou os militares...

NB: Que também são.

VF: ... que são daquela área. Aí houve muito conflito. A gente sabe disso. Muito militar que queria... “Não, nós somos auto-suficientes. A gente sabe tudo”. Quer dizer, havia alguns. Não sei se dissessem isso...

NB: Nessa área de política científica e tecnológica tinha?

VF: Não acredito.

NB: O senhor nunca...

VF: Aí não percebi nunca isso. Militar não.

NB: Nenhum conflito...

VF: Havia, por exemplo, em certas áreas de engenharia, em certas áreas de minas, porque realmente eles têm gente nessa área, necessariamente eles têm. Mas nas áreas de educação...

NB: ...saúde...

VF: ... saúde, quase nada. Eles aí realmente nunca apitaram. Aí, eu diria até que eles eram muito mais quase que humildes. Entende? Aí realmente é um lado militar que precisa a gente salientar. Engraçado, o militar, quando ele não entende, ele é quase humilde. Ele é, pela sua natureza, pela sua cabeça, como ele não entende, e ele acredita que o outro entende, ele tem uma atitude de aceitação. É uma atitude deferente.

NB: Ele respeita.

VF: De respeito, que eu não encontro, muito raramente, nos meios civis. Isso realmente eles tinham. Aí criaram realmente uma estrutura de trabalho, para nós civis, muito boa;

porque realmente a gente tinha liberdade de dizer, enfim, de pensar, etc. Vão me dizer: “Não tinha liberdade, os torturados... A gente não sabia”. Mas se soubesse, eu sei lá como é que... Eu não tinha noção dessas coisas. Porque também não faziam chegar à gente conhecimento disso. Vocês sabem...

WH: Vocês não se envolviam nesse lado, era uma coisa restrita.

VF: Não nos envolvíamos. E muito pouca gente sabia. Na verdade, o problema de Araguaia só veio a ser descoberto em termos nacionais pela revista Veja, muitíssimos anos depois. Foi segredo total. Foi um negócio assim de não saber. Então, concluindo, era uma estrutura que permitia a esse meio, chamam de tecnocrata, desenvolver as suas ideias. E esse meio tecnocrata tinha muita gente que vinha de pensamento como o meu. Eu sou o que? Homem de esquerda? Eu não sei. Você diria o que? O que eu sou? Esquerda ou direita?

NB: Não sei. Como é que o senhor se define?

VF: Eu não sei. Na verdade, esquerda na linha do pessoal que apoiava Jango, não sou mesmo. Esquerda na linha do Partido Comunista, não sou mesmo. Já abdiquei disso há muito tempo. Achei que era uma coisa que não dava certo. Não correspondia ao que eu pensava. Direita no sentido privativista, tudo depende de não sei o que, pá, pá, pá, neoliberalismo, também não sou. Então, eu diria que havia dentro do governo muita gente como eu, que participava dessa linha de pensamento, e que se deixou envolver e entusiasmar por uma ação que a gente estava vendo que estava dando certo.

NB: Por um projeto nacional.

VF: Um projeto nacional. Estava dando certo, porque você tinha alcançado 10% do crescimento ao ano. Você saiu de uma etapa em que você tinha um PIB per capita de 1500 ou de 1300 para um PIB de 2500. Essa é a realidade. Então a gente tinha que se entusiasmar, a gente tinha que saber que aquilo estava dando certo, ou pelo menos que aquilo estava tendo um sentido. Nós saímos de uma posição, e isso a gente sabe perfeitamente, em que o mundo universitário brasileiro era representado por 100.000 alunos. Cem mil. Chegamos a 2 milhões e tantos no final do governo Geisel. Então isso daí era alguma coisa. A gente se deixou dominar por um entusiasmo. Havia entusiasmo em muita gente que trabalhava lá. Agora, se esse, o que degenerou nisso tudo? Um processo de concentração de renda, talvez. Mas esse processo, como eu dizia há pouco, já vinha se formando há muito tempo, com aquela noção da capitalização excessiva que havia. Em que isso se agudizou? Eu não sei. Talvez o que tenha havido foi uma classe média que cresceu. Como disse o Celso, quando voltou ao Nordeste: “O que você achou disso aqui?”; “Meus amigos estão mais gordos”. Os amigos dele eram da classe média. Ele disse bem isso. Um homem muito de ironiazinha safada do Celso, que ele era disso. Mas ele sabia que tinha havido mudança. Quer dizer, todos nós que trabalhávamos, sobretudo, no Planejamento, que tínhamos noção do que se estava fazendo, um Ministro que diz o que esse aí dizia, que coincidia comigo, eu só podia ficar entusiasmado. Eu

estava trabalhando com um homem que tinha as minhas ideias, e que eram ideias que para mim eram boas para o país. Pronto.

Terceira Entrevista

Data: 22/08/1995

Fita 5 – Lado A

WH: O senhor nos queria contar alguma coisa?

VF: Então eu estava dizendo o seguinte. Hoje, para começar sobre o problema de Manguinhos, eu queria deixar claro a chamada recuperação de Manguinhos que me coube, acho que eu dei muita força para isso, foi uma decisão política do governo da época, o governo Geisel. Decisão política que partiu incluída, embutida, digamos assim, inserida no contexto da política de desenvolvimento científico e tecnológico do país. Portanto, não dependeu de coisas supérfluas ou de acontecimentos como a crise da meningite ou outras coisas desse tipo que alguém já disse. Foi uma decisão política do governo, que fez parte de um conjunto de medidas. Nós falamos, eu acho que na vez passada, sobre essa política de desenvolvimento científico e tecnológico.

NB: Foi.

VF: Eu acredito que o Brasil, não sei se hoje está a mesma coisa, mas nunca tinha tido até então uma política de ciência e tecnologia tão explícita, tão bem montada. Talvez porque herdou do passado toda uma experiência. Quer dizer, na verdade, foi no governo Geisel que se montou uma estrutura de ciência e tecnologia com um programa, com um plano elaborado em conjunto por várias entidades de pesquisa de ciência e tecnologia, passando pelo Congresso. O Congresso não tinha, digamos, nos governos militares muita importância? Tinha. A gente sempre ouvia o Congresso, era ouvido, dava palpite. Tanto assim que ele tem aí aquele documento do fórum de debates, do qual eu participei, que mostra a importância que se dava a isso tudo. Bom, com a participação dos órgãos de ciência e tecnologia, das Universidades, dos congressistas, enfim, do mundo de opinião, e do governo. Era uma decisão política dentro desse conjunto...

NB: Quem é que fez essa articulação?

VF: Essa articulação...

NB: Que juntou o Congresso, a Universidade...

VF: Basicamente o Ministério do Planejamento.

NB: Foram vocês?

VF: É, Ministério do Planejamento. O Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi elaborado no Ministério do Planejamento. O Conselho Nacional de Pesquisa, que era um órgão vinculado diretamente ao Presidente da República, e que tinha uma atuação relativamente pequena, passou a ser vinculado ao Ministério do Planejamento com uma condição financeira e com emprego muito maior de força...

NB: De onde vinha esses recursos?

VF: Do orçamento.

NB: Da União?

VF: É, de orçamento da União.

NB: Destinado especificamente para isso?

VF: Não sabe, você não conhece não o Plano de Desenvolvimento Nacional?

NB: Quero que o senhor fale (*risos*)

VF: Ah, bom. Tá certo. Houve, dentro do orçamento da União - eu não tenho os números, posso dar isso brevemente ou numa outra oportunidade - mas houve um item específico para ciência e tecnologia. Quer dizer, porque dentro da concepção de governo que se tinha de desenvolvimento, como eu falei na outra vez, o item tecnologia era fundamental. Isso o governo Geisel, o Reis Veloso, participava dessa ideia com o pessoal de esquerda do resto do mundo, o pessoal de direita. Era uma ideia normal. Todos nós éramos de acordo, porque estudávamos o desenvolvimento econômico e o fator decisivo não era mais somente capital, como eu falei da outra vez, mas era a tecnologia. Quem tem tecnologia, quem domina tecnologia, domina o mundo, domina a economia. Então a gente tinha que fazer força...

NB: É, mas o senhor falou também que houve dificuldade para obter esses recursos próprios até o governo Geisel. Porque até então vocês não tinham os instrumentos financeiros para isso.

VF: Não, não tínhamos. Exato.

NB: Mas como é que foi feito isso?

VF: Olha, aí realmente esse lado todo eu não poderia dar. Mas se você se interessa, eu posso até pegar esses dados com o próprio Veloso. Ele ficaria satisfeito da gente falar isso. Não, eu acredito que houve o seguinte. Nos governos anteriores, vamos dizer assim, aí já entrando no negócio de interpretação política, que não é o meu forte, eu não sei, mas digamos... Não, eu não sei propriamente.

NB: A sua opinião.

VF: Minha opinião. Eu acredito que os governos militares, primeiro, um governo de consolidar um movimento militar, mais com vistas, todo mundo sabe disso, eu estou dizendo uma redundância, a repassar aos civis após o governo Castelo Branco. De repente os militares mesmo disseram: “Não, nós não entregamos mais.” Isso a gente sabe, com Costa e Silva. O Costa e Silva representava aquele militar, que eu falei a vocês outro dia, que dizia que civil não servia mais e acabou. Eu contei uma estória aqui, não contei? Do coronel?

NB: Contou. (*risos*)

VF: Dos urubus. Era essa a mentalidade. E ele era o líder disso tudo. Então essa foi a outra face, que continuou com Médici. Mas dentro disso tudo havia, evidentemente, uma opinião dentro do governo e fora do governo que não estava de acordo com esse lado totalitário do militar, ou com o lado exclusivamente militar da potência nacional. Esse lado foi muito desenvolvido por Médici. Você sabe disso. O Brasil como potência. Ame-o ou deixe-o. Essas coisas todas, quer dizer, o lado militar. A pátria amada, idolatrada... mas dentro disso tudo havia uma linha que estava no governo que pensava diferente, vamos dizer, que achava que tudo isso era muito bonito para parada militar, mas que você precisava consolidar uma estrutura de produção interna e que não se baseava apenas no aumento da capitalização. Você tinha que ter domínio tecnológico. Eu acho que realmente foi isso que aconteceu, e aos poucos isso foi se firmando.

WH: Eram militares também que pensavam assim?

VF: Alguns militares, mas, digamos, não muitos. Havia toda uma estrutura de pensamento que estava voltada para isso e inclusive nas áreas da chamada direita. Quer dizer, que coincidiam. Quer dizer, você...

NB: Uma curiosidade: dentro dessas agências como a FINEP, o CNPq, havia a influência ou a participação de militares, de cientistas militares ou de intelectuais militares interessados nesse projeto tecnológico.

VF: Acho que sim, houve alguns sim. Porque os militares, por exemplo, uma ala militar, tinha muito interesse nessa soberania tecnológica ou nessa independência pelo lado militar. Tanto assim que foi nesse período que surgiu a...

NB: EMBRAER.

VF: ...que surgiu a outra de material bélico. Que produz tanques, que vendeu para o nosso amigo do Iraque. Bom... enfim, surgiram várias entidades...

WH: Coisa nuclear também.

VF: A energia nuclear. O projeto de Angra. O que era o projeto de Angra? Foi, na verdade, um projeto para você dominar tecnologia de ponta. A tecnologia nuclear, que os Estados Unidos não quiseram.

NB: Mas o que a Secretaria de Planejamento, onde o senhor trabalhava, tinha a ver com isso? Com essas pessoas? Se o senhor conhecia, se havia uma aproximação ou discussão a respeito disso? Havia?

VF: Não, quer dizer, formalmente não. Às vezes assim, mas digamos, não havia uma estrutura organizada para isso. Um conselho.

NB: Havia discussão? Debates?

VF: Havia discussões, debates. Reunia na base do projeto, digamos. Sobretudo na base de projetos. Quer dizer, o que se fez foi estabelecer uma linha de pensamento. Nós temos que ter uma autonomia tecnológica. Para isso nós devemos dar força ao crescimento, à pesquisa, à pesquisa tecnológica, a pesquisa fundamental em consequência. Isso é outro ponto que era, enfim, muito discutido por causa dos pesquisadores universitários, mas enfim, dentro da ideia que estava correndo no mundo inteiro, no mundo econômico, que realmente o fator fundamental, decisivo para o desenvolvimento autossustentável, que era a tese que a gente pregava Todos os programas de desenvolvimento da época têm esse adjetivo, autossustentável, desenvolvimento autossustentável. Para ser autossustentável você tinha que ter um controle sobre a tecnologia. Por isso houve todo esse processo. Esse controle da tecnologia representava, o que? Representava você trabalhar, você dar força aos projetos tecnológicos. E dando força aos projetos tecnológicos, você automaticamente, por necessidade, estava dando força, sustentando, os projetos e desenvolvimento em pesquisa, chamemos de pesquisa pura, se quiserem.

NB: Por exemplo, não havia assim uma distinção no destino dos recursos ao que era acadêmico, universitário, o que era, por exemplo, empresa? Porque atualmente, por exemplo, vou lhe dar um exemplo, a FINEP pouco financia a academia, ela financia empresas que estão a fim de desenvolver produtos tecnológicos, desenvolvimento de pesquisa tecnológica. E a FINEP hoje não financia mais academia. Muito pouca coisa mesmo. Nessa época era isso?

VF: Não, era o contrário. Havia muito mais.

NB: Não havia distinção?

VF: Não, não havia distinção porque era muito maior o apoio à pesquisa, digamos, acadêmica, à pesquisa universitária. Não havia, no empresariado brasileiro, consciência da necessidade de uma coisa dessa. Quer dizer, você não tinha empresas querendo desenvolver tecnologias próprias ou seja lá o que for, os projetos...

NB: Comprava-se.

VF: Comprava-se. O pouco que se tinha era comprado. Era antigo. Era obsoleto. Era aquilo que já vinha de decênios.

NB: E houve algum trabalho da Secretaria de Planejamento de convencimento dos

empresários?

VF: Houve um apoio nesses projetos. Por exemplo, a FINEP, que até hoje funciona, foi criada com esse objetivo. A FINEP funcionava, acho que ainda é, no BNDE, não é?

NB: Hoje não.

VF: Hoje está...

NB: Hoje está ligada, já mudou tanto, mas acho que ela está ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

VF: Ah sim, o Ministério de Ciência e Tecnologia. Tá certo. Mas na época ela era autônoma, quer dizer, relativamente autônoma, com uma vinculação meramente formal por causa da parte do dinheiro ao BNDE, mas diretamente ligada ao Ministro do Planejamento. Não havia um Ministério de Ciência e Tecnologia. Quer dizer, na verdade, o planejamento absorveu essas habilidades, que foi no planejamento, digamos assim, que se desenvolveu essa ideia. Essa política foi desenvolvida no âmbito do planejamento. Evidentemente no planejamento, com o apoio dos outros Ministérios. Então, por exemplo, na área da saúde, o Ministro da Saúde na época do Geisel era um cientista, Paulo de Almeida Machado era um pesquisador. Ele saiu do IMPA da Amazônia para ser Ministro. Um homem que eu nem sabia que ele era tão assim, e realmente um grande pesquisador em ecologia humana. Como eu disse a vocês, foi agraciado lá na Sorbonne, professor *honoris causa* depois de ser Ministro. Quer dizer, eu acho que a Sorbonne não agrada as pessoas dessa forma. É que realmente ele tinha esse valor. Quer dizer, era um homem integrado num pensamento de ciência e tecnologia na área dele. Por isso que ele deu apoio para essa coisa de Manguinhos. Por isso que ele buscou alguém, eu penso agora, eu vejo agora com mais clareza, que tivesse afinidade com ele sob esse ponto de vista.

NB: O senhor sabe o que eu sempre pensei? Que o senhor tinha sido indicado para assumir Manguinhos pelo Reis Veloso.

VF: Não, aí é que estava. O Reis Veloso não quis que eu assumisse Manguinhos.

NB: Ele não queria que o senhor fosse.

VF: Passei quase seis meses para assumir. Não, ele não queria.

NB: Mas alguma coisa houve aí dr. Vinícius. Como dr. Paulo Machado ia lhe chamar? O senhor disse que não conhecia ele.

VF: Não, eu contei a vocês. Eu conhecia...

NB: Mas não está gravado. Então o senhor conhecia?

VF: Sim eu conhecia o dr. Paulo porque eu era o elemento de ligação. Eu acho que eu

falei, não sei se está gravado, como é que funcionava o sistema de planejamento e coordenação geral.

NB: Não.

VF: Falei, eu disse a vocês, havia o planejamento e coordenação geral. Dentro desse planejamento e coordenação geral tinha uma secretaria, digamos, um núcleo que era o IPEA, que dava apoio ao Ministro e uma assessoria. Tinham os vários setores.

NB: Ah, sim.

VF: Não é? Setores. Cada setor desses era dirigido, digamos assim, coordenado por uma pessoa. Esse técnico era vinculado, era ligado diretamente ao Ministro de Estado. Tinha acesso direto.

NB: É, mas o senhor falou que a sua ligação não era com Saúde, era com o Interior.

VF: Anteriormente era com o Interior. Com o Interior, porque era, na verdade, de quem eu mais gostava, estava mais aproximado. E as atividades que eu exercia estavam mais ligadas com o interior. Eu era um demógrafo, eu fazia outro tipo de desenvolvimento regional, urbanismo. Eu tinha um escritório de urbanismo que foi para o bebeléu por causa do serviço público. Eu com um grupo grande, Maurício Roberto, MN Roberto, não sei se vocês conhecem, eram uns arquitetos muito conhecidos. Eram aliados comigo. Fizemos vários projetos de urbanismo juntos. Eu era muito mais ligado ao Ministro do Interior.

WH: Mas tinha coordenação para todas as áreas, dr. Vinícius?

VF: Tinha.

WH: Do Ministério?

VF: Tinha, porque era um planejamento. Você tinha que ter contato com os Ministérios. Como é que a gente ia fazer um plano? Tinha que ser isso. E as pessoas ligadas ao Ministro, eu também tinha dito isso, eram pessoas que tinham acesso direto ao Ministro. Não havia, digamos, ter que pedir audiência. Eu chegava no Ministro do Interior e dizia: “Pragana - que era o secretário geral - eu queria falar com o Ministro”; “Ah, aguarda um pouquinho”. Eu ficava esperando, e logo falava com o Ministro. Não era só eu, qualquer um. Por exemplo, o Edson Machado e o David Carneiro, que eram os homens lá da Educação, tinham acesso direto ao Nei Braga, quando ele era Ministro. Quer dizer, você tinha acesso direto. Só podia ser assim. Porque você tinha que ter um certo respeito do Ministro. Não é bem respeito. Você tinha que ter...

NB: Uma consideração.

VF: ... uma consideração. Então, a minha área, que o Veloso chamava de área social, não sei porque, o IPEA nunca teve uma estrutura de organograma, métodos de O e M, nunca teve isso. A gente até achava que estava errado, mas dr. Veloso que estava certíssimo,

porque deu certo. Nunca houve rigidez. Nunca houve essa estória... Eu era coordenador da área social. Coordenador da área social como o Beato era coordenador da área industrial. Como o David Carneiro e o...

NB: Edson.

VF: ... o Edson Machado - você conhece? Não? - eram da área da educação. Como fulano era da área de agricultura - não lembro mais, passaram vários. Como durante um período tinha gente na área de transporte. Gente na área de aviação. Só não tinha gente na área militar, não estava dentro da esfera nossa.

NB: Não estava planejado.

VF: Isso era estritamente militar. Era da área deles, mas no que concerne à parte militar ligada à tecnologia e desenvolvimento industrial, estava e tinha, evidentemente alguém da área que se encarregava disso.

NB: Mas o que eu lhe perguntei e que fiquei curiosa com isso, se havia alguns militares ou que eram cientistas ou que eram pesquisadores, já interessados nesse projeto no governo Geisel?

VF: Eu acho que sim, Nara. Mas eu não sei, por uma razão muito simples. A pessoa mais ligada à ciência e tecnologia, dentro do Ministério do Planejamento, era o José Pelúcio. Não sei se vocês conhecem. Era Pelúcio e um grupo dele...

NB: Pelúcio vinha de onde?

VF: Pelúcio era um economista que veio daqui dentro. Eu não sei qual era a origem do Pelúcio.

NB: Não, mas ele era do IPEA?

VF: Do IPEA. Todo esse pessoal era do IPEA.

NB: Tinha carreira no IPEA?

VF: Carreira não, era um técnico contratado pelo IPEA, que foi, digamos, crescendo lá dentro.

NB: Mas o Pelúcio não era militar?

VF: Não. Ele nunca foi militar. Era economista civil. Nunca houve militar dentro.

NB: E o Clodovaldo Pavan?

VF: Esse eu não sei quem é. De que área era ele?

NB: O Clodovaldo foi presidente do CNPq durante muitos anos.

VF: Ah, bom, então é então. Mas de que época? Do Veloso?

NB: Do governo militar.

VF: Não, porque na época do Veloso foi o Inauto...

NB: Cavalcanti.

VF: Inauto Cavalcanti, que era da Universidade da Paraíba.

NB: Eu acho que foi depois dele. Foi no governo Figueiredo, eu acho.

VF: Ah, então Figueiredo, eu estava na Europa.

NB: Mas os militares afinal influíam?

VF: Por exemplo, às vezes militar influenciando diretamente, eu diria não. Eu estou dizendo honestamente, não. Eu acho que o militar podia influir de outra maneira, provavelmente. Não é que tinha...

NB: Eu não estou falando assim influência tipo ditar norma, não.

VF: Eu sei. Não. É claro. Pessoas que estivessem envolvidas na área de indústria bélica, etc, sem dúvida. Não era a minha área, por isso que eu não sei.

NB: Como é o nome daquele militar que levantou lá a indústria aeronáutica, que construiu aquela indústria que agora foi vendida?

VF: ... É, eu sei.

NB: Como era o nome daquele homem?

VF: Era um militar, um engenheiro de grande nomeada, um sujeito muito bom.

NB: É desse tipo que eu estou falando.

VF: Os que criaram essa empresa cujo nome a gente esqueceu. Pois é, havia isso tudo. Havia várias empresas bélicas. Havia a área que fazia os tanques, a área que fazia parte de munição, balas, etc. Havia outra empresa de armamentos, que está em São Paulo até hoje, que era uma coisa antiga, que foi dado um desenvolvimento muito grande. O Brasil chegou a ser um dos maiores exportadores, um dos grandes exportadores de armamento no mundo. Oitavo lugar. Incrível, mas foi. Quer dizer, quem é pacifista acha isso horrível. Mas é um modo de vender coisas. É melhor você produzir e vender, do que você revender como tem uns aí... a gente já sabe... bom, o nosso amigo Mayrink e outros mais. Mayrink Veiga. De revender armas. Não é só o Mayrink Veiga. O Conde de Paris, herdeiro do trono da França, é um dos maiores exportadores de armas no mundo, vendedores de armas.

NB: É uma das indústrias mais poderosas.

VF: O Brasil chegou a ter essa influência, essa força. Quer dizer, portanto, os militares interessados nisso, evidentemente participaram...

NB: O senhor nunca teve nenhum contato...

VF: Não, porque, a não ser, a não ser já em Manguinhos, com o setor de saúde do Exército e da Marinha, com o qual eu fiz um convênio. Mas aí ficou...terminou não... Os vários convênios que nós fizemos, porque eu tinha a ideia de abrir Manguinhos o máximo possível. Você tinha que abrir para fazer convênios. Toda a política de ciência e tecnologia da época era baseada em convênios também. Era até um pouco de exagero.

NB: Tinha parcerias isso?

VF: Parcerias. Eram sempre parcerias. Quer dizer, a ideia era você montar projetos multiprofissionais e projetos à base de convênios. Por isso que a FINEP fazia bem isso. Trabalhava nessa linha, tentando sair do esquema antigo, não sair mas pelo menos mudar um pouco o projeto de individualizar. Você dava dinheiro ao dr. Lobato Paraense, para o dr. Lobato pesquisar os bichinhos dele, os caramujos. O dr. Lobato recebia um dinheiro, pegava os estagiários dele. Isso é um processo que se faz no mundo, no mundo inteiro. É um processo normal. Eu não sou contra isso. Eu quero dizer, com base apenas nisso, nós achávamos que era pouco. O sujeito devia fazer algo mais complexo, que reunisse um número maior de pesquisadores, de pessoas interessadas, para um determinado objetivo. Esse objetivo seria, vamos dizer, em vez de meramente - eu estou dando um exemplo apenas - conhecer o vetor, você chegar, digamos, a uma vacina. Então você reunia todo mundo para isso. Por isso eu fiz umas coisas em Manguinhos que foram extremamente combatidas pelo meio da pesquisa. Eu terminei dando umas entrevistas muito violentas. Eu fiquei com muita raiva da atitude desses pesquisadores, sobretudo na área de doença de Chagas. Eu vou depois contar isso com minúcias. Que eu descobri que havia uma empresa multinacional, na Alemanha, que estava desenvolvendo um trabalho enorme para buscar uma vacina contra doença de Chagas. Eu achei que era o cúmulo a gente estar fora disso. Sobretudo porque eu sabia que o Brasil era o fornecedor das coisas para eles, sobretudo dos doentes para eles. Por isso que eu fiquei com raiva. Os nossos pesquisadores recebiam dinheiro para experimentar aqui, nos doentes brasileiros, as coisas que os alemães mandavam. Então eu fui falar com os alemães: "Se quiserem, vamos trabalhar juntos". Os pesquisadores brasileiros, cujos nomes eu posso dizer na próxima reunião, não quiseram. Acharam ruim. É claro.

NB: Como assim? Havia o que? Testes de vacinas em doentes?

VF: É, em doentes.

NB: No Hospital Evandro Chagas?

VF: Não, em outros hospitais. Eu não sei, posso até dizer, vou pesquisar isso melhor.

Evandro Chagas não havia, porque Evandro Chagas não tinha mais doente.

NB: Não tinha doentes? O hospital não estava funcionando?

VF: Não estava funcionando.

NB: Ah, bom.

VF: Mas era em Minas Gerais, era sobretudo em Minas Gerais.

NB: Ah, naquele centro lá de Minas Gerais, René Rachou?

VF: Exatamente.

NB: Mas havia uma cooperação grande lá.

VF: De que?

NB: Brasil-Alemanha lá.

VF: Mas uma cooperação muito engraçada. Do pote com uma panela de ferro. Panela de barro com panela de ferro. Eu achei que era uma cooperação curiosa.

NB: Parece que desde o final dos anos 50.

VF: Mas eu vim a descobrir isso. Então houve uma campanha contra mim.

NB: O que aconteceu? Aí o senhor fez o que?

VF: Não, espera aí. Eu vou contar isso com minúcias da próxima vez, mas eu realmente achei que era o cúmulo a gente estar sendo meramente receptor de coisas alheias. Então vamos trabalhar em conjunto. E eles toparam. Os alemães toparam. Aí disseram uma série de coisas. Vamos voltar, senão eu fico entusiasmado com essa história. Isso até hoje me dá raiva. Pôxa vida! E isso acontecia com outras doenças tropicais. O Lobato Paraense poderia falar isso a vocês. Pergunta a ele, ele, Lobato...

NB: Ele sabe?

VF: Ele sabe, porque ele me contou algumas coisas. O que acontecia com a própria esquistossomose. Pergunte. Eu acho que o Lobato devia dizer: “Dr. Lobato, se ouvir essa minha entrevista - eu não sei se ele vai ouvir - por favor seja franco. Fale, tá dr. Lobato, diga o que o senhor me contou”. Eu quero que ele conte. Porque ele me contou as coisas que haviam com a doença de...

NB: Esquistossomose.

VF: Esquistossomose. Bom, vamos encerrar esse assunto.

NB: O que havia?

VF: Havia isso exatamente. Pessoas, multinacionais experimentando remédios aqui no Brasil.

NB: Fazendo testes?

VF: É, fazendo testes aqui com os doentes que eram mantidos pela Fundação.

NB: Como, se não tinha doente?

VF: No René Rachou havia.

WH: O René Rachou já era da Fundação.

VF: Era Fundação. Era por lá em Minas Gerais. Evandro Chagas eu não sei. Dr. Lobato me contou alguma coisa. Pergunte a ele. Mas Evandro Chagas eu acho que não havia nada, porque o Evandro Chagas já estava morto, acabou. O hospital não tinha mais ninguém. Tinha três ou quatro gatos pingados que não estavam com doença de Chagas. Iam para lá...

NB: Era dor de barriga (*risos*).

VF: ...é foram para lá porque não tinham onde morrer, mas era verdade: o hospital tinha acabado. Tanto assim que eu quis acabar com o hospital.

NB: Não me diga!

VF: Não tinha sentido.

WH: O senhor queria fazer um museu ali, né?

VF: É, não tinha mais razão de ser aquilo. A gente faria, tinha um outro projeto. A gente faria coisas regionalizadas. Você trazer um doente do fim do mundo, chagásico, para aqui, não tinha cabimento. Era melhor, como eu pensava, era melhor fazer uma outra coisa. Mas enfim, isso é um projeto que a gente vai falar depois. Vamos voltar ao que a gente estava dizendo.

NB: Não, eu quero voltar sim ao seguinte...

VF: Por que é que eu fui para Manguinhos? Eu estava falando disso.

NB: Não, era as articulações com o dr. Paulo.

VF: Então a articulação era com ele e com a saúde.

NB: Como é que se deu a história da saúde?

VF: Bom, aí a saúde foi o seguinte. Eu comecei a tratar a saúde porque era área social. Então como não tinha ninguém lá para passar. Não, na verdade, havia no início. O Veloso tinha lá um médico.

NB: O senhor não era um especialista em planejamento para a área de saúde?

VF: Não, não era.

NB: O senhor conhecia a parte do interior.

VF: Exato, era o meu gosto. Era a minha formação.

NB: O senhor tinha desenvolvido um trabalho nessa linha?

VF: Bom, na realidade essas coisas são muito pessoais. Quer dizer, o que aconteceu foi que na área de saúde, no início, havia alguns médicos sanitaristas, pessoas do SESP, eu não me lembro mais.

NB: Ah, é?

VF: É. Muito poucos. Mas não deram certo porque o médico não tinha uma visão, digamos...

NB: Onde estavam eles?

VF: Foram para o planejamento.

NB: Ah, sim.

VF: O Veloso chamou, levou. Tinha uns dois ou três que trabalharam comigo. Até um rapaz muito bom, o Milanês, que era um sanitarista.

NB: Milanês o nome dele?

VF: É, enfim, não me lembro mais, mas houve algumas pessoas assim.

NB: Da Fundação SESP?

VF: Não sei, eu acho que outro... enfim, ele era uma pessoa ligada a alguém da Fundação SESP. Tinha uma formação muito boa. Mas faltava a essas pessoas essa visão econômica.

NB: Formação econômica.

VF: Formação, quer dizer, e entendimento com o Veloso, que era o mais importante. Isso é que é a realidade. Você não pode trabalhar com um Ministro, se você...

NB: Ele era centralizador?

VF: Veloso? Eu não acredito.

NB: Ele dividia?

VF: Muito, tanto assim que ele me deu bastante apoio para fazer... só que na hora da gente sair, não gostava muito. O Veloso como Ministro, há muita gente que o critica. É um homem que não soube fazer amigos, não sei que, etc, etc. Até certo ponto era. Ele tinha uma certa ressalva. Tinha muito, vamos dizer assim, resguardo da sua intimidade.

NB: Muito reservado.

VF: Muito reservado. Uma reserva talvez excessiva. Para você ter certa intimidade com o Veloso...

Fita 5 – Lado B

VF: Vamos voltar ao assunto.

NB: Então, ele era uma pessoa muito reservada.

VF: Mas veja só, o problema não é isso. Veloso montou uma estrutura de pensamento econômico, político-econômico, não é?

NB: Mas aí veio um médico.

VF: Aí, muitas pessoas que vinham para lá como especialistas, não entendiam aquilo. Você não pode transmitir isso de um dia para outro. Eu trabalhei desde o início. E ele me chamou porque ele me conheceu através de coisas que eu escrevia. Então ele sabia quem eu era e mais ou menos a gente se entendeu. Tivemos muita aproximação pessoal e intelectual também. Nós tínhamos amigos comuns, Isaac Kerstenetzky, muito meu amigo, muito amigo do Veloso. Quer dizer, a gente vivia muito juntos. Eu trabalhei com o Veloso numa fase heróica do IPEA. E isso conta. Nós tivemos discussões assim de varar noites. E ele insistindo. De repente, eu ficava com raiva porque de repente ele pegava minha ideia e dizia que era dele. Ele tinha muito isso.

NB: Então ele era centralizador.

VF: Era, sem dúvida que era.

NB: O senhor estava falando, o mais importante era se entender com ele, e os médicos não deram certo lá porque não tinham conhecimento e não se entenderam com ele.

VF: Não se entender do ponto de vista pessoal. Não se entenderam do ponto de vista intelectual. Porque veja só: o Veloso - eu sempre disse isso aqui em casa aos meus filhos - era um homem que nunca entregou um problema para você chegar a ele: “Veloso, como é que é isso? Como é que faço? Eu cheguei a esse ponto”. Se você não entregasse a solução, ele se calava e não dizia nada. Pronto. Sai pra lá, deixa pra lá.

NB: Não cobrava?

VF: Não, cobrava, mas se você chegasse: “Eu tenho esse problema, como é que eu faço?” Tudo bem. Eu sou assim. Eu destesto que cheguem para mim: “Ah, eu fui fazer isso, mas cheguei lá o Correio estava fechado”; “Pô, o Correio estava fechado? Você sabia da hora do Correio fechar, não sabia? Por que não foi?”

NB: O senhor é um pouco intransigente.

VF: Talvez.

NB: Profissionalmente.

VF: É, eu acho que sou.

NB: O senhor é muito perfeccionista?

VF: Não sei se sou perfeccionista. Intransigente, talvez.

NB: Eu digo nesse sentido de que o senhor quer que as coisas sejam bem feitas.

VF: Que sejam feitas, sobretudo que sejam feitas. Pelo menos faça mal ou faça pensando que está bem. Agora, não venha dizer que não fez por isso ou por aquilo. Eu acho que isso é que é importante. Nós tínhamos, chegamos no IPEA, a ter uma equipe que era mais ou menos dentro dessa linha. Por isso que eu acho que dizer que uma pessoa é centralizadora, é falso. É centralizador se você quer o contrário, se você quer que o outro venha para você dizer: “Olha, é assim, assado? O que você acha? Você está de acordo?” Não. O pensamento é este: a saúde pública no Brasil deve se desenvolver. Então, a pesquisa deve ser voltada para a saúde pública de preferência. Tudo bem. É essa a linha? Então Fundação Oswaldo Cruz é saúde pública? Vamos tocar isso. Nunca fui falar: “Está certo esse meu projeto? Está errado?” Eu fazia porque eu sabia que aquilo estava dentro de uma linha geral. Não sei está claro o que eu quero dizer.

WH: Vocês também se deparavam com um marasmo institucional muito grande nessa época. Porque eu não sei. A gente está falando aqui da Fundação, dr. Vinícius, mas eu não sei se isso era uma coisa geral também.

NB: Na universidade?

WH: ... esse desmonte das instituições, essa decadência que a gente está falando da Fundação, no plano de ciência e tecnologia, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas...

NB: ...enfim, as outras instituições...

WH: ...se também não tinha esse problema.

VF: Pode ser. Eu não sei. Eu sei o seguinte: se a gente comparar meramente a estatística universitária, para sair em 62 de uma população universitária de 150 mil, para 2 milhões. Quer dizer, pode ser até que os governos militares - eu não estou defendendo nada -

tenham feito besteira, por exemplo, incentivando as Universidades privadas etc. Mas as Universidades públicas hoje são 46 ou mais federais. Quer dizer, um negócio brutal. Se a gente analisa friamente, sem nenhuma paixão política, vê que foi dado um pulo enorme dentro da educação. Pelo menos quantitativa, eu não sei se qualitativa foi. Realmente não sei. A gente tem a tendência de achar - eu que estou velho - que tudo que eu fiz na minha época era melhor do que hoje, etc. Meu filho que fez economia de vez em quando me diz: “Você é um economista que não sabe nada porque agora é isso.” Fez uma tese maluca com um professor de Londres. Meu Deus do céu, aquilo sim é que é uma loucura! E no entanto, é economia moderníssima. Meu Deus, ô palavreado danado. Quer dizer, está evoluindo a coisa, eu é que estou pra trás. Eu quero dizer com isso o seguinte. Houve uma mudança no cenário da educação e, portanto, no meu entender, houve, provavelmente, no cenário da pesquisa. O que aconteceu é que alguns grandes pesquisadores como o Leite Lopes caíram fora. Como ele, vários outros. Agora, o número de cientistas que voltaram e que eram de fora foi grande. Dentro da Fundação Oswaldo Cruz, eu, pessoalmente, trouxe mais de 10, O Gelli Pereira, o Galvão, que hoje está lá na Bahia.

NB: Bernardo Galvão.

VF: O Bernardo Galvão, o nosso querido Carlos Morel, Presidente, o nosso amigo Arouca. Quer dizer, foram muitos pesquisadores de pensamento que nós trouxemos para dentro Fundação, e, provavelmente, em outras instituições houve a mesma coisa. A saída de um grande nome é que fica na cabeça de todo mundo. A gente vai achar chato, como eu achei. Puxa, por que o Leite Lopes vai embora? Porque tá, tá, tá, tá, tá, tá. Mas, enfim, houve um retorno dessas pessoas. Mas houve uma recuperação. Eu acho que o caminho do Brasil nesse período, se nós tivéssemos mantido, não sei se mantivemos - eu acho que não - essa política de desenvolvimento científico e tecnológico, nas linhas que vinham sendo montadas, talvez ele tivesse dado um arranco bem maior. Eu acredito que houve um certo recuo com a saída do Veloso. Mas talvez eu tenha uma visão distorcida. Não sei o que aconteceu pois eu realmente eu me afastei. Acredito hoje que a coisa se torna cada vez mais difícil. Um país como o nosso ter uma tecnologia desenvolvida com esforço próprio é difícil. É muito duro. O mundo rico se prepara cada vez mais para assumir essa liderança e não largar mais. Eu participei de uma reunião internacional na OCDE, em Paris, que era sobre esse problema de transmissão de tecnologia. Então houve...

WH: É o que?

VF: É uma organização internacional, como a ONU, dos países ricos. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Fazem parte 24 países ricos, são os grandes países rico do mundo, e tem assessores, consultores de países pobres, como era eu, convidados por eles. E a gente participa. Então nessa reunião, que se discutiu esse problema de transmissão de tecnologia, eu me lembro bem que havia, para dar um caso, havia um vice-presidente da Nestlé, foi nesse nível, num nível de vice-presidente de Nestlé, participando do encontro. Eu me lembro que eu tive um contato com ele, pessoalmente, na mesa, eles diziam não, eu dizia: “Mas vocês, multinacionais, vocês não desenvolvem tecnologia nos países pobres. Vocês não têm centro”; “Não, porque nós

temos na América Latina um centro no âmbito da Nestlé de tecnologia muito avançado.” Digo: “Onde? Porque o seu país que produz demais para vocês, Nestlé, é o Brasil. É o maior produtor de leite da América Latina etc, etc, etc. Onde é que vocês têm?” Ele ficou calado e no final falou: “No Equador.” Aí todo mundo riu. Eu disse: “Ah, bom.” Eu ainda disse de brincadeira: “Mas o seu centro é de que? De pesquisa de cobre, de peixe, aquela coisa de indústria pesqueira?” Aí se calou e riu também. Quer dizer, o mundo não larga isso. E cada vez mais. Então não sei. Nós tínhamos a ideia, a presunção de estabelecer no Brasil um esquema que pudesse desenvolver. Daí termos criado os instrumentos que foram criados, até hoje a FINEP e o CNPq, que passou a ter uma expressão muito maior do que no passado, por uma razão: porque teve muito mais dinheiro. A gente tem prestígio e poder quando tem dinheiro. Essa é a realidade. Não adianta você ter um órgão e desenvolver simplesmente para fazer reuniões científicas, se você não tiver os recursos. E passamos a ver esse desenvolvimento sob uma ótica multiprofissional e assim por diante, quer dizer, de projetos integrados. Saindo de um contexto muito mais restrito, que era bom e que é bom, que era do projeto individualizado num pesquisador com a sua equipe. Então isso é que se pretendeu montar. E é o que eu pretendi montar em Manguinhos.

NB: Eu queria deixar claro uma coisa sobre o aspecto centralizador possível do dr. Reis Veloso, o senhor me respondeu que não, que não era centralizador: “Nós tínhamos um pensamento comum, compartilhado”. Havia uma espécie de acerto entre algumas cabeças combinando ideias e projetos.

VF: Você levantou uma coisa muito boa. Porque havia uma coisa que o Veloso instituiu, que não era novidade nenhuma, que ele chamava de reuniões de coordenação. Essas reuniões de coordenação, ele realizava no início uma vez por semana. Depois ele passou a Ministro, não teve nem condição de fazer. Mas era semanal. Todo mundo do IPEA era obrigado, não era obrigado, ia porque queria...

NB: Mas todos iam?

VF: Todos iam à reunião de coordenação e o Veloso colocava um tema em discussão do programa. E todo mundo dava palpite. Eu me lembro bem que para me testar, o Veloso fez uma coisa. Ele me chamou para colaborar com ele, eu disse: “Olha, eu tenho tais limitações”. Eu já estava no setor privado, estava querendo ganhar dinheiro com o meu escritório e ganhei. Bom, aí ele me chamou e eu fui para lá. Três meses depois, ele fez uma reunião de coordenação para tratar de um projeto de demografia. Esse projeto tinha sido desenvolvido pelo Manuel Costa, que era meu aluno. Ele tinha dado - e isso aí foi safadeza do Veloso - o trabalho do Manuel para eu criticar. Eu critiquei.

NB: Antes da reunião?

VF: Antes da reunião. Aí eu critiquei, disse: “Olha, Veloso, tem esse o defeito, tal, tal. A visão do Manuel é técnica demais, e a demografia é uma ciência política. A gente não pode fugir a isso”. Ele não dizia nada. Na reunião, ele disse isso. E foi uma droga, porque

o Manuel ficou quase meu inimigo.

NB: Mas sabia disso.

VF: Não, o Veloso disse: “Vinícius Fonseca, que agora está aqui trabalhando, disse isso e isso”. Aí o Manuel ficou assim. Quem tomou as dores do Manuel foi o Sávio... um outro que gostava muito do Manuel. E eu fiquei ali parado. Foi horrível. Depois tive que chamar o Manuel. O Manuel passou a trabalhar comigo, passou a ser meu funcionário. Enfim, havia reuniões de coordenação e nelas você apurava um pensamento em comum.

NB: Durante anos isso?

VF: Durante anos.

NB: Até ele ser Ministro?

VF: Depois de ser Ministro havia as coordenações com menos gente. Por exemplo, eu era, nesse período, chamado assessor especial. Não sei porque especial e há outros especiais também. Aí a gente se reunia de vez em quando para tratar de certos assuntos. Um Plano Nacional de Desenvolvimento era discutido entre nós.

NB: Quem discutia?

VF: Ih, eram milhares de pessoas. Quer dizer, dezenas de pessoas. E havia a redação final. Quer dizer, eu era um...

NB: Mas como é que era? Cada um pegava um pedaço?

VF: Não, você tinha, a gente está falando não de Manguinhos. Você está muito mais interessada... Vamos fazer um centro desse no IPEA. Eu não sei se o Veloso tem isso. Sabe que valia a pena a gente fazer um negócio desse no IPEA.

NB: Mas o senhor sabe que é tão interessante recuperar essa estória do IPEA também.

VF: Eu acho, foi uma boa coisa.

NB: Isso é uma coisa rara.

VF: Uma grande... Realmente foi uma instituição...

NB: O que tem de paralelo ao IPEA é o governo de Juscelino com aqueles grupos, aqueles GTs do Juscelino.

VF: É. Exatamente.

NB: Mas isso teve continuidade depois aonde?

VF: Depois parou.

NB: No IPEA teve continuidade.

VF: No IPEA, pois é, mas depois parou. No governo do Jânio Quadros, depois foi no Jango. Aí botou besteira. Começou a politizar demais. E os governos militares, no início, não tiveram condição de fazer isso. Eu acho que o Castelo teria tido interesse, mas não teve nem tempo. Ficou tão assoberbado com as brigas internas dele, que não teve tempo.

NB: Como é que o presidente Geisel foi conquistado para isso?

VF: Olha, eu acho que o Geisel já era um homem de uma formação bastante ligada a isso. Olha, é um homem de tal interesse por esse assunto, que ele foi duas vezes à Fundação Oswaldo Cruz. Não sei se vocês sabem disso.

NB: O senhor falou.

VF: Duas visitas. Nunca presidente da República fez, numa gestão de três anos, duas visitas. Quer dizer, isso mostra um interesse dele por isso. Um assunto que não era nada ligado a ele, nem havia interesse dele. Eu conheci o Geisel presidente, com toda a consideração, nunca tive intimidade com ele. Ele foi porque ele teve interesse. Ele sabia que era uma coisa importante. E como ele foi a Manguinhos, ele foi a várias outras instituições de pesquisa. Ele fez reuniões no CNPq estando presente. Não sei se você sabe disso.

NB: Não.

VF: Fez, houve reuniões com a presença do presidente da República - coisa inédita no Brasil - no CNPq. Quer dizer, eu acho que ele era um homem que tinha dentro dele próprio essa predisposição, não é? Embora, provavelmente, ia através de um convívio muito íntimo com o Veloso, com esse pensamento.

NB: Ele conhecia o Veloso de onde?

VF: Ah, do governo. Meramente do governo.

NB: Ah, é?

VF: Ah, sim, sempre foi.

NB: Sim, porque quando ele entrou...

WH: ... o Veloso já estava.

NB: ... já estava.

VF: Já estava. O Veloso era economista, era secretário... Bom, saímos da Fundação.

NB: Saímos não, a gente vai chegar lá. Vou fazer um parêntese para o senhor não ficar preocupado. A gente precisa entender o porquê da Fundação recuperada. Como o senhor

estava falando, isso faz parte de um projeto. Que projeto é esse? É um pouco essa a intenção ao discutir sobre a política científica e tecnológica.

VF: Tá certo, é, o projeto era esse.

NB: Qual era o projeto? É disso que a gente está falando. Então, estou lhe perguntando: qual era a relação, como é que o Veloso conquista o Presidente?

VF: Provavelmente ele já estava conquistado por ele próprio. É o que eu acho. Porque dificilmente uma pessoa conquista um outro totalmente, se você já não tiver uma certa...

NB: Sensibilidade.

VF: ... sensibilidade para aquilo. Eu acredito, por exemplo, que um Costa e Silva dificilmente seria... embora fosse um homem muito inteligente, mas ele tinha outra formação, ele tinha outra visão. O Geisel não. O Geisel era um homem que realmente tem... tanto assim que a vida profissional dele, ele mostrou na Petrobrás. Ele fez muita coisa na Petrobrás, dele, pessoal, quer dizer, ideias dele.

NB: Ele foi diretor da Petroquisa, não da...?

VF: Parece que foi, eu não sei não.

NB: ...Da Norquisa.

VF: Norquisa. Eu não sei nem qual é a formação do presidente Geisel. Acho que ele não era meramente... eu acho que era, talvez, de engenharia. Nunca perguntei a ele. Bom, mas enfim, havia esse projeto dentro do governo, voltando a Manguinhos. Por isso, dada a minha vinculação com o Ministério da Saúde, por imposição...

NB: O senhor não contou isso ainda. A gente estava chegando lá. Tinha lá uns caras...

VF: Não, no início havia, digamos, um setor saúde, chamado setor saúde, que havia as áreas. Na coordenação tinha uma área e dentro dessa área, os setores. Os setores era um setor, quer dizer, tinha gente especializada na área. Na área social você tinha setor saúde, setor habitação, setor demografia, setor saneamento, setor isso, setor aquilo. Habitação, saneamento, etc: Ministério do Interior. Daí a minha vinculação muito grande. População, desenvolvimento regional, que era o que eu gostava muito, urbanismo, como eu disse, era o que eu gostava. Aí, de repente, entraram outras coisas. Bom, saúde. Quem é que vai fazer? O Veloso tinha umas pessoas que faziam saúde. Eu não tinha nada com isso. Esses médicos. De repente tinha o troço desse documento do pessoal da saúde para mim.

NB: Fazer crítica?

VF: É, para fazer crítica. Como ele fazia com várias outras pessoas. Evidentemente que você chegava e a coisa não era...

NB: Qual era a sua crítica maior?

VF: Não, não havia críticas...

NB: O senhor lembra?

VF: O sujeito não era um planejador. Percebe o que eu quero dizer? Ele não era um planejador.

WH: Qual era a diferença entre o médico e o planejador? O que diferenciava o projeto, o seu projeto, no caso, para a área da saúde, de um projeto de um médico, que não era planejador?

VF: Já tinha um método determinado. Porque, por exemplo, um homem como Carlos Gentile era um planejador, eu diria, entendeu? Um homem como Eduardo Costa é um planejador. Pode vir a ser um planejador. O que eu quero dizer é o seguinte: o planejador tem que ter uma ideia política. Ele tem que saber o que ele quer. Qual é o objetivo? Se o objetivo é fazer fossa, para que essa fossa? Entende? Quer dizer, combinado a um conjunto de que? De onde vem o dinheiro para a fossa? A população vai pagar a fossa ou o governo? O governo paga conjuntamente? Que tipo de fossa vai desenvolver melhor? É uma ideia de conjunto, integrada no contexto de um projeto econômico-social. Não sei se está claro o que eu quero dizer.

NB: Está claro.

VF: Mário Magalhães da Silveira que já morreu que foi com Celso Furtado para o Nordeste. Era um médico.

NB: Mário Magalhães? Marido da Nise da Silveira.

VF: É, marido da Nise. Vocês conhecem? O Mário era um planejador.

NB: O senhor conheceu ele?

VF: Muito, maior intimidade. Maior secretário do mundo. secretário, mas secretário... Mas um planejador. Entende o que eu quero dizer? Planejador...

NB: O senhor conheceu dr. Mário aonde?

VF: Ah, Mário foi na SUDENE, do pessoal do Celso.

NB: Da SUDENE?

VF: É, com o Celso Furtado e o Mário trabalhava com o Celso. Era fanático pelo Celso.

NB: O senhor andou brigando com o Mário?

VF: Não, mas Mário brigava com todo mundo. Mário, puxa vida, era um homem difícil, muito difícil, cheio de arestas. A própria figura dele, magrinho, parecia Dom Quixote.

Era quixotesco, mas muito sectário. O Mário era assim: “Não adianta você fazer nada, primeiro você tem que desenvolver”. Então eu disse: “Mas, Mário, a gente vai parar com tudo. Então pára o governo, vai ficar parado. Não tem saúde, não tem saneamento, não tem mais nada. Você pára com tudo. Você faz um projeto de crescimento econômico, baseado em que? Como é que vai fazer?” Entende? Ele achava... ele chegou ao máximo de sectarismo. Quer dizer, que não vale a pena você fazer nada em outra área. “Educação não. A educação virá como uma consequência”; “Mas Mário, pelo amor de Deus, não pode ser assim”, entende? Isso era uma visão de esquerda sectária, que muita gente de esquerda tinha. Eu confesso que no início, nas minhas carreiras políticas, eu tinha essa visão. Não adianta, a gente tem que crescer. Mas crescer de que forma? Como? Porque não cresce porque o imperialismo... Aquela coisa fácil, né. O imperialismo é o culpado. A gente não faz nada porque o imperialismo... O Mário tinha essa visão sectária, que era até contrária ao pensamento do Celso. Bom, mas era um planejador. Eu não sei se ele entende agora o que eu venho citando. Porque é uma pessoa que ele via um conjunto de coisas. Embora ele dissesse que não adiantava nada, mas ele estava lá como médico e como sanitarista, ele tinha que fazer alguma coisa. O Celso queria que ele fizesse. Ele diz essas besteiras todas, essas coisas todas, mas fazia. Ele, no fundo, ele acreditava que era para fazer. Mas fazia dentro daquele contexto. Isso que eu quero dizer. Você não pode isolar uma coisa. Mas um médico, esses que foram para o IPEA, não sei porque cargas d'água, resolviam aquela coisinha. Tinha Fundação SESP, digamos, aquele negócio deles, aquela coisa...

NB: O senhor não quer falar o nome dessas pessoas, não?

VF: Não me lembro mais, sei lá quem eram. Mas enfim, aos poucos, sem querer, digamos assim, eu fui...

NB: ...assumindo.

VF: ... assumindo. Eu não fui assumindo, eu fui assumido, entende? Quer dizer, o Veloso tinha que recorrer porque ele era o Ministro. Enfim, ele tinha que recorrer a alguém. Ao Beltrão no início e eu trabalhava com o Beltrão. Tinha que ter alguém que fizesse isso. Aí esse alguém, na verdade, eu terminei fazendo. Porque dentro da minha área você tinha tudo mais ou menos já definido, e eu estava... a área de saúde foi ficando... também a área de saúde, o problema também, para ser honesto, a área da saúde, até o governo Geisel, era uma matroca. Porque era o Ministro, que vocês sabem quem era, Rocha Lagoa. Com o Rocha Lagoa era impossível se fazer alguma coisa. Um homem que eu tive dois ou três contatos com ele, e não fui mais. Um cara desse não fala nada. Ele era um total, sei lá, era um negócio horrível. Quer dizer, eu não conseguia falar com ele do plano.

NB: Por que?

VF: Porque eu falava planejamento de saúde.

NB: O senhor falava e ele não entendia o que o senhor estava falando?

VF: Eu acho que ele entendia, não era nem isso. Ele não tinha interesse. Eu acho que era isso. Não tinha o menor interesse. Ele estava voltado para as brigas dele. Por que ele era tão alheio? Estranho. Não sei bem.

NB: Ele não deu a menor importância ao que o senhor falou?

VF: Ele me recebia formal e me passava para aquele menino que era o secretário dele, o secretário executivo, que era o Cunha. Não era o Fonseca da Cunha, que era chefe de Gabinete, eu nem conheci. Era o secretário executivo, o filho de um amigo meu, Ciro Vieira da Cunha, Vieira da Cunha. Acho que era José Vieira da Cunha. Um rapaz muito afável, uma pessoa muito... que também era político, ficava naquilo... Eu não sei. Eu sei que não foi possível com ele, e o Veloso desistiu. Deixou para lá. O setor saúde ficou acéfalo, porque o que vinha, na realidade, do Ministério da Saúde era o negócio... Aquela coisa muito pequenininha, coisa medíocre, realmente era uma coisa que a gente não dava para armar. Então, foi ficando de lado. Quando o dr. Paulo entrou, eu não sabia quem era o Dr. Paulo, mas eu passei a ver os documentos que chegavam da saúde, que o Veloso me passava, mudaram. Quer dizer, passou a ser um documento de alguém que tem cabeça, que está querendo fazer: “Bom, saúde pública, prevenção. O Brasil gasta dinheiro demais com doença particular”. Essas coisas todas. Aquela tese que a gente já conhece. Aí de repente: “Pôxa, isso tudo é o que eu penso também”. A gente discutia isso já dentro do próprio IPEA com as pessoas que...

NB: O senhor nunca foi àquelas Conferências Nacionais de Saúde, não?

VF: Claro. Fui, eu participei.

NB: Mas aí já mais tarde?

VF: Já mais tarde.

NB: Não nesse período?

VF: Não, nesse período não.

NB: O senhor foi na Conferência Nacional de Saúde em 76?

VF: É. 76, 75. 75 eu acho. Foi a primeira.

NB: O senhor falou na abertura.

VF: Bom, então está explicada a razão pela qual.Aí eu passei a ter aproximação com o Ministro da Saúde maior.

NB: Mas com o dr. Paulo?

VF: Dr. Paulo. Sim, com dr. Paulo. Com o outro nem sei, não sabia, como eu disse foi um Ministério muito...

NB: Inexpressivo.

VF: ... inexpressivo do ponto de vista do planejamento. Isso aí o Veloso acho que vai confirmar sem nenhuma dúvida. Foi inexpressivo. Agora, o Ministro do Planejamento fazia simplesmente o que tinha que fazer, deixava de lado, deixa pra lá. Tanto assim que os primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento, se a gente analisar bem, vai ver que o setor saúde não tem nada. É uma besteira, umas coisinhas assim muito...

WH: Eu ia perguntar isso agora.

VF: Não tem nada, era uma coisa mínima. Quer dizer, tem que aparecer alguma coisa, mas não tem expressão.

NB: Não tem consistência.

VF: Não tem conteúdo, não tem consistência, provavelmente, o Rocha Lagoa, imbuído daquela coisa dele toda de política, da briga tremenda lá com Manguinhos, estava voltado para isso. Eu acho. Bom, aí veio o meu convite, que eu já contei a vocês, fui convidado...

NB: Não, fora do gravador. A gente conversa tanto fora que a gente nem grava.

VF: O Ministro da Saúde, durante um período. Quando é que ele assumiu? No governo Geisel. Eu já não me lembro das datas. Mas eu sei que ele assumiu no governo Geisel e passou-se um período grande. Ele tomando pé do Ministério, foi quando ele conheceu bem Manguinhos. Ele começou a dizer que o maior desafio dele estava sendo Manguinhos, porque ele tinha que dar um jeito naquilo, recuperar, dentro da estrutura de crescimento do país. Mas eu acho que, na verdade, se não fosse ele o Ministro da Saúde, não teria acontecido isso com Manguinhos, porque o Veloso tinha outras prioridades. Eu acho, não sei.

NB: Não era saúde?

VF: Não, definitivamente não era. Saúde era... Ele tinha que dar prioridade aos projetos de crescimento, de desenvolvimento tecnológico de alto nível, as coisas, como energia nuclear, essa coisa toda, que era a menina dos olhos dele.

NB: A energia nuclear?

VF: Não, só energia nuclear não. As áreas de ponta.

NB: Mas quais eram, o senhor lembra?

VF: Bom...

NB: Energia nuclear certamente.

VF: Toda a área metalúrgica, por exemplo. Tecnologia de metalurgia, metalurgia

especial. Toda a área de mecânica avançada. Todos esses setores que o Brasil não tinha quase nada.

NB: É, mas isso era desenvolvimento industrial.

WH: Indústria de base.

VF: Indústria de base.

NB: Era aí que se dirigia...

VF: Era aí fundamentalmente. A visão era que se você não tivesse uma indústria de base...

WH: .. para sustentar o desenvolvimento econômico.

VF: ... energia elétrica, energia de modo geral, substituição de energia, de coisas assim. Uma visão mais ou menos como a de Lênin, no início do governo da União Soviética. Quer dizer, indústria de base. Claro, se você não tiver uma indústria de base, você não pode fazer nada.

WH: Porque não sustenta desenvolvimento econômico.

VF: Não sustenta.

WH: Econômico?

VF: Econômico, não sustenta.

NB: Quer dizer que então essa coisa de saúde entrou lá no 2º PND meio à reboque?

VF: Não, porque era... Não sei, não me lembro como é que foi, eu tenho aí esses documentos. Vou dar uma olhada para dizer isso a vocês melhor.

NB: Está lá, assim: “A recuperação da Fiocruz...”

VF: Mas o segundo já era agora no governo...

WH: Do Geisel.

VF: Geisel.

WH: Governo Geisel.

Fita 6 – Lado A

WH: Essa parte de saúde do PND, foi o senhor quem fez?

VF: Fui eu com o grupo do Ministro.

NB: Paulo Almeida Machado?

VF: Paulo Almeida Machado. Sim, e o grupo era formado pelo César, o Seixas, que hoje é secretário executivo, um planejador de saúde. Esse homem é realmente...

NB: Ele participou do segundo PND?

VF: Participou, claro. Todo o pessoal, toda a equipe dele, o grupo dele, o Juarez. Ainda está por lá?

NB: Eu não conheço.

VF: O Yunes. É um pessoal de saúde pública de São Paulo, fundamentalmente.

NB: De São Paulo?

VF: De São Paulo.

NB: Que participou da elaboração da parte de saúde do segundo PND? Foi isso?

VF: É, exato.

NB: E lá consta a presença da Fiocruz. Fiocruz é Chagas...

WH: Chagas, doenças transmissíveis.

VF: É.

NB: Doenças de âmbito grande e aí o senhor entra na Fiocruz com a mesma pauta de prioridades que vem do PND. Eu pergunto qual é a relação de uma coisa e outra?

VF: Ué, mas não era um Plano de Desenvolvimento Nacional?

NB: Mas o senhor não participou escrevendo?

VF: Também.

NB: Ah, é?

VF: É, mas esse plano saía dos Ministérios, passava para o Ministério do Planejamento, onde era coordenado e montado. É claro que vinha dos Ministérios com uma mensagem presidencial. Vocês conhecem, né? A mensagem vem com 10 mil páginas, se transforma em 100. A gente fica lá trabalhando. Trabalhei muito em mensagens. Como dizia Jesus Soares Pereira: “Desmanivando as mandiocas”. É tirar o veneno da mandioca.

NB: Desmanivando?

VF: Desmanivar é tirar maniva. Maniva é o veneno.

NB: Veneno.

VF: Ele ficava louco. Duas horas da manhã e nós lá e ele dizia: “Eu não aguento desmanivar mais mandioca podres”. (risos)

NB: Ele tinha que transformar em planejamento?

VF: Não, tinha que transformar em mensagens.

NB: Mensagens.

VF: Em mensagens do Getúlio, do Juscelino. Ficava lá todo mundo. Bom, enfim, era esse o trabalho nosso. A gente ficava, não desmanivando, mas dando uma forma geral àquilo. Os planos setoriais vinham de seus ministérios, dentro de uma linha. O Ministro do planejamento tinha uma coordenação. Havia uma comissão, um Conselho Nacional de Desenvolvimento. Tinha um Conselho de Desenvolvimento Social e Conselho de Desenvolvimento Econômico. Então reunia o Ministro do Planejamento com o Presidente, na presidência, na frente, porque senão era meio chato, porque o Presidente é o Presidente. Dizia: “Bom, o objetivo é esse, etc e tal”. Dava as linhas gerais. O Ministro passava às suas pessoas, sempre havia um setor de planejamento no Ministério.

NB: Em articulação com a Secretaria?

VF: Em articulação com a Secretaria.

NB: Mas eram homens que a Secretaria ou o Ministério determinava?

VF: Do Ministro, pessoas do Ministro. Eu, por exemplo, eu tinha entendimento diretamente com o Ministro ou com o Seixas, por exemplo. Tive muito entendimento com o Seixas, que era o homem da Secretaria Executiva, na época era Secretaria Geral. Era o Secretário Geral. Hoje é Secretário Executivo. O Secretário Geral era a pessoa com quem eu tinha maior contato. O Ministro era o homem político. Qualquer problema a gente ia ao Ministro. “Ministro, é isso. O Veloso aquilo...” Quer dizer, era um tratamento de coordenação, de juntar ideias dentro de uma concepção geral. Agora, evidentemente que o planejamento não poderia intervir numa política setorial do Ministério da Saúde, se o Ministério da Saúde, digamos, dissesse: “Agora, a gente vai parar com tudo isso e vai dar dinheiro para os hospitais que tratam de câncer”. Aí eu acho que, nesse momento, o planejamento diria: “Espera aí, Ministro, vamos com calma e vamos ver se está certa essa política”. Afinal de contas... - eu estou dando um exemplo meio maluco - mas digamos que, de repente, o Ministro achava que não era nada disso, que aquela SUCAM não tem nada que ver, que você tem que criar aqui hospitais de câncer ligados ao Hospital Albert Einstein de não sei de onde. Provavelmente, a essa altura, o Ministro do Planejamento ou as pessoas do planejamento teriam dito: “Ministro, é isso mesmo?” Entende o que eu quero dizer? Agora, o Ministro da Saúde naquela ambiência que ele conhecia, que já tinha sido escolhido porque tinha essa mentalidade. Ele iria dizer isso? Percebe o que eu quero dizer? Iria o Ministro da Economia da época dizer que o capitalismo estava errado, que você tinha que socializar os bens de produção? Iria? Não. Senão não era Ministro da

Economia.

NB: A Secretaria de Planejamento expressava um pensamento de governo?

VF: É, uma política de governo.

NB: Mais do que os Ministérios?

VF: Os Ministérios entre si seriam os executores dessa política. Na realidade, isso é o normal em qualquer governo, até na França, as brigas todas, de repente muda de Mitterrand para Chirac e muda tudo. Na verdade havia isso. Agora, você dizer que um governo é monolítico e tem uma linha que segue rigidamente, é uma inverdade. A gente sabe que não é assim. Um governo é constituído de centenas de pessoas que têm pensamentos mais ou menos convergentes. Mais ou menos. Às vezes divergentes.

NB: Que tipo de divergência ou de crítica ou de dificuldades esse pensamento do planejamento encontrou no governo Geisel?

VF: No governo Geisel, poucas. Porque eu acho que...

NB: Havia uma unanimidade?

VF: ... o Presidente Geisel era um homem de tal força moral, envergadura, que dava apoio ao planejamento. Mas depende extremamente do Presidente. Se o Presidente for uma pessoa que não está imbuído daquela ideia, aí a coisa não vai a termo. Porque o Ministro não pode. E isso, realmente, dentro de um governo, sempre foi problema muito sério, e deve ser agora também com o Serra e qualquer outro. O Ministro do Planejamento é sempre, é muito difícil. É uma convivência... porque o Ministro setorial, ele era Ministro, ele acha que cabe a ele desenvolver as políticas, sobretudo num governo que não tem uma visão nítida, que, por exemplo, mistura o partido tal, partido tal, ACM bate na cara do Presidente, o Presidente bate na cara de ACM. Quer dizer, sei lá, um governo desse fica difícil, né. Porque são vários partidos que não têm uma linha, digamos. Eu sei lá se têm. Pode ser até que tenham. Mas eu não sei qual é exatamente a linha do PFL. Nem política. O que ele quer? Eu não sei. É um problema, eu não estou dentro do governo, eu não sei porque não estou lá dentro. Mas eu quero dizer o seguinte: um Presidente, mesmo numa situação dessa, que é o governo, chamemos democrático, com vários partidos, pode impor sua linha de pensamento. Eu acho que Fernando Henrique Cardoso pode perfeitamente, se quiser, impor a sua linha. Se ele ainda tem uma linha, o problema é se ele ainda tem uma linha de pensamento, que eu não sei. Eu estudei muita coisa de Fernando Henrique Cardoso. Foi o homem que criou, no mundo, a ideia da periferia, do centro, que fez uma série de coisas, mas ele já disse que nada disso vale nada. Então... Bom, enfim, eu acho que ele como Ministro, como Juscelino. Juscelino governou num ambiente terrível. Não é brincadeira. No entanto ele impôs uma linha desenvolvimentista. É isso que eu quero mostrar, entende, Nara. Quer dizer, os Ministros de Juscelino sabiam que ele tinha uma visão do país, sabiam que iam para isso. Então, para ser Ministro, eu tenho que compartilhar com essa opinião. Senão eu não aceito

isso. Então era isso que funcionava. Se um Presidente como Costa e Silva era mais fraco do ponto de vista de apoio a um planejamento geral, ele tinha o objetivo dele, era outro, digamos. O objetivo dele era fortalecer uma estrutura, digamos - eu não sei, eu estou dizendo uma besteira, pode não ser nada disso - mas digamos que o objetivo dele era consolidar uma estrutura militar para descontaminar o governo da podridão civil, do coronel dos urubus. Digamos, eu sei lá, pode ser.

Dentro do governo militar tinha muito militar que achava que você tinha que tirar realmente, passar um período expurgando tudo isso. Então dificilmente ele ia, se fosse o caso, se interessar a ponto de ordenar uma linha de pensamento coerente. No entanto, ele fez isso. Porque no governo dele já se tinha uma estrutura. Nós estivemos lá, demos aulas, quer dizer, fizemos várias reuniões. Havia sempre uma preparação, e ele participava disso. Ele participou. Agora, não era como o Geisel. O Médici foi muito menos. O Médici tinha outra visão. Digamos, era menos. No entanto, o Veloso participou e foi, com o Médici que ele organizou isso tudo. Agora, eu acho que o Médici tinha uma linha, quer dizer, tinha um interesse mais militar, que foi na época dele que houve, que a gente sabe agora, os problemas políticos mais sérios. O negócio do Araguaia, todas essas lutas terríveis por aí. O Exército dando uma de Canudos, fazendo maluquice, mandando 10 mil homens para matar 4 guerrilheiros, essas coisas assim. Para o Exército aquilo era fundamental. Então, talvez o Médici tenha ficado muito mais absorvido com esses probleminhas. Mas, apesar disso, foi possível montar uma estrutura. O que se pensava no planejamento, e que eu acho até hoje, minha opinião pessoal, o governo tem que ter uma estrutura de planejamento. Não quer dizer que o planejamento seja uma coisa para dizer como vai ser a coisa. Não quero dizer nunca que você faz um plano para criar no ano tal 10 milhões de dúzias de ovos, como foi o primeiro plano que eu disse a vocês que o Lacerda caiu em cima do Roberto Campos. Que é uma pilhéria. Não é isso. As metas, os objetivos são globais, são macro-econômicos. É uma visão macro-econômica, que se setorializa, porque tem que ser setorializado, não é? Dentro dessa visão. Aí a organização desse sistema é que foi feita dentro dos governos Geisel e Médici. Foi possível estabelecer isso. Foi possível fazer uma estrutura dentro do IPEA, planejamento, reuniões das nove, participação direta com o Presidente, para ele tomar conhecimento do que estava acontecendo e do que se pretendia e dar força às pessoas do planejamento. Realmente aí é possível, eu acho que o planejamento, dentro dessa visão, é perfeitamente exequível. Não sei se era isso que a gente estava falando.

NB: Era sim. Era isso que eu estava falando. E a gente estava comentando essa sua aproximação com a saúde, a sua participação nas discussões, no PND para o setor saúde...

VF: É, porque realmente eu tinha que participar.

NB: E que a Fiocruz estaria constando no PND. Até que é muito estranho, a única instituição que aparece lá é a Fiocruz.

VF: Você tem razão, porque realmente eu já estava imbuído disso.

NB: O senhor já estava presente? (*risos*)

VF: Eu já estava metido, claro, isso é verdade. É porque eu já estava nisso. É como eu disse, contei a vocês...

NB: Mas eu queria encerrar dizendo o seguinte...

VF: Diga.

NB: ... porque o senhor tem que sair, o senhor está ocupado. Bom, o senhor é convidado pelo dr. Paulo, o senhor vai. Como é que se pensava a Fiocruz nesse sistema de saúde? Qual era o projeto para a saúde ou se isso não existia de fato e foi sendo construído ao longo do tempo?

VF: Não sei dizer isso, Nara, exatamente. Eu acho, vamos ver qual é exatamente sua preocupação? A Fiocruz já era um objetivo definido? É isso que você quer dizer? Eu diria que não. Não, não era. Não houve...

NB: Tinha uma preocupação com as doenças endêmicas.

VF: Claro.

NB: Essa era uma questão geral?

VF: Geral. A política era geral. Era um objetivo geral. O Brasil, como país ainda pobre, que tem uma taxa de mortalidade elevada, sobretudo com doenças parasitárias, infecciosas, etc, etc - a gente já sabe disso demais - você não pode estar dando preferência à medicina curativa que trata de coração e outras coisas assim. Hoje o quadro mudou. Provavelmente é assim. Mudou bastante. Mas há 20 anos atrás, você tinha problemas muito sérios de saúde pública.

NB: E esse projeto e essa direção, digamos, essa orientação veio dessas conversas do Seixas com o senhor?

VF: Não, a gente já tinha. Eu, pessoalmente, já estava dentro dessa linha de pensamento antes de conhecer o Seixas. Nós tínhamos discussões aqui com Mário Magalhães, por exemplo. Isso foi desde a SUDENE. Quer dizer, eu não era alheio.

WH: É, e o senhor estava ligado à questão do interior que, saneamento...

VF: Social. É, saneamento, exato.

WH: Isso saía tudo ali?

VF: Não era Ministério da Saúde, entende? Não tem nada... era setor saúde, área saúde. Saúde é uma coisa social. Eu tinha que estar voltado para isso. Por exemplo, dentro da SUDENE, nas áreas que eu tinha muito contato com Mário, a gente tinha muita discussão.

Os grupos que lidavam com esses problemas de saúde aqui, eu participava muito. Eu falei muito em Carlos Gentile, que era um homem sectário.

NB: O senhor conheceu ele?

VF: Sim, conheci o Ernani Braga, homem da Escola Nacional de Saúde Pública.

WH: Manoel Ferreira.

VF: Manoel Ferreira, Maneco, meu amigo do coração. Gostava muito do Maneco. Maneco me tratava com aquela coisa: “Meu filho...” mas eu era tão velho quanto ele. Mas ele gostava muito disso. Tem uma rua dele aqui. De vez em quando, eu passo por lá. Não gosta dele não?

WH: Não, ele não era tão... o senhor disse que era tão velho quanto ele?

VF: Não, ele era mais velho. Eu sei. Eu estou brincando.

WH: Ah, bom!

VF: Mas ele era ótima pessoa. Gostava do Maneco.

WH: O senhor podia ser realmente um filho dele.

VF: É, podia, ele gostava muito de mim. Maneco não era um planejador. Ele ficava muito chateado justamente por não ter aquelas qualificações que eu tinha, digamos, que eu tinha, ou que outro tinha. Percebe? Porque ele era um médico, ele tinha o lado muito medicina. Percebe o que eu quero dizer?

NB: Mas o seu contato com essas pessoas, com o Maneco, com o Carlos Gentile, de onde vem isso?

VF: Do Ministério do Planejamento. A gente fazia saúde lá dentro.

NB: Mas isso já era no governo Geisel?

VF: Não, antes, no governo Costa e Silva.

NB: Antes?

VF: É, só que essa gente não tinha nada que ver com o Ministério praticamente. Eles eram do Ministério da Saúde?

NB: Eram.

VF: Não, INPS, não senhora.

WH: O Maneco? Maneco era Ministério da Saúde.

VF: Mas era do INAMPS. O que contava na saúde era INAMPS. Essa é que era a realidade. O Ministério da Saúde era nada. Era por isso também que não tinha importância.

WH: A gente volta na...

VF: É.

NB: Deixa ele só terminar.

VF: Mas vocês sabem isso. A luta, a nossa luta, eu estava dentro dessa luta, por isso, bom, vocês estão entendendo agora. Eu próprio não me expliquei bem. O que acontecia: nós lutávamos para haver uma unificação do sistema de saúde no país, quer dizer, acabar com essa história de INAMPS para um lado, Ministério da Saúde para outro.

NB: Nós, do planejamento?

VF: Nós, eu e as outras pessoas do Ministério do Planejamento. Quer dizer, o Veloso, por meu intermédio, digamos, passou a adotar essa linha. O Veloso tem uma visão diferente, quer dizer, muito mais macro, muito mais de desenvolvimento industrial... Nessa área, ele aceitou as minhas opiniões. Provavelmente ele aceitou porque estava certo.

NB: E o seu contato com o INAMPS veio como? De onde isso?

VF: Eu era ligação da previdência, esqueci de dizer, Previdência Social.

NB: O senhor não falou.

VF: Não é área social? Previdência social.

WH: Eu ia perguntar exatamente isso agora.

VF: Mas espera aí. Se eu era área social, tinha que ter ligação...

NB: Mas o senhor falou isso muito timidamente. Muito timidamente. O senhor falou assim: “Não, não tinha muita coisa não, eu gostava muito mais do general lá no Interior”.

VF: Ah, bom, o Afonso.

NB: “...Afonso, do general, e não ia muito nesse negócio”.

VF: Mas sabe por que?

NB: Mas o INAMPS estava na sua alçada.

VF: Estava. Área social.

NB: Desde o Costa e Silva.

VF: Desde o Costa e Silva. O INAMPS também. A minha ligação...

NB: A indicação foi 68?

VF: É. Foi na época do Costa e Silva. E as lutas pela unificação vieram de bem antes. E eu estava dentro desse processo, entende? Quer dizer, a área social era uma área da qual eu era participante daquelas coisas todas. Necessariamente tinha que conhecer as pessoas de Previdência Social, na área meramente de seguridade, que eu tinha pessoas ligadas a puro problema de seguridade, os planos, como é que você vai obter isso, a capitalização, tudo isso. E, ao lado disso, a parte social, a parte médica, que estava dentro do INAMPS. E as brigas. O INAMPS não queria soltar isso. Você sabe disso. Ninguém quer soltar o poder. Então não queria soltar. O Ministério da Saúde era fraco, não tinha muita condição de lutar por isso. Dentro do governo militar realmente houve uma linha que conduziu para isso. Foi, bom, podia ter sido no governo civil, não quer dizer nada. Todos se encaminharam para isso, para uma visão de... Pronto! Está explicada agora a minha participação?

NB: É, como o senhor conhecia essas pessoas todas.

VF: Eu comecei muito antes de conhecer o próprio Ministério da Saúde. Porque o Ministério da Saúde não tinha expressão. Entende o que eu quero dizer? Não tinha expressão porque não tinha volume, não tinha nada.

WH: Não tinha recursos.

VF: Não tinha recursos. Ministério da Saúde era o que na época? Era a Fiocruz, né? Era o que? Era...

WH: SUCAM.

VF: Colônia Juliano Moreira. Eram coisas assim.

WH: SUCAM.

VF: SUCAM, mas muito mal e timidamente porque não tinha dinheiro. Eu me lembro que dr. Paulo...

WH: Tinha a vacinação, as campanhas.

NB: Tinha os IAPs. Os institutos de aposentadorias. Tudo isso foi unificado em 68?

VF: É, mas essa unificação foi muito depois, Nara. A unificação do sistema previdenciário...

NB: Isso foi lá nos anos 70, é.

VF: A parte de saúde foi posterior.

NB: Quando eu falei unificação, unificação dos institutos.

VF: Do IAPs. Não, mas não tem nada com isso. Isso é de 68. Eu tenho a impressão que esse problema, esse problema de saúde...

NB: Mas o senhor já tinha amigos com a questão da...

VF: ...de saúde, dentro do INAMPS. Do antigo INAMPS. Pronto. Entendeu agora? Quem mandava na saúde, no Brasil, na verdade era o INAMPS.

NB: E saúde cuida da assistência médica.

VF: Assistência médica. Mas dentro desse conjunto, muitos médicos do INAMPS, planejadores, como eu digo, pessoas que tinham uma visão de planejamento, pensavam exatamente que não era possível continuar você fazendo hospitais de assistência médica, meramente. Que era um absurdo você estar gastando dinheiro. Os trabalhos, que eu volto a falar do Carlos Gentile, eram dentro dessa linha, mostrando que era um absurdo um negócio desse. Entende? E essa linha de unificação da saúde pública, prevenção, etc, era considerada linha de esquerda. Isso é um negócio engraçadíssimo. Era linha de esquerda. Tanto assim que a Escola Nacional de Saúde Pública era de esquerda. Era o pessoal de esquerda da Escola que tinha essa linha também. Era o pessoal de esquerda. No entanto eu era um homem nessa linha e o Veloso também. Estou lhe mostrando que a ideia de que tudo é um compartimento estanque, voltado para aquilo, é errado, falso. Eu vou mostrar a vocês que...

NB: Essa sua relação com o pessoal...

VF: Que dentro do governo Geisel, o Ministro do Planejamento e eu, o Ministro da Saúde e eu fizemos em 1979:(*lendo*) “Fundação Oswaldo Cruz pede revisão de punições e mais liberdade para cientistas”. Está aqui. Eu vou dar a vocês.

VF: Está aqui.

NB: Quais as acusações que se fazia ao Morel?

VF: Não sei, tem duas.

NB: Tem duas.

VF: Pode até tirar uma daí e dar de presente a ele. É isso.

NB: “Não Satisfaz”. Passou pelo Ministério da Saúde.

VF: É.

NB: “Contra-indicado para a função”.

VF: É, então a gente recebia isso...

NB: 79?

VF: É.

NB: O senhor estava lá já era Presidente?

VF: Claro, o primeiro foi esse, “Não satisfaz” de 77.

NB: 77.

VF: Aí eu insisti. Foi quando eu pedi e aí veio. Foi uma briga com o Morel, que você não queira saber. Um negócio chatíssimo.

NB: Depois o senhor vai contar essa história.

VF: Esse daqui é o nosso amigo Arouca.

NB: A do Arouca foi 77.

VF: Só um momento.

NB: 77 também, a mulher dele, Ana Maria. O senhor está com todas essas fichas aqui?

VF: Claro, guardei.

NB: O senhor tem o espírito do historiador.

VF: Eu guardei.

NB: Marcos Vinícius Ribeiro.

VF: Todos esses foram nomeados por mim, foram admitidos.

NB: E tudo: “Não satisfaz às exigências”.

VF: Isabel Fontinele Picaluga. Ela ainda está aí. Conhece? Morreu?

NB: Morreu.

VF: Muito jovem. Puxa, terrível, uma mulher danada. Nomeada por mim, tá aí. Fernando Pires Peixoto.

NB: Fernando Pires?

VF: É, não satisfazia. Ana Clara Torres Ribeiro. Conhece?

NB: Claro.

VF: Pellegrini.

NB: O Pellegrini?

VF: É.

WH: Também não satisfazia.

NB: Não satisfaz. O que queria dizer isso?

VF: Ah, isso era um segredo.

NB: Quando chegava na sua frente queria dizer o que?

VF: Ah, não satisfaz. Era segredo. Então eu tinha o topete... Um Presidente ou uma autoridade que queria realmente fazer alguma coisa, podia passar por cima disso, porque eu passei. Você poderia, simplesmente, pegar isso como pretexto.

NB: Mas eles diziam o que era? O senhor pedia satisfação sobre o que era?

VF: Não, porque em princípio era confidencial. Eu perguntei. Mas aí o brigadeiro: “Não, eu não posso dizer e tal. porque isso é Serviço de Segurança. Isso é segredo.” E eles próprios não sabiam. Por exemplo, o Morel teria sido, depois eu disse isso a ele, porque ele era casado com uma parenta do Evandro Lins e Silva...

WH: Não...

VF: Não era nem isso, né?

WH: Não, Evandro.

VF: Hein?

WH: Não.

NB: Ela é filha do Antônio Ermírio...que Antônio Ermírio...

WH: Evaristo

NB: Evaristo de Moraes.

VF: Eu não sei, eu sei que era um negócio assim. Agora, outros eram pessoas que, por exemplo, o Arouca: Arouca era do Partido Comunista. Não tem nem dúvida. Ele fez uma cédula comunista em Manguinhos. Mas ia fazer fora também da mesma maneira. Besteira. O governo tinha essas... tudo isso aqui...

NB: Eram as fichas que mandavam?

VF: É, mas isso era de todo mundo. Nessas eu estou mostrando as que não satisfaziam e várias outras que não guardei, e que eu nomeei. Agora, tem uma coisa engraçada: olha

aqui, 1978, 20 de abril, depois dele ser nomeado, ainda veio lá o Serviço Nacional de Informação, o segundo de Morel é 79.

NB: Exatamente.

VF: Pois bem, aqui está 20 de abril de 1978: “Ministro, ainda com referência à carta confidencial número tal, de 16 de dezembro último desta presidência - eu que mandei dizer a eles - comunico a Vossa Excelência que contratei para a Fiocruz o pesquisador Carlos Morel. Essa contratação sucedeu informação verbal de Vossa Excelência de que as objeções na área de segurança estavam superadas - estavam superadas, você vê que continuou. Da mesma forma foram mantidas as contratações dos professores Euclides Fulano, Antônio Sérgio Arouca, Mario Fulano, pá, pá, pá, todos admitidos na Fiocruz após prestarem concurso público, no qual se colocaram em primeiro lugar. Com relação ao Morel, tenho a honra de encaminhar à alta apreciação de Vossa Excelência o nosso projeto, que ele mesmo fez, de pesquisa”, que era muito interessante. Era a área nova da Fundação, por isso que eu contratei, me disseram que era importante. Eu não conhecia o Morel. Podia ser.

NB: E deu numa coisa muito importante.

VF: Muito importante, uma área totalmente nova. E realmente, tá aí.

NB: O Morel...

VF: Agora, tá aqui: “De acordo, Paulo de Almeida Machado”. Confidencial, claro. Eu comuniquei a ele que nomeei.

NB: O senhor comunicou mas ele também bancou.

VF: É claro, ele bancou. Está aqui, tanto bancou que depois ele deu ali aquela entrevista na imprensa.

NB: E esse carimbinho aqui, Wanda... deixa eu ver uma coisa aqui. Esse carimbinho “não satisfaz”.

WH: Esse é Serviço de Informações do Ministério?

NB: Do Ministério.

VF: Mas o Serviço Nacional de Informações era um sistema, um sistema nacional. Todos os órgãos tinham o seu chamado DSI, Departamento de Segurança e Informações. E era ligado diretamente ao chefe do Serviço Nacional de Informações. O KGB, todo sistema de informação é assim. Você sabe. Eu conheci na França de De Gaulle, não, de Giscard d'Estaing, um amigo meu que era diretor de lá. É assim. Eles têm um sistema igual no mundo inteiro. A CIA é um sistema ... Então dentro do Ministério havia um setor de informação. Esse setor...

NB: Passava por eles?

VF: Passava por eles. A gente mandava...

NB: Mas que poder, hein! Mais do que o do Ministro?

VF: Um poder tremendo. Era um poder enorme. É. Mas eu estou lhe mostrando que esse poder tinha um limite. E eu estou mostrando a vocês que eu passei por esse limite. Superei. Está aí a prova, não é? Está aqui.

NB: O dr. Paulo também?

VF: Também bancou. Isso aqui é até bom que fique consignado lá nos seus arquivos. Vou tirar cópia disso tudo para você. Não é mais confidencial...

NB: Eu poderia, eu poderia...

VF: Não, eu quero mostrar o seguinte: se a gente acusa um governo, não fez nada porque serviço, como depois disseram lá em Manguinhos, é mentira. Mentira... Ah, porque havia um serviço de informações, que proibia, porque todo mundo era servil, porque os milicos mandavam... É mentira. Eu estou contando a vocês que é mentira. A expressão é essa: mentira. Não é inverdade, não. É mentira mesmo.

NB: Na Fundação tinha representantes?

VF: Tinha, claro, esse coronel. Coronel..... não lembro o nome dele, mas ele não mandava nada. Coitadinho, era bonzinho à beça.

NB: Coronel do que? Do Exército?

VF: Do Exército, tinha que ser do Exército. Aliás não necessariamente já que no Ministério era um Brigadeiro. Brigadeiro...De vez em quando tinha atrito comigo. Ele ficava chateado, porque ele tinha que se explicar perante o chefe dele. Como é que eu nomeei o Morel? Ele me disse uma vez: “Não, mas você vai terminar ficando mal visto.” Aí eu disse: “Brigadeiro, pelo amor de Deus, eu já fui mal visto no Ministério do Planejamento porque me vetaram... O seu serviço me vetou. Não me deixou ir para os Estados Unidos. Porque eu fui...

NB: O senhor não contou isso!

WH: Contou.

NB: O veto dos Estados Unidos?

VF: É, porque eu fui diretor de um jornal comunista quando eu tinha vinte e poucos anos.

WH: É, o senhor contou.

VF: E aqui não tinha mais a ficha minha. Na Paraíba, o chefe de polícia que era nosso

amigo aquela coisa de cidade pequena... Mas a CIA nunca rasgou a ficha não. Nunca. Criaram problema. Quer dizer, eu disse a ele brincando, mas ele sabia que...

NB: Qual era a sua relação com o DSI da Fundação?

VF: Muito boa. DSI não, era ASI: Assessoria de Segurança e Informação.

NB: Ele nunca lhe criou constrangimento?

VF: Não. Nunca. Porque ele não podia.

NB: Na verdade, o senhor era o chefe dele?

VF: Não, na verdade não era não. Ele assumia até certo ponto. Porque ele tinha uma coisa...

NB: Uma estrutura forte.

VF: Mas ele, o coronel, esse primeiro, e o Fernando também, ele tinha muita consciência militar de que eu era o chefe, entende?

NB: Ele respeitava a sua autoridade?

VF: Ele respeitava. Sem dúvida. Tanto assim que esses casos passaram pela mão dele. Presidente - ele sempre me tratou de Presidente, como todos lá, porque senão é uma avacalhão total - e eu impus isso até a Odacir, que era minha secretária. Tinha que me chamar de Presidente. Não existia essa concepção de Presidente.

Fita 6 – Lado B

VF: Bom, nós estamos falando do relacionamento do Presidente da Fundação com a ASI, Assessoria de Segurança e Informação. Esta assessoria fazia parte de um sistema, um sistema de informação que estava vinculado a um chefe geral que era o Ministro da Segurança...

NB: Não, do Serviço Nacional de Informação...

VF: Serviço Nacional Informação, o chefe tinha status de Ministro.

NB: Exatamente.

VF: Tinha até mais força. Bom, qual era o sistema? Como é que funcionou isso? Toda vez que a gente tinha que nomear uma pessoa, e às vezes até outros casos, por exemplo, viagem para o exterior, tinha que passar pela ASI. Que não era ele. Ele era um mero encaminhador ao DSI, que por sua vez era um mero encaminhador ao Serviço Nacional de Informações. Quer dizer, os órgãos ministeriais não tinham uma estrutura. Eram um pessoa ou duas que mandavam para outra área, que era a área de informação que tinha os seus olheiros, os seus arquivos, etc. O que acontecia? Quando a gente mandava um

negócio desse, o máximo que eu fazia era o seguinte: “Olha, não chegou sua ficha. Está demorando. Eu vou nomear”; “Não, Presidente, não sei o que”. Quer dizer, o máximo era isso, entende? Quando chegava uma ficha dizendo que “não satisfaz”, como esses casos todos que eu estou mostrando a vocês, inclusive do atual Presidente e do Arouca, que foi presidente, eles diziam: “Está aqui a ficha. O senhor faz o que achar melhor.” Bom, eu nunca... não ia...

NB: Nunca passou constrangimento nenhum?

VF: Não, se eu nomeei, como é que eu ia ficar constrangido? Entende o que eu quero dizer?

NB: O senhor falou que nenhuma autoridade civil seria desrespeitada...

VF: Eu quero dizer o seguinte: o Serviço Nacional de Informações respeitava ou tinha consideração à autoridade que se fazia respeitar. Por exemplo, no meu caso. Se eu nomeei e você viram o ofício do Ministro comunicando que nomeei pessoas que não eram aceitas, eu assumi isso. O que podia fazer o Serviço Nacional de Informação era me fichar como homem subversivo. O que significava isso? Me botar para fora do governo?

WH: O senhor era da equipe do Veloso.

VF: Bom, mas como eu, várias outras pessoas fizeram a mesma coisa. O que eu quero dizer é o seguinte: responsabilizar o Serviço Nacional de Informações - eu não estou defendendo - mas responsabilizar por tudo o que se fez, é uma inverdade, é uma mentira. Não pode, ou é uma pusilanimidade. O sujeito era pusilânime. Eu não quero me fazer aqui de herói. Mas eu acredito... se fosse uma GESTAPO, eu não teria feito isso. Sem dúvida nenhuma. Se fosse uma GESTAPO, e eu estivesse no meio para nomear um judeu, provavelmente eu não teria feito isso. A GESTAPO era a GESTAPO. Eu não sei se estou sendo claro. Esse Serviço Nacional de Informações não era esse bicho-papão que se diz. Tanto assim que dentro de uma instituição dessa foi possível nomear um homem duas vezes vetado por ele, Carlos Médici Morel. Está aí, vocês viram nas fichas. Duas vezes, foi vetado antes de ser nomeado e depois de ser nomeado. Veio outra ficha: “não satisfaz”, quer dizer, pondere... nas entrelinhas, o que queria dizer essa segunda ficha?

NB: Aqui ele não diz, né, não diz o que é?

VF: Não, não diz. O que que ele ia dizer na segunda ficha?

NB: O senhor chegou a saber por que?

VF: Não, eu só quero completar o meu raciocínio. Por que mandaram a segunda ficha?

NB: Pois é, por que?

VF: Para me dizer, um recadinho dizendo assim: “Olha, modera, demita”. Não é claro, eu nomeei, o Ministro concordou, eu devia dar um jeito de tirar o homem. Não tirei. E não

aconteceu nada.

NB: O Morel também não pediu para sair do país?

VF: Não sei.

NB: Nesse período?

VF: Não sei, pode ser até que seja.

NB: E aí veio essa ficha?

VF: Pode ser, é capaz, não sei.

NB: O senhor não lembra?

VF: Não, não me lembro mais.

WH: Porque tem uma ficha que é sobre pedido de...

VF: ...de saída, pode ser. Eles aproveitaram para mandar dizer: “De novo?” Quer dizer, o que eu quero deixar claro é o seguinte: era um governo monolítico. Nunca, no meu entender, como foi o governo Pinochet. Eu não quero fazer comparação, mas não foi. Quer dizer, não havia isso, essas coisas que se diz tanto. E se uma autoridade civil, autoridade, se prevaleceu desse negócio para fazer algumas coisas, é porque ele quis se prevalecer. Ele quis usar o Serviço Nacional de Informação. Eu tenho um primo - esse é um caso pessoal - que se aproveitou desse negócio todo. Muita gente se aproveitou. Eu acho que o Rocha Lagoa era o sujeito claro, típico, de um aproveitador de uma estrutura militar, que não está nem sabendo quem é [Herman] Lent e [Haity] Moussatché, se aproveitou para tirar uma vingança pessoal. Não sou eu que estou dizendo, são eles próprios que dizem. Então, o Serviço se prestava também a isso, se prestou a isso, infelizmente como todo serviço desse tipo. Agora, uma autoridade militar que queria fazer o outro lado, quer dizer, não cumprir exatamente o que eles diziam, podia fazer. Quer dizer, eu não estou dizendo que podia não. Eu fiz. Eu era uma autoridade. Não era uma autoridade tão formidável assim não, nem era um herói. Eu estou deixando claro. Se fosse a GESTAPO, eu não teria feito, seguramente. Não teria.

NB: Deixa eu lhe fazer uma pergunta.

VF: Diga.

NB: O caso do Morel, por exemplo. Extra-oficialmente, o senhor nunca soube por que havia um veto a ele?

VF: Não, porque o brigadeiro sempre me disse: “Olha, Presidente, o problema é que o SNI não se explica”. Sempre havia essa história. E na verdade, saber porque, para mim era um negócio meio secundário. Ou eu aceitava ou não aceitava. Entende o que eu quero

dizer?

NB: Entendo.

VF: Quer dizer: “Esse homem não vem porque ele é um ladrão”; “Ah, bom, aí é diferente”. Ele é ladrão, está condenado, não pode. Mas não vem porque sei lá... Por exemplo, o caso, eu me lembro bem disso, porque era uma pessoa que hoje é diretor geral da OPAS, o Carlyle [Guerra de] Macedo. O Carlyle foi lá para fazer os projetos comigo lá na Fundação, PEPPEPES, esse pessoal todo também era ligado a esse grupo, Era grupo de esquerda.

NB: Eram todos de esquerda.

VF: De esquerda. Como é que era a esquerda? O Ministro do Interior, General Afonso, era de esquerda. O Carlyle [Guerra de Macedo] era irmão do Macedo, que era homem de linha, primeira linha no Ministério do Interior, era de esquerda. Eu não sei quem era de esquerda. As concepções de esquerda eram muito vagas, eram muito ambíguas. Eu era homem de esquerda? Eu sou de esquerda ou de direita? O que é que eu sou? No governo eu fui de esquerda ou fui de direita? Dentro do planejamento, quem era de esquerda, quem era de direita? Não sei. Entende o que eu quero dizer?

NB: O senhor acha que não tinha ideologia, então?

VF: Bom, a minha ideologia era essa. Eu sou nacionalista. Eu acho que a saúde...

WH: De qualquer forma essas pessoas estavam dentro do governo.

VF: Em termos de governo, você tem uma ideologia.

WH: Ou de esquerda ou não...

VF: Como eu disse a vocês, ninguém faz governo, ninguém faz política sem ideologia. Então pronto, é isso. Agora, você classificar isso como uma coisa ou outra, isso é que eu não sei. Por quê? O caso do Carlyle. Esse eu me lembro bem porque eu fiquei com raiva e disse: “Brigadeiro, o senhor vai me explicar isso, porque eu não aceito”.

NB: Alguém tinha veto ao Carlyle?

VF: Tinha veto. O Carlyle não era... porque o Carlyle já estava lá, internacional, mas ele queria esse grupo, então o veto era ao projeto do PEPPEPES, o famoso projeto ...Era o veto global. Aí me disseram que o Carlyle, no Chile, ele tinha sido descoberto lá num almoço dos subversivos brasileiros exilados. Pronto. Então descobriram que tinha olheiros no Chile. Eu sei que tinha. O homem tinha participado. Então falei com o Carlyle. O Carlyle me disse: “E se eu provar que nesse dia eu não estava no Chile? - Carlyle ficou até preocupado, né - Posso mostrar”; “Deixa pra lá. Você não precisa provar nada”. Foi a única coisa que eu soube assim. O Arouca eu não sei. O Arouca provavelmente era um homem de esquerda atuante. Deve ter tido atuação nos

movimentos de estudantes. Eu acho, não sei. Porque o Arouca é moço. Não sei que idade tem o Arouca. Em 68, ele teria que idade?

NB: Nessa época?

VF: Em 68, provavelmente estava inserido nos movimentos estudantis. NB: Ele escreve a tese de doutorado nessa época, 69, 70.

VF: Então, é isso. Todo esse pessoal que foi de 68, etc, que tinha alguma coisa assim ligado a... como é que se diz...

NB: Política estudantil.

VF: ... política estudantil, era mal visto.

NB: Mas o Arouca tinha ligação partidária também.

VF: Arouca era homem do partido, não tem nem dúvida. Aliás, eu sabia que era homem do partido por outras linhas. Porque eu era ligado também, eu tinha muito conhecimento no Partido Comunista. Sempre tive. E dentro do governo várias pessoas tinham. Não era segredo para ninguém. Ou você sabe, pensa que não?

NB: Não, eu não, eu não sabia disso.

VF: Puxa vida! Bom... Eu trabalhei anos e anos e anos no IBGE com Alberto Passos Guimarães. Alberto Passos Guimarães era uma das terceiras pessoas dentro do partido. Você conhece?

NB: Claro.

VF: Alberto era um homem de...

NB: Mas não no governo militar?

VF: Não.

NB: Ele já não estava mais?

VF: Não. Mas era dentro desse governo de clandestinidade. Bom, mas não importa isso. Eu quero dizer o seguinte: não havia, digamos assim, uma coisa absoluta. O Ministro que tinha topete, tinha vergonha na cara, aceitava como o Paulo de Almeida Machado aceitou minhas indicações.

NB: O senhor tinha um topete danado. (*risos*)

VF: Eu acho que não era eu só, entende? O que quero dizer? Eu insisto em dar esse exemplo: eu não faria se isso fosse uma GESTAPO. Porque aí eu ia realmente...

NB: O senhor quer dizer o seguinte: não é uma coisa impossível, tanto é que o senhor conseguiu...

VF: Não era um horror! Não era não só impossível, não era cruel, não era trágico, não era dramático, não era uma coisa assim proibitiva. Não era. Se fosse, o Morel não era Presidente hoje, não é?

WH: É, o senhor nomeou e não teve nenhum outro tipo de contra-ação?

VF: Não, basta dizer isso. Se fosse uma coisa forte, diria-se: “Nomeou? Então, vai desnomear. Ministro, desnomeie”. E eu ficava, era obrigado a pedir demissão, etc.

WH: É, não teve nenhuma reação.

VF: Não houve, era só: “não satisfaz”. Poderiam dizer assim: “Vinícius Fonseca é subversivo, fica lá na lista”; “E daí? Sou subversivo, estou dentro do governo, estou colaborando”. Acabou. Entende o que eu quero dizer? Eu sei, não sei os nomes, mas sei que dentro da estrutura de planejamento, de FINEP houve muitos casos assim, dentro da estrutura do IBGE houve casos. Eu sei muito. Dentro do planejamento houve casos de pessoas que eram contra-indicadas. Porque o Serviço Nacional de Informação era uma estrutura que, como eu lhe disse, no caso dum maluco desse, um sujeito, de repente um olheiro qualquer em Santiago dizia que ele participou de um almoço subversivo em Santiago. O homem era diretor, era membro de uma organização internacional. Evidentemente tinha uma ideologia política que eu não sei, como eu disse, era de esquerda. Eu sei lá.

NB: O Carlyle.

VF: E o irmão dele, todo mundo, a menina, a irmã dele que até pouco tempo estava lá no ministério... Era todo mundo. Eu queria hoje deixar isso bem claro e mostrei os documentos a vocês. Eu vou deixar cópia desses documentos, que é bom que isso fique arquivado.

Quarta Entrevista

Data: 03/10/1995

Fita 7 – Lado A

WH: Dr. Vinícius, nós gostaríamos de começar hoje falando sobre a sua ida para a Fundação, ou seja, como e quando o senhor chegou lá. O senhor já falou parcialmente mas...

VF: Mais ou menos. Bom, vamos fazer uma coisa agora didática, praticamente. Fui convidado, como já tinha dito, pelo Ministro da Saúde de então, dr. Paulo de Almeida

Machado, em maio, quer dizer, começo do governo Geisel. O governo Geisel começou em março de 75, e o Ministro da Saúde começou aí. Então eu tive esse contato, aquela coisa que eu já tinha explicado, porque o meu acesso ao Ministério da Saúde, decorrente das posições que nós tínhamos no planejamento. E o convite dele foi formulado em maio. Mas eu só pude assumir realmente a Fundação em julho, dia 22 de julho, que eu estava me lembrando, está escrito aqui, quando saiu o tal decreto.

WH: De 75?

VF: 1975. Esse período, quase dois meses, foi devido à, em primeiro lugar foi uma certa surpresa para mim, teria que entender bem o que eu ia fazer. Segundo lugar, depois de entender mais ou menos o que me esperava, eu tive que conversar com algumas pessoas, sobretudo com o Ministro Veloso, que era a pessoa com quem eu tinha compromissos; compromissos profissionais, compromissos afetivos até. O Veloso não estava muito favorável à minha saída do planejamento e etc, até que eu fiquei entusiasmado com o desafio. O dr. Paulo me deixou bem claro, o Ministro da Saúde, que era um enorme desafio porque era a única coisa que ele dizia. Ele me disse. A única coisa no Ministério que ele não tinha sabido colocar claramente, ele não tinha conseguido posicionar-se adequadamente. Ele estava realmente precisando de alguém. E ele foi muito claro também. No que eu participei totalmente da opinião de dizer: “Olha, uma pessoa do meio, pesquisador de lá, eu não quero. Eu acho que tem que ser uma pessoa extremamente alheia ao meio, e até alheia ao assunto”. Eu estaria indicado, segundo ele, porque eu estava mais ou menos dentro do espírito do Ministério da Saúde. Dr. Paulo era um homem de saúde pública, ele chamava saúde preventiva, eminentemente saúde pública. Foi ele que deu a grande guinada praticamente na mudança de saúde pública, enfim, um Ministério da Saúde pequeno, que não fazia nada, para um Ministério que cuida de saúde preventiva, etc. Um homem voltado para esse assunto e também com uma grande formação científica. Ele era um cientista. Sem nenhuma dúvida. Então, ele tinha convicção de que na situação em que estava a Fundação, que ele chamava cadáver insepulto, ele disse isso de público, na minha posse, me deixando muito constrangido, me comparou a Jesus, eu ia fazer o milagre de Lázaro. Expressões de um Ministro da Saúde! Numa reunião pública de posse de um Presidente, dizer assim: “O dr. Vinícius vai fazer um cadáver insepulto”. Bom, então era realmente um enorme desafio. E eu tive que me preparar para isso mais ou menos me informando do que era Manguinhos e porque tinha chegado àquilo tudo. Realmente, porque, para isso, eu pensei no seguinte: bom, a credibilidade da instituição estava a zero. Isso eu senti logo. Senti porque amigos meus do próprio governo, quando me ouviram dizer que eu ia para Manguinhos, ficaram espantados. Um deles foi Maurício Reis, que era Ministro do Interior, meu amigo de longa data com quem eu tinha trabalhado. Trabalhava comigo, digamos, há 20 anos. Disse: “O que?”

NB: Do IPEA?

VF: Do IPEA, é, e do recenseamento. Veio comigo desde o recenseamento do IBGE. Maurício Reis foi guindado lá Ministro do Interior. E ele me disse: “Mas o que é isso? Você está louco?” Realmente ele tinha uma certa razão. Ele, o Veloso achou muito

estranho aquilo tudo. Realmente tinha caído num descrédito de tal modo que fazia medo. Procurei algumas pessoas também. Já disse a vocês que uma das primeiras pessoas que eu procurei foi Dr. Genard Nóbrega, pelo fato de ser tio de um amigo meu de infância, o Viberto Londres da Nóbrega. Viberto foi meu colega de ginásio. Paraibano como eu e como dr. Genard. A família Nóbrega é paraibana, pelo menos esse lado deles. Londres da Nóbrega, aqui meu vizinho é Londres da Nóbrega, da Clínica São Vicente. Bom, conversei com ele para saber. Mas o dr. Genard era um homem extremamente tímido, digamos, ou... eu não sei como classificar. Eu já disse uma vez que o chamavam de o santo. Tanto que ele era aquela personalidade tranquila. E não soube me transmitir muita coisa. Ele suavizava as coisas, suavizava bastante.

NB: Discreto?

VF: Muito discreto. Embora depois ele foi me mostrando coisas lá dentro. Foi ele que me levou para ver o local onde ficavam os bandidos para distribuir as maconhas. Foi ele que me levou.

WH: Tinha um ponto de drogas?

VF: Claro. Mas tinha ponto de tudo em Manguinhos. Eu acho que já disse a vocês.

NB: A favela ficava do lado?

VF: Tinha favela...

NB: Já estava ali?

VF: Já, sempre, é antiga. Aquela favela data dos anos de Getúlio. Aparentemente, toda aquela área - isso é uma digressão - toda aquela área era Manguinhos. Era a Fazenda Manguinhos. Quando morreu...

NB: É muito antiga.

VF: É muito antiga. Fizeram depois o muro de separação.

NB: No século passado?

VF: Não, não foi no século passado. É bem depois. Foi com Getúlio. Quer dizer, praticamente, porque não tinha para onde ir os favelados. Essas pessoas como hoje, ainda hoje, que vinham do interior, e o Getúlio resolveu dar aquela área. Fez um conjunto popular que foi, aos poucos, se desenvolvendo e crescendo. Mas não era o pessoal da favela somente, não. Eram pessoas, eram marginais do Rio inteiro. Porque primeiro lugar, Manguinhos não tinha nenhuma cerca. Não havia. Era inteiramente, absolutamente aberta ao público, a todo mundo, na Avenida Brasil. Imagina. Uma área daquela, 750 mil metros quadrados, 750 mil metros quadrados, aberta. Agora, com locais extremamente propícios a você se esconder.

NB: Onde é que era o ponto?

VF: Ah, tinha vários. Eu não me lembro mais. Tinha vários, mas havia um, era uma casinha antiga que o dr. Genard me disse. Eu até depois me referi a isso. Era uma das residências de Manguinhos, que tinha sido de um não sei o que, um zelador, qualquer coisa assim, que morreu, e aí tomaram conta. E era lá. Tinha uma passagem. Tinha vários pontos assim. Tinha uma passagem para a favela, que está aqui, que eu mostro aqui, que era essa daqui.

WH: Na publicação sobre a recuperação de...

VF: É.

WH: Ah, essa é por trás?

VF: Eu fiz a segunda... É por trás, isso aqui é a favela. Que eu fiz a segunda portaria. Porque isso era uma passagem obrigatória. Muita gente morava aqui. Era obrigado a dar a volta.

WH: Essa aqui é a Leopoldo Bulhões?

VF: É, como eu disse a vocês, para você ir à Escola, você tinha que ir pela rua, porque não tinha passagem. Bom, então estava dizendo, dr. Genard me falou sobre essas coisas...Me mostrou aos poucos. Quando eu fui para Manguinhos, eu não tinha conhecimento, quer dizer, não tinha consciência daquilo, não sabia o que era.

WH: E essas coisas exóticas que o senhor nos contou?

VF: Já tinha contado. Tinha dois motéis, quartos de motel. Já disse isso aqui.

WH: Eu acho que a gente não gravou.

VF: Não? Tinha um quarto de motel dentro da garagem, dentro da garagem do Ministro! E quem descobriu esse motel, quer dizer, esse quarto, foi o Ministro da Saúde. Ele chegou um dia à noite lá e me disse que foi um rebuliço quando ele chegou inesperadamente. Ele me disse que foi aquele rebuliço, corre-corre, vai para lá, vem para cá. O hotel estava sendo utilizado, (*risos*) o motel, com luz vermelha e tudo. Havia outras coisas assim. Havia as padarias de Bonsucesso que compravam a lenha de Manguinhos. Foi o Ministro da Saúde que também me falou. O Ministro tinha um gabinete do outro lado, onde vocês estão hoje...

WH: Naquele prédio do Ministério.

VF: O prédio do Ministério.

WH: A gente está lá.

VF: Vocês estão lá. O Ministro tinha um gabinete lá. Ainda deve ter, não sei. E o Ministro viu. Ele era muito cioso de Manguinhos. Tanto que ele estava, como eu disse a vocês, ele queria fazer alguma coisa em Manguinhos. E ele viu, me telefonou na hora: “Vinícius, bota o seu pessoal aí para correr e interceptar um caminhão.”; “O que há Ministro?”; “Estão levando lenha.” Aí eu interceptei. Peguei em flagrante. Era um freguês de Manguinhos. Ia para lá. Para cúmulo, havia uma aléia de pau mulato, que era linda, aquele pau mulato, que ainda tem uns dois ou três lá, que sobraram. Eles cortaram pau mulato para fazer lenha. Um negócio tão louco, né. Pau mulato. Bom, havia coisas desse tipo. Vamos voltar ao que eu estava dizendo.

WH: Agora, eu queria perguntar um pouquinho antes. Quando o dr. Paulo Almeida Machado pensa no seu nome para Presidente da Fundação, ele tinha em mente esse projeto de reformar...

VF: Mas claro.

WH: Ele tinha uma proposta? Ele tinha alguma proposta concreta?

VF: Ele tinha uma proposta de transformar, quer dizer, de recuperar. Ele sabia disso: “Você vem para cá para me dar um jeito nessa instituição..”

NB: Ele facilitou para o senhor?

VF: Facilitou. Ele me apoiou totalmente. Sem dúvida nenhuma.

NB: Não, eu digo assim, facilitou assim, lhe encomendou uma tarefa.

VF: Claro, mesmo porque eu fui muito claro com ele. Porque também foi uma das minhas, digamos, condições. Eu realmente tinha muito receio de uma interferência ministerial muito direta. Eu sabia que da parte dele era pouco provável, porque eu já o conhecia e sabia que era um homem que respeitava as opiniões. Mas havia uma corte, e não quero entrar em detalhes, dentro do Ministério, que eu tinha muito receio. Uma corte familiar.

NB: O senhor conhecia bem?

VF: Eu conhecia, já estava bastante identificado com o ambiente, de forma que eu disse para ele, muito claramente...

NB: Que corte era essa?

VF: Não, mas aí eram pessoas lá de dentro. Nem existe mais. Basicamente pessoas da família que gostavam muito de mim, mas que era perigoso. A gente sempre tem medo. Agora, eu fui muito claro com ele. Ele me disse: “Não há problema.” E foi até o fim. Eu acho que...

WH: Tinha uma área que ele queria priorizar...

VF: Não, eu acho que... queria sim, os objetivos de Manguinhos, que eu vou me referir daqui a pouco. O que ele via de Manguinhos? Via Manguinhos como uma continuação daquilo que foi no passado, como ele disse no discurso dele. Onde é que está? Mas voltando. Eu tomei as minhas medidas e senti realmente a falta de credibilidade, como eu disse, da instituição, porque muito pouca gente queria colaborar totalmente.

NB: Foi transmitido o cargo para o senhor?

VF: Foi.

NB: Quem era?

VF: Era Osvaldo Costa que era interino, estava lá. Osvaldo Costa era diretor da Escola. Muito boa pessoa. Interino, porque o Ministro não nomeou ninguém, ele estava procurando alguém para nomear. Mas é importante dizer o seguinte: eu realmente fiquei precavido e disse: Bom, já que existe esse ambiente, essa ambiência, eu resolvi ir à Manguinhos antes, antes de assumir a presidência. Fui com o Dr. Genard para ele me mostrar, fiz uma visita, vi o horror que era aquilo. É indescritível como pode ter chegado a um ponto daquele. Eu digo aqui que nós tiramos em um ano - tem os números aqui - várias centenas de toneladas de lixo, de podridão, dentro do campus. Aqui estão os números. Eu vou citar depois. Bom, então, voltando ao que eu estava dizendo. Eu fiquei precavido e vi as dificuldades para efetivar as mudanças. Dentro da instituição, também a falta de apoio era total. Não era falta de apoio, depois eu vim a perceber, nem era indiferença, era, digamos assim, hesitação, reticência e preconceito. Ninguém sabia para que eu tinha ido para lá. Eu tinha ido para que? Eu era Rocha Lagoa, eu era Artur Neiva, eu era fulano, eu era beltrano, entende? Quem eu era? Além do que havia, eu hoje sei disso, havia um grupo muito grande ligado aos cassados, os quais eu também não sabia quem era. Eu disse a vocês que não sabia de nada. Eu fui para lá inocente, anjinho, não sabendo de nada, o que tinha sido o “Massacre”. Realmente o “Massacre de Manguinhos” foi uma coisa extremamente paroquial. Isso não tem dúvida. Eu acho que vocês podem falar com outras pessoas para confirmar isso. Foi paroquial ao extremo.

Foi um negócio desse tamanhinho, tamanho de um caroço de algodão, limitado a Manguinhos. Quer dizer, eu não estou querendo dizer que os cientistas que foram cassados fossem inexpressivos. Eu quero dizer é que não houve repercussão. Porque eu tenho a impressão, não houve repercussão, porque Manguinhos já tinha perdido a sua função social. Aí entra a socióloga: “Manguinhos não tinha mais legitimidade.” Eu quis legitimizar Manguinhos. Legitimizar Manguinhos de novo. Isso foi o que eu quis e o Ministro também. Então era preciso dar uma força maior. Que o instituto, que a recuperação de Manguinhos passasse a ser uma coisa de altitude. Por isso eu aproveitei, sem nenhuma dúvida, vocês já me perguntaram isso, a Conferência de Saúde. A Conferência Nacional de Saúde, que é a 5ª Conferência Nacional de Saúde, que se realizou poucos dias depois da minha posse.

Então, nessa Conferência o Ministro da Saúde colocou nas mãos, na boca do Presidente

da República, as palavras que eu traduzo aqui e que vocês já viram. O Presidente da República, pela primeira vez, eu acho, na história de Manguinhos, um Presidente da República disse isso. “A recuperação da Fundação Oswaldo Cruz, instituição de prestígio internacional, representa pré-condição e consequência de um programa de articulação entre a política de desenvolvimento científico e tecnológico e a política nacional de saúde, com vistas à indispensável modernização do aparelho produtor de serviço e de saúde.” Palavras do Presidente da República. Quer dizer, isso, com essas coisas, com essa manifestação que, evidentemente, foi reproduzida nos jornais e no meio governamental, que era muito mais importante. Com isso daí estava me dando uma missão de governo. Na verdade, vejam só, eu não quero dizer que fui eu quem disse isso apenas não. Isso eram coisas do Ministro da Saúde.

E para falar em política de desenvolvimento científico e tecnológico, etc, evidentemente que o representante maior dessa política, que era o Ministro do Planejamento, foi ouvido e deu o seu beneplácito. Então, por isso que eu quis explicitar, tornar explícito mesmo para o mundo científico, para o mundo administrativo, para o mundo político, que essa recuperação era um objetivo de governo, que o Presidente anunciou na sua altitude de Presidente. Não era o Ministro da Saúde, nem era o Ministro da Tecnologia, era o Presidente da República. Por isso também eu fiz muita questão que na minha posse houvesse uma certa pompa. Houve pompa. Eu tive, na posse de um Presidente da Fundação, que era segundo escalão, eu tive quatro Ministros, mais o Presidente do CNPq, o Presidente da Finep, que era o Pelúcio, o Presidente do BNDES, que era o Marcos Viana. Evidentemente que o Ministro da Saúde sabia que eu tinha esse relacionamento. Eu tinha que fazer valer esse relacionamento para poder me impor, porque a instituição tinha caído a um ponto tal que sem isso, não tinha como. Por isso que na posse em Brasília houve essa concorrência, e na posse em Manguinhos foi um comício. Foi uma coisa enorme de gente. Agora, muita gente inteiramente sem entender o que era aquilo. Eu me lembro que pessoas como... enfim, amigos meus e pessoas da conservação da natureza e coisas assim depois foram me fazer certos apelos. Um deles foi dizer: “Olha, não deixa acabar a matade Manguinhos.” Me lembro bem disso.

NB: Quem fez esse apelo?

VF: Foi o Cândido de Carvalho. Meu Deus, da conservação da natureza! Eu estou cada vez pior. E também o Luís Mello, que era Diretor do Museu Nacional. Ficou muito amigo. Porque aquilo estava se acabando. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi dizer: “Eu vou fazer isso”. Manguinhos, era o colônio que tomava conta, totalmente. Então, havia combustões espontâneas a 3 por 2, mas era assim. O campus tinha virado um grande matagal de colônio, o que é mais grave. Então, na época da seca havia a combustão espontânea. Eu mostro aqui algumas fotografias. Eu tenho...

NB: Quem teve ideia de fazer essas fotos?

VF: Ah, eu tinha uma quantidade enorme. Claro. Eu tinha que mostrar o que se fez. Embora depois foi inteiramente ocultada essas coisas. Por isso, esse documento não está

em Manguinhos, ao que me conste. Está?

NB: Está. Em todas as bibliotecas.

VF: Ah, bom, então durante algum tempo não teve. Ainda bem. Bom, então voltando ao que eu estava dizendo. Eu quis dar essa pompa, esta demonstração pública de que eu estava imbuído, estava assumindo uma função pública, um *numus*, como dizia o Presidente Geisel. Realmente era isso. Bom, apesar dessa disposição, foi preciso, realmente, muito tempo para poder tomar pé. Porque o que aconteceu era o seguinte: o Ministro Rocha Lagoa, hoje eu também tenho percepção disso, usou um artifício que estava em moda na época, o negócio das Fundações. O próprio IPEA tinha aberto o caminho. IPEA era uma Fundação. Então a Fundação era uma panacéia. Tudo ia estar certo se você transformasse numa Fundação.

O que é que o Rocha Lagoa fez? Juntou, como eu digo aqui, por agregação, agregou uma série de coisas que existiam no Ministério, está aqui, quer ver, o chamado, o próprio Instituto Oswaldo Cruz, que era o primeiro, o Instituto Fernandes Figueira, que eu até não entendi porque, o Fernandes Figueira era um órgão de clínica, um hospital materno-infantil. É uma coisa estranha, mas foi pior para o Fernandes Figueira. Foi muito pior. Quer dizer, antes de eu ir para lá. Hoje talvez não. Na minha época, também não foi bom para o Fernandes Figueira, porque ele estava com raiva, eu vou me referir a isso depois. Bom, o Instituto de Leprologia. Havia um negócio chamado Instituto de Leprologia.

NB: Era uma Fundação.

VF: É, era uma Fundação, fazia parte e era um órgão louco.

NB: O senhor conheceu essas coisas.

VF: Claro, conheci, fui obrigado a conhecer a dra. Lígia [Madeira], que era uma pessoa...

NB: Antes o senhor não sabia.

VF: Não sabia de nada. Para mim Manguinhos era Manguinhos, não avaliava que tinha coisas fora. Havia o tal de INERu que tinha, esse eu conhecia, que tinha uns núcleos em Jacarepaguá com a dra. Aline, que fazia estudos sobre leishmaniose, coisas assim. Enfim, havia uma série de coisas. E havia os chamados núcleos do INERu, que era um núcleo em Recife, que depois eu dei o nome de Aggeu Magalhães, o núcleo...

NB: Foi o senhor quem deu o nome de Aggeu Magalhães?

VF: É, fomos nós que demos sim. Eu estava procurando nomes para... (interrupção de gravação). Havia um núcleo em Salvador, em Belo Horizonte, em Recife, e esse do Rio de Janeiro, que era a dra. Aline, em Jacarepaguá. Bom...

WH: E havia a Escola também.

VF: E havia Escola, que chamava Instituto Castelo Branco, como eu disse a vocês. E

havia, além disso, havia o IPROMED, Instituto de Produção de Medicamentos. Era isso, o Instituto Oswaldo Cruz, o Fernandes Figueira, o Leprologia, o INERu com seus núcleos, e o Evandro Chagas de Belém do Pará. Além disso havia a Escola que nosso querido Rocha Lagoa botou o nome de Castelo Branco, e o IPROMED. Bom, durante uns seis meses, eu tive que tomar pé para saber o que era cada um desses órgãos. Na verdade, como eu estava dizendo, ele fez por agregação. Ele achava que isso ia salvar a pátria. Quer dizer, cada um ia ter, a ideia era fazer uma Fundação que era, essencialmente, uma provedora de recursos financeiros, essencialmente. E cada instituto ou cada órgão tinha sua total autonomia. E autonomia e independência e separação. Cada um tinha a sua administração própria, tinha o seu quadro de funcionários com as suas leis, suas regras de salário, tinha o seu equipamento, tinha todo o seu sistema. Apenas a Fundação foi criada na cabeça dele e dos seus assessores, para prover recursos, que eu não sei porque, um negócio totalmente sem sentido, mas, enfim, era isso, agregou. Bom, a primeira coisa que eu pensei foi o seguinte: ou bem a gente desagrega tudo isso e cada um vai para o seu lugar, ou bem a gente realmente agrega, agrega e integra. Não agrega, mas integra. Então a minha política foi de integração. A primeira coisa, sentimos que o Evandro Chagas não estava bem de acordo com que a gente estava querendo. O Evandro Chagas de Belém do Pará tinha outro sentido.

NB: O senhor chegou a visitar?

VF: Visitei, eu tive que visitar todos. E o Evandro Chagas saiu do âmbito da Fundação. Eu achei realmente que eu tinha uma missão a cumprir, e me vali muito do que a gente chamava de experiência de Oswaldo Cruz, do mito de Oswaldo Cruz, como diz a nossa socióloga. O mito realmente é muito forte. Era muito forte e é. Havia toda uma mitificação que realmente tinha um sentido, tinha um valor. E eu pensava e ainda penso que o grande segredo do Instituto [Oswaldo Cruz] foi por em prática, por intuição ou não sei porque, algo que hoje se sabe que é a razão de ser do desenvolvimento, digamos, tecnológico e econômico, que é a junção da pesquisa, do ensino, da aplicação em termos de produção, e coisas assim. Então, realmente, você tinha nas mãos os elementos para fazer isso na Fundação. Você tinha os instrumentos para isso. A Escola de Saúde Pública poderia não ser exatamente aquilo que estava concebido, porque ela era muito voltada para uma atividade polêmica de saúde pública etc., na época. Talvez agora, não sei. Mas ela poderia muito bem ser, digamos, conquistada para uma visão, para essa visão de integração. E eu acho que foi. Eu acho que ela foi. Tanto assim que um dos diretores dela, professores, foi Presidente de Manguinhos, e deu ênfase à pesquisa, o Arouca. E também a produção. Quer dizer, a área de produção que era uma coisa que...

NB: A questão da Escola de Saúde Pública era polêmica na época? Por que?

VF: Não, a Escola era uma polêmica comigo, porque eles tinham a visão deles e achavam que eu era um homem de extrema direita que estava querendo...

NB: Quem estava na Escola nesse período, quando o senhor chegou?

VF: O grupo, o grupo fundamental da Escola era o Eduardo Costa, que era um dos mentores, o Arlindo [Fábio] Gomez, que era um dos mais duros, que a gente teve muito... Quem mais? Bom, o diretor era o Joir [Fonte], que era uma pessoa muito assim. Tinha pouca gente. Mas mesmo assim eram ultramente polêmicos.

NB: A Escola estava esvaziada.

VF: Estava, estava esvaziado. O que não estava esvaziado em Manguinhos?

NB: Porque essa turma: Arouca...

VF: Veio depois.

NB: Veio com o senhor?

VF: Veio comigo.

NB: Exatamente.

VF: Eu fiz o concurso para eles.

NB: Quem estava lá era o Arlindo...

VF: E tinham alguns que estavam dispersos.

NB: O Eduardo Costa.

VF: O Oswaldo Costa; tinha o Joir.

NB: Eduardo, Eduardo Costa.

VF: Eduardo Costa; o Oswaldo, que era o Presidente; Joir, professor Joir. Era umas 15 a 20 pessoas, com professores etc. A Escola foi uma das poucas entidades da...

WH: Simões Barbosa estava na Escola?

VF: É, mas não estava, estava fora. Depois ele veio para o conselho porque eu chamei. A Escola tinha o Mário Sayeg, mas o Mário Sayeg não estava mais na Escola, estava na Escola Superior de Guerra. Todo mundo caiu fora. Eu chamei o Mário Sayeg. O meu papel era chamar gente. Quer dizer: “Quer vir para cá, pelo amor de Deus, venha!” (*risos*)

WH: Deus era fundamental naquela época (*risos*)?

VF: Tinha que pedir pelo amor de Deus. Eu disse a vocês que o [José Rodrigues] Coura, eu tenho aqui a carta dele, não aceitou. Depois ficou aí chateado, mas não aceitou.

NB: Ele não estava lá?

VF: Quem, o Coura? Não estava não. Mas não estava ninguém! A realidade é que

Manguinhos não tinha ninguém, que eu saiba. Não me lembro mais.

NB: E o pessoal administrativo?

VF: Não, também não, não havia administração. Não havia coisa nenhuma. Eu chamei o chefe de gabinete, que foi o Antônio, que depois permaneceu lá, que era do gabinete do Ministro, ligado ao Ministro. Esses nomes assim não me lembro mais. A minha memória está muito ruim. Eu queria deixar bem claro isso. Quer dizer, o Ministro Rocha Lagoa como Ministro, pensou que estava descobrindo a pólvora com a besteira da Fundação. Quer dizer, criar uma Fundação, como se isso fosse... E ele estava errado. Não era isso que ia resolver. Então, agregou isso tudo, mas nada funcionava. Foi pior, porque cada um ficou no seu lado. Os recursos não eram suficientes. E o arbítrio continuou talvez muito mais forte. Quer dizer, cada um puxava para o seu lado, etc. E aí as dissensões foram ficando maiores. Perdeu, como eu já disse, o seu sentido social, seu sentido nacional, perdeu tudo. E aí, evidentemente, que numa situação dessa, o órgão perde dinheiro também. Ninguém vai dar verba para um órgão que não sabe nem pedir dinheiro. Como é que você... Não tinha nem ninguém para pedir orçamento. O serviço público, como em qualquer lugar, qualquer empresa privada, vive disso. Você vai lá buscar, cutucar: “Eu preciso, bota no orçamento aí”. Não tinha ninguém para justificar uma coisa dessa. Então realmente esvaziou totalmente. Além do que o ambiente físico em Manguinhos era o pior possível. Eu dou aqui nessa introdução, eu digo o seguinte: (*lendo*) “o mero transitar pelo *campus* - depois inventei esse nome que pegou - tornara-se arriscado. 34 roubos e assaltos foram registrados entre janeiro e setembro de 1975”. Janeiro a setembro são 9 meses. 34, divide isso por 9. Você vê que mais de 3 roubos por mês. O último roubo, um dos últimos, eu me lembro bem que foi um pobrezinho de um guarda que tinha lá, que tinha os seus 80 anos de idade, e o assaltante ainda foi por cima e tomou o revólver do pobrezinho. Tinha 12 que se diziam vigilantes na área.

WH: O senhor está pintando um quadro de decadência terrível.

VF: Mas por que vocês não falam com alguém? Tinha apenas 12 pessoas que eram ditas de segurança. Quer dizer, não era segurança, eram jardineiros, mas que tinham revólver porque... Eu acho estranho, honestamente, que vocês não tenham procurado, desculpe, alguém da época que desse um quadro do que era Manguinhos em 75. Isso é importante.

NB: Não, certamente que é importante.

VF: Eu tenho toda uma iconografia. Eu não sei onde está, de fotografias. Isso aqui é um...

NB: Isso nos interessa.

VF: Pois é, eu vou procurar. Joguei muita coisa fora. Basta mostrar o seguinte: isso aqui, era a Casa de Chá.

Fita 7 – Lado B

WH: ... para restaurar a Casa de Chá.

VF: Tudo era difícil porque eram construções de muitos anos atrás. A Casa da Chá - depois eu aprendi uma série de coisas de Manguinhos - era um símbolo. Realmente a coisa era impressionante. Aquele chamado biotério velho era uma coisa assim assombrosa. Olha, a minha mulher, quando eu cheguei em Manguinhos, foi comigo para lá e ficou trabalhando benevolmente. Burra, e eu também, porque podia ter admitido ela como funcionária, mas não, besteira. Mas enfim, isso não vem ao caso. Aí ela ficou tão apavorada, que ela chamou os colegas dela, tinha acabado de fazer um curso de Administração. E criaram o que eles chamavam lá de *Swat*.

NB: *Swat*. Existe até hoje.

VF: Ainda até hoje? Pois é. Foi criado pela minha mulher. Para andar no *campus* a *Swat* era de bota de cano longo. Às vezes tinha que usar máscara. Um dia, eu contei a vocês, o Pedro Jurberg ficou apavorado, veio dar queixa, não a mim, porque ele não sabia que existia um Presidente, aí falou que a *Swat* passou pelo negócio dele e pulverizou os bichos dele todinhos (*risos*). Coitado do Pedro. Se ele ainda está por lá, ele vai contar essa história. Depois eu me expliquei a ele. Ele tinha uns laboratórios lá que ninguém sabia. Parecia uma favela.

NB: Ele tratava com caramujo.

VF: Caramujo, pois é. E o pessoal saiu lá...

NB: Borrifando.

VF: Borrifando. Mataram lá não sei quantos caramujos do pobre do Pedro. Foi preciso fazer um *Swat*.

NB: Não era do Orlando?

VF: Acho que era de Orlando. Tem razão. Não sei. Era de alguém de lá.

WH: Orlando Guerra.

VF: Guerra, Orlando Guerra. É isso mesmo.

WH: Trabalhava com o Pedro.

VF: Com o Pedro, mas quem deu parte foi o Pedro. Mas enfim, isso é um detalhe para contar como era. Foi preciso criar uma *Swat* para percorrer o *campus* e descobrir os horrores.

NB: Hoje ela faz mudanças.

VF: Ah, é? Ela faz mudanças? É provável. Eu não sei. Mas na época dela foi para fazer a

limpeza grossa, braba, a coisa braba. Havia áreas assim... bom...

NB: Na sua época chamava *Swat* por que?

VF: Ela chamou de *Swat* porque houve um filme, parece.

NB: Tinha um filme na época.

VF: Houve um filme que era a *Swat*, que era isso, de mandar brasa, sair feito burro louco, só jovens. Eram todos jovens. Ter coragem de botar um negócio daquele e enfrentar aquela área da famosa Casa Amarela, não é, que tinha 3 a 4 metros - Dr. Fonseca da Cunha sabe disso - 3 a 4 metros por dentro da terra só de material velho de vacina, no interior da terra. Não sei porque fizeram aquilo. Meu filho um dia foi lá, quando eu estava morando em Manguinhos, e se cortou e foi um negócio horrível. O menino ficou, parecia um monstro. Quer dizer, ele ficou vacinado pelo resto da vida, me disse dr. Potsch, foi vacinado de tudo. Esse daí não vai mais morrer de doença infecciosa (*risos*). Era assim. Quer dizer, foi uma coisa monstruosa. Era algo, eu não entendo como uma instituição pôde cair àquele nível.

Bom, isso também era um dos motivos pelos quais a pesquisa e as atividades-fins não podiam se realizar. Morar e trabalhar em Manguinhos passou a ser um horror. Algo assim desprezível. Além do que desprezível do ponto de vista social, porque ganhava-se extremamente pouco. A maioria, a maioria não, todos os pesquisadores, quando eu cheguei lá, trabalhavam 4 horas por dia. Não havia tempo integral de pesquisa porque não dava. A não ser os que tinham recursos do CNPq, mas não eram muitos porque o CNPq também desprezava a instituição. Quer dizer, a instituição tinha chegado a esse nível tremendo de decadência, de prostração. Não é nem decadência, é prostração.

Bom, a figura do Presidente era uma figura totalmente sem sentido. Foi colocada lá porque era uma Fundação, e uma Fundação, em princípio, tinha que ter um Presidente. Eu chegava, perambulava nos primeiros meses. O Presidente não tinha um local. Eu não tinha um gabinete. Então eu me lembro que tem o famoso Pavilhão Rockefeller - já me esqueço dos nomes - ali embaixo, descobri que eu podia arranjar umas duas ou três salas no Pavilhão Rockefeller. Fiquei lá. Porque o Castelinho, que a gente chamava de Pavilhão Mourisco ou Castelinho, era o dr. Genard no primeiro andar, que eu também não quis tirá-lo, evidentemente. Você não tinha condições. Tinha a biblioteca, que foi preservada por causa da Bustamante, que era realmente uma grande pessoa, a Emília Bustamante.

NB: Aquele 1º e 2º andar já não estava ocupado por ninguém?

VF: Não. Porque tinha caído. As salas eram...

NB: Vazias.

VF: ... vazias. Era um horror. Era uma coisa assim monstruosa. Realmente monstruosa. Então eu fiquei durante uns meses, arranjei um lugar ali. Tomei emprestado um ramal de

telefone não sei de quem, porque também não tinha telefone. Tive que tomar de empréstimo um telefone de lá de alguém do lado. E comecei a estudar o que era Manguinhos realmente.

NB: O Instituto Oswaldo Cruz, o senhor estava dizendo, não tinha um diretor?

VF: Tinha, que era o dr. Genard. Ele era o diretor. E o diretor da Escola era Oswaldo Costa, que acumulava com a presidência da fundação. E pronto. E só isso. E havia o IPROMED...

NB: Da Escola era o dr. Oswaldo?

VF: Da Escola era o Oswaldo Costa. Oswaldo Costa, que acumulava com a Presidência da Fundação, mas ele ficava lá na Escola, do lado dele. Não tinha nada com o lado de cá. Lado de cá porque na época era tudo isolado.

WH: Cada diretor de unidade fazia...

VF: ... a sua política, a sua administração. E isso não é porque cada um fizesse porque queria. Não. Era porque a instituição foi feita para isso. Esse é que é o estranho. Quer dizer, o estranho, não se pode culpar ninguém. Foi a concepção, o projeto da Fundação foi esse. Quer dizer, cada um com a sua autonomia etc.

WH: Quer dizer que a primeira coisa que o senhor teve que enfrentar é colocar a autoridade do Presidente?

VF: Exatamente. Eu tinha que fazer isso ou não havia Presidência. Daí a centralização que eu fui obrigado praticamente a fazer. Quer dizer, teria que centralizar e ter autoridade. O Presidente tinha que ter uma vez, não é? Para ter que contar para alguma coisa e se fazer valer. Realmente foram precisos vários meses. Eu assumi em julho e só em abril de 76, quer dizer, 10 meses depois que eu tive condições de apresentar ao Ministro um decreto, um projeto de decreto com a regulamentação da nova Fundação, o novo estatuto, enfim, com a reorientação da instituição.

WH: Como o senhor reorientou? Qual era a ideia que o senhor tinha?

VF: Bom, a ideia minha era, primeiro, como eu disse a vocês, integrar e não desintegrar. Quer dizer, integrar as atividades que pudessem convergir para aquilo que eu pensava, que era o objetivo, que era a realização da pesquisa misturada com ensino, misturada com produção e assim por diante, interligada e multidisciplinar, uma coisa mais ou menos assim. Como as instituições com que dispúnhamos se prestavam, ao meu ver, a isso, foi preciso juntá-las. Então, o que que nós fizemos? O Instituto Oswaldo Cruz permaneceu como Instituto Oswaldo Cruz mesmo, porque era o cabeça da chapa. Não podia deixar...

WH: Célula máter.

VF: É, a célula máter. A ele foi juntado o chamado [Instituto de] Leprologia, que não era

mais do que uma pesquisadora, dra. Lígia... não me lembro mais o nome dela. Uma pessoa muito boazinha. Enfim, uma pesquisadora...

NB: A Leprologia ficava lá dentro?

VF: Não. Ficava não sei onde. Era em outro lugar.

NB: Aí o senhor chamou ela?

VF: Não. Ela continuou no lugar dela lá. Mas ela participou, ela integrou-se ao Instituto Oswaldo Cruz.

NB: Ah, sim.

VF: Entendeu? Porque era um projeto a lepra. Uma doença infecciosa como outra qualquer, e não sei porque estava isolada. Aos vários núcleos de pesquisa foi dada a autonomia científica etc., mas no âmbito da Fundação. Isso tudo na ideia de se ter uma programação, que eu vou falar daqui a pouco. A Escola voltou a se chamar de Escola, porque tinha o nome de Escola Nacional de Saúde Pública. Eu achei que era muito mais importante, apesar da revolução etc, do que Presidente Castelo Branco. Então voltou a se chamar Escola Nacional de Saúde Pública. Mesmo porque o nome de saúde pública era muito importante para a minha concepção de programa. Então era bom ela voltar a ter esse batismo de saúde pública, mostrar que ela se voltava para isso.

E o chamado IPROMED, o que era? Era a produção de algumas vacinas. Para cada uma dessas vacinas havia vários pesquisadores. A vacina mais importante era a vacina de febre amarela, que era tradicional em Manguinhos, aquele negócio antigo, e que tinha um compromisso latino-americano. Foi a única que sobreviveu esse tempo todo. A Fundação, desde muitos anos, era fornecedora de vacina para o resto da América Latina. Então, por isso...

WH: Para a África também, não?

VF: Não. Mas era basicamente no nível da América Latina. Ela fornecia para a África de vez em quando, mas não era um compromisso. O compromisso era com a América Latina. E ainda hoje eu acho que fornece, manteve. Além disso, havia produção de vacina de anti-herpes, que era um pesquisador muito bonzinho, etc, que fazia umas coisas lá. Tinha um que produzia vacina de gripe. Eu tenho aqui a lista das vacinas que eles faziam.

NB: O senhor escreveu em seus documentos sobre isso, eu ria tanto (*rindo*)

VF: É, eu fui muito, digamos, às vezes fui meio iconoclasta.

NB: Tinha um coisa de herpes.

VF: Tem várias, antipertussis. Eu realmente fui muito ácido em Manguinhos, fui muito ácido. Realmente eu fiz besteira, porque eu às vezes me excedia, a tal ponto chegava...

Bom, havia coisas irritantes.

NB: O senhor se irritava com essa falta de compromisso.

VF: Havia essa total falta de compromisso em Manguinhos. Ninguém tinha compromisso com nada. Não havia compromisso. Essa é a realidade. Eu desafio qualquer pesquisador antigo que me diga que havia compromisso. Era muito bom promover uma mesa-redonda com esse pessoal. Porque não havia. Ninguém sabia o que estava fazendo lá. Pode ser até que tivesse compromisso com eles próprios. Cada um tinha compromisso consigo e com o CNPq, para pegar as verbas, e com sua vaidade ou seu interesse científico. Eu não vou também chegar a ponto de dizer que não. Mas compromisso como instituto, como instituição, como projeto nacional, não havia mesmo. Porque como é que podia uma Ana Kohn ter compromisso, com um projeto que não existia? Ela tinha compromisso com ela. Eu não culpo os pesquisadores, entendem? É preciso bem ver isto. Eu não posso ter compromisso com um instituto que não existe, que não tem um programa, que não tem uma mensagem.

NB: E o senhor vinha de uma experiência profissional muito vinculada ao projeto.

VF: Que era ao projeto. Tanto assim que eu vou mostrar, talvez o meu vesso tenha levado a certos exageros de planejamento, mas era preciso. Bom, enfim, não havia compromisso por isso: porque a instituição não tinha mais compromisso.

NB: O senhor quer me dizer uma coisa? Como é que foi a conversa com essas pessoas? Como é que foi? Foi muito difícil?

VF: Foi difícil no início, tremendamente difícil. Primeiro porque a linguagem era difícil. Eu era um homem saído de um meio totalmente diferente. Aquele linguajar científico, biológico etc, para mim era total “javanês”. Foi preciso aprender “javanês”. E eu aprendi bastante coisa. Tanto assim que eu já disse a vocês, nas últimas reuniões do conselho científico me lembro bem que o Zeferino Vaz, que era da Unicamp, me disse: “Como é que você aprendeu tudo isso?” Eu digo: “A duras penas.” Eu tive que ler à beça. Um negócio... Porque eu tinha que ter uma linguagem. Eu sabia que diabo era aquela coisa toda? Não sabia nem qual era a diferença entre uma bactéria e um vírus. Para mim bactéria e vírus era a mesma coisa. Um bichinho pequeno que se vê no microscópio. Então, para aprender que virologia era muito importante, foi preciso um certo tempo. Então...

NB: Eu tenho uma curiosidade.

VF: Diga.

NB: Quando eu li os documentos que o senhor escreveu nessa época, li essa proposta que é parecida com as propostas de Oswaldo Cruz, o senhor se inspirou nele mesmo? O senhor leu as coisas dele?

VF: Não. Em Oswaldo Cruz, não. Honestamente não. Mas eu me inspirei numa literatura universal de hoje que é...

NB: O senhor vê as propostas de Oswaldo Cruz como modernas?

VF: Eu acho. Eu acho. Oswaldo Cruz, sem dúvida nenhuma. Para ele ter essa visão, realmente era moderno, mas eu acho que Oswaldo Cruz, o que pensam dele, que talvez até inconscientemente ele fosse levado para aquilo tudo. Porque ele era, antes de mais nada, um homem de ação. Eu acho. Não sei se você é de acordo. Ele foi, antes de mais nada, um homem de ação. Eu diria até que você passa por cima, sem dizer que sim nem que não, porque você é da casa dele. Ele não era um cientista. Eu não sei se ele foi realmente cientista no sentido que dizem aí.

NB: Não era não.

VF: Se fosse, ele não teria feito o que fez. Duvido!

NB: Mas eu acho que eu dei a entender.

VF: Mais ou menos.

NB: Eu não posso dizer que ele não era, ele não tem uma produção dele.

VF: Não, eu quero dizer o seguinte: ele não tinha a visão do cientista que fica ali...

NB: De laboratório.

VF: De laboratório, entende? Porque se ele tivesse essa mentalidade, não teria produzido o que produziu. Essa é que é a realidade. Se eu fosse cientista, eu não teria feito a recuperação daquele órgão. Isso o Ministro da Saúde viu. Quando ele me convidou, ele me disse: “Eu não quero ninguém da área, porque não vai fazer.” E não faria mesmo. Um homem com aquela mentalidade, um Genard Nóbrega, um Lobato Paraense, não teriam feito. Não é porque eu fosse diferente. Eu fiz, como poderia fazer, eu vou falar de amigos que eu conheço, qualquer um de um *staff* do Veloso. Eu estou falando das pessoas que eu conheço. Como poderia ter feito um Heraldo Costa, como poderia ter feito um David Carneiro, um Edson Machado, o homem que revolucionou o meio universitário no Brasil, que mudou um bocado de coisas. Como poderiam ter feito várias pessoas de dentro do IPEA. Eu estou falando do IPEA porque eu conheço o IPEA, mais que talvez outras pessoas de outros órgãos. Porque nós tínhamos uma mentalidade de planejamento, de fazer coisas...

NB: O senhor estava falando do programa. Como é que o senhor, a partir desse projeto, escreveu sobre ele e tal, o que eu perguntei era isso, como é que o senhor chegou aos pesquisadores.

VF: Pois é, a dificuldade foi essa. É. Foi muito difícil porque primeiro, porque eu lhe disse, havia uma enorme prevenção...

NB: Deles em relação...

VF: Deles em relação a tudo. Não era a mim somente. No início, pensava que era em relação a mim, mas era em relação a tudo, quer dizer, em relação ao meio, em relação ao governo, em relação a um Ministro, em relação aos colegas, em relação a tudo. O pesquisador era um homem ensimesmado, fechado dentro dele mesmo, lutando por uma verbinha que ele conseguia a duras penas, lutando para conseguir material. Material, porque era outro drama, não tinham material. Lutando com unhas e dentes, com foice, era luta de foice para conseguir alguma coisa. Lutando para ter um laboratório.

NB: Não tinha um orçamento geral. O senhor já falou isso?

VF: Não. Não havia nada. Tinha o que conseguia. E o orçamento era lá aquela coisa. O Instituto, você tinha 60 mil metros de laboratório, quer dizer, de áreas construídas. Desses 60 mil metros, eu não sei, eu não fiz o levantamento, mas provavelmente, você tinha 40 mil absolutamente improdutivo e podre. Podre. Não é abandonada não, podre. Podre, a expressão é essa. Eu tenho os testemunhos. Foi preciso fazer todo um trabalho de infraestrutura, de esgoto, saneamento, reconstituição de linha elétrica, que de vez em quando dava curto-circuitos, o diabo. Quer dizer, era um negócio horrível. Das áreas que estavam produtivas, várias delas eram usadas para fins que ninguém sabia. Não estou falando nessas loucuras de motéis não, porque isso era fora da área de pesquisa. Felizmente dentro dos institutos etc, era tudo bem, esse negócio estava lá na área da cozinha. Por exemplo, havia andares inteiros tomados por um famoso ou famosos pesquisadores que ninguém sabia quem era. Simplesmente não sabia. Era essa situação. Quer dizer, os pesquisadores que trabalhavam ficavam disputando coisas com gente que não fazia. Ao lado deles tinha um andar inteiro dominado por um cidadão que era um conhecido, o nome dessa pessoa eu esqueci. É uma pena, porque tinha que dizer o nome dele. É um médico conhecido, cardiologista, especialista em eletrocardiograma, e que usava um andar inteiro de Manguinhos com um telefone de Manguinhos, para ir lá à noite para telefonar para o exterior.

NB: Francisco Laranja?

VF: Não. O Laranja já não tinha mais lá há muito tempo. Não, Laranja não. Era um outro lá. Esse cidadão foi um problema.

NB: O senhor tem lembrança do número aproximado de pessoas que o senhor encontrou no Instituto Oswaldo Cruz?

VF: Não. Tem os números aqui.

NB: Aproximadamente.

VF: Lá no Instituto não sei. Mas está aqui.

NB: Não lembra?

VF: Não, porque era muito difícil saber. Houve um levantamento que eu fiz.

NB: O senhor fez isso. Quem trabalhava?

VF: Bom, quem trabalhava eu não poderia dizer. Realmente quem trabalhava e quem não trabalhava era difícil. Porque muita gente ia para lá, mas trabalhava duas horas...

NB: Quatro horas.

VF: Trabalhava com 4 horas. A maioria, a enorme maioria eram 4 horas que também não podia trabalhar mais. Não dava... Mas o número está aqui. Eu tenho o número de pessoas. Mas era muito engraçado, eu vim a descobrir aos poucos, que na área chamada de manutenção, havia uma quantidade enorme de pessoas. Motoristas e mecânicos, que iam comer. Eu vim a descobrir depois que eles apareciam na hora da refeição, porque tinha um bandeirão que eles iam lá para isso. E foi a única maneira de pegar essa gente. Foi botar um capataz na hora da comida para pegar à força: “Mas espera aí, quem é você?” Tinha 74 cidadãos que eram isso: apoio não sei o que, pintor, lubrificador, lavador, soldador, lanterneiro. Não iam lá. Quer dizer, era um negócio assim, 50 motoristas.

NB: Quantos carros tinham?

VF: Tinha uma quantidade enorme. Um bocado de carros velhos, caindo aos pedaços, que depois também foi tudo vendido, mas enfim, era essa a situação. A coisa... era muito difícil conversar porque as pessoas não iam. Então, por exemplo, o que que eu tive que fazer? Me aproximar de algumas lideranças. As lideranças ou supostas lideranças eram as pessoas com quem eu tive contato no início. Uma delas foi Genard, que era inclusive diretor. E o diretor do Instituto era muito ligado ao dr. Gilberto Teixeira. E aí o Gilberto Teixeira passou a ser influente para mim, porque era uma espécie de intermediário. Depois eu vim a saber que não era flor que se cheire. Já morreu, parece. Eu não sei. Vocês não conhecem? Mas, enfim, talvez tenha sido responsável por muita maledicência, muita coisinha em Manguinhos na minha época. Eu tive que me aproximar de pessoas assim. Aos poucos eu fui dizer, bom, fazendo reuniões. Então promovia reuniões, e nas reuniões eu dizia: “Olha - eu expunha - Bom, eu vim aqui para isso, pá pá pá...”. Aí, muito bem. Aí, o silêncio total. Silêncio. Absoluto silêncio. Aí eu provocava. “Por favor, eu quero que vocês me dêem opinião. Vamos dar uma opinião qualquer. Diz o que vocês acham”. Silêncio. Só tinha um que de vez em quando falava, que era um famoso estagiário Roberto não sei de que. Acho que ele ainda está por lá. Ninguém falava. Simplesmente o que pode haver de pior, o mais trágico numa situação dessa, é esse mudismo total. Põe um caso em vocês. Você vai, começa a falar, e todo mundo calado. Tudo bem.

NB: Ninguém tinha nenhum projeto e nenhuma proposta.

VF: Não, nem proposta nem crédito. Nem acreditava. Eu acho que pior é que não havia nenhuma credibilidade. Quer dizer, ninguém acreditava que eu fosse para lá com algum objetivo, que eu tivesse falando sério, entende? A coisa tinha chegado a um ponto...

NB: Eles estavam demissionários.

VF: ...com eles próprios. Só não saiam de lá porque precisavam ganhar o restinho de dinheiro deles. Não tinham para onde ir. Isso é o que eu penso. Quer dizer, era uma situação horrível por isso. Aí começou a haver um diálogo mais duro, porém diálogo, com o pessoal da Escola, que eram pessoas que tinham uma certa independência, autonomia, que tinham um certo projeto político, vocês sabem disso, e com quem a gente podia discutir. Aí realmente com essas pessoas eu tive discussões duras. Eduardo Costa, com Arlindo, e assim por diante, mas pelo menos me respondiam.

WH: Na questão da reorientação da Fundação.

VF: Não, primeiro para saber o que que se pensava. Quer dizer, aí eu comecei a ver o que que se faz? Quem é que faz o que? Então fiz um levantamento dos laboratórios. Primeiro, o Instituto Oswaldo Cruz que é o que me interessou. A Escola era a Escola, eu sabia que tinha os seus objetivos e estavam sendo cumpridos esses objetivos. Fosse ou não subversivo ou não subversivo, para mim era indiferente. Contanto que fosse...

NB: Davam aulas?

VF: Davam aulas e cumpriam a sua missão. Podiam ser de oposição ao governo. Era até bom que fosse de oposição. Eu queria que fosse alguém de oposição. Fale contra, mas fale. Mas não, não havia nada. Era silêncio. Era total indiferença. Quer dizer, não era indiferença. Eu hoje vejo isso. Não era indiferença, era passividade e não acreditar em nada. Falta de esperança total.

WH: Ou devia também ter receio.

VF: Tinha apanhado muito. Medo. No meu documento final, eu vou ler hoje para vocês, e que vai surpreender seguramente, eu mostro isso. Como é que a coisa... porque havia esse medo. Era medo da autoridade. Como eu era autoridade, e ainda pior, autoridade do governo militar, e o governo militar era o horror do mundo, o governo militar, torturador e tal. Então, eu era o monstro. Se, antes do...

NB: Talvez isso para aquele pessoal que era mais de esquerda mesmo, da Escola...

VF: Não, esses eram mais atuantes. Eu não sei. Pode ser que eu esteja dizendo uma bobagem. Mas o que eu soube depois, que eu digo aqui, é que tinha havido anteriormente, sobretudo na época do Rocha Lagoa, mas bem antes, não foi nem com o negócio de revolução militar nem nada, a ambiência em Manguinhos era tremendamente de perseguição, mas perseguição barata, perseguições assim odiosas, coisinhas de pegar um pesquisador e botar para tomar conta da garagem. Isso na época deles, das brigas deles. Ora, estou feliz de ter lido o seu livro. Estou vendo que essa briga vem de Oswaldo Cruz, da época dele. Eu desconfiava, esse negócio não pode ser novo. Tanto assim que eu disse numa carta ao Akira [Homma], eu disse exatamente isso. Não é possível que uma coisa dessa data de 5 anos ou de 3 anos, o negócio do Rocha Lagoa. É impossível. Não se cria

ódios em tão pouco tempo. Essa coisa era muito anterior. E era. Estou vendo agora que era. As dissensões eram antigas. Então essa gente estava acostumada, eu não direi que era medo, era deixa pra lá. Eu estou fazendo minha pesquisasinha. Daqui a pouco eu faço meus... eu tenho aqui meus produtozinhos. Daqui a pouco esse homem aí não me dá meus produtos, aí eu vou pra cucuia, entende? Eu penso que era isso. Eu era autoridade e eu só tinha importância porque podia tirar deles alguma coisa. Então aos poucos eu fui me aproximando das pessoas. Aí houve uma série de pessoas, aí por exemplo, [Pedro] Jurberg, a Ana Kohn, não me lembro mais. Enfim, vários. Não lembro mais dos nomes que a minha cabeça está muito ruim, cada vez mais velha. Mas enfim, como memória está horrível. Mas muitas pessoas, através de um levantamento que eu fiz. Quer dizer, quais são os laboratórios em atividade? Laboratório no sentido que ainda se dá hoje. Cada um com seu equipamento, com seus estagiários. Primeiro eu fiz o levantamento dos estagiários. Constatamos que Manguinhos tinha assim uma quantidade enorme, chamados estagiários. Eram estudantes de biologia, não sei de que, que ficavam ligados a um pesquisador, quando esse pesquisador tinha um projeto do CNPq, que dava uma verbinha para dar uma besteira qualquer a um estagiário. E essa situação se eternizava. O estagiário nunca passava de estagiário. Era sempre um coisinha lá porque a instituição não tinha um quadro. Não tinha um quadro de acesso, não tinha concurso, não tinha nada. Então ele ficava lá. Aquela situação de estagiário era muito incômoda.

Uma das primeiras coisas que nós fizemos foi levantar os estagiários. Foi uma dificuldade, porque os estagiários eram considerados, por alguns pesquisadores antigos, como propriedades deles. Um deles, desses pesquisadores antigos, com quem eu tive um atrito, foi Olímpio da Fonseca. Olímpio da Fonseca me fez uma carta meio malcriada, porque ele já tinha sido várias coisas em Manguinhos. Eu disse: “Professor Olímpio, afinal de contas eu estou fazendo um levantamento. Eu sou Presidente desse negócio aqui, quer o senhor queira quer não, eu sou Presidente. Eu quero saber que negócio é esse de estagiário, como é que a gente vai fazer. Em qualquer Universidade do mundo ou instituição de pesquisa o estagiário é considerado pela instituição. Como é que o senhor pode ter um estagiário que é seu?”; “Não, é meu”. Quer dizer, o estagiário é dele, dele e dos outros pesquisadores. Eu não tinha que me meter. Quer dizer, a Fundação, a Fundação não tinha que estar se metendo nisso. Quer dizer, aí conseguimos fazer um levantamento. Os próprios estagiários eram muito recalcitrantes. É claro. O ambiente era muito fofocado. Uma coisa tremenda. (*risos*) Daí, eu fui conhecendo os pesquisadores através dos chamados estagiários. Como o estagiário era mais fácil da gente controlar...

NB: Mas eram estagiários mesmo? Eram jovens?

VF: Eram jovens.

NB: Ou não?

VF: Não, eram jovens. Havia jovens já com seus 40 anos de idade, que estava lá há 10 anos, coitado, mas eram estagiários, porque não eram da Fundação. Não eram funcionários nem nada. O pesquisador conseguia uma verba do CNPq, entende?

NB: As bolsas.

VF: As bolsas, então essa bolsa, com isso ele sustentava um número x de estagiários. E ia fazendo aquelas coisas etc, entende? Bom, desse levantamento chegamos ao levantamento de laboratórios em atividade. Daí a programação, que muita gente não sabe por que demos prioridade a certas doenças. Não foi porque a doença de Chagas fosse muito mais importante do que as doenças infecciosas. Foi porque o número maior de laboratórios em Manguinhos trabalhava com doença de Chagas, só por isso. Segundo item em número de gente que trabalhava em Manguinhos era esquistossomose. Então havia duas doenças parasitárias, por acaso, que eram dominantes em Manguinhos: era doença de Chagas e esquistossomose.

NB: O senhor lembra de quem trabalhava com Chagas?

VF: Ah, não me lembro assim. Tinha gente à beça.

NB: Felipe Nery Guimarães o senhor lembra?

VF: Ah, sei, me lembro, mais ou menos. Eu acho que ele não estava na minha época não. Felipe Nery não estava mais não.

Fita 8 – Lado A

VF: ...em segundo lugar a esquistossomose. Essas duas áreas foram tomadas como, digamos, prioritárias porque era onde a gente podia fazer alguma coisa.

NB: Onde tinha gente trabalhando.

VF: Onde tinha gente trabalhando. Quer dizer, não foi porque fossem doenças importantes, são doenças importantes, mas foi porque onde se podia trabalhar. Além disso, você tinha gente trabalhando em outras coisas muito menor, por exemplo, você tinha uma área de virologia muito pequena, reduzida que era o [Herman] Schatzmayr com algumas pessoas. Você tinha doenças infecciosas, você tinha uma moça lá que só fazia coisa de sapinho de criança, tinha outra que estudava (ri) uns bichinhos que roem a ponte Rio-Niterói, depois foi até útil porque ela foi chamada para isso. Tinha umas coisas engraçadíssimas, tinha um que era especialista no sexo dos macacos rhesus. A Fundação tinha uma criação de macacos rhesus.

NB: Mas é muito antigo isso.

VF: Mas ainda tinha na minha época. Havia uma série de coisas assim, havia trabalhos sobre...

NB: Trabalhos sobre macacos rhesus?

VF: A Fundação tinha na época uma antiga colônia de macacos rhesus numa das ilhas do Fundão, que foi acabada, a Ilha dos Macacos, e aí essa ilha eu terminei tirando tudo

porque estava se acabando.

NB: Mas existia nessa época?

VF: Existia dentro da ilha e aí existia um pesquisador que, aliás, tinha sentido fazer esse negócio porque os bichos não estavam reproduzindo. Então, ele era especialista no sexo dos macacos rhesus, enfim, uma série de coisas assim.

WH: Quem era? O senhor se lembra?

VF: Ah não me lembro mais, é uma pena.

WH: Jansen? Não era o Jansen...

VF: Jansen, ah é Jansen.

NB: Jansen de Mello.

VF: Jansen de Mello acho que não.

WH: Não, Geth Jansen.

VF: Geth Jansen não, eu acho que esse era da doença de Chagas, trabalhava com barbeiro. Bom, então eu propus o seguinte, na área de pesquisa: vamos ordenar essa pesquisa, vamos torná-la integrada na medida do possível - meio quixotesco, mas é - e vamos torná-la multidisciplinar, quer dizer, se tem um que trabalha em barbeiro e outro que trabalha no *trypanosoma* e outro que trabalha não sei de que, vamos juntar esses paninhos, para ver o que dá, porque eu cheguei a conclusão - o que não é nenhuma novidade em Manguinhos, em todos os meios científicos - de que cada um trabalha por si e dificilmente um diz ao outro o que é que está descobrindo. Isso é muito próprio dos meios científicos. Existe uma anedota famosa dos dois que trabalham num laboratório, um do lado de cá e outro do lado de lá. Quarenta anos depois, se encontram na porta por acaso porque tinham horas diferentes, sabem disso, não é?

NB: Não, o senhor pode contar!

VF: Um trabalha lá e outra trabalha aqui, voltado para cá e outro voltado para lá, de costas sempre, não é? Um entra às 8 da manhã e sai não sei que horas e outro entra às 10 horas e sai não sei que horas; e um dia, por acaso, os dois se encontram e batem um no outro: “Quem é você?”; “*Who are you?*” Essa é uma anedota que se conta nos meios internacionais... 40 anos de trabalho em conjunto e nunca sabia quem era (*risos*).

NB: Quem contou essa piada tão engraçada?

VF: No meio internacional não sei, nesse negócio de ONU que a gente trabalha, essas coisas assim. Bom, havia esse ambiente em Manguinhos não é, eu disse: “Vamos dar um sentido...” . Eu acho que em toda a parte no meio científico é assim, mais ou menos isso.

Eles tem muita...

NB: Tem muita competição.

VF: Competição extremada, muita ciúmeira, portanto, muita vaidade, quer dizer, quem publica primeiro... O próprio meio científico com os critérios de seleção provoca isso.

NB: Cultiva, não é?

VF: Cultiva. Eu me lembro que uma pessoa muito minha amiga estava indignada porque um fulano, em determinada época, tinha pegado uma fotografia que ele tinha conseguido e roubou essa fotografia. Essa pessoa, oh meu Deus, é inacreditável, eu fiquei olhando: “Puxa meu Deus, por causa de uma fotografia!” Depois eu reconheci que ele tinha razão, às vezes conseguir uma fotografia não é fácil. Você sabe da história de Aids, não é? Montagne na França e nosso...

NB: Gallo.

VF: ...Gallo nos Estados Unidos, a luta até hoje. Bom, então eu propus esse trabalho em conjunto e aí o planejamento fez com que eu tentasse sistematizar o programa de pesquisa. Para sistematizar eu tinha que dar nomes aos bois, aí veio o meu passado do IBGE, tem que dar nome porque senão... Eu chamei de projeto, e um projeto era uma coisa que tinha um objetivo comum; por exemplo o controle da doença de Chagas era um grande projeto que a gente chamava prioritário porque estava na moda esse negócio de prioritário. Dentro desse programa ou projeto de Doença de Chagas, você tinha os vários planos de trabalho que também chamamos de planos de trabalhos; os planos eram, por exemplo, o fulano dos anzóis trabalha com a barba do barbeiro, então... porque tinha os que trabalhavam com (*risos*)... - isso não vai sair no negócio de vocês não, ouviu? Está muito iconoclasta; é brincadeira mas, realmente, na área científica existe isso. (interrupção da gravação) Bom, então o plano era isso: se um trabalha, por exemplo, com o vetor de um ponto de vista, outro trabalha com o vetor de outro ponto de vista e assim por diante; cada um desses trabalhos eu chamava de plano de trabalho. Para que tivesse um sentido, na minha cabeça, era preciso que juntasse essas coisas e que tivesse um aproveitamento comum que seria esse aproveitamento para o projeto. Aí chamamos de projeto a doença de Chagas, a esquistossomose e daí para diante surgiram outros projetos que eram prioritários. Para dar a cunho coletivo a esses trabalhos, nós criamos o que eu chamava de Conselhos, de Comissões Técnicas, Coordenadoria dos Projetos. Então havia as coordenadorias, tinha o coordenador e as pessoas deviam se reunir e assim por diante. Essas ideias não deram muito certo porque o ambiente não era muito favorável a esse trabalho coletivo, mas também, no meu entender, não era uma coisa assim tão extemporânea, nem tão quixotesca. Pelo seguinte: eu vi no Instituto Pasteur na França, que é um modelo e, ao mesmo tempo, um horror de individualismo também; e eu vi gente trabalhando assim. Eu fui a Lylle, por exemplo, onde existe um núcleo de Pasteur muito importante, um dos mais importantes e lá em Lylle eles trabalham assim. Tinha uma reunião semanal - eu assisti essa reunião - era toda falada em inglês, em inglês não em

francês. Porque me disse o diretor: “ O camarada vai lá pra fora, nas conferências, e se ele não falar inglês, ele está perdido”.

NB: O francês é a morte, não é?

VF: Eles são obrigados, toda a semana eles tinham uma reunião de coordenação, quer dizer, isso era viável não é? Eu vi isso depois, mas como nós tínhamos o modelo do IPEA que funcionava mais ou menos assim, eu apliquei isso. Quer dizer, reúne todo mundo vamos fazer a coordenação, vamos discutir, vamos botar as ideias para fora. Realmente não é tão fácil como você falar, por exemplo, da inflação e outras coisas mais, é mais fácil aí do que um negócio desses, eu reconheço, mas eu tinha a impressão que apesar da hesitação, da resistência, muita gente participou, no final participava dessas ideias e me apoiava. Eu não sei se hoje continua assim, eu não tenho ideia.

WH: O senhor teve apoio do IPEA também?

VF: Não, tive apoio diretamente do Ministro Veloso.

WH: Não, mas eu digo de uma equipe que lhe apoiou, que se reuniu?

VF: Não, o IPEA era outra coisa, eu tive apoio da Finep.

NB: Então o senhor teve que montar?

VF: Ah tive que montar, porque o IPEA não dava para isso. Em primeiro lugar o Veloso não teria deixado. O Ministro era muito cioso da equipe dele, já me largou... Em segundo lugar, não tinha muita gente para isso, o IPEA não era uma área de administração. Eu tive que me valer, por exemplo, de conhecimentos, por exemplo, o Paulo Pisão que era uma pessoa da administração que começou lá, mas os meus administradores todos duraram alguns meses, porque era tão dura a coisa lá, muito difícil. Bom, mas voltando a parte de pesquisa...

WH: De dentro, na área de administração....

VF: Não, porque quase não tinha, era muito pouca gente, mas aproveitamos alguns, eu não me lembro bem, mas tivemos que estruturar a coisa. Como eu disse reestruturar a entidade.

NB: O programa, os projetos.

VF: Então, a ideia na área de pesquisa era fazer os projetos, os planos de trabalho, as comissões...

NB: E os recursos?

VF: Bom, aí vamos lá, na área de projeto...

NB: Sim.

VF: Bom, mas vamos depois falar nos recursos. A área de pesquisa ficou, portanto, orientada para isto, você ter projetos multidisciplinares com a participação das várias pessoas, uma coordenação e assim por diante. Cada projeto fazia o seu projeto financeiro, cada pessoa elaborava como faz para o CNPq era normal que fizesse para a instituição.

NB: Claro.

VF: Isso também não foi, alguns resistiram, mas a maioria aceitou porque fazia sentido na cabeça, estavam acostumados a fazer isso. Era muito fácil dizer: “Olha, vocês fazem para o CNPq, por que não para a instituição?” Foi relativamente fácil. Ao longo de 6, 8 meses foi possível elaborar um estatuto, como eu disse, em que esse lado estava contemplado. Na parte de produção esse tal do IPROMED, como eu disse há pouco, fazia uma série de vacininhas e coisas assim, vacinas como eu disse aqui, tinha vacina pertusses, vacina disso, vacina daquilo. O problema nessa área é que tinham uns pesquisadores já antigos, pessoas muito boas, por exemplo, o que fazia vacina de gripe era uma pessoa excelente cujo nome eu não me lembro, é uma pena!

NB: Esse IPROMED ficava dentro do Campus?

VF: Ficava espalhado, o IPROMED era um nome criado, mas ela não existia fisicamente não. Por exemplo, a vacina de herpes era doutor...

NB: Era serviço pessoal?

VF: Pessoal, claro!

NB: Vacina do herpes dr...

VF: Era, era, quem era? Era doutor, aquele que era primo do João Figueiredo, era o doutor fulano Figueiredo, morreu há pouco tempo, velhinho, doutor Figueiredo. Oh meu Deus! Bom, não importa! Vocês conheceram ele, doutor Monteiro, doutor Gilberto Monteiro Figueiredo.

WH: Era Estácio Monteiro?

VF: Estácio Monteiro! Ele fazia vacina de herpes.

NB: Ele era primo do João Figueiredo, o João Presidente?

VF: É, ele era primo legítimo do João Figueiredo, primo!

NB: Ah é?

VF: Nunca se prevaleceu disso ao que eu saiba.

NB: Ele trabalhou aqui?

VF: Muitos anos.

NB: Eu sei mas eu não sabia que ele era primo do João Figueiredo, não sabia.

VF: Era muito bem situado por aí, mas nunca foi homem de usar isso.

NB: Vacina de herpes?

VF: Eu acho que era a vacina de herpes uma coisa assim. Quer dizer, tirar de um homem que passou a vida... ali, fazendo vacina de herpes era duro, não é? Quer dizer, eu tive que aceitar certas coisas. Também não fazia mal a ninguém, pelo contrário! Muita gente ia lá para Manguinhos porque tinha herpes e era o único ponto no Brasil ou no Rio que, pelo menos, dizia que tratava, porque a herpes é um negócio terrível vocês sabem. Então, havia o que fazia que era um velhinho que ficava lá naquele prédio... Bom, o que fazia gripe, era engraçadíssimo, um velhinho fazendo vacina de gripe e tal, fui lá conversar com ele: “Não porque vacina de gripe...”. Eu sabia que vacina de gripe é uma besteira, não é? “Tá bom, fica fazendo lá.”

WH: Lacorte... não? Não era Lacorte não?

VF: Eu acho que era Lacorte.

WH: Guilherme Lacorte.

VF: Guilherme Lacorte é isso! Ela sabe mais do que eu!

NB: Ela conhece bem eles todos.

VF: Ah bom. Bem, havia essas coisas, entende? E a vacina de febre amarela e outras mais, quer dizer, realmente as pessoas era cada um no seu lugar.

NB: Espera aí, o senhor encontrou a vacina de febre amarela funcionando bem?

VF: Bem... nada podia funcionar bem, não é Nara? Porque era...

NB: Mas a de febre amarela funcionava.

VF: Ah, é como eu disse, era a única que funcionava porque havia um compromisso, e o governo de certa forma tinha que dar recursos.

NB: E varíola não funcionava bem lá não?

VF: Não.

NB: Porque varíola era dessa época, não é não?

VF: Não, a varíola acho que não.

NB: Sabe quem é que cuidava disso?

VF: O Fonseca não é, mas não funcionava, quer ver, pergunta a ele, porque o Fonseca começou com vacina... ah não, febre amarela ele não trabalhava era mais varíola.

NB: Trabalhava com febre amarela!

VF: Ah! Trabalhava também... é...

NB: Ele veio da Rockefeller com a febre amarela.

VF: Da Rockefeller com a febre amarela, ele era autor disso tudo.

NB: E a varíola foi erradicada!

VF: É.

NB: Mas a partir desse trabalho que ele fez.

VF: Que ele fez, não é? Eu acho sim... (interrupção da gravação) Não, a varíola não estava mas... deixa eu ler aqui: anti-colérica, anti-tifóidica, pertusses e tetânica, anti-amarílica, a varióllica, tinha a herpes e a rábica, tinha a varióllica.

NB: Tinha sobrado era isso, mais importante era varíola e febre amarela.

VF: Bem, mas eu pensei...

NB: Akira não estava nessa história ainda?

VF: Não, o Akira vem depois, eu vou falar sobre o Akira. Então, o que eu pensei - a experiência de Oswaldo Cruz pesou: o que teria sido Manguinhos? Havia toda uma história que eu não sei se você... aquele castelo de Manguinhos foi feito com recursos da famosa vacina da Manqueira e coisas assim, talvez nem tenha sido isso... foi não é? Foi!

WH: Uma parte da vacina da Manqueira e da saúde pública mesmo.

VF: É, mas sobretudo da Manqueira, não é? Que o Instituto vendia. E eu pensava, e ainda penso, que uma boa solução para Manguinhos era você voltar realmente a uma situação em que um tipo de produção de um produto bom, pode dar uma certa liberdade financeira para não ficar nas tetas do governo, como dizia Delfim. Como a pesquisa não dá essa autonomia, a vacina poderia dar. Então eu dei força, quer dizer: "Vamos fazer vacina". Depois dr. Carlos Chagas Filho disse que eu tinha tornado, embora fosse do meu Conselho, a Fundação numa fábrica de vacinas. Isso ele disse no final, embora tenha participado do Conselho Técnico Científico durante cinco anos.

NB: Ah, esse Conselho Técnico Científico que o senhor queria falar! Vamos falar sobre esse também.

VF: Vamos.

NB: O senhor já falou sobre isso uma vez.

NB: Mas enfim, ele tinha suas razões mas não foi... Por que eu fiz isto? Porque eu achava que era muito importante. Em primeiro lugar: a área, chamemos tecnológica não era considerada em Manguinhos. Então eu tive contato com algumas pessoas, entre elas o Fonseca, que aos poucos foi se revelando, dizendo: “Bom, era realmente uma atividade desprezada pelo pessoal” e, no entanto, era uma atividade tão importante, como outra. Então você tinha os famosos pesquisadores classe A e os famosos pesquisadores classe Z. Era quase *O Admirável Mundo Novo*, de Huxley, tinha uns que tinham tomado álcool no sangue, tinha os que eram Alfa-alfa e os Ipsilones. Bom, pelo amor de Deus! Por que o ipisilone é ipisilone? Por que faz vacina? Mas fazer vacina é uma coisa tão importante quanto fazer pesquisa sobre os moluscos do Lobato. Fazer uma boa vacina é um negócio importante e difícil, não é fácil, é tão importante que parou no Brasil e, quando eu cheguei na Fundação, o Brasil fazia vacina ainda pelo processo antigo e ninguém sabia o processo mais moderno de fermentação, não havia aplicação. O Brasil importava quantidades fabulosas de vacina. Inclusive eu fui para Manguinhos, de certo modo, indiretamente, por causa da vacina de meningite porque eu conheci o Paulo Machado através dessa briga da vacina de meningite.

WH: Estava um surto grande aqui no Brasil.

VF: Terrível! Um negócio muito sério e o dr. Paulo pleiteou uma vacinação em massa e o assunto caiu na minha mão. O Veloso passou para mim que o planejamento realmente era muito importante. Eu era o homem da saúde e ele me passou o abacaxi. Eram 80.000 milhões de doses de vacina, tinham que ser compradas, eu me lembro que a gente gastou com isso um absurdo! Imagina que hoje isso não vale nada, 40 milhões de dólares, foi o que se gastou!

NB: Comprou de onde?

VF: Comprou do Instituto Mérieux.

NB: Ah, do Mérieux.

VF: Daí veio o problema do Mérieux que eu vou falar depois. Mérieux era o único que produzia essa vacina no mundo. Ele estava produzindo na França....

NB: Cuba?

VF: Cuba não, Cuba não tinha nada ainda! Bem depois, agora, Cuba é recente, Cuba não existia praticamente nessa área ou pelo menos não se sabia. Cuba na época era proibidíssima. Cuba? Deus nos acuda! Se eu botei para dentro de Manguinhos esse povo todo que vocês viram contrariando o SNI, imagina se eu ia falar em Cuba! Aí eles me mandavam embora, aí realmente eles me mandavam embora! Aí não podiam suportar.

NB: Então foi aí que o senhor conheceu o Paulo?

VF: Foi aí, basicamente, que eu conheci porque aí ele ficou naquela de ter que me explicar.

NB: Porque o senhor teve que lutar tanto (inaudível)

VF: Eu digo: “Mas, dr. Paulo, Ministro, vamos produzir”; “Ih, você não sabe o que é”. Então, veio a minha formação nisso tudo, foi através disso. Bom, daí eu ter implantado em Manguinhos a chamada Unidade Piloto de Vacinas que vocês sabem que existe lá, vocês já visitaram? Tem lá uma placa enorme.

NB: Não.

VF: Ah, tem que visitar! Mas lá escrito em francês: “Convênio Mérieux-Fiocruz” não sei o que “*Usine Pilote*” em francês, negócio de idiota, não é? Por que?

NB: Eles gostam, não é?

VF: É porque eles chama usina não é, não é fábrica, *fabrique* é porcaria, é camelô. Bom, aí veio o problema de vacina; eu achava que era realmente importante. Eu vim a saber que o Brasil importava quantidades fabulosas de vacinas de sarampo, de vacinas anti-tetânicas, de vacina disso, de vacinas daquilo, de tudo. O Brasil não fabricava nada! E até hoje não fabrica, não tem capacidade de produção de nenhuma dessas vacinas. Eu achava que era importante a gente ter uma unidade de vacinas, a partir daquilo que a gente sabia fazer melhor do que os outros que era vacina de febre amarela seria o ponto de partida disso daí. Paralelamente a isso, eu consegui do Mérieux - o Brasil tinha comprado essa quantidade enorme, tinha dado a ele a possibilidade de ganhar um bom dinheiro, evidente. Não foi nada extraordinário, 40 milhões de dólares, não é nada em termos de hoje. Em termos de hoje, eu não quero dizer nada, mas talvez seja uma parte de uma determinada propinazinha. 40 milhões de dólares, foi o que custou. Eu sei porque quem fez o negócio fui eu, quer dizer, quem autorizou fui eu!

NB: Esse surto, não é? Para a compra...

VF: Para a compra desses 80 milhões de doses de vacina anti-meningocócica. Bom, a partir da vacina de febre amarela, à qual nós atribuímos prioridade, e por isso passamos o ano de 77 com ela parada, fizemos um estoque grande, guardamos o estoque e aí eu chamei o Fonseca e todo mundo para fazer uma revisão naquele negócio. Aplicar uma nova tecnologia que era do ovo...

WH: ...ovos embrionados.

VF: Pronto! Olha aí, essa daí é... professora! Tem que dar um depoimento!

NB: Ela aprendeu com ele, com o dr. Fonseca.

VF: Ovos embrionados! Ovos embrionados que também não se fazia. E aí era um tal de procurar gente que produzia esse ovo... é um negócio até bonito.

WH: Caríssimo um ovo, tudo é muito caro.

VF: É muito caro.

NB: Ele falou que era caríssimo um ovo.

VF: É absurdamente caro, ovo embrionado é um negócio muito sério. Cada ovo custava um dólar, era um negócio... era o preço de 4 vacinas de meningite, não de 4 não, de 5. A vacina comprada na França custava a quinta parte de um ovo! Bom, à essa unidade, eu disse: “Nós temos produção de vacinas tanto de biológicas, chamemos assim e nós temos alguma coisa lá que era de fármacos. A Fundação tinha uns negócios estranhos, eu descobri um homem, chamava-se dr. Luiz Barragat vocês não devem ter conhecido, conheceu?”

NB: Conheci não, sei que tinha.

VF: Barragat, pois é, o Barragat era um farmacêutico, um sujeito formidável e que tratava disso. Ele tinha um grupo que fazia essas coisas, fazia cápsulas, umas besteirinhas, umas coisas assim de nada...

NB: Não vendia? Vendia?

VF: Vendia muito pouco, Nara, porque não tinha produção nem nada. Bom, na época, eu estava muito imbuído da ideia de que você tem que ter uma certa autonomia. Veja que coisa, autonomia farmacêutica. Imagina, lutar com as multinacionais! Mas eu tinha por trás de mim...

NB: O senhor acreditava?

VF: Acreditava. Nós tínhamos atrás de nós, a CEME, a Central de Medicamentos, que foi construída e organizada para enfrentar a dureza dessa liquidação da indústria farmacêutica nacional. Se liquidou realmente. Então, a CEME, durante um período, fez um trabalho muito duro sobre isso, enfrentou mesmo para valer e eu me associei imediatamente a esse trabalho que eu já tinha participado dele e então eu pensei que a Fundação...

NB: Você tinha participado dele, da CEME?

VF: Da CEME sim, como Ministério do Planejamento, eu não era o homem da saúde? Vocês sempre esquecem!

NB: Não, mas o senhor tinha umas atribuições que o senhor não nos contou. Aos poucos a gente vai descobrindo quais eram as suas atribuições lá no...

VF: CEME era Ministério...

NB: Da saúde?

VF: E da Previdência porque era quem tinha dinheiro e eu era a ligação de previdência, saúde etc.

NB: Essa história a gente não está... a gente não está muito clara nessa história!

VF: É a mesma coisa.

NB: O senhor conhecia...

VF: As pessoas todas. Dentro da minha coordenadoria do IPEA uma das pessoas importantes, quer dizer, um dos meus técnicos era o Eduardo Kerts que depois foi Presidente da UNE...

WH: Kerts.

VF: Kerts, você conhece?

NB: Conheço de nome.

VF: É, trabalhou comigo anos e anos.

WH: Aliás, ele é uma das pessoas que elabora esse PIASS.

VF: É, depois.

NB: Plano de Interiorização...

VF:... é um homem que botou...

WH: O senhor participou disso?

VF: Também, a gente participava...

NB: Disso?

VF: Mas isso foi depois, eu já estava na Fundação, não tive muita participação mas a gente dava apoio ao Eduardo. O Eduardo trabalhou comigo anos, quer dizer, era da minha curriola. A gente trabalhava junto e a concepção do projeto da CEME aquela ideia de você fazer 500 produtos básicos, aquela ideia de você acabar essa bagunça de 40.000 títulos e outras coisas mais.

WH: Para o mesmo medicamento?

VF: ...para o mesmo medicamento, esse rolo que é as nossas multinacionais de farmacêutica. Então, eu achava que a minha contribuição era criar em Manguinhos uma

área para isso, que seria a área de fármacos, daí o nome de Far-Manguinhos. Essa área de fármacos trabalharia dentro do esquema da CEME, que tinha conseguido conquistar determinados laboratórios públicos como, por exemplo, o Laboratório do Exército que era muito importante, que tem uma atividade forte, o laboratório da...

NB: Não tem o da Marinha também?

VF: Tem da Marinha.

NB: Eu vi um documento...

VF: Da Marinha, pois é, tem vários assim, tinha esses laboratórios militares e aí nós fizemos um convênio com eles todos e a CEME era suposta fornecer os recursos. Na verdade, o que aconteceu, rapidamente para não voltar ao assunto, é que a CEME incomodou muita gente, incomodou de tal modo que não conseguiu sobreviver e aos poucos foi tirado dinheiro porque ela atrapalhava as multinacionais, num processo de domínio cada vez maior, essa gente não ia aceitar.

WH: Tinha muita corrupção também?

VF: Na CEME eu não acredito. Na época que eu participei... quer dizer, eu não participei, mas na época em que eu convivi, eu não acredito porque se houvesse corrupção eles teriam aceito o que quisessem das multinacionais, já imaginou? O que quisessem! Isso não tem dúvida! Bom, e aí nos distinguimos no IPROMED, a área de fármacos, a Fundação passaria também a produzir fármacos dentro da ideia de que a CEME daria a linha geral, então, especializaria cada um na sua área. Nós íamos fazer determinados fármacos, o Laboratório da Marinha faria outros, laboratório fulano faria outros, São Paulo faria outros, era uma rede nacional de fármacos. A gente saberia pela produção deles como é que eles são feitos, qual é o custo, não era nem produzir, era saber o custo.

NB: O senhor não tinha ideia disso? O senhor não sabia?

VF: Ninguém sabia, ninguém sabe até hoje. Só sabíamos de uma coisa: que a CEME sabia e não sei como está agora, que você importava fármacos a 100 a miligrama, quando ele, na verdade, custava 1 a miligrama. Isso é o que a gente sabia, agora, como provar isso tudo. O super faturamento...

WH: Quer dizer, que já era um escândalo?

VF: Um escândalo!

WH: Já vinha desde 70 isso?

VF: Anos e anos e anos, a CEME foi o único momento que eu conheço na história de governo no Brasil que topou essa briga, que tentou topar. Quer dizer, o objetivo não era produzir, muita gente disse: “Você é cada vez mais quixotesco”. Não, não havia o objetivo de suceder a eles. Eu sabia e todos nós temos consciência de que era muito difícil,

sobretudo porque você está num mundo que é cada vez mais interdependente, o mercado cresce.

NB: Uma ação política...VF: Como?

NB: Poderia se dizer que isso era uma ação política?

VF: Eu acho que sim, havia esse objetivo.

NB: O IPROMED vai funcionar com tal pauta.

VF: Dentro desse projeto da Fundação, havia uma linha política clara Nara, política no sentido global. O que você chama de política?

NB: Sim, mas eu digo, é uma ação política clara a sua decisão de produzir um determinado número de medicamentos que o senhor sabe que não tem a maior importância, não tem como concorrer ou o senhor acreditava que isso ia...

VF: Não...

NB: O senhor a acreditava que ia concorrer?

VF: Não é exatamente o que eu quero dizer, é o seguinte: não havia o objetivo da CEME, pelo menos no período que eu participei mais dessa programação, não era produzir, era conhecer a produção, percebe?

NB: Sim, e o senhor ao fazer isso, o que significava?

VF: Eu estava dentro dessa linha de raciocínio, entende? Quer dizer, se eu ia produzir determinada coisa, eu sabia quanto custava essa coisa, então se o laboratório fulano dos anzóis viesse para a CACEX antigamente, ou seja, lá o que for, dizer que pagou 100 por uma unidade eu dizia: "Não senhor, não custa 100, está aqui na planilha".

NB: Então era uma ação política.

VF: Era uma ação política sem dúvida! Infelizmente não foi possível ir adiante. Talvez a CEME tenha exagerado, talvez tenhamos... Houve lá um rapaz chamado Scassa que era tremendamente nacionalista, exacerbado. Os governos militares eram governos muito difíceis de se entender porque havia linhas extremamente nacionalistas, antimultinacional e todo mundo diz que era entreguista, não era. Havia isso, é muito estranho, mas era. Bom, Far-Manguinhos participaria desse conjunto nacional.

NB: O senhor que deu esse nome?

VF: É, porque...

NB: O senhor que apelidou...

VF: É, porque eu achei que o nome Manguinhos tinha *appeal*. Todo mundo dizia: “Vai para Manguinhos, porque Manguinhos... o Instituto de Manguinhos”. Oswaldo Cruz era um bom nome também, mas eu não ia chamar de Far-Oswaldo Cruz, não dava. Então esse nome de Far-Manguinhos que nós criamos, e Bio-Manguinhos para o lado biológico. Logo eu vim a perceber que Far-Manguinhos tinha muito pouca coisa para dar, embora tenha trabalhado, feito um bocado de coisas criamos uma área, determinados projetos etc., mas eu dei maior importância a Bio-Manguinhos.

NB: Eu posso lhe der uma informação?

VF: Hum...

NB: Hoje em dia na Fundação, a maior área de produção de recursos, fundos de recursos financeiros da Fundação é Far-Manguinhos.

VF: Ah não diga! Puxa, que satisfação!

Fita 8 – Lado B

NB: ... não sei quanto milhões de vacinas, um mundo de dinheiro.

VF: Ainda bem porque se for assim... Eu acredito que esse grupo que assumiu agora, o Morel etc, são pessoas que têm uma visão bem mais ampla, não é aquela restrição, aquela coisinha antiga...

NB: Tem o que eles chamam de planta industrial. Isso é o que vai dar a Bio-Manguinhos, porque Bio-Manguinhos... Essa coisa tecnológica, o senhor sabe, tem um patamar, mas tem que passar o patamar.

VF: Depois tem que passar.

NB: É, tem que fazer investimento, senão para!

VF: É por isso que eu quis criar uma grande empresa S.A., Bio-Manguinhos Sociedade Anônima. Eu vou falar isso para vocês daqui a pouco, e disseram que eu ia transformar Manguinhos numa fábrica de vacinas, por esse objetivo.

NB: Deixa eu fazer uma pergunta só, já que o senhor está percorrendo todas as áreas, o que aconteceu com os núcleos do INERu que o senhor falou que eram em Pernambuco...

VF: Então, esses núcleos foram mantidos até hoje, eu acho que estão mantidos, cada um tem a sua área...

NB: Mas, digamos assim, o senhor tentou articular, integrar os núcleos?

VF: Tentamos articular, nós fazíamos reuniões bem frequentes. Tanto assim que o [Italo] Sherlock trabalhava em...

NB: Quem é Sherlock?

VF: Sherlock era um dos de lá, trabalhava com o Zilton[Andrade].

NB: Zilton, da Bahia?

VF: Zilton, o Zilton Andrade era da universidade, mas era da Fundação, mas ele foi chamado para a universidade, era ele que orientava os trabalhos do núcleo da Bahia que se chamava...

NB: Só mais um esclarecimento dr. Vinícius, porque a gente, hoje, está tentando deslanchar um projeto sobre o Aggeu Magalhães.

VF: Ah é?

NB: Uma das dúvidas que se tem é com relação a esses institutos. Eles eram o que? Quer dizer, eles eram do INERu?

VF: Eles eram do INERu, quer dizer, eu não posso lhe dar um...

NB: Uma coisa histórica.

VF: Uma informação maior porque eu não sei, eu cheguei e peguei essa coisa.

NB: A essa altura eles eram do INERu?

VF: Eles eram do INERu, eram núcleos de pesquisa.

NB: Desvinculados da universidade?

VF: Desvinculados totalmente, não tinham nada com a universidade.

NB: Eles eram do Ministério da Saúde.

VF: Era Ministério da Saúde direto, não tinham nada com... Quem tentou articular com a universidade fui eu, tanto que o Aggeu, acho que foi para a universidade, não sei se está lá agora.

NB: Acho que tem sim, tem um vínculo com a universidade.

VF: Tem, foi mantida, era a única...

WH: O nome é Fundação Universitária.

VF: É, Fundação mas dentro da universidade, porque era a única maneira, da minha ideia, de fazer com que eles funcionassem era ligá-los a universidade porque a essa altura as universidades brasileiras tinham tomado um impulso grande. Realmente, em 75 a reforma universitária já tinha dado frutos. Pernambuco tinha uma boa universidade, até a Paraíba

tinha uma universidade muito boa.

NB: Tem até hoje.

VF: E tem até hoje, tinha a Bahia, tinha uma boa universidade, tinha uma boa tradição, então eu tentei ligá-los diretamente às universidades. O único que ficou mais ligado a Manguinhos foi o René Rachou porque René Rachou tinha um entrosamento maior com o [Zigman] Brenner, o Naftale [Katz], não sei se ainda estão por lá, eram pessoas que tinham a maior ligação com Manguinhos e foi com esses que a gente se aproximou.

NB: Eles resistiram as coisas, não?

VF: Mas todos eles resistiram.

NB: Naftale, não?

VF: O Naftale eu não individualizaria.

NB: O senhor não lembra do Naftale?

VF: Eu me lembro muito da pessoa dele e do Brenner, porque eles eram muito atuantes participavam muito, discutiram muito, foi gente atuante. No transcorrer do tempo, o que aconteceu foi que 80% dos pesquisadores da entidade, eu não diria que passaram a me aceitar, mas eu diria que passaram a dialogar o que era uma coisa fabulosa, e o que eu queria.

NB: Claro!

VF: Pelo menos fale! E passaram a falar e às vezes a falar de mais, no meu ponto de vista, me chateando. Estavam no direito deles, eu não tinha dito que queria isso, me deram a resposta adequada! Aí realmente eu consegui, eu diria...

NB: Chateavam como? Pedindo dinheiro?

VF: Não, por tudo, quer dizer, discussões chatear é modo de dizer, eu estou brincando. Enfim, houve uma participação grande, eu acho que no final da gestão a maioria, enorme maioria do pessoal de Manguinhos, da Escola inclusive, participavam; participavam para brigar ou para estar de acordo mas participavam.

NB: Tinham saído daquela apatia.

VF: Exatamente, talvez não estivessem, digamos, de acordo com a orientação de dizer que todo mundo tem que trabalhar em conjunto que um projeto é assim, assado, talvez alguns não estivessem de acordo. No entanto, eu tive a satisfação em Paris de receber três cartas com trabalhos de Manguinhos: a Ana Kohn me mandou um, de repente eu não tinha mais nada com aquilo, meu nome até estava execrado em Manguinhos e eu fiquei muito satisfeito porque dizia: “Olha, eu devo esse trabalho ao senhor”. Eu tenho esse

trabalho dela: “Devo esse trabalho ao senhor; se o senhor não tivesse ido para Manguinhos, eu não teria feito esse trabalho”. O outro foi quem? Não me lembro mais, enfim. As pessoas participaram realmente. Muita gente percebeu que alguma coisa era válida naquilo que eu estava propondo. Bom, a Escola era a Escola, não tinha muito o que fazer porque tinha sua vida própria, nunca tinha caído naquele marasmo, naquela prostração horrível do resto da entidade e o que fiz foi ligá-la à Fundação; foi dizer a ela isso é parte de uma Fundação. Uma das coisas que fizemos antes de mais nada foi integrá-la fisicamente porque tinha uma vida própria, saía pela Leopoldo Bulhões...

NB: Então não se comunicavam?

VF: Não, não se comunicavam, aquele acesso à Escola quem fez fomos nós.

NB: O acesso foi o senhor que fez?

VF: Dentro do Manguinhos foi, dentro do Campus, fomos nós. O pessoal da Escola sabe disso, não havia, era totalmente isolado e eles não queriam muita conversa com negócio de Fundação etc. porque eles achavam que a Fundação só fazia prejudicá-los, talvez eles tivessem razão. Realmente eu não sei, pode ser que tivessem razão, porque veja só, se o Presidente era do Instituto Oswaldo Cruz, ele ia puxar para o Instituto. Cada um puxava para si, por isso é que o Fernandes Figueira não gostou de ter passado para a Fundação. Era muito mais interessante para eles ficarem independentes de um orçamento do Ministério ou de um convênio com o INAMPS, porque a Fundação para eles era só um transtorno, não tinha nada a ver com pesquisas, nem coisa nenhuma. O Fernandes Figueira foi mantido por mim, mas aí houve uma das brigas terríveis da minha gestão que foi com o Fernandes Figueira, por que? Pelo seguinte, para tomar pé no Fernandes Figueira foi outro trabalho. Fernandes Figueira era muito rebelde e aquele pessoal todo do lado médico importante à beça, cada um era um medalhão e aí bom, aquela coisa toda. Mas eu morava junto, eu era vizinho do Fernandes Figueira, vizinho, vizinho mesmo. Eu conhecia o Fernandes Figueira de ver as pessoas entrarem ali.

NB: Morava ali!

VF: Morava ao lado, na [Avenida] Rui Barbosa. Bom, conhecia aquele negócio de longa data, mas nunca pensei na vida que um dia viesse a dirigir aquilo! Bom, aí comecei a tomar pé do Fernandes Figueira, depois de ajeitar as coisas em Manguinhos, quer dizer, o IOC, o INERu aquele negócio de leprologia, aquelas coisas todas. Já estava mais ou menos apaziguado, quando comprei a briga do Fernandes Figueira. De que maneira? Bom, vocês são pesquisa ou não? Aí entrou um lado meio bobo meu. Eu pensava, e hoje eu reconheço que não tinha razão, que pesquisa é coisa de laboratório, tem que ser em laboratório até que alguém me mostrou que pesquisa clínica também é pesquisa. Então, está bom, então vocês provem que fazem pesquisa clínica, mas se vocês não fazem pesquisa clínica, se vocês só fazem atendimento, vocês vão sair da Fundação. Pelo amor de Deus! Mas a essa altura como já tinham conseguido decuplicar o salário médio da Fundação, passou de 1.000,00 para 8.000,00 reais em pouco tempo...

WH: Cruzeiros não é, na época?

VF: Cruzeiros sei lá, eu tenho aí os dados, 8.000 unidades em dinheiro de 1.000 passou para 8.000 e tantos. Como tinha feito isso, não interessava mais a eles voltar para trás. Como era muito mais fácil comigo, ele arranjar dinheiro como já tinha dado dinheiro, você me perguntou como é que eu arranjei dinheiro, vou dizer depois como arranjei dinheiro para recuperar o Fernandes Figueira que estava podre também, porque apesar de tudo eles eram formidáveis, mas coitados, não tinham dinheiro. Então, foi preciso arranjar dinheiro para recuperar fisicamente o prédio. Aí a essa altura eles não queriam sair, aí eu disse a eles: “Está bom, vocês não vão sair, então vocês vêm para cá”. Então, nós bolamos um projeto o Centro hospitalar de Manguinhos. O Centro Hospitalar de Manguinhos seria constituído de um núcleo hospitalar, quer dizer, de um hospital Evandro Chagas que seria para doenças parasitárias, de um núcleo Gastão Vianna...

NB: Gaspar Vianna.

VF: ...Gaspar Vianna que seria doenças infecciosas e de um núcleo materno-infantil que seria o Fernandes Figueira.

WH: Que já tinha essa atribuição materno-infantil.

VF: Que já tinha essa atribuição. Somente uma coisa: o Fernandes Figueira fica na avenida Rui Barbosa, então eu fiz um levantamento... Bom, eu era da Avenida Rui Barbosa e jamais tinha ido ao Fernandes Figueira, não dava. Como é que eu ia levar os meus filhos ao Fernandes Figueira? Não dava, nem era recebido. Entendeu o que quero dizer? Não era para a minha classe, nem para a sua e nem para a sua. Quem é que ia para o Fernandes Figueira? Então, fiz um levantamento e constatei que 88% das mães moravam na Zona Norte e coitadas, passavam pela frente de Manguinhos, ou de ônibus, ou iam para a Central do Brasil, tomavam a segunda condução até a praia de Botafogo e na Praia de Botafogo, a terceira condução para descer. Eu sabia o que era morar na Rui Barbosa, eu sabia, eu era obrigado a ter três carros porque não passa condução. As pobrezinhas com filhos nas costas assim passavam lá, aquele horror para enfrentar três conduções para chegar no Fernandes Figueira. Aí eu digo “Bom, se vocês atendem 88% de gente que mora na Zona Norte porque que não vêm para aqui, que aqui o acesso é mais direto?” Ah aí foi um Deus nos acuda! O negócio aí pegou fogo!

NB: A briga foi por causa disso?

VF: A briga foi essa, eu anunciei esse projeto.

NB: É mesmo?

VF: Olha, foi o tal ponto...

NB: A mudança.

VF: A mudança é claro! Porque aí eu fiquei com raiva. Aí eu fiz uma pesquisa dos médicos de lá, onde é que moram? 98% morava na Zona Sul!

NB: Eles foram se meter com um estatístico e demógrafo.

VF: Bom, mas eles ganharam, na verdade eles ganharam, mas eu achei um negócio meio desaforado; pobrezinhas das mães que eu sabia o que era ir para lá, era um negócio monstruoso e ainda é horrível, horrível.

NB: Eles estavam ameaçados há alguns anos atrás de ir para o SUS.

VF: É, pois é, mas eu não sei, mas enfim.

NB: Mas eles não querem sair de lá?

VF: Eles não querem sair de lá, mas é uma besteira porque aquilo é um local... Eu tinha conseguido um negócio fabuloso, que disseram que eu era... Meu Deus, imobiliário, que era o seguinte: a Universidade Federal do Rio de Janeiro - foi mesmo um negócio engraçado - tem aquele prédio horrível que foi chamado CEU, Casa do Estudante Universitário.

NB: Está acabando aquilo.

VF: Felizmente está acabando, um horror.

NB: Aquilo agora...

VF: Mas na minha época já era um horror; o Fernandes Figueira que é vizinho vivia sofrendo problemas daquela gente, gentalha que se dizia Casa do Estudante que não era nada!

NB: Não era casa do estudante mesmo!

VF: Bom, o Muniz de Aragão, na minha época, era o reitor. Eu um dia tive uma conversa com ele: “Escuta, vamos fazer um acordo, essa área vale ouro”. Puxa, já pensou aquelas duas áreas juntas? É ouro, ouro puro, não é? Aquilo era para você vender pelo preço que quisesse. Eu sei quanto vale o meu apartamento, eu sabia quanto valia aquela área. O Aragão topou, topou: “Vamos fazer um acordo e aí a gente vende essa droga”.

NB: Venderia caro.

VF: E aí só com esse dinheiro, eu ia fazer... Lá em Manguinhos, a gente ia fazer o centro...

NB: Vocês iam rachar, dividir.

VF: É, ia dividir, é claro que ele ia ganhar muito mais porque a área dele era bem maior, mas aí foi um Deus nos acuda! Você sabe que havia médicos muito importantes lá, muito importantes, deve haver ainda.

NB: Era um centro muito importante.

VF: Muito importante, sem nenhuma dúvida, mas sem nenhuma dúvida! E de reconhecimento mundial, quer dizer, mundial eu não sei.

NB: É, internacional.

VF: Aí eles fizeram queixa até ao Roberto Marinho, foi um negócio. Um dia, eu me lembro disse, eu recebo um convite do Roberto Marinho para ir visitá-lo no Globo. Teve o desprante de me convidar. Aí eu mandei dizer a ele que o recebia com toda satisfação em Manguinhos. Eu era meio atrevidozinho, não é? Veja só, o Roberto Marinho, mas aí ele levou na brincadeira porque ele já me conhecia de jornal, aquelas besteiras todas. Bem, na brincadeira mandou um dos assessores dele, que era médico muito ligado ao pessoal de Fernandes Figueira, me telefonar. E disse: “Olha, eu quero lhe conhecer, eu quero ir conhecer a Fundação, fazer uma reportagem”. Digo: “Ah, eu já sei de tudo...” E foi lá e tal.

NB: Ele falou com o senhor?

VF: Falou.

NB: O Marinho teve coragem de falar isso?

VF: Não, o assessor, não é?

NB: Ah!

VF: Aí um dia eu fui com ele ao Roberto Marinho, porque ele disse: “Não, porque fizeram essas queixas...”. Olha, os pediatras do Fernandes Figueira eram também pediatras da mulher não sei de quem, do Roberto Marinho, da sobrinha do raio que a parta, do Presidente, era uma parada!

NB: Uma pressão, um *lobby*...

VF: Inclusive, meus pediatras!

NB: Foi um corre-corre geral.

VF: Foi uma coisa violenta, mas aí eu ainda insisti bastante, tanto insisti...

NB: O senhor não voltou atrás.

VF: Não, tanto insisti que está aí, Fernandes Figueira em Manguinhos e vai ficar em Manguinhos, pelo menos no papel fica. É uma besteira minha realmente, talvez não precisasse ter essa briga mas na realidade o pessoal do Fernandes Figueira tinha uma liderança muito boa que era o Potsch, dr. Newton Potsch que era uma pessoa que foi muito ligada a mim, muito amigo e era muito político, quer dizer, político no bom sentido,

aquele homem que...

NB: Sim, hábil.

VF: Hábil, muito hábil. Ele me conhecia, quer dizer, aos poucos ele foi me conhecendo, terminou sendo também meu pediatra. Ele sabia como eu era, meio estouvado e ele não era estouvado e passou a me conter. Aí nós fizemos reuniões e ele convenceu todo mundo do Fernandes Figueira que aquilo era uma instituição de pesquisa. Todo mundo ficou convencido disso. Inventaram uns dez projetos de pesquisa. Lembro que tinha um que era sobre não sei que lá, de “unha de menino”. Meu Deus, tinha assim uns nomes engraçadíssimos, outro era Banco de Leite que era importantíssimo, muito importante, enfim.

WH: Até hoje tem.

VF: Eu sei, um dos únicos.

NB: O senhor sabe que agora tem pós-doutorado lá.

VF: Eu sei que tem, é pós-graduação é muito importante.

NB: O senhor foi o primeiro a trazer isso para lá.

VF: Eu fui o primeiro a levantar é, mas é isso que eu estou lhe dizendo, foi útil para eles, foi muito útil!

NB: Eles não sabiam de onde vinha.

VF: Ah mas foi isso. As brigas que eu tive! Então, comecei a fazer reuniões porque em primeiro lugar, participar da Fiocruz para eles já era uma coisa asquerosa, repugnante.

NB: É, nesse contexto eles eram diferenciados.

VF: Totalmente e eles eram muito mais importantes do que a Fiocruz quando eu comecei. Quer dizer, eles tinham prestígio apesar de terem ficado a pão e água, sem recursos, mas tinha muito médico ali que ganhava uma ninharia só pelo prazer de trabalhar no Fernandes Figueira, essa é a realidade. Eles tinham seus consultórios, os grandes pediatras do Rio na minha época trabalhavam lá, eu me lembro bem disso. Como na Santa Casa de Misericórdia, o Pitangui não trabalha? E outros mais? Quer dizer, é importante você trabalhar!

NB: Criou um centro de formação.

VF: De formação e tudo.

NB: O seu...

VF: Exatamente, realmente sair de lá para eles, pessoalmente, seria muito mau. Eles

tinham pavor porque, primeiro, era horrível sair para longe; segundo porque aquela história de Manguinhos não estava provado que aquilo servisse.

NB: Nós queríamos vir para cá, para fora.

VF: É para o Fernandes Figueira é...

NB: Trabalhar aqui.

VF: Pois é, ainda é um ponto não é, lá apadrinhado da Fernandes Figueira.

NB: Ninguém queria ir para Manguinhos, o senhor sabe, não é? O senhor morou lá.

VF: Claro que sei o que é. Bom, então Fernandes Figueira foi esse problema todo.

NB: Foi uma batalha perdida.

VF: Foi uma batalha perdida, porque realmente foi, eu diria, uma batalha boba da minha parte. Eu não devia ter comprado essa briga. Eu só peguei essa briga por uma questão de coerência. Eu queria mostrar a eles que nós tínhamos uma coerência muito grande com o projeto que tínhamos feito para Manguinhos, e que tinha o apoio de todos. Então, Fernandes Figueira não poderia, encaixando-se nesse projeto, não poderia ficar à parte dele. Esse foi o meu objetivo, além do que eu achava que seria realmente mais útil que ele ficasse em Manguinhos. Primeiro, porque ele ia participar de um conjunto, de um centro hospitalar que não se realizou, está lá e nunca se fez. Segundo, ele tinha uma clientela muito mais próxima, muito mais fácil de trabalhar. Terceiro, ele podia se adaptar, se enquadrar, num projeto maior que depois o Arouca parece que fez, que seria o de Medicina Comunitária, que eu tinha em vista isso a partir de Manguinhos. Você pegar aquela gente - depois parece que fizeram isso lá dentro - e assim por diante. O Fernandes Figueira era um elemento ótimo para isso, mas não entrou no esquema e embora eu nunca tenha aberto mão teoricamente da ideia, tivemos que dar apoio e enquadrá-los nas coisas. Bem, essa é a história da programação. Então, dentro disso na área de pesquisa propriamente dita, e de pesquisa do IOC, aos poucos, fui verificando que as doenças parasitárias estariam sendo contempladas com essas principais doenças. Havia o projeto de leishmaniose, havia alguns outros projetos de parasitárias. Infelizmente não havia malária, mas a malária já estava também erradicada, ou pelo menos supostamente erradicada, não fazia mais muito problema lá. Então passamos a ter, como definição, as áreas que não estavam sendo contempladas.

NB: O senhor falou do Evandro Chagas lá do Pará.

VF: É, Belém, é.

NB: O senhor esteve lá?

VF: Estive sim.

NB: Mas o senhor disse que o que eles faziam lá, na época, não se adequava ao programa, ao projeto que o senhor tinha elaborado.

NB: Nara, eu não me lembro se houve reação, eu não me lembro se alguém ou o Ministro também não estava muito interessado em mantê-los. Eu não me lembro mais a razão, mas tenho a impressão que o Evandro Chagas, não era...

NB: Ele se retirou da Fundação?

VF: Ele se retirou.

NB: O senhor conseguiu tirar.

VF: É, tirei da Fundação. Não, eu propus a saída deles, ou se integrava eu não. Não houve possibilidade de integração por algum motivo e eu não me lembro bem qual.

NB: Quer dizer que do projeto da Fundação do Rocha Lagoa, o Evandro Chagas fazia parte.

VF: Fazia parte, era um dos institutos, das unidades. Esse foi o único que saiu dentro da minha concepção. Bom, em abril de 76 - estou voltando agora historicamente à coisa - fizemos portanto essa reorientação. Apresentei um novo estatuto e uma programação. Nesse novo estatuto já estavam as unidades, essas que, eu acho, até hoje estão por lá que são o IOC, a Escola, o Far-Manguinhos e Bio-Manguinhos, Fernandes Figueira e os núcleos. Na parte administrativa, a presidência com o departamento de administração ou algo assim, e os órgãos paralelos. Criamos uma Comissão Geral de licitações porque não havia nada, era tudo comprado.

NB: Vamos falar um pouco disso e aí o senhor criou isso.

VF: Criamos toda a estrutura administrativa que não havia.

NB: Que ainda hoje é um problema.

VF: Toda área administrativa é meio difícil. Então, criamos toda essa estrutura, aqui eu tenho o que é que eu criei e nem me lembro mais como foi. O mais importante, realmente, foi a concepção dos programas de trabalho que nós chamamos isso, os planos de trabalho, a ideia de um laboratório, o enquadramento programático dessas coisas todas e dentro, como eu disse, do IOC as áreas deficitárias, as áreas que não tinham nada, praticamente nada, como era a área de virologia. Nós tínhamos doença parasitária, não tínhamos quase nada em doenças infecciosas que era uma área importante. Quer dizer, o Instituto tinha ficado praticamente na época de Oswaldo Cruz e de Carlos Chagas, com doenças parasitárias chamadas tropicais e as doenças tropicais passaram a ter menor importância. Na verdade, a gente não pode dizer que a doença de Chagas seja um mal nacional, não é mais. É uma coisa menor em face de doenças infecciosas sobretudo, de uma mortalidade infantil e assim por diante. Então, a parte bacteriológica era de vital

importância e a virologia era importante. Na virologia, buscamos apoio no Schatzmayr e no grupo dele.

NB: Ele já estava lá?

VF: Já estava, já estava e foi através do Schatzmayr que chamamos algumas pessoas dessa área como foi Akira.

NB: Ele não era da Escola?

VF: Não, nunca foi. Quem disse que ele foi da Escola?

WH: Akira não era nem da Fundação?

VF: Não era nem da Fundação, eu não sei de onde ele era.

NB: Quem trouxe ele foi o Schatzmayr?

VF: Fui eu. O Schatzmayr que me indicou.

NB: O senhor conhecia ele?

VF: Não, nunca conheci. O Akira estava fazendo um curso no exterior, não me lembro aonde, talvez no Japão, talvez não...

WH: Ele trabalhava em alguma empresa privada aqui no Brasil?

VF: Eu não sei também. O Schatzmayr indicou porque realmente conhecia e eu disse: “Olha, precisamos ter gente para essa sua área, precisamos manter alguma coisa.” Ele era ligado não só à parte de virologia mas também de vacina, ele era uma pessoa formada nisso. Tanto assim que foi para Bio-Manguinhos e depois veio a ser Presidente. Ele era ligado à parte de vacinas e parece que tinha um bom gabarito de trabalho, eu estou dizendo parece, porque o Schatzmayr me disse. Eu não sabia avaliar, eu tinha que ir pelos outros. Uma das áreas importantes era essa, uma das outras áreas importantes era imunologia. Toda área imunológica, de genética, essa coisa. Aí veio o nosso amigo Morel e com ele outras pessoas que o Morel foi, por exemplo, indicado pelo Lobato.

NB: Sim, mas o Lobato veio antes dele?

VF: Veio, bem antes. O Lobato foi um dos primeiros.

WH: Mas o senhor antes já tinha montado uma estrutura de vice-presidência...

VF: É, exatamente.

WH: Como é que foi isso? Como é que o senhor chamou essas pessoas.

VF: Bom, o Lobato... Eu não sei como é que foi o Lobato, a primeira pessoa que eu pensei

para ser vice-presidente... Eu imaginei o seguinte, eu não entendo nada dessas coisas, preciso de alguém que entenda...

NB: ...da área.

VF: ...da área, que participe e que me dê alguma orientação. A pessoa, para mim, mais indicada era o Coura. Uma das razões fortes é que ele tinha sido o Presidente de uma Comissão que fez o diagnóstico da Fundação - que eu tenho - e um bom diagnóstico mostrando uma série de coisas.

NB: Quando? Anterior à sua posse?

VF: Anterior a minha posse. Ele chamou esse negócio de agregação, que foi feita por agregação, ele teve uma boa visão. O Coura com outras pessoas.

WH: Foi o trabalho encomendado pelo Paulo Almeida Machado?

VF: Eu não sei, você sabe que eu tenho a impressão que não foi, antes do Paulo, foi quem? Foi o Rocha Lagoa? Não, não é?

NB: Ministro? Não, o Rocha Lagoa ficou um pouquinho só em 70!

VF: Um pouquinho é, não foi Rocha Lagoa.

WH: Mário Machado de Lemos?

VF: Mário Machado é... tem um desses assim, eu me lembro mais ou menos.

NB: Acho que foi Ministro da Saúde.

VF: Ministro da saúde houve vários, não é?

WH: Foi antes do Paulo Almeida.

VF: Foi antes, o anterior ao Paulo Almeida é... eu não sei. Eu sei que eu tinha muito contato com o Ministério da Saúde, mas eu vim a ter maior com o próprio Paulo.

NB: E aí o senhor chamou o Coura.

VF: Aí eu convidei o Coura. Mas não havia nenhuma credibilidade ninguém sabia a que eu tinha ido para lá e não davam a menor... O Coura, de certa forma, esnobou, eu tenho uma carta deles que eu já mostrei a vocês e eu fiquei com raiva nunca mais chamei. Realmente, eu estava fazendo um trabalho que eu achava que ia ser bem feito, conversei com ele, ele talvez tivesse suas razões não admito que ele tivesse feito isso por mal. Realmente, você ir para Manguinhos como eu fui era de não acreditar, porque aquilo era tão horrível. Vocês ficam olhando para mim, eu gostaria que vocês perguntassem a alguém que conheceu Manguinhos em 1975, para saber o que era aquilo. Quem entrava em Manguinhos não acreditava. Realmente, o sujeito entrava lá a primeira coisa que

aquele, o Luiz, diretor do Museu Nacional que era muito meu amigo, ele dizia: “Olha, me faz uma coisa: antes de mais nada, acaba com esse capinzal horrível porque isso é um perigo; capim para todos os lados”, aquilo aberto era espantoso. O Coura tinha razão, eu acredito que ele tivesse razão. Mas eu estava num verdadeiro apostolado, e eu na minha vida tive muitos apostolados e fiquei com raiva quando o Celso me chamou para o apostolado no Nordeste. Que incoerência! Eu fui incoerente mesmo, porque ele sabia que eu era de apostolados. E eu fiz um apostolado daquele negócio e ficava com raiva quando o sujeito não vestia a camisa. Bobagem, não é? Hoje eu vejo: “Meu Deus, por que o sujeito ia acreditar em mim, por quê? Ou no Ministro da Saúde, por que?” Mas o Lobato acreditou, mas tinha muita gente lá com restrições a ele, depois eu vim a saber. Porque eu não sei, até hoje, a causa dessas restrições, eu sei que comigo ele foi muito leal. Ele era de um grupo provavelmente...

NB: Não, e o doutor Lobato é uma pessoa que tem uma grande carreira, carreira longa de pesquisa e ele entrou muito jovem e tal. Ele também passou por várias instituições e aí o senhor conhece, o senhor já falou um pouco como é que é essa área, muita confusão...

VF: Pois é isso, vai ver que é isso então. Depois era muito rigoroso. O Lobato é muito rigoroso, extremamente rigoroso com ele mesmo e com os outros. Então, eu sei por exemplo, quando ele inventou para os estagiários de Manguinhos, um concurso, deu um buum! Meu Deus, foi uma das brigas de Manguinhos terríveis! E ele me mostrou os concursos, ele me mostrou, na época eu já estava entendendo a beça de biologia e eu ficava apavorado, o sujeito não sabia o que era um ADN, ele disse: “Dr. Vinícius como é que pode? Um homem desses quer ser um pesquisado.”. Não sabia. As respostas eram inacreditáveis. Eu totalmente leigo no assunto, quando lia Ele me disse: “Leia! Eu não quero nem dar palpite o senhor vai ler!” Eu saído da área de economia, nunca fui coisa de biologia, eu lia: “É o senhor tem toda a razão”. Era um horror!

NB: Qual era a posição dele?

VF: Ele era vice- Presidente de pesquisa, eu não sei como cheguei ao Lobato realmente não sei, Lobato estava em Brasília.

NB: Na UnB.

VF: Na UnB e alguém me indicou, eu tive uma conversa com ele, ele acreditou e topou. Quer dizer, eu não tinha ninguém aqui, o único que eu tinha era o Lobato e me deu total apoio. E o outro foi o Guilardo Martins, que eu conhecia da Paraíba, que tinha sido Reitor da Universidade da Paraíba, era um homem...

NB: Qual era a vice-presidência do dr. Guilardo?

VF: Era chamada de Recursos Humanos, de ensino etc. Então, a área da Escola ficou com ele.

NB: Com o Guilardo?

VF: Com o Guilarido, basicamente com o Guilarido, e a área mais chata ficou com Lobato porque o Coura não aceitou realmente. O Coura aceitou ficar assessor da presidência mas concomitantemente como professor da UFRJ, e dando tempo lá e tempo cá, mas eu tinha sido muito claro com ele, eu disse: “Olha, dr. Coura eu preciso de um vice-presidente, um homem que não vai ser vice-presidente, vai ser Presidente de pesquisa, o senhor tem que acreditar nisso, eu não sei nada disso, eu vim para cá com um objetivo, fazer isso, agora eu quero um Presidente de pesquisa, um homem que assuma”. Aí me propõe ser assessor, ora eu não quis. Depois ele foi para lá com o Guilarido, foi ser vice-presidente também, parece que ele foi.

NB: Depois que o senhor saiu?

VF: Depois.

NB: Entrou só depois que o senhor saiu.

VF: Entrou depois, porque comigo ele não ia mais entrar, ele ficou encabulado. Quando ele viu que a instituição foi adiante, ele encabulou é claro. Parece que é um homem sério, é um bom pesquisador mas não acreditou e eu como bom apostolado fiquei com raiva. Bom, eu estava falando em que?

NB: E o Conselho Técnico Científico?

VF: Vamos por parte. A parte de administração, criamos as vice-presidências para essas duas áreas...

Fita 9 – Lado A

WH: O senhor falava sobre a vice-presidência.

VF: Não tinha o rótulo, era vice-presidente da Fundação. Havia uma Presidência e dois vice-presidentes, ao lado disso, o nível de diretores dos Institutos ou das unidades.

WH: O senhor teve que mudar os diretores, indicar pessoas novas?

VF: Não, praticamente não, dr. Genard ficou até o fim, até morrer, morreu como diretor do IOC. O Oswaldo Costa morreu como Diretor da Escola...

WH: O senhor manteve todo mundo?

VF: O dr. Newton Potsch ficou lá até se aposentar, até quando já ficou gagá, já está meio velhinho como eu...

WH: Bem mais velhinho.

VF: É bem mais velhinho, ele está mais velhinho. Barragat ficou na área de Far-Manguinhos que já era uma pessoa mais ou menos disso...

NB: Quem foi que dirigiu Bio-Manguinhos? O Akira?

VF: Bio-Manguinhos foi Akira porque não tinha nada. No início, Bio-Manguinhos ficou muito no ar, a coisa ficava meio solta. O Akira veio até que ele se formou em Manguinhos, começou a participar daquilo, levou algum tempo depois ele...

NB: Ele assumiu?

VF: Assumiu porque o Schatzmayr era um homem de pesquisa, ele me disse claramente: “Eu sou de pesquisa e não quero etc”. Bom, o Lobato então, como eu disse, era um vice-presidente e que me auxiliava nas coisas. Por exemplo, esse problema dos estagiários, eu dei a ele e eu achei que ele tinha toda a razão e acho ainda em dizer que no mínimo o sujeito deveria fazer um concurso interno. Se ele fez uma prova muito rigorosa, isso eu não sei, mas acho que pelo que eu li de algumas daquelas...

NB: Esse concurso era só interno?

VF: Interno, só para os tais estagiários que estavam lá, há n anos, desde Matusalém, estavam lá estagiando; tinha que fazer uma seleção, saber quem era quem.

NB: Por isso que deu confusão?

VF: A maior confusão porque disseram... acusaram o Lobato disso.

NB: Ele reprovou?

VF: Reprovou alguns, reprovou vários, aí foi um problema. Eu estava fora, estava no exterior quando voltei estava a maior encrenca. Disseram que ele exorbitou que ele fez, aconteceu, pá, pá, porque ele tomou o lugar do Presidente, que aquilo era uma bagunça. A imprensa, não é, consignava isso que ninguém sabia quem mandava em Manguinhos. Sabiam, quem mandava era eu mesmo.

NB: Saiu na imprensa?

VF: Saiu ih! Mas foi... não queria saber.

NB: É mesmo.

VF: Não queria saber, tinha gente lá muito bem situada. Além do que, havia muito pesquisador que passava a mão na cabeça. Sabe como é, o sujeito estava lá há não sei quantos anos. Era, na verdade, estagiário para cuidar do laboratório, você sabe disso, lavar o laboratório, fazer essas coisas. Não é estagiário. E eu acho que, talvez, alguns tinham razão; como não tinha pessoal, usava o estagiário e tirar estagiário para eles a esta altura era a morte. Alguns deve ter sido por isso e outros é porque ficaram com raiva porque realmente eram incapazes e talvez outros, porque o Lobato teria sido exagerado. Eu não sei, eu sei que eu não podia...

WH: Tinha um grupo grande de estagiários.

VF: Enorme, eu não disse? Eu fiz um levantamento, no início tinha 50 e tantos estagiários, esses estagiários passaram a ser mais de 100 era um negócio muito importante.

WH: Mais estagiário do que pesquisador?

VF: Tinha muito mais. Cada pesquisador tinha 8, 10 estagiários, era uma coisa imensa e muitos desses estagiários, como eu disse, não eram estagiários, eram serventes, e o pesquisador...

NB: Tinha o técnico de laboratório.

VF: Técnico de laboratório, exatamente técnico de laboratório, tinha um cursinho de Biologia feito lá em Niterói, Niterói não, lá em Nova Iguaçu, sei lá o que.

WH: Duque de Caxias.

VF: É, Duque de Caxias, essas coisas assim, feito a noite. Curso de Biologia é relativamente fácil, então ia para lá e arranjava um trabalhozinho; o pesquisador tinha uma verbinha. Bom, isso eu estou generalizando, não posso generalizar. Havia muita gente boa também e ficaram vários. Os que não ficaram foram os que criaram caso nesse negócio do...

NB: Saíram? Foram embora mesmo?

VF: Ah foram, foram embora muitos ficaram lá brigando, brigando, mas foram embora, mas aí foi como eu disse: o problema do Lobato me deu esse respaldo que eu não tinha, esse conhecimento. E foi através dele que começamos a discutir, a essa altura eu já estava bastante enfronhado nessas coisas de pesquisa biológica, enfim, médica, biomédica. Percebi que a gente não tinha nada em Virologia. O que a gente tinha na área de Imunologia? Na área Genética? Nada! Aí ele me aconselhou o Morel, me criando um dos casos terríveis que vocês já sabem. O Morel, nunca pensei que fosse criar o problema que criamos com o Serviço Nacional de Informações. O Morel não podia de jeito nenhum; e vários outros que ele indicou, mas o Lobato foi muito forte no caso do Morel, foi ele que... eu não conhecia o Morel, não sabia nem o que era e nós fizemos o laboratório...

WH: Ele conhecia o Morel da UnB?

VF: Ele conhecia da UnB, mas eu não conhecia, era outra área não era a minha. A essa altura nós tínhamos conseguido com o Charles Mérieux que era dono da fábrica de vacina de meningite, que tinha ganho, o que eu achava que era uma fortuna, 40 milhões de dólares. Eu aí eu consegui que ele fizesse uma doação para a Fundação que era essa fabricazinha de vacina. Não foi fácil porque ele não queria, ele queria ter o domínio da fábrica. Ele fazia aqui uma fábrica piloto dele. Isso foi uma briga minha com ele lá na França, na casa dele de campo, eu passei 5 dias...

NB: Essa negociação o senhor fez em função dos 40 milhões?

VF: Ah claro, é sem dúvida! Em função disso e em função do que ele esperava do Brasil.

NB: O que ele esperava?

VF: Ele esperava que a gente continuasse dando apoio para ele, para essas pesquisas de vacinas, para implantar a vacina de sarampo. Ele é um homem, vamos dizer assim, que não é propriamente um empresário, ele é um homem de pensamento idealista, o velho Charles Mérieux. Só que ele tem um filho que é terrível, o Allan Mérieux que é um homem de negócio e esse é que é fogo. Bom, mas enfim, o Mérieux é um homem visionário. Ele criou umas coisas lá na França, criou um instituto da infância, e eu participava como Presidente da Fundação e participava um homem do Irã, participava um canadense do Canadá francês e assim por diante. E aí ele deu o nome de países francófonos. Aí eu tive que ir para uma reunião disse: “Espera aí dr. Mérieux peço a palavra, antes de mais nada vamos tirar esse nome de francófonos que eu não sou!” Ele ficou espantado, para você ver como ele era um homem desses, não tinha a menor noção das coisas. Ele queria formar um grupo capaz de enfrentar - também um pouco quixotesco - as grandes multinacionais de vacina. Era um projeto extremamente ambicioso. Para isso, ele pensava que podia contar conosco, digo: “Tá bom, vamos ver o que pode dar”. O meu interesse era fazer do Brasil, também no Brasil, um núcleo de produção de vacinas como eu disse a vocês. Falei com ele para me dar uma unidade experimental onde a gente vai fazer as novas tecnologias de vacina, fermentação esse negócio todo. Depois dessa luta com ele, conseguimos. Porque não era com ele, era com o filho dele, o Allan Mérieux. Esse é um político, foi prefeito de Lyon agora, basta dizer isso.

NB: Ele transferiu a tecnologia?

VF: Transferiu, sem dúvida nenhuma!

NB: O senhor não pagou nada?

VF: Nada! Nem um tostão! Está lá em Manguinhos. Nada! O orçamento de Manguinhos e as contabilidades de Manguinhos estão abertas para quem quiser.

NB: Como é que o senhor fez isso?

VF: É muito simples, se ele tinha interesse em transferir para cá a fabricação de vacina de sarampo, pelo menos ele dizia, era do nosso maior interesse que isso saísse aqui no Brasil e não lá. Se ele queria dar esse apoio a uma pesquisa aqui com a constituição de uma unidade, uma *joint-venture*, isso vinha totalmente ao encontro do que eu pretendia. Dentro das coisas que eu fiz para o Ministro, quando saí de Manguinhos, estava a organização de uma empresa multinacional.

NB: SA, não é?

VF: É, SA, uma multinacional presidida por Manguinhos. Eu era ambicioso a esse ponto.

Essa empresa tinha que fazer vacina. Coincidia com tudo o que eu queria. Ele propôs uma série de coisas. Ele achava, e tinha razão, que a área de Virologia nossa era podre. Eu disse a ele: “Então você vai me dar os recursos para botar essa área de Virologia. Então você vai me dar um dinheiro que me permita contratar certas pessoas e pagar a eles fora do Brasil.” Consegui uma verba, foi com essa verba que nós trouxemos o Gelli Pereira que era um brasileiro que trabalhava em Londres, que já tinha saído há muito tempo. Morreu!

WH: Ele e a esposa dele?

VF: Ele e a esposa dele, também viróloga. Ele era considerado um grande virologista, inventou um negócio lá que tem o nome dele, um troço qualquer... uns bichinhos assim, eu sei lá o que ele fez mas era muito importante o Gelli. Foi através desse convênio com a Fundação Mérieux. Foi aí que eu descobri na França, com Mérieux, que Mérieux não era Mérieux, Mérieux era Rhône Poulenc e que Mérieux fazia vacina humana porque tinha por trás toda uma base de vacina veterinária que é o que dava dinheiro. Aí é que eu descobri, entenderam? Realmente, o que dá dinheiro? É vacina veterinária, vacina humana é um péssimo negócio, ninguém faz vacina humana sozinho. Porque, primeiro, quem compra é o governo e o governo é um muito mal comprador, você sabe disso não é?

NB: Compra, mas é mal pagador.

VF: É mal pagador, é mal comprador, discute... Para vender essa vacina de meningite, eu sabia que eu tinha discutido com ele para reduzir o preço, eu sabia, mas ninguém discute o preço de vacina veterinária porque um boi vale muito mais do que uma criança. Um boi vale 20 vezes mais do que uma criança. Uma criança pode morrer, não tem a menor importância e até bom que morra a criança porque diminui a população. Para que crescer criança? Mas o boi você paga 10. Vacina humana, você paga uma e ainda discute. Eu sabia porque eu discuti com eles o preço da vacina de meningite. Então descobrimos que, por trás dessa coisa toda, estava a vacina veterinária e que eles tinham no Brasil e tem até hoje uma enorme fábrica em Paulinia da Rhône Poulenc, com tecnologia Mérieux de vacina veterinária, de aftosa. Descobrimos isso tudo. Então eu disse a ele: “Olha, vamos partir daí para fazer um grande *joint-venture*. Nós entramos com o nome de Manguinhos o prestígio de Manguinhos, a tecnologia de Manguinhos entre aspas, pessoal de Manguinhos...”

WH: Recursos humanos.

VF: Recursos humanos de Manguinhos, o ambiente de Manguinhos e vocês entram com essas coisas todas”. Esse projeto foi adiante, foi adiante mesmo, porque quando chegamos a descobrir essa coisa toda que Mérieux não era Mérieux, era Rhône Poulenc, eu decidi ter um encontro direto com o Presidente da Rhône Poulenc na França e fui lá conversar com ele. Cheguei lá me apresentei ao homem, ele já estava me esperando me recebeu: “Como vai o senhor?”, em português e o homem conhecia o Brasil há não sei quantos

anos, tinha morado no Recife. Foi ótimo, foi um encontro fabuloso, o homem topou inteiramente o negócio, me deu total apoio. Aí a essa altura comecei a me apavorar: agora o negócio é para valer. A primeira coisa que eu fiz foi falar com o Veloso, digo: “Olha, quero a tecnologia”. Era BNDES, então disse: “Olha Veloso, o projeto é esse”. Fiz o projeto para ele: “Está aqui etc, etc. BNDES vai entrar com dinheiro. Marcos Viana, lá vai o Marcos Viana entrar no bolo”. O projeto chegou ao ponto de ser organizado como projeto. Então seria o seguinte: você teria a base de operações em Manguinhos, você teria o apoio do grupo de Paulinia que ia dar o apoio tecnológico etc, etc.

NB: Pessoal?

VF: Pessoal etc, e assim por diante, mas você tinha aqui em Manguinhos uma parte da produção de vacinas veterinárias. Aí o pessoal de Paulinia, o Berllotti e outros mais que depois participaram do governo - eu tenho o projeto deles aqui que é engraçadíssimo, está até rabiscado - aí eles começaram a ficar preocupados, com alguma razão, porque aí eles me disseram... Está escrito aqui, um deles em francês: (*lendo*) “Em 1979 muda o governo - interrogação - e aí?”. Aí é que eu vi realmente que eles tinham toda a razão: e o negócio de mudança de governo, como é que vai ser? Bom, mas fizemos o projeto.

NB: Quem garantiria?

VF: “Como é que você vai continuar com isso?” Foi a pergunta deles, mas é muito engraçado porque, eu vou mostrar depois para você.

NB: Depois o senhor me mostra.

VF: É, o projeto estava concebido assim, enfim, fizemos uma reunião global no Ministério do Planejamento, presidida pelo Veloso. A essa altura o dr. Paulo estava totalmente de acordo, porque para ele era interessante, para o Ministério da Saúde, e para a Fundação no meu entender era a melhor coisa que podia acontecer.

NB: Mas quem da Fundação entrou nisso?

VF: Ah, o Schatzmayr colaborou... Na verdade, não se chegou a minúcias porque o pessoal de Paulinia brecou a coisa. O Mérieux estava de acordo, mas o mais importante não era ele, o mais importante era a Rhône Poulenc, a presidência. Eu, ainda hoje, desconfio que aquilo foi uma atitude da Rhône Poulenc. Ele apoiou, me abraçou e mandou recado aqui, posso estar dizendo uma besteira, pode ser até que não.

NB: É estranho que o senhor tenha tratado com ele e depois os caras tenham recuado.

VF: Não, mas veja só: eles recuaram mas ao mesmo tempo não recuaram. A coisa ficou no ar, ficou de se fazer um projeto e para tal era preciso que Paulinia topasse, aí Paulinia começou a recuar.

NB: Quem forneceria recursos humanos e tecnologia?

VF: Eram eles.

NB: O senhor não poderia fazer isso sozinho?

VF: Não, não poderia isso.

NB: O senhor não tinham nem recursos.

VF: Eu só falava da besteira de ter aquela unidadezinha de meningite, não era nada. Era um blefe, realmente eu estava blefando, mas eu não estava só blefando eu estava baseado numa linha de pensamento que o Mérieux adotava. Quer dizer, ao Mérieux interessava vacinas humanas porque ele era antes de mais nada um idealista. O pai dele foi que fez a Fundação Mérieux, ele não era um homem de negócios propriamente. O filho sim, o filho é que era, mas não ele. Ele vivia dessa coisa de vacinação de criança e aquela coisa ...porque ele era contra a vacina do Salk por isso, por aquilo, Sabin, a vacina Sabin...

NB: Manguinhos produziria as vacinas veterinárias e as vacinas humanas?

VF: Não, entrava a vacina humana nisso, nesse contexto. É claro, era para isso!

NB: E a veterinária?

VF: A veterinária era para fora e as humanas a gente vendia para o governo brasileiro mas o governo, eu já sabia, que era mal pagador. Eu mesmo era mal pagador.

NB: Mas quem sustentaria isso?

VF: Era a veterinária, que seria isso. A ideia era essa, porque eu tinha o projeto.

NB: O senhor tinha de ter recursos de algum lugar.

VF: Instituto de veterinária... Ah está aqui a coisa do Instituto de Veterinária Rhône-Mérieux. O relatório, tem o relatório e tal, o Romano, o Hunger... A coisa deu panos para mangas. Mas nós tínhamos aí o esquema e tinha a dimensão toda de quanto... alguns milhões de dólares, o BNDES, BNDE na época, ia colaborar com não sei quanto... Mas eu tive também uma bobagem minha, que foi realmente um erro meu: eu queria ter um certo controle acionário, quer dizer, a Fundação teria um certo controle e aí eles não deixaram. Depois eu abdiquei do controle total e aceitei que teríamos 30%, mas eu não tinha dinheiro para bancar 30%. Eu acho que nós avaliamos demais o nosso prestígio, eu blefei nesse particular e eles recusaram.

NB: O senhor jogou pôquer?

VF: Joguei pôquer porque eu achava que tinha alguns trunfos muito bons. Um desses trunfos também era a Fundação Pasteur porque a essa altura o Instituto Pasteur estava em grande namoro conosco. O presidente já tinha vido aqui, a gente inaugurou aquela praça ao lado do Castelinho que se chama Luiz Pasteur, não sei se já tiraram o nome, mas

inaugurei com o pessoal todinho do Instituto Pasteur, aquela coisa e eles tinham apoio. O Instituto Pasteur era muito importante nesse negócio, porque o Pasteur estava namorando com o Rhône Poulenc para fazer a junção com Mérieux, que fez, terminou fazendo. Hoje a Pasteur Produção...

NB: Pasteur Produção?

VF: Pasteur Produção tem toda essa coisa, é o grande órgão de produção de biológicos na França. Aliás, um dos meus modelos foi Pasteur e o François Grou que conversou longamente comigo uma vez, a gente almoçando, tomando um pouco de uísque e ele mostrando como foi o problema deles. Muito sério, como nós tivemos aqui em Manguinhos... Pasteur esteve a ponto de fechar, foi uma coisa muito séria, uma crise gravíssima. Para sobreviver, eles tiveram que vender patrimônio, me disse venderam partes, pedaços e pedaços de patrimônio em Paris e fora de Paris. Até que tiveram a ideia de fazer Pasteur Produção e transformar Pasteur Produção numa empresa mista, à qual se incorporou Rhône Poulenc etc. Quer dizer, o modelo que eu tinha para cá não era tão absurdo porque...

NB: É o que sustenta a pesquisa do Pasteur.

VF: O que sustenta a pesquisa de Pasteur, exatamente e foi aos poucos juntando, não é? Quer dizer, nós tínhamos isso, essa entidade, essa empresa e aos poucos ia absorvendo outras coisa. Você tem no Brasil muita gente que produz vacina em pequenas quantidades e que tem boas coisas. Ia juntando, Vital Brasil de repente ia passar para cá e é uma boa instituição. Você ia aos poucos... Você não precisa fisicamente juntar nada. Eu não queria juntar em Manguinhos nada. Manguinhos ia ser o coordenador, a *holding*. Isso na cabeça de alguns de lá era um absurdo, eu estava dizendo uma heresia: “Que horror! E a pesquisa pura? E a ciência?” Eu estava iconoclasta, acabando com Manguinhos. Infelizmente, não foi adiante esse projeto por esses motivos. Bom, não sei se foi só por esse motivo, eu sei que o pessoal de Paulinia, o pessoal da Rhône Poulenc no Brasil ficou muito reticente e eles talvez tivessem razão porque disseram: “Bom, pelo menos nós temos que ter uma direção, um diretor na empresa. Nós não podemos ficar a reboque.”

Aí a discussão de como é que vai ser a Presidência, como é que vai funcionar e pá, pá, pá, a coisa pegou e sobretudo o ponto nevrálgico foi esse negócio da mudança de governo, muda o governo e aí? Uma das razões pelas quais eu pensei, concebi todo um processo, que passei para o Ministro que vou ler para vocês, de autonomia quase total de Manguinhos como pesquisa, como ensino e como tudo. Tirar da esfera governamental, dar quase um estatuto da Universidade para valer, que eu passei para o Ministro. Outra área importante e outro projeto importante que também eu levei e que não deu certo - e esse daí foi uma coisa muito dura, muito dura mesmo - foi o problema da doença de Chagas, com uma possível *joint-venture* com um grupo alemão. Esse daí deu panos para mangas também, porque os pesquisadores brasileiros acharam que eu estava querendo entregar a pesquisa brasileira aos alemães.

WH: Instituto Bhering, não é?

VF: É, Instituto Bhering que participa do Hoerst, que é um empório fabuloso na Alemanha; tem dinheiro, tem recurso, tem tudo! Acontece que, não sei porque motivo, eu soube que o Bhering estava fazendo uma vacina para doença de Chagas. E como eles estavam fazendo uma vacina e a gente aqui pensava que podia fazer também, tinha várias pessoas pensando nisso, eu disse: “Porque a gente não junta as coisas”. Eu sei que foi gente de Bhering que me trouxe as ideias, dizendo: “Olha, nós estamos fazendo isso lá em Marburg, e tal.” Provavelmente eles já estavam interessados em algum apoio da Fundação, isso foi já no final da minha gestão, uma das últimas coisas minhas. A essa altura, a Fundação já estava sendo acreditada, se não tivesse eles não teriam feito isto. Eu sei que nós fizemos o seguinte: reunimos todos os pesquisadores brasileiros que eu conhecia que mexendo com doença de Chagas, sobretudo com vacina, fizemos uma grande reunião aqui em Mangueiras com todos eles. Inclusive....

NB: [Zigman] Brenner?

VF: Brenner, é claro! Mas os outros também. Não só da Fundação, como de fora da Fundação: São Paulo, Minas Gerais, toda essa gente. Começamos a descobrir que tinha gente à beça trabalhando nisso e gente querendo fazer a vacina, Aluísio Prata que foi o mais forte crítico do projeto e assim por diante.

NB: O senhor conhecia ele?

VF: Conhecia, através disso, dessa briga. Não foi briga, eu não sabia nem que era uma briga. Bom, a realidade é a seguinte: depois dessa discussão, eu falei com o presidente da instituição, a minha ideia é que a instituição tenha um compromisso fortíssimo com a doença de Chagas. Eu acho que o Brasil tem o maior compromisso, sobretudo essa instituição, de onde o único projeto brasileiro - me dizia o Lobato - citado, o único artigo das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz citado no mundo, é esse trabalho do Carlos Chagas. É o único nas revistas científicas como *Nature*, *Science* etc, é o único, tão importante foi a coisa. Realmente o caso único na pesquisa, um homem descobrir vetor, é... pá, pá, pá, o próprio agente, a etiologia, tudo isso ele descobriu. Só não descobriu como conter isso, quer dizer, do ponto de vista biológico. Eu achava que nós tínhamos um compromisso muito grande com isso e que a Fundação teria que dar total apoio a isso.

NB: Só uma pergunta, como é que o senhor chegou ao contato do Bhering? Como é que foi esse contato?

VF: Eu tenho a impressão que foi pessoal dele aqui no Brasil.

NB: Que lhe procuram?

VF: Que procurou, eles trabalhavam, não sei se ainda trabalham em Teresópolis e eles tinham evidentemente contato com os nossos pesquisadores, com alguns.

NB: Por que isso?

VF: Porque eles mandavam para cá para fazer as experiências, inclusive o Aluísio Prata que fez experiências com a vacina, que depois ele disse que não estava dando certo.

NB: Experiência humana?

VF: Não, com cachorro não chegou a humana, parece que alguns, eu não sei. Bom, eu fui a Alemanha para conhecer de perto...

NB: Mas e a reunião? O senhor estava na reunião...

VF: A reunião, bom, isso é que é o pior.

NB: O senhor expôs...

VF: Expus o projeto e houve uma certa aceitação, muita gente me disse como o Brenner, o Sherlock e outras...

NB: Não, mas me fale do projeto.

VF: O projeto era fazer um convênio com o Instituto Bhering e portanto com Hoerst, mas sobretudo com o Bhering para um trabalho em conjunto. Aquilo que eles estavam fazendo em Marburg, seria feito aqui em Manguinhos, no Brasil mas em Manguinhos. Já tinha até o local. Porque a Alemanha tinha nos dado, também, o apoio do Instituto Bernard Knorr que foi quem forneceu esse microscópio eletrônico que está aí em Manguinhos. Eu acho que ainda está, não pode ter desaparecido. Manguinhos não tinha microscopia eletrônica que é fundamental para a pesquisa, e foi o Bernard Knorr que promoveu isso aqui. Nós estávamos com um certo namoro com a Alemanha porque eu achava que se tinha um namoro com a França, tinha que ter a Alemanha entende, para equilibrar as coisas. Aí eu fui convidado pelo governo alemão para uma visita à Alemanha. Fui ao Max Plank, fui ao Bhering, ao Bernard Knorr em Hamburgo. Percorremos a Alemanha nesses institutos, sobretudo o Max Plank, que era muito importante, já que eu queria fazer um convênio com ele. E foi aí que eu vi uma coisa importantíssima: o que é pesquisa! Porque aqui diziam: “Pesquisa é tal...” Pesquisa do Max Plank que é um instituto 500 vezes superior ao Oswaldo Cruz, você não publica um trabalho sem passar primeiro pela... Digamos, você primeiro oferece seu trabalho, se você é pago pela Max Plank, à Comissão e essa Comissão julga se aquilo é publicável ou não. Se aquilo for de interesse da Alemanha, da indústria e da pesquisa e da universidade não sai publicado, só sai daqui a três meses. Então, é assim, essa liberdade científica é uma mentira. Grandes países não divulgam! Eu sei disso porque eu depois, na OCDE, tirei a limpo tudo isso. Ninguém diz! Tecnologia é segredo! Ninguém dá de graça a ninguém. Por isso é que eles são fortes e nós somos a porcaria que somos. Bom então... desculpe... Até hoje eu me exalto com um negócio desses, porque até hoje essa mentalidade persiste nesse nosso país: “Você não pode, porque a liberdade científica... Você tem que divulgar e tal”. Bom então havia...

NB: ...a reunião.

VF: A reunião foi isso, quer dizer...

NB: Aceitaram?

VF: Aceitaram e ...

NB: Por que foi a briga?

VF: Não, aí a briga... Eu fui para a Alemanha, eu fui viajar e quando eu voltei houve uma famosa reunião. Na verdade o que acontece é o seguinte: eu era homem do governo militar e não sabia, pensava... mas havia uma sociedade, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

NB: SBPC.

VF: ...SBPC, que era um órgão de contestação política, e pegava-se em tudo para fazer essa contestação. E aí quando eu cheguei aqui eles fizeram uma reunião em Caxambu, essa famosa reunião deles anual, e lá aí desancaram o projeto, que eu era um entreguista, que queria passar toda a ciência nacional...

NB: Quando foi isso?

VF: Eu tenho o recorte do jornal, eu vou ler a vocês porque isso é muito importante, faço questão.

NB: É, mas depois a gente dá uma olhada. Vamos terminar esse assunto que está interessante.

VF: Bom aí na realidade o que houve foi isso o que é que eles tinham?

NB: Disseram que o senhor era entreguista?

VF: É, que eu estava entregando a ciência nacional que eu... que aquilo era uma grande besteira.

NB: Quem assina isso?

VF: A Sociedade Brasileira, não sei, era anônimo o negócio. Aí eu fiquei exaltado também, fiz uma besteira, e dei uma entrevista ao Estado de São Paulo. Realmente foi uma entrevista muito dura que eu vou ler para vocês. Na verdade, o repórter usou de expressões que eu não usei, mas eu devia ser mais comedido, fui muito duro.

NB: O senhor conhece o repórter, o senhor sabe como é repórter?

VF: É, eu fiz besteira.

NB: O senhor foi jornalista.

VF: Realmente eu fiz um negócio duro. Eu estava com raiva, porque eu achei o seguinte: eles deviam ter sido francos comigo na reunião e deviam ter dito: “Olha Presidente, esse assunto é melhor a gente parar porque isso, aquilo, aquilo outro, isso é um assunto chato”. Mas não, estava todo mundo de acordo, pelo menos em princípio. E eu não queria nada, eu queria trazer para cá pra Manguinhos o trabalho que eles faziam em Marburg. Eles estavam de acordo! Isso é que é o pior! Eles estavam de acordo, eles traziam para cá o material deles porque aqui é que tinha o ambiente de trabalho pra eles, era aqui! Eles usavam esse ambiente, eles usavam os nossos pesquisadores que tinham ligações diretas com eles e *pour cause*, alguns era por isso...

Fita 9 – Lado B

VF: ... depois é que eu soube. Então, eu dei uma entrevista que foi muito chata.

NB: Ao Estado de São Paulo. Qual foi a acusação deles lá em Caxambu? O senhor não tem um recorte aí de Caxambu?

VF: Tem, é esse aqui.

NB: Da SBPC? E diz o que mais ou menos?

VF: Bom começa - a reportagem é enorme - começa mostrando o que é que eu falei. Eu disse assim: (*lendo*) “Impressionado com uma notícia lida nos jornais há dois anos - não sei realmente - anunciando que o Instituto Bhering pesquisava o preventivo da doença, Vinícius Fonseca voou para a Alemanha Federal, se inteirou das pesquisas, convenceu os alemães a firmarem um convênio de cooperação com a Fiocruz e voltou para o Brasil com a ideia. Os brasileiros entrariam com o respaldo científico e os outros com a tecnologia. Os alemães imediatamente aceitaram” e etc, etc, etc. Bom, não tem pragmatismo... Aí vieram: “Enquanto isso, Vinícius Fonseca prepara até uma minuta de convênio”. Porque nós chegamos a fazer o convênio, com o apoio nesse pessoal todo.

NB: A partir da reunião?

VF: Da reunião, eu tinha sinal aberto!NB: Você estava respaldado?

VF: Eu pensava que estava respaldado, pensava.

NB: Sei.

VF: ...por isso que eu lhe disse.“Hoje, ele diz conhecer esses pesquisadores. Os cientistas brasileiros acabaram rechaçando a ideia”, diz o jornal. “Hoje ele - sou eu - diz conhecer esses pesquisadores - aí, entra aspas, seriam expressões minhas - não tem pragmatismo científico, não sabem ou não querem trabalhar em equipe, são os falsos nacionalistas impregnados de vaidades tolas”. Eu fui duro, não é? Não disse assim, mas disse praticamente assim: “A impressão que me deram é que preferem trabalhar

individualmente para não dividir a glória de uma possível descoberta com ninguém. Hoje não se trabalha isoladamente! Até o prêmio Nobel, almejado por muitos daqui, é agora dado a equipes. Além disso, sem o respaldo tecnológico e financeiro que só um instituto financeiro pode dar, jamais descobriremos nada. Ministro Fonseca notou certo receio entre os cientistas, estes viam com desconfiança o vultoso investimento exigido pelo projeto e os objetivos lucrativos que imaginavam por trás dele”. Eram contra lucro, a Fundação não pode ter lucro. “Bom, então disse a eles que o instituto alemão estava correto em faturar em cima do que pretendia fazer, nós faríamos o mesmo - eu disse - se fizéssemos a vacina, venderíamos para o governo. A Fiocruz cobra os serviços que presta, se não fosse assim ela ainda continuaria falida como era.” Aí foi a coisa...

NB: Isso é Estado de São Paulo?

VF: É, Estado de São Paulo.

NB: Qual é a data por favor, não tem aqui?

VF: 03 de dezembro de 78, foi uma das últimas coisas minhas lá.

NB: Ainda tem alguma coisa aqui.

VF: É, continua porque foi isso tudo.

NB: Ah é a matéria.

VF: Aí vem: “O professor Aluísio Prata não está nem um pouco otimista, os primeiros resultados do teste que ele fez com a vacina da Hoerst não são promissores. Prata acredita que essa tendência será mantida quando todas as análises de material colhido estiverem prontas e só assim se chegará a uma conclusão sobre os resultados”. O que me espantou do Prata é que ele tenha dito isso mas não queria que se fizesse aqui. O que eu estava propondo não era aceitar uma vacina que nem existia. Eu estava propondo trazer para Manguinhos sob nosso controle, uma pesquisa que eles estavam fazendo em Marburg, na Alemanha. E eles estavam dispostos a trazer tudo isso para aqui e por quê? Por que eles são bonitos? Não! Por que nós somos lindos? Não, porque aqui está o ambiente de trabalho deles, aqui estavam os doentes, aqui estava... Eles sabiam que entre trabalhar com o pesquisador isolado, fazer coisas assim através de A e B, que é difícil, e trazer para o centro de um Instituto de prestígio como era o Instituto, como é ainda, era muito melhor para eles. Eles estavam fazendo um trabalho sério, pelo menos eu constatei.

NB: E viriam uma equipe de alemães?

VF: Viria uma equipe com equipamento, com equipamento! O equipamento que estava lá, que eu vi, viria para cá, e os nossos pesquisadores, cada um fazendo no seu quintal, trabalhavam sem nada, não tinham apoio. A Fundação não tinha nada para isso, não dispunha de nada. Se a gente não sabia fazer uma vacina anti-bacteriológica, quanto mais um negócio desses. Quer dizer, o que me espantou foi isso: uma acusação assim de

perfídia, pura perfídia, numa reunião que não tinha nada que ver com isso. Depois de uma reunião em Manguinhos em que todos, aparentemente, estavam de acordo, contrariando uma coisa que já estava mais ou menos acertada com o pessoal da Alemanha, que era trazer para controle nosso, brasileiro, sob o controle deles, pesquisadores da doença de Chagas, um trabalho que estava sendo feito no estrangeiro. Isso é que me espantou.

NB: Deixa eu lhe fazer uma pergunta, o senhor sabia, na época, que vários desses pesquisadores tinham relações com esse trabalho?

VF: Não, eu não sabia, não tinha a menor ideia, realmente não sabia vim a saber depois.

NB: Eles individualmente tinham relações com a Hoerst, por exemplo.

VF: Pois é, eu depois soube que alguns deles tinham relações diretas com a Hoerst. Aliás o Aluísio Prata, nesse trabalho, aqui nessa pesquisa, ele diz que recebeu vacina da Hoerst para aplicar e diz que aplicou em cães. Eu acho que... veja só, a minha reação foi muito dura, eu reconheço hoje, que eu fui, de fato, muito duro. Não devia ter dito isso, talvez generalizando. Tanto assim que provocou uma nota do Conselho Técnico Científico da Fundação, dizendo que não foi assim bem o que eu disse, eu estava no exterior. Bom, mas o que me deu raiva, vamos dizer, indignação, foi com a perfídia. Você fazer uma reunião, eu não fiz por trás de ninguém e quem era eu para fazer um acordo com Hoerst ou com quem for sobre um negócio que eu entendo nada? Não podia, eu só podia fazer isso com o apoio de pessoal de pesquisa, não é, era a única razão de ser. E todos eles que estão citados aqui participaram dessa reunião, inclusive Aluísio Prata. Porque depois fizeram isso é que eu não sei. O Aluísio Prata por exemplo: se ele estava experimentando essa vacina em Brasília, por que ele era contra fazer esse negócio aqui e queria que isso viesse da Alemanha? Isso eu também não sei. Por que o relacionamento deveria ser com o pesquisador individual? Por quê? Isso é que eu me perguntei. Será que era mais vantajoso para a ciência o contato individual? Mas eles não eram individuais, eles lá eram uma instituição, Instituto Bhering era uma instituição e é uma instituição.

Eu não me dirigi ao dr. Aluísio Prata de lá, nem ao dr. Brenner de lá. Eu me dirigi a um Presidente da Bhering e da Hoerst. Eu tive contato com a direção de uma empresa, portanto, era um negócio institucional não era individual. Evidentemente que eles tinham gente lá, mas eu não tinha o menor intuito, não tinha o menor sentido eu me dirigir ao dr. Herman não sei de que, que era o autor da... não tinha sentido isso.

O que eles viram na Alemanha era o fato de ter aqui o apoio de uma instituição de prestígio e não o apoio de pesquisadores isolados. Eu quero deixar claro o seguinte: realmente foi uma coisa muito estranha essa reação e foi, além de estranha para mim, foi muito dura porque realmente não esperava uma reação tão violenta, violenta e ao mesmo tempo pífida porque foi pelas costas. Ninguém assumiu diretamente a coisa, ninguém tomou, digamos, a paternidade de me confrontar ou confrontar um projeto. Estava em jogo um projeto. Você discute um projeto com ideias e não dizendo por trás que eu quero entregar... Inclusive, até de uma forma contraditória porque, ao mesmo tempo, eles acusavam de entregar e acusavam de ser também de: “Esse convênio pode

ser uma maneira de eles conseguirem maior penetração no Brasil”. Como se isso fosse uma coisa ruim. Eles disseram: “O pesquisador Klotzel, especialista em imunologia do *trypanosoma*, apesar de não se considerar entendedor das estratégias empresariais, acha que pode ser financeiramente interessante descobrir e posteriormente produzir a vacina.” E concluiu: “Vacina de Hoerst, por outro lado, chegou até a entusiasmar o Ministro da Saúde - porque o Ministro sabia, é claro, por que eu mostrei tudo isso a ele - em fevereiro deste ano ao falar do convênio, Machado diz que os entendimentos etc...”

Enfim, são dois projetos importantes que, infelizmente, não realizei na minha gestão. Acredito que esse assunto Hoerst parou. Acredito, mesmo com a minha experiência de hoje nessa área biológica, que uma vacina de doença parasitária é muito difícil. Acredito também que é mais fácil você combater Chagas, a doença de Chagas, com projeto de habitação. A doença de Chagas é uma doença da miséria e tal mas é como eu disse aqui no início aqui a vocês: se a gente pensa que tudo se combate com o desenvolvimento então a gente não faz mais nada cai naquela atitude do Mário Magalhães da Silveira, você primeiro desenvolve para depois você enfrentar os problemas de saúde, aí você não faz nada, realmente.

NB: Eu queria deixar gravado: o senhor falou sobre uma cidade ou é um local na Alemanha?

VF: Marburg é uma cidade. O grupo Hoerst que tem uma potência lá, têm várias entidades, em Marburg fica o Instituto Bhering que se ocupa basicamente de biológicos. É como se fosse o nosso Bio-Manguinhos.

NB: Pesquisa, não é?

VF: Pesquisa nessa área.

NB: Pesquisa ligada diretamente...

VF: Sim, pesquisa com esse objetivo, mas evidentemente que para fazer isso eles têm outras coisas. Por isso que eles se apoiavam, não sei se ainda, nos brasileiros porque eles não tem evidentemente doença de Chagas lá, eles precisam de alguma coisa aqui.

WH: Mas por que o interesse deles?

VF: Porque... como é que eles têm interesse em fazer vacina contra a AIDS? Se o Brasil tinha 10 milhões de chagásicos como diziam...

NB: A América Latina inteira tem Chagas.

VF: A América Latina fazer uma vacina e vender não é um bom negócio?

NB: É.

VF: Como eu disse aqui é para vender!

Quinta Entrevista

Data: 04/10/1995

Fita 10 – Lado A

WH: Na última entrevista, nós falamos um pouco sobre Manguinhos. O senhor contou para nós sobre o Instituto Mérieux, os contatos que o senhor teve lá, com a Alemanha, e a gente queria que o senhor falasse um pouco mais de Bio-Manguinhos. Como é que ficou? Como é que se estruturou aquilo? O que passou a fazer parte de Bio-Manguinhos?

VF: Vamos ver se eu resumo de uma forma mais compreensível. Bio-Manguinhos foi o nome que nós demos, como eu expliquei, para caracterizar uma área de produção de biológicos, e a outra área seria de fármacos. O antigo IPROMED, Instituto de Produção de Medicamentos, ficaria, portanto, dividido.

WH: Não existiu mais?

VF: Não, ele desapareceu. O IPROMED acabou. Como unidade na Fundação, ele se acabou. Ele foi substituído por essas duas áreas. Mesmo porque, até fisicamente, havia uma distinção. Não só fisicamente como também pessoal. Era outro tipo de gente. Era outro tipo de equipamento. Tudo diferente. Bio-Manguinhos era o que tinha, digamos, maior presença na instituição, porque produzia, como eu disse, várias vacinas. Na realidade, Bio-Manguinhos não existia como unidade física, porque as vacinas diferenciadas como cólera e pertussis, aquela que eu falei antes...

WH: Herpes?

VF: ... herpes, etc, gripe, eram produzidas no nível de laboratórios de pesquisadores. Na realidade, eram produtos de pesquisadores do IOC, do antigo IOC, que pertenciam ao IOC. Quando criaram a Fundação - a Fiocruz, a Fundação Oswaldo Cruz - criaram artificialmente, ou pelo menos nominalmente; o IPROMED, para justificar esse tipo de atividade de produção, que havia realmente mas era feita anteriormente no nível do IOC. Não sei se estou me explicando bem. Era o IOC que fazia isso.

WH: Eram pesquisadores que faziam... VF: Eram pesquisadores que faziam.

WH: Pesquisadores do IOC que continuavam alocados lá.

VF: ... que continuavam no IOC. O nome de IPROMED apenas existia como nome. Esse é que foi...

NB: Nome fantasia. Ficção.

VF: É, porque não havia uma realidade institucionalizada como IPROMED. Na realidade não havia. Era como o Lacorte, que fazia aquela vacina de gripe, como o nosso Estácio Monteiro que fazia para herpes, e como outros, que eram pesquisadores do IOC, que

tinham essa coisa. A única área que existia como produção mesmo definida, com pessoas ligadas, era a área que se dizia do Rockefeller, Pavilhão Rockefeller.

NB: Febre amarela.

VF: Febre amarela. Aí era o Pavilhão Rockefeller com o pavilhão ao lado. Como é o nome daquele pavilhão que era um acréscimo? Tinha o Rockefeller, que é o mais antigo. Tem ao lado um grande, com um auditório grande, que eu já esqueci os nomes. Aliás, não tinha nomes. Nós demos nomes.

WH: É um prédio que está meio abandonado agora, ele tem um problema de estrutura.

VF: Bom, enfim, aquela era uma área que estava - isso é um ponto até muito interessante que eu quero me referir, a respeito dos problemas físicos de Manguinhos - mais ou menos definida, porque tinha o Pavilhão Rockefeller e tinha esse ao lado. E aí era uma coisa...

WH: Mais pra lá é o Hospital Evandro Chagas.

VF: Bem depois.

NB: Para frente.

VF: Mais para frente, mais para o centro do campus. Mas, enfim, podia se delimitar, se quisermos, uma área física de Bio-Manguinhos, em que aquilo estava delimitado. Então havia certas instalações, inclusive fabricação de vacina, essa de febre amarela. Eu já disse que a febre amarela era a única que subsistia em termos de produção real e efetiva, porque era um compromisso do Brasil. E esse compromisso foi mantido, mesmo durante o declínio de Manguinhos, do IOC, foi mantido. Eu tenho a impressão que nunca houve uma queda total da produção, apesar dos problemas todos, das dificuldades, parece que se manteve esse compromisso através dos anos.

Bom, então a base para essa atividade nova, atividade nova, não, desculpe, essa atividade que caracterizamos como unidade de trabalho, tinha que ser ali. Bom, como já existia um determinado equipamento e como a atividade da vacina anti-amarílica existia também, quer dizer, existia uma produção, existia um estoque, e que passou a ser o núcleo. Mas o que acontece é que esse núcleo se baseava num processo produtivo antiquado, segundo eu pude perceber depois dos meus assessores, das pessoas a quem eu consultei. E o objetivo maior não era produzir febre amarela, era sair para outro tipo de vacina.

O que nós tivemos como intenção foi o seguinte: aproveitar o problema da meningite, que obrigou o país a fazer uma importação elevada de vacina estrangeira, o país sempre importou vacina de outro tipo, mas essa era uma vacina nova, que nunca se cogitou no Brasil, não se pensava sequer em usar vacina de meningite. Mas houve aquele surto, foi um problema muito sério, um problema que realmente provocou, no governo, uma celeuma, uma atitude de apreensão séria.

A gente não se dá conta, mas se você percorre os jornais da época, você vai ver que foi uma coisa dramática. Porque uma coisa é sarampo, que todo mundo acha que é uma bobagem, todo mundo convive com o sarampo, com coqueluche. Mas a meningite era uma coisa terrível. Então as famílias ficavam apavoradas. Você não tinha como, não tinha recursos. Então foi uma coisa muito séria. Provocou aquilo. Nós aproveitamos a vacina de meningite para dizer: vamos partir daí para um núcleo de produção de transformação tecnológica. Daí eu disse da outra vez, termos entrado em contato com o grupo de Mérieux, sobretudo com o dr. Charles Mérieux, que era o homem que estava mais voltado para essa coisa de vacina, etc, não tinha uma visão muito comercial ou exclusivamente comercial, e propor a ele que, por conta de tudo que ele tinha auferido, digamos, porque, evidentemente, que ele vendeu as vacinas, teve lucro.

Por conta disso e por conta de uma ideia que ele tinha de fazer um acordo conosco, com o Brasil, e aí no caso, seria com Manguinhos, porque eu já estava lá, e o dr. Paulo queria que fosse Manguinhos, um acordo para produção de outros tipos de vacinas, sobretudo a vacina de sarampo, aí aproveitávamos essa oportunidade para instalar no Brasil um núcleo de produção de vacina de meningite. Porque a ideia era a seguinte, e isso se comprovou, que a meningite não iria se esgotar em um ano. Era preciso manter uma produção, alguma produção, mesmo para casos que até hoje existe, eu não sei se continuam produzindo em Manguinhos. Mas, enfim, provou-se que de vez em quando há um surto de meningite e a gente teria um estoque. Para não ter que estar importando vacina e, sobretudo, era minha ideia, para aproveitar a oportunidade, induzi-lo a nos dar um apoio real nessa coisa, visando uma coisa maior no futuro. Eu fiz com que ele nos doasse aquela instalação de Manguinhos, que eles chamavam de usina piloto, unidade piloto de produção de vacinas anti-meningocócicas. Porque, desta forma, essa vacina já seria produzida com uma tecnologia nova.

Essa tecnologia nova exigia gente nova, porque as pessoas que haviam lá não estavam muito identificadas com esse tipo de produção. Depois é que nós descobrimos, por exemplo, pessoas como o dr. José Fonseca da Cunha, mas o Fonseca da Cunha era uma pessoa que, na minha época, ele trabalhava, sobretudo, em Niterói. Como é o nome? Vital Brasil. Ele era o homem chave do Vital Brasil.

WH: Ataulfo de Paiva?

VF: Desculpe. Ataulfo.

NB: Da Fundação Ataulfo de Paiva que trabalha com...

WH: BCG, tuberculose.

VF: BCG. Tuberculose. E ele estava em Manguinhos, mas ele, praticamente, estava afastado. Quer dizer, ele não tinha muita atividade em Manguinhos. Acredito que houve problemas políticos. Mas eu não sei bem. Eu vim a descobri-lo algum tempo depois.

NB: O senhor sabe que ele foi chefe de gabinete...

VF: Do Rocha Lagoa.

NB: No Ministério.

VF: É. No Ministério. Mas, enfim, faltava a Manguinhos, na minha época, pelo menos eu não conhecia, gente que fosse capaz de assumir uma coisa dessa. Por isso é que, visando sobretudo ao sarampo e ao desenvolvimento da linha virológica, falamos com Schatzmayr, porque era o homem da virologia na Fundação. Como eu disse, o setor de virologia era muito pequeno; não tinha quase ninguém. A pesquisa na Fundação era muito mais para as doenças de parasitas. E o Schatzmayr nos indicou uma pessoa que estava fazendo, não me lembro bem onde é que ele estava, o Akira Homma mas ele estava fora do Brasil. Mas era uma pessoa indicada por ele, daí nós chamarmos o Akira para Manguinhos. Bom, coincidiu então que em 1976, etc, os franceses, o dr. Mérieux concordou finalmente em instalar em Manguinhos essa unidade de produção, que seria uma unidade piloto. O nome estava indicando, piloto no sentido bem francês. Na verdade, a ideia era transformar aquilo em uma unidade de aprendizagem, de novas tecnologias, para produzir, deixar, manter uma pequena produção ou a produção que fosse necessária para meningite, e para partir para outros tipos. Aí, por exemplo, essa tecnologia permitia se usar a vacina de sarampo.

NB: Com a mesma tecnologia da meningite?

VF: Da meningite e de outras que eles tinham lá.

NB: Ele aproveitava os equipamentos...

VF: Os equipamentos e sobretudo o conhecimento, a maneira, o *know how* para fazer. Por isso é que no convênio que fizemos com o Mérieux, foi prevista a permanência de uma equipe dele que ficou aqui durante um período, vários meses, para instalar a unidade e para formar os brasileiros. Aconteceu, claro. Por isso que ele funciona. Eu acho que ainda funciona a unidade lá. E a essa altura chegou o Akira, e o Akira] ficou...

NB: Foi preciso contratar gente?

VF: Ah, sim, foi preciso contratar brasileiros para isso, porque havia...

NB: Aí você chamou uma equipe?

VF: O Akira realmente chamou gente. Não sei. Porque realmente, apesar de eu ser tido como centralizador, o Akira era o homem da área. Então ele ia chamar quem ele queria, quem era preciso.

NB: O senhor teve que conseguir financiamento para isso ou o Mérieux bancava inclusive...

VF: Não, o Mérieux não bancou a nossa parte de jeito nenhum. Ele bancou a instalação. Nós conseguimos... eu vou falar sobre recurso daqui a pouco. Posso falar agora...

NB: Isso é uma coisa importante , o senhor consegue um convênio...

VF: ... e não tem dinheiro para fazer cumprir. Pois é. Por isso é que não podia. Quando eu assumi Manguinhos, agora voltando a esse assunto ou falando sobre esse assunto de recurso, quando assumi Manguinhos, o orçamento era de 150 milhões de cruzeiros, isso em termos de moeda da época. Eu não me lembro agora. Uma pena que eu não tenha isso em dólar. Uma pena. Eu vou transformar isso em dólar, permutar os dados, depois a gente vê isso. A média do orçamento era de 150 milhões. E era impossível fazer alguma coisa com esse recurso. E eu consegui imediatamente, em 75...

NB: Esse era o orçamento do Ministério da Saúde?

VF: Era do Ministério da Saúde.

NB: Só tinha isso?

VF: Só tinha o Ministério da Saúde. Não havia outra fonte. Havia venda eventual da vacina de febre amarela, mas que entrava no orçamento do Ministério, que era um negócio maluco. Porque fizeram uma Fundação, mas nem assim era possível. Não tinha autonomia, não.

WH: Uma das justificativas para criar a Fundação era essa autonomia e essa possibilidade dos recursos permanecerem na Fundação.

VF: Exato.

WH: Isso não aconteceu?

VF: Não, no início não. Pelo menos até a minha gestão não acontecia. Porque a Fundação, na verdade, não existia. Eu já disse isso a vocês. Como ela não tinha...

NB: Não tinha uma estrutura administrativa.

VF: Não tinha estrutura administrativa. Não tinha.

WH: Não conseguiu fazer com que os recursos...

VF: Ah, sim. Quando nós mudamos o estatuto e que criamos a Superintendência de Administração, etc, aprovada pelo Ministro e por um decreto do Presidente, porque eu fiz questão que a coisa partisse num alto nível, Presidente da República, para me dar apoio, segurança. Aí sim, aí realmente tivemos autonomia, passamos a ter uma caixa.

WH: Superintendência de Administração Geral, a SAG?

VF: De Administração Geral. Exato. Era a SAG. Eu não sei como é que hoje se chama. Não tenho ideia.

NB: Mudou recentemente. Mudou o nome, mas...

VF: Superintendência. Criamos essa superintendência. Dentro dessa superintendência havia vários setores, inclusive financeiro, contabilidade, contadoria e controladoria. Criamos uma controladoria, que era uma unidade de controle interno, que examinava todas as contas, etc, para o Tribunal de Contas, e assim por diante. Aí foi possível realmente...

WH: Aí centralizou tudo que era compra.

VF: Centralizou.

WH: Todos os projetos?

VF: Exato. Todos os projetos.

WH: Inclusive CNPq?

VF: Não, recurso do CNPq não, porque aí era diretamente para as pessoas, para os pesquisadores.

NB: Mas o orçamento da Fundação passava a ser controlado pela SAG?

VF: Ah, sim, é claro. O orçamento é. Bem voltemos a Bio-Manguinhos, depois eu falo mais sobre isto. Então, o Akira foi formando gente. O Schatzmayr, acredito que deve ter dado muito apoio a ele, embora me tenha deixado claro que não queria se afastar da pesquisa, ficou no IOC. E então criamos um corpo de funcionários, de servidores, de técnicos, para Bio-Manguinhos. Inclusive importamos, trouxemos pessoas que depois ficaram, tiveram outras funções, muito conhecido o Eduardo Leser, Eduardo Leser. Vocês conhecem?

NB: Sim.

VF: Eu nem sei onde ele está agora. Foi embora?

NB: Continua.

VF: Continua?

NB: Ele passou um tempo fora estudando. Estava na Inglaterra.

VF: É, eu soube. Na Inglaterra. O Eduardo Leser era formado em alguma coisa assim. Estava recém-formado nessa área. Tinha uma boa formação. Tinha um currículo para biologia, enfim, vacina etc. É um dos que me lembro bem, do Eduardo, porque por acaso ele era filho de uma pessoa...

WH: Walter Leser.

VF: É, do Walter Leser, que era muito meu amigo etc. Na verdade, ele foi chamado pelo Akira, e outras pessoas mais. E outras pessoas que foram para lá, mas eu não me lembro

realmente dos nomes.

NB: O senhor conseguiu um recurso extra para montar?

VF: É, mas isso para tudo. Para essa unidade não. Porque essa unidade não deu tanta despesa no início. No início, essa unidade era só pessoal, porque o equipamento todo era francês. E uma parte, não só do equipamento, do material era francês. Eu consegui com o Mérieux, a duras penas, porque o filho dele não queria, que ele trouxesse também a...

NB: Matéria-prima.

VF: ... matéria-prima, senão a gente não podia fazer nada. E conseguimos. Quer dizer, ele trouxe isso tudo. Conseguimos até uma verba extra deles, em francos franceses, que foi possível, com a qual foi possível contratar certos técnicos para a própria área de pesquisa como Gelli Pereira. Aí o próprio Instituto Mérieux pagava Gelli Pereira. O Gelli veio para cá diretamente, o que talvez muita gente disse que eu fiz uma coisa errada etc. Se não tivesse isso, o Gelli não viria. E o Gelli queria 3 mil dólares por mês e a mulher mais 3 ou 2. E nós não tínhamos, naquela época, esse dinheiro. Ele queria em divisa porque ele morava lá. Ele tinha uma situação muito bem definida. E o Mérieux topou. Durante um período foi assim. Depois eu acho que o Gelli incorporou-se, quando a Fundação passou a ter salário, que então não tinha. Enfim, conseguimos essa estrutura, esse apoio do Mérieux. Porque, evidentemente, à Mérieux interessava o que? Interessava que se tivesse dentro da Fundação Oswaldo Cruz, ou seja, no Brasil, um núcleo com o nome dele, com a tecnologia dele, que fixasse a imagem Mérieux na América do Sul. Era muito importante para ele.

Não foi somente porque gostasse daqui ou porque tivesse ganho dinheiro. Não, porque ele queria se firmar. Agora, evidentemente, poderia ter feito tudo isso dizendo: “Não, vocês me pagam”. Foi diferente pois eu disse: “Olha, você já ganhou dinheiro demais nisso”. Não sei se foi demais não porque, por conta dessa venda de vacina, o neto dele foi seqüestrado, foi o primeiro seqüestro da França o do neto. Foi. A venda de vacinas foi um assunto tão importante na Europa, na França, negócio, aquela coisa, vender vacina para o Brasil, que pensaram que ele estava milionário, seqüestraram o neto do Mérieux. E ele pagou, parece que 4 milhões de dólares. Quer dizer, todo o lucro dele, coitado, foi embora com o seqüestro do neto (*ri*). Bom, mas, enfim, ele aceitou. A ideia era essa. Daí partimos para o problema da vacina de sarampo, que aí realmente ficou difícil, e eu saí da Fundação sem resolver esse problema. Bio-Manguinhos ficou, pelo menos em princípio, estruturado para criar, para produzir vacinas. Discutimos muito quais seriam as vacinas prioritárias. Para o Ministério da Saúde a prioridade maior seria sarampo. Sarampo interessava extremamente ao Mérieux, porque, não sei se estou correto ou não - aí é o Schatzmayr que tem que falar - eu tenho a impressão que havia 2 tipos ou 3 tipos de vacina de sarampo. Enfim, ao Mérieux interessava que nós adotássemos o tipo dele. Na realidade, eu tenho a impressão que as exigências dos franceses foram mais elevadas do que, por exemplo, dos japoneses. Eu não sei porque depois eu saí de lá. Enfim, a instalação de Bio-Manguinhos durou pelo menos 1 ano ou 2. Foi longo.

NB: 77... a negociação...

VF: Até 77. A negociação foi feita basicamente em 76. Em 75, não havia Instituto.

NB: É. Foi quando o senhor chegou.

VF: Não havia nada.

NB: O senhor começou a negociação em 76.

VF: 76. Porque antes não era possível mostrar aos franceses que existia uma Fundação, porque até então não existia, como já sabem. Então foi possível mostrar, foi possível trazê-los aqui e dizer: “Olha, tem esse prédio”. Foi possível delimitar áreas. Foi possível mostrar gente como o caso do Akira, do Schatzmayr e outros que já estavam, o próprio Eduardo que eu acho que ainda não estava... mas, enfim, foi possível dizer: “Olha, tem uma estrutura”. Foi possível mostrar que havia um orçamento que permitia aquela estrutura funcionar. Foi possível dizer que o sujeito não era mais assaltado dentro do campo de Manguinhos, como havia anteriormente. Quer dizer, ninguém ia para Manguinhos, porque ninguém ousava circular em Manguinhos. Eu disse a vocês, e está escrito no meu relatório, 34 assaltos em 9 meses. 34 assaltos a mão armada dentro de Manguinhos. Isso assalto, sem falar no roubo de carros etc. O que era muito natural.

Se eu tenho uma área dando para Avenida Brasil, aberta ao público num trecho de 3 mil metros, 3 mil metros abertos. Agora, se fosse aberto para prédio não. Era aberto para a mata de locas e furnas e coisas assim. É claro que qualquer um entrava lá. Vocês não viram ainda não? Tem uns pontos assim no campus que são muito bonitos, umas rochas, umas coisas assim. E eram esconderijos. Além do que, com casas desabitadas, como eu disse, eram tomadas pelos marginais. Ninguém ia lá num campo daquele. Porque hoje não se tem ideia, mas a coisa era imensa.

A impressão que se tinha é que aquilo era uma imensidão, porque era tão despovoado, que você se assustava. Então, era preciso mostrar a essa gente que nós fizemos, que nós estávamos ali para valer, que não era de brincadeira não. Tudo isso demorou para que eles aceitassem. Uma coisa era a aceitação do dr. Mérieux, que era em princípio um entusiasta, etc. Outra coisa era a aceitação da equipe dele que ia trabalhar. Eu conversava com o homem da produção, que era o chefe lá de Lyon. Ótimo, um sujeito formidável, mas é realista: “Espera aí, mas o que vocês me oferecem? Onde é que a gente vai trabalhar? Como é que vai trabalhar? Trabalhar em Manguinhos com que apoio?”

NB: O senhor pagou salário para eles?

VF: Não. Era por conta deles. Nem tínhamos condição disso. O homem lá, o chefe de produção do Mérieux ganhava 8 mil dólares por mês. Como é que eu podia pagar? Não tinha a menor condição. Estava fora de cogitação.

WH: Até hoje é um...

VF: É, até hoje, mas era chefe de produção dele. Os técnicos dele, um técnico médio ganhava em torno de 3 mil dólares, 15 mil francos, uma coisa assim. Mas eles trouxeram uma equipe, o chefe de produção que era o homem que montou a coisa toda. Digamos, eu acho que eram 6 ou 8 pessoas ao todo. Não era mais do que isso não. De qualquer maneira foi um peso para ele. Representou, eu acho que apesar do sequestro, eles ganharam bastante dinheiro. Se permitiram a isso, sobretudo porque o dr. Mérieux fez sentir ao grupo dele, e depois eu soube que não era o grupo somente, era Rhône Poulenc, como eu disse a vocês, que era interesse firmar-se aqui, sobretudo porque ele pretendia vender vacinas humanas, como sarampo, passar para vacina de poliomielite.

E nós éramos muito dependentes do Sabin. Muito. O Sabin vinha muito para cá etc. E eu acho que o dr. Mérieux tinha muito ciúme. Ele achava que pelo fato de ter vendido meningite, ele tinha facilidade. Todo mundo adorava ele. Ele era um homem muito estranho. É, porque ainda vive. Muito assim, um lado curioso. Um homem, eu acho, de uma grande sensibilidade, e ao mesmo tempo de umas coisas inteiramente malucas. Por exemplo, eu ia pra Paris, e ele mandava recado que queria falar comigo e o recado não chegava a mim. Sabe por que? Monsieur Vinícius. Isso não existe na França, é Fonseca. Uma vez, eu estava com ele no Meridien, ele se hospedava no Meridien. Aí, eu me lembro que a gente estava conversando, ele olhou para a praia, de lá de cima, do quarto e falou: “Curioso, o Brasil é um país europeu”; “E o senhor pensava que era um país africano, dr. Mérieux?” (*risos*) Entende? Uma mentalidade... As coisas, a cabeça dele... Por isso é que foi fácil obter dele, dentro dessa concepção idealista, misturada com terceiro mundo, ajuda, ele, o nome Mérieux, que ele prezava muito. Porque o pai dele foi um grande pesquisador, Etienne Mérieux. Por isso que a Fundacion Mérieux é Etienne Mérieux, que foi do Pasteur etc. Ele prezava isso extremamente. E dentro dessa concepção, ele via que o Brasil era uma área que ele poderia conquistar cientificamente, conquistar intelectualmente etc. Mas o filho dele via outro tipo de conquista. Então, não estava a fim.

NB: Você falou que ele ganhava dinheiro. Mas como assim?

VF: Não, eu não sei se ganharam muito dinheiro, porque afinal a vacina, como eu disse, não foi tão cara assim. As vacinas custaram 80 milhões de doses de vacina a 1 franco a dose. Portanto 80 milhões de doses. Como o dólar, estava 5 francos por 1 dólar, divide 80 por 5, dá 40 milhões de dólares. Aliás, menos, 20 milhões de dólares.

NB: Com a meningite.

VF: Com meningite. Quer dizer, não foi nada extraordinário. Não foi uma coisa assim fora de propósito de jeito nenhum. Foi algo até muito pequeno.

NB: Para a época?

VF: Para a época. E mesmo para hoje. Porque hoje uma importação de vacina de sarampo...

WH: Hoje 20 milhões de dólares para uma importação de vacina não é tanto assim.

VF: Não. Isso que eu estou dizendo. Não é nada. Mesmo hoje.

WH: Na importação da meningite, eu acho que gastaram muito mais.

VF: Importaram agora?

WH: Foi ano passado.

NB: Há um ano atrás, deu um surto danado.

VF: É, eu soube. De Cuba. Famosa. Mas não importaram. Não chegaram a importar. Ou importaram?

NB: Eu acho que houve importação sim.

WH: Que era um tipo diferente de...

VF: Caríssima. Essa de Cuba custava 7 dólares uma dose. Uma loucura total. Eu soube pelo menos. Uma coisa assim.

NB: Na época?

VF: Não, agora. Eu não sabia que tinha havido a importação. Nem sabia.

NB: Eu acho que houve um problema.

VF: É bem capaz. Deu muita confusão. Eu sei disso.

NB: A vacina então não saiu cara?

VF: Eu acho que não. Mas, enfim, a vacina significou na época, relativamente, um gasto pequeno. Para você debelar uma crise nacional como aquela, você gastar 20 milhões de dólares, era uma bobagem realmente. Eu apenas me aproveitei do ensejo, como se diz, para dizer: “Olha, você ganhou dinheiro. De qualquer maneira vai ajudar a se montar no Brasil uma coisa”. Porque ele via não somente, como estava dizendo há pouco, o lado de produção de vacina, mas o lado virologia, que ele chamava de virologia comparada. Por isso é que ele me indicou o Gelli Pereira. Foi ele que me falou do Gelli. Aí eu conversei com o Schatzmayr e ele disse: “Puxa, que formidável, vamos trazer.” O dr. Mérieux tinha fundado uma instituição que era, que ele chamava, eu já não me lembro mais, enfim, ele botou um nome lá engraçado, não sei o que lá da infância. Era muito voltado para isso. Ele mantinha na ex-África francesa grupos de vacinação gratuitos que ele conseguia, que ele sustentava. Bom, e essa entidade que ele criou lá, era presidida pelo prof. Debret, que era um homem famoso na França. O filho dele hoje é um político eminente lá, foi Ministro de Estado. Mas o prof. Debret era uma pessoa já velha, tinha seus 80 anos, altamente prestigiado, e era um homem do Instituto Internacional da Infância. Era presidente. E o negócio todo girava em torno dessa história de infância. E o Mérieux era um fanático para isso. Então ele considerava que o Brasil poderia ser um ponto de pesquisa, de

desenvolvimento dessas coisas dele. Daí ele ter aceito toda essa minha lábia de trazer para cá essa coisa etc, etc. Evidentemente que o grupo dele viu também a possibilidade de desenvolver uma atividade produtiva que desse dinheiro, que seria, no caso, o sarampo. A vacina de sarampo, que nós chegamos a fazer um convênio, discutir etc, para trazer o *bulk*, como eles chamam, que é o concentrado. Esse *bulk* viria para cá e não chegou a vir, e aqui...

Fita 10 – Lado B

VF: Pois é. Então, ele fazia a vacina diluída. Quer dizer, era uma vacina normal. Essa era uma primeira etapa, chegamos até a fazer um começo de contrato, pelo menos um esboço de contrato, discutir preço, essas coisas todas. Mas aí eu tenho a impressão que houve dificuldades. Porque aí surgiram os competidores. Tenho impressão que houve, não me lembro exatamente, mas houve participação de outros produtores. Porque a essa altura os concorrentes internacionais - isso é uma área de dinheiro mesmo - quando eles viram que o Mérieux, os franceses estavam se instalando ou iam querer, começaram a correr. Espera aí, calma. O Sabin era um que era dono do Brasil. Casou com uma brasileira e vivia aqui andando para cá, para cima e para baixo etc. Então, ele não queria perder isso.

WH: Mas a vacina dele não era produzida aqui?

VF: Não, não era. Não, não era. Nunca chegou a ser. Bom, a ideia nossa era que tivesse o Brasil auto-suficiência em vacinas. O Akira Homma, quando saiu da Fundação, passou a dirigir no Ministério um departamento ou algo assim que era de autonomia em vacinas. Ele passou a ser isso dentro do Ministério.

NB: Um programa do Ministério.

VF: Um programa: Programa de Auto-Suficiência em Imunobiológico. Só que eu acho que esse programa nunca foi muito para valer, porque aí os interesses são de tal ordem, que a gente tem a impressão de que o lobby é muito forte e as pessoas que lutam por isso vão conseguir. E o que aconteceu comigo, como Presidente da Fundação, foi mais ou menos isso. Foi muito difícil. Quando houve os entendimentos com o Mérieux cresceram e viram que talvez pudesse haver aqui, no Brasil...

NB: Mercado...

VF: Não, a produção. Que nós tivéssemos acesso a uma tecnologia, e nós dominássemos essa tecnologia, e fizéssemos uma *joint-venture* com uma instituição como a Fundação sendo sócia majoritária. Evidentemente, a minha ideia, eu e os outros, queríamos a participação de empresas privadas, mas a Fundação ia ser sócia. Aí todo mundo se apavorou. Realmente os outros ficaram apreensivos. Aí começou realmente a entrar areia. Entraram os outros que... Enfim, quando eu saí da Fundação, a coisa estava num pé... Bio-Manguinhos tinha estagnado, ou pelo menos ficado num compasso de espera. Infelizmente, eu não pude dar continuidade a essa área. O objetivo fundamental aí passou a ser você ter alguma autonomia em sarampo. Entraram os japoneses. Aí eu perdi o pé,

não sei mais em que está. A história...

NB: Quando houve o acordo com os japoneses, o senhor já não estava mais?

VF: Não, já não estava mais. Aliás, eu tenho a impressão, que quando eu saí, foi mantido entendimento com o Mérieux. Eu tenho a impressão que houve esse entendimento, foi até não sei quando. Agora, o que eu soube, que algumas pessoas me disseram, é que os franceses estavam cobrando muito caro, estavam exigindo muito. É bem provável. Eu não sei. Eu não conheço os detalhes. Eu só lamento que realmente o que se plantou, não tenha dado resultado e parece que até hoje não deu resultado. Eu não sei o que vai ser Bio-Manguinhos.

NB: Eu não tenho muita informação para lhe dar, para lhe oferecer, mas Bio-Manguinhos até hoje está num período, segundo eu soube, hoje de manhã inclusive estava se falando naquela reunião lá o seguinte: não está se comprando mais sarampo da Fundação, porque baixou a qualidade. Então estão comprando...De qualquer maneira, Bio-Manguinhos sempre teve um grande prestígio. E hoje tem a tal de Planta Industrial e eu não sei em que percentual aumentaria a produtividade, mas está parada, porque o investimento na planta é gigantesco. E nesses tempos de recessão. (interrupção da gravação)

VF: Bem, mas estamos falando em Bio-Manguinhos. Eu estava dizendo que eu saí da Fundação sem ter uma ideia segura do que seria Bio-Manguinhos. Eu apenas sabia que era preciso, na minha opinião, e que participou muita gente dela, criar uma estrutura forte. E essa estrutura, na minha cabeça, não poderia ser uma coisa estritamente a nível de Fundação, ou seja, muito ligada ao serviço público. Por isso eu botei nesse trabalho que eu fiz para o Ministro, antes de sair de Manguinhos, ideias para o futuro da instituição. O último item é criação de empresa, que eu disse: (*lendo*) “Outra modificação estrutural, administrativa, a meu ver, indispensável para consolidar-se a recuperação da Fiocruz, é a instituição de uma Sociedade Anônima, Bio-Manguinhos S. A., que sucederia, na área de produção, a atual unidade técnica do mesmo nome. O projeto, nesse sentido, já enviado ao Ministro - nós fizemos um projeto com muito boa receptividade - contou com muito boa receptividade por parte do BNDE, que seria o segundo sócio da empresa, ao lado da Fiocruz - aquele projeto que eu falei com a participação de vacina veterinária, e assim por diante. A sociedade seria aberta à participação de empresas privadas do ramo, assegurando-se desse modo a sua gradativa privatização, sem que com isso a Fiocruz deva chegar à posição minoritária”. Talvez aí eu tenha errado. Porque eles não queriam que a Fundação tivesse posição majoritária. “A instituição da empresa aparece na forma mais apropriada para tornar a Fiocruz cada vez mais autônoma do ponto de vista econômico-financeiro”. Isso foi uma sugestão que eu dei, baseado, como eu mostro aqui, em projeto que foi encaminhado ao Ministro. E que o Ministro aceitou, mas que depois não teve continuidade. Pelo menos que eu saiba, não deu continuidade.

NB: É, mas hoje está na pauta, está na agenda do dia.

VF: É. Isso é muito bom.

NB: Só para ficar gravado isso.

VF: Claro. Isso é realmente importante.

NB: Inclusive com toda a reforma do Estado, que está proposta pelo governo Fernando Henrique, que pretende tornar a Fundação Oswaldo Cruz o que eles chamam de organização social, o que prevê que a Fundação Oswaldo Cruz se torne uma empresa privada, independente do governo. Essa é que é a proposta. Aí, evidentemente que as suas unidades internas, como essa de produção e Far-Manguinhos, estão sendo pensadas como empresa privada, nesses termos que o senhor falou.

VF: Mas a área de pesquisa seria o que? Mantida pela área privada?

NB: É.

VF: Qual é o objetivo?

NB: A organização social é uma empresa privada. O estatuto jurídico dela é uma empresa privada.

VF: Então voltaria a ser uma empresa privada praticamente. Porque depois tiraram. A Fundação deixou de ser Fundação, passou todo mundo a ser estatutário, e acabou...

NB: Mas agora volta...

VF: Voltaria?

NB: Volta a uma situação que eu acho que não é nem a de Fundação.

VF: Sim, seria empresa.

NB: Regime...

VF: Gestão. Contrato de gestão.

NB: Contrato de gestão. Exatamente.

VF: É um contrato de gestão, que é uma forma que está dando resultado.

WH: Mesmo que o governo fosse o principal contratante...

VF: Acionista ou contratante. Isso é interessante. Bom, então o problema de Bio-Manguinhos eu acho que poderíamos encerrar com isso aí. O objetivo era esse. Culminou com esse projeto que eu encaminhei ao Ministro e cujo destino eu estou vendo que agora parece que está sendo cogitado de novo. Não sei se é esse projeto. Enfim, o projeto fisicamente não é esse. Não será esse. Mas o objetivo é o mesmo. Eu me lembro bem que numa dessas minhas ideias, essa minha insistência me levou a uma coisa curiosa: num dos programas de televisão do qual eu participei, J. Silvestre, sei lá, um negócio desse,

tinha muitos aí, havia um público que assistia e comecei a falar. E um dos que assistiam pediu a palavra: “Presidente, eu gostaria de saber, o senhor está querendo criar a Biobrás?” Eu digo: “Bom, eu não sei. Mas nesses termos...” Estava em moda a Telebrás. Hoje não se pode mais falar disso. Tomara que não falem Biobrás. Senão o Fernando Henrique Cardoso não deixa. Ele quer acabar com as “brás” todas. Bom, vamos falar então, a minha... Bom, iniciei...

NB: O que é INCQS?

VF: O que é INCQS? Bom, meu nome era outro.

NB: Instituto Nacional...

VF: Instituto Nacional de Qualidade...

NB: ... de Controle de Qualidade em Saúde.

VF: De Controle de Qualidade. Bom, na realidade o seguinte: o Ministro da Saúde, Dr. Paulo participava do Ministério.

NB: Essa é uma coisa absolutamente nova, não é? Dentro da Fundação?

VF: É, absolutamente nova. Não existia.

NB: O senhor contou que várias coisas já existiam e foram reformuladas. Mas essa...

VF: Essa era nova. Essa era nova, mas o que existia antes desse, hoje se chama instituto? Era um laboratório chamado... deixa eu ver aqui o nome.

NB: De controle de qualidade, não é?

VF: Não, Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos e Alimentos, LCCDMA. Era isso que existia no Ministério através de muitos anos. Esse laboratório funcionava no Rio. Era um laboratório central, de controle de qualidade etc. Existia num prédio muito deteriorado...

NB: Dentro da Fundação?

VF: Não. Fora. Não tinha nada que ver com a Fundação. Era um órgão do Ministério, de administração direta, com a incumbência de fazer o que esse Instituto hoje está fazendo, o controle sobretudo controle de medicamentos. Imagina. Controle de medicamentos numa época em que as multinacionais farmacêuticas estavam entrando no Brasil assim tremendamente. O pobre do laboratório não existia praticamente. Não tinha a menor condição de controle. O dr. Paulo, já no final da minha gestão, já em 78 mais ou menos, ele insistiu muito comigo. Começou a me falar sobre isso. Primeira vez que ele me falou, eu me arrepiei. Eu já estava com um negócio horrível, aquele abacaxi da Fundação, ainda queria me entregar um outro troço. Eu digo: “Dr. Paulo, vamos mudar de assunto. Deixa

para depois”. Enfim...

NB: Foi empurrando com a barriga?

VF: Fui empurrando, mas não consegui demovê-lo. Devo dizer que eu aceitei por imposição. Não foi uma coisa que eu tivesse concordado. Porque na minha opinião, eu não teria condições de levar aquilo adiante mesmo. Era uma coisa de uma dimensão tal... Bom, depois ele me convenceu, e talvez eu tivesse uma ideia de que, bom, se eu tive um certo êxito em Manguinhos, e se me entregam um negócio desse, não vou ter êxito, é pior. Talvez um pouco de vaidade. No último período, no último ano da minha gestão me entregar um negócio desse. Eu não ia fazer nada. Aí eu fui, não quis aceitar, mas ele não concordou, e houve a transferência do laboratório para a Fundação. Isso daí foi feito por um ato, um decreto do Presidente da República. Aqui: decreto de 30 de agosto de 1978, 30 de agosto de 78.

NB: O senhor já estava saindo.

VF: Eu já estava saindo. O governo estava terminando. Eu acho que o que se passou na cabeça do Ministro Paulo foi antes de terminar, entregar. Ele tinha razão. Ele tinha toda a razão. Eu talvez tivesse razão em não querer aceitar num final de gestão. Mas ele via uma coisa mais longa. Ele via outro tipo de objetivo. Na gestão dele dar um sentido ou encaminhar...

NB: Dar uma direção para uma coisa tão importante como essa. Que se não fosse para a Fundação, não poderia ter sobrevivido.

VF: Não poderia. Ele sabia que dentro da estrutura burocrática do Ministério, era muito difícil, realmente. Daí ele ter praticamente imposto um decreto, decreto presidencial que transferiu simplesmente. Bom, a essa altura...

WH: Deixa eu lhe perguntar: não seria também, naquele momento, uma questão de a Fundação ter força política de fazer...

VF: É, pois é. Mas talvez isso também.

WH: ...valer, para enfrentar um certo lobby...

VF: Talvez isso também.

WH: Existia isso? Essa percepção?

VF: Talvez. Dentro da própria ideia do Ministro.

NB: O senhor não percebeu isso? O senhor não queria...

VF: Não, não é que eu não percebi, Nara, eu percebi claramente. Só que para assumir uma coisa dessa, já tinha enfrentado umas coisas dentro da instituição muito duras. Agora,

essa coisa era muito pior. Quer dizer, era brigar com um bocado de gente daí de fora, além do que era conceber toda uma nova estrutura, uma nova ideia de pensamento em final de gestão. Mas, enfim, houve o fato.

NB: O senhor foi cogitado para permanecer?

VF: Não. Estavam sabendo que a coisa era difícil realmente. Quer dizer, havia uma mudança total de governo. Eu já estava influído para ir para a Europa. Já estava convidado pela instituição OCDE, para onde eu fui em março.

NB: O que é OCDE?

VF: OCDE é uma organização internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja sede é Paris.

NB: O senhor não quis ficar?

VF: Não, não foi bem assim. Houve o seguinte: o Guilardo Martins já estava encaminhado para assumir a presidência.

NB: Mas quem encaminhou? O senhor?

VF: Não. Eu não, porque quando houve a mudança do governo, eu estava na Europa. Eu fiquei na Europa desde janeiro de 79. Quando houve a mudança do governo, eu estava lá. Eu estava vendo as minhas coisas também. E aqui já estava se encaminhando. Agora, realmente, o Guilardo... porque houve, no meu entender, houve uma coisa curiosa: o Rocha, o novo Ministro me chamou.

NB: Quem era?

VF: Era esse Rocha Lima. Não me lembro do nome dele. O que sucedeu o dr. Paulo. Passou poucos meses, mas na realidade, ele era da Bahia, eu acho que ele era baiano. O Aloísio Prata era muito ligado a ele. E através do Prata, etc, o Guilardo já estava se candidatando há muito tempo para a presidência. Houve uma coisa curiosa...

NB: O Prata nunca foi da Fundação?

VF: Não, mas influenciava. Eu não sei. Eu não sei se foi Aloísio Prata. Enfim, o Guilardo era o vice-presidente, acompanhou toda a minha gestão, participou de tudo. Então era um médico, eu não era.

NB: O senhor não fez nenhuma articulação para ficar?

VF: Não. Houve da parte...

NB: Não queria?

VF: Não, não é que eu não quisesse. Eu não queria permanecer em Manguinhos por muito

tempo. De jeito nenhum. Porque eu queria passar um tempo na França. Eu já estava convidado. E a minha mulher estava querendo ir para lá também, porque eu estava devendo a ela há muitos anos. O que houve foi o seguinte: uma pessoa ligada ao Sarney - isso são apenas suposições minhas - que era importante, falou com o Sarney para ele falar com esse Ministro para que eu ficasse. Essas pessoas, em Brasília, muito ligadas ao Sarney, eu acho que aí formaram um certo movimento, não é movimento porque foi uma pessoa só, foi o Edmilson e o Eduardo Quertez. O Eduardo era muito ligado ao Rocha Lima, que era baiano. O irmão do Eduardo era prefeito da Bahia. E assim por diante. Quando eu cheguei aqui ao Rio de volta, foi depois de março, o Eduardo me telefonou dizendo: “Você vem aqui que o Ministro, o novo Ministro, quer lhe falar.” Aí ele me falou, o Ministro pediu minhas opiniões, pediu esses documentos, alguns outros documentos, e uma conversa sobre o que eu achava de Manguinhos, etc, etc. A essa altura dos acontecimentos, o dr. Guilarido já estava firmado como candidato sério, mas o Eduardo me disse: “Não, o Ministro está sondando”; “Está bom. Então deixa sondar. Eu estou convidado para ir para a França. Eu não quero mais uma vez me desligar da França. Se for alguma coisa concreta e ele quiser me falar, ele me fala”. Mas, na verdade, ele me falou sobre o que eu achava de Manguinhos. Bom, pergunta um tanto estranha. “O que eu acho de Manguinhos? Manguinhos é uma instituição que eu fui chamado há 3 anos e meio atrás, e era uma coisa horrível, e eu consegui mudar. É o que eu acho. É uma grande instituição que precisa de ser mantida assim.”

NB: O doutor Paulo Reis Veloso permaneceu no governo Figueiredo?

VF: Não, saiu.

NB: Quer dizer que na verdade os seus vínculos políticos que vinham pela Secretaria de Planejamento também se desfizeram?

VF: Se desfizeram. Embora não se desfaz nunca. Quer dizer, os governos militares tinham umas certas...

NB: Vou fazer um parêntese aqui para fazer essa pergunta para o senhor. Esses dias eu li no jornal uma coisa que eu não sabia. Foi esse fim de semana, até me lembrei do senhor, era para comentar isso, que o Figueiredo teria dado junto com o Geisel um golpe no Médici. Saiu um livro...

VF: Ah, eu li.

NB: Sobre o Médici agora nesse fim de semana.

VF: Vou até ler esse livro.

NB: E é o filho que comenta isso. O Geisel e o Figueiredo teriam dado um golpe no Médici, para o Geisel ser eleito, ser indicado. E aí eu comecei a pensar uma coisa que eu não sabia. Qual era a relação, eu não sei até hoje...

VF: Não, espera aí.

NB: A relação entre o Figueiredo e Geisel.

VF: Não. Espera aí. Mas o Geisel sucedeu ao Médici. Não podia ter dado...

NB: Exatamente. Foi isso. Uma articulação.

VF: Como?

NB: Do Figueiredo para apoiar o Geisel. Agora eu esqueci um pouco como é que foi essa história. Mas é uma articulação Figueiredo-Geisel contra a sucessão que o Médici estava preparando.

VF: Ah, algum candidato do Médici?

NB: É.

VF: Eu não sei realmente.

NB: Eu até lembrei do senhor a respeito disso. O livro está sendo lançado agora.

VF: Eu sei. Eu li.

NB: Aí eu pensei o seguinte: qual é a relação Figueiredo-Geisel? O senhor sabe qual é essa relação?

VF: Não. Não tenho a menor ideia. Realmente não sei. Figueiredo-Geisel...

NB: Nessa passagem de governo, a equipe do governo Geisel, por exemplo, da Secretaria do Planejamento...

VF: Na realidade o que aconteceu com o pessoal da Secretaria de Planejamento ligado ao Veloso, é que muita gente já estava em outras atividades, como eu. Embora devo dizer que, apesar de três anos e meio em Manguinhos, eu nunca me considerei fora da equipe do Veloso. Eu estava ligado a eles.

NB: Essa era a sua articulação?

VF: Era a minha articulação e inclusive o meu gosto. E realmente aproveitei muito essas ligações para fazer, para obter coisas para Manguinhos. Sem nenhuma dúvida. Foi esse conhecimento, a minha familiaridade com a área econômica do governo, que proporcionou uma série de vantagens para Manguinhos. Eu sabia como buscar as coisas. Nunca perdi esse contato, como as outras pessoas também não perdiam, mas nós já estávamos mais ou menos, cada um mais ou menos na sua área. O Veloso, eu tenho impressão que houve o seguinte: houve o retorno do Delfim. E o Delfim era um homem que não era muito bem visto pelo Geisel. Tanto assim que ele ficou lá numa coisa de ouro em Paris, dourada, mas ficou fora. Embaixador.

NB: Embaixador?

VF: Ele ficou embaixador esse período todo. E o Delfim tinha uma visão de planejamento bem diferente da do Veloso. O Veloso era muito dentro da linha que hoje estavam pensando até em impor parece: uma linha, uma coisa organizada, um plano plurienal, investimentos que vêm, que esse governo está fazendo agora. Evidente que a Constituição diz. Mas que ele implantou, está querendo fazer. Você tem uma coisa de longo prazo. O Delfim era aquele negócio - ele tinha umas expressões muito engraçadas - voltados, enfim, para o dia a dia. Tinha muito aquela frase famosa do [John Maynard] Keynes: “No longo prazo todos estamos mortos.” Ele ficava muito repetindo isso. Para fazer um pouco de blague, que ele gosta, a gente sabe disso. Na realidade, o que aconteceu?

Nessa área, cada um da equipe do Veloso ou ia continuar numa estrutura de planejamento, como muitos continuaram, ou já estavam ligados ou encaminhados para outras coisas. No meu caso pessoal, eu tinha o maior interesse em ir para Paris, porque era uma experiência internacional que ia completar uma experiência que eu tive na ONU. Eu trabalhei para a ONU durante um ano mais ou menos. E não fui adiante porque aí casei, família. Queriam me mandar para Adis Abeba. Eu não aceitei, mas depois não era Adis Abeba, era Paris. Então realmente entre Adis Abeba e Paris, era melhor ir para Paris. Eu fui convidado...

NB: Uma oportunidade não desprezível.

VF: Não era para desprezar. Eu já tinha tido um convite da OMS, Organização Mundial de Saúde, e não fui. Na verdade, a minha mulher não estava muito a fim de mais uma vez perder isso, porque nós passamos um ano, ela considerada como estando na França. Bom, mas isso é só um detalhe. Muito engraçado. Foi um ano. Ela trabalhava no IBGE. E durante um ano, ela não sabia, ela tinha uma licença para ir para Paris, passar um ano em Paris. E não foi por minha causa. E de repente descobriu que estava no IBGE, ela estava em Paris. Ela ia fazer um curso de balé. Já estava tudo certo. Eu não fiz. Bom, eu tinha devido isso a ela. Mas na realidade houve isso. Quer dizer, a estrutura estava montada, o vice-presidente pelo menos ia dar continuidade a uma ação que se tinha feito, como deu. Realmente, a instituição não foi traumatizada, como poderia ser se entrasse alguém que viesse com outras ideias.

WH: Falávamos do INCQS.

VF: Bom, aí é que está. Então na realidade, a minha experiência com esse laboratório, o INCQS atual, instituto atual, foi essa. Foi o Ministro encarregar de ficar, de assumir. Isso foi em agosto de 78. Eu saí em março. Quer dizer, eu tive obrigatoriamente mais alguns 6 meses. Tive que tomar conta do laboratório. Então, eu tive que fazer um diagnóstico deles, verificar as condições péssimas. Havia 42 técnicos, dos quais eu acho que, não me lembro bem, 38 já estavam em época de aposentadoria. Era uma coisa lamentável mesmo. Não havia mais nada. A única coisa que eu fiz então foi o plano, o projeto físico da instalação, que é esse que foi montado, eu acho. Circular... não é isso?

NB: Uma estrela.

VF: Uma estrela. É muito bonito. Esse foi o projeto que nós fizemos e que eu mostro aqui. Quer dizer, quando eu saí de lá, o projeto estava pronto. Nós fizemos a licitação. Ganhou uma firma, não lembro mais quem foi, que fez o projeto. Um projeto global, quer dizer, não só físico, mas também, evidentemente, de atividades etc. Aí o pessoal ligado ao laboratório passou a trabalhar com essa equipe.

NB: Veio a equipe do laboratório?

VF: Veio a equipe do laboratório. Não, ficou lá. Porque nós não tínhamos local. Eles ficaram lá na Avenida, eu acho que Venezuela.

NB: Na cidade.

VF: Na cidade.

NB: Aí começou a funcionar. Começou a funcionar, mas o senhor não contratou ninguém?

VF: Não contratei ninguém. Não quis fazer isso, porque não tinha sentido. Aí a sorte é que eu tinha o projeto. E o Ministro aceitou a ideia. Ele compreendeu perfeitamente. Não ia mexer numa coisa daquela. Não tinha nem condições físicas. Manguinhos não dava nem condição de se trabalhar ali. Não tinha aonde. Mas a grande coisa para ele, para o Ministro foi que, pelo menos, transferiu. O que foi bom, porque provou que funcionou. Pelo menos fizemos um projeto e conseguimos recursos para começar a fazer a planta física. Não sei se ela foi feita logo em seguida. Porque o problema de recursos - valia a pena agora então falarmos disso - quando cheguei, como eu disse, a média de orçamento era de 150 milhões de cruzeiros, de cruzados, sei lá qual era a moeda da época, eu vou procurar isso em dólar. E como havia necessidade absoluta de algum recurso extra, e como eu disse, eu conhecia os meandros do orçamento, eu consegui recursos de 55 milhões para um programa, que chamava-se Serviços em Programação Especial. Era uma coisa, era uma escapatória dentro do Ministério do Planejamento, que era quem manobrava o orçamento, de se conseguir recurso extra. Mas evidentemente, que para ter um dinheiro desse, era preciso apresentar uma programação. Era uma programação especial. Por isso que eu fui obrigado, evidentemente, a fazer um programa. Tudo se conseguia com programas. Até hoje, eu acho. Evidente. Você não pode... Bom, na realidade, se considerarmos 150 milhões como a média orçamentária, 55 milhões era um terço. Foi o que eu consegui imediatamente para dar saída ao desenvolvimento, à recuperação do órgão. Com isso conseguimos...

NB: De onde vinham esses recursos?

VF: Ministério da Saúde, sempre via Ministério. O Ministro era a pessoa de contato. Quer dizer, tinha que ser o Ministro. O Ministro aprovou... Porque isso aconteceu quando eu consegui formular toda a reestruturação da entidade, com base inclusive...

NB: O plano.

VF: ...o plano de recuperação. Que foi aprovado pelo Ministro em abril de 76. Um decreto, como eu disse, um decreto, inclusive, com a benção do Presidente da República, que eu fazia questão que houvesse uma coisa dessa. O Ministro aprovou o plano e levou ao Presidente um decreto tornando aquilo um plano de governo. Com isso foi possível, porque eu já tinha, evidentemente, conversado com meus amigos do planejamento, transformar num projeto, nesse programa especial, nesse programa, nesses serviços de programação especial, conseguindo portanto os 55 milhões. Que deu margem a que? A se fazer uma nova projeção orçamentária. Nessa nova projeção orçamentária, evidentemente, estavam todas as necessidades para a recuperação. Essas necessidades contemplavam primeiro a área física. De um lado a área física, do outro lado a área humana. A área humana, como eu mostrei a vocês, o plano de cargos e salários, para aumentar, melhorar o pagamento do pessoal, e o plano de abastecimento de bens, renovação de materiais. Enfim, toda essa coisa.

NB: Equipamentos.

VF: Equipamentos e etc. E a parte material, física, de Manguinhos. Quer dizer, Manguinhos como estava, impossível continuar.

NB: Vinha desse orçamento que o senhor conseguiu, porque 150 milhões sustentava o que existia.

VF: É. Sustentava o que existia.

NB: Os 55 vêm para o senhor conseguir recuperar...

VF: Para começar a recuperar. E para começar a pensar em recuperar, digamos. Projetar a recuperação. Mas aí já estava incluído um aumento de salário.

NB: O senhor tem ideia de quanto equivaleria isso?

VF: Não. Nós temos aqui os dados. Em dólar, eu não sei. Eu vou transformar isso. É tudo em cruzeiro. É uma coisa. Pena. Por exemplo: a folha de pessoal, em valores constantes, quer dizer, de 1978, que eu peguei com 38 milhões, já em 76 estava em 123 milhões. E quando eu saí, estava em 170 milhões. Mas isso significa o seguinte: que apesar de tudo que nós fizemos, o pessoal diminuiu. Nós pegamos a Fundação com 2 mil e tantos funcionários, servidores, e deixamos...

Fita 11 – Lado A

VF: Foi em 69, 70 que se instituiu a CLT, a possibilidade do servidor público optar e aí eu fiz muita força para que na Fundação houvesse essas opções. E muita gente optou, no que fez errado.

NB: O senhor sabe que vai tudo mundo voltar para a CLT. A gente foi obrigado a assinar

o Regime Jurídico Único. Todos nós assinamos, abrindo mão.

VF: Ah, é todos assinaram. Bom, mas fizeram bem.

NB: Agora vai voltar tudo de novo atrás.

VF: Bom, mas é um país da harmônica, né, nós somos isso. Que coisa!

NB: Está ligado? Bom, então vamos

VF: Bom, eu estava falando nos recursos.

WH: ...é o senhor falava que diminuiu o número de funcionários. Teve gente que foi mandada embora mesmo?

VF: Não, mandada embora era difícil porque eles eram todos funcionários públicos. Quer dizer, algumas pessoas lá eram servidores CLT, mas tinham estabilidade, tinham anos e anos, era preciso pagar fortunas e a mim não interessava mandar embora, realmente. Eu fui obrigado a mandar embora um deles e foi um problema, que foi o famoso zelador. Esse foi um problema sério.

NB: O tal?

VF: É o tal. Ele era o chefe da zeladoria. Chamava-se Zé João, José João. Esse homem era um problema, era dor de cabeça, porque ele morava no último andar do Pavilhão Mourisco...

WH: Ele morava lá?

VF: Morava lá no último andar, no Castelinho, que eu botei aqui no nome de Pavilhão. Morava no último andar do Castelo, lá em cima, onde depois eu transferi a presidência, recuperei, fiz uma sala, tem uma mesa bonita que eu mandei fazer de mármore. Muita gente pensa que foi de Oswaldo Cruz. Fui eu que mandou fazer aquele negócio. A mesa é linda! Essa mesa tem uma história. Mas, enfim, morava lá em cima. E ele tinha um telefone que era, eu já contei a vocês, uma extensão do telefone do dr. Genard, ou seja, do diretor do IOC, que era o órgão mais importante da Fundação. Ele tinha uma extensão... é incrível! Esse homem mandava, porque ele sabia tudo! Era ele o responsável pelas coisas que aconteciam, a venda de lenha. Depois eu vim a saber que era ele. E depois coisas muito mais sérias.

No subsolo do Castelinho havia - depois nós conseguimos abrir, porque não sabíamos onde estavam as coisas - materiais lá incríveis, equipamentos de anos e anos que estavam lá jogados que eu acho que o João vendia depois aquilo tudo. Vendia. Muita coisa ele vendia como sucata. Era um negócio terrível. Esse homem me deu uma trabalhadeira tremenda. No começo, ele saía comigo. Ninguém sabia quem era Presidente lá. Eu saía pelo campus andando e as pessoas nem sabiam. Ninguém sabia, mas ele sabia. Então, ele se plantava comigo, e para onde eu ia, ele ia junto, para me fiscalizar. O objetivo dele era

me fiscalizar: “Não, Presidente - me chamava de Presidente - porque isso é assim, isso é assado”. Como era a única pessoa capaz de me mostrar Manguinhos, eu comecei a aceitar, porque não havia outro realmente. Dr. Genard de vez em quando saía, etc, mas dr. Genard era um homem que estava lá no campo dele. Eu também não queria levá-lo para mostrar o campus. Eu precisava saber o que era o campus. Ninguém sabia. Na realidade, num parêntesis, o que aconteceu? Como, eu já disse, a Fundação foi criada por agregação, agregaram as unidades, cada unidade tinha sua vida própria, tinha sua estrutura própria, sua administração, então ela cuidava de si. Então fisicamente, o que aconteceu?

As mais bem servidas, as que lutavam, que tinham mais prestígio, como a Escola, que deram o nome de Instituto Castelo Branco. Essa Escola tinha uma vida própria, tinha bastante força dentro do Ministério, conseguia se impor, conseguia orçamentos, e fazia valer os seus direitos. Então, ela tinha um prédio bom, como tem até hoje. A sua área física era delimitada. Ela cuidava dos jardins, da área física dela que eram, digamos, 750 mil metros é o campus de Manguinhos. A Escola teria 20 mil, digamos. Não sei quanto tem. Teria uma percentagem de 5%. Ela tomava conta desses 5%. Ela não tinha nada a ver com o campus; nada a ver com a Fundação; nada a ver com o IOC; nada a ver com o IPROMED; nada a ver com o Fernando Figueiras, com nada. Ela era Escola Nacional de Saúde Pública, que prestava o seu serviço dentro como Escola Nacional. Então porque que a Escola ia se interessar pelo campus de Manguinhos? Se ela não tinha nem acesso ao campus de Manguinhos? Estão entendendo o que eu quero dizer?

Para sair para visitar o IOC, o cara tinha que tomar um carro, atravessar a Bulhões, passar pelo outro lado da Avenida Brasil, fazer a volta e entrar em Manguinhos. Isso é uma coisa louca! Então, eu quero mostrar com isso que não havia realmente nenhum sentimento de responsabilidade. Por sua vez, eu mostrei aí há pouco, o IPROMED, a área de produção, tinha dois prédios. Esses dois prédios eram tratados pelas pessoas desses dois prédios. Tinha os seus recursos, mas era muito mal tratado, porque aí já era IOC. E o IOC, o pobre do IOC, que foi o mais sacudido por todos os dramas que houve em Manguinhos, foi ele, o IOC, que sofreu tudo, as lutas, os conflitos, as cassações, foram no IOC. Então, o IOC era o responsável por tudo. Então era ele que, presumidamente, era o responsável pelo campus. Não tinha a menor condição. E para você se entender ali dentro? Havia muito prédio parado, muito prédio que ninguém sabia o que era. Onde está fulando? Bom, dr. Oswaldo Cruz Filho. De repente, onde está esse homem? Bom, ele estava no prédio não sei onde.

NB: O senhor conheceu ele?

VF: Conheci. Eu fui lá uma vez visitá-lo: “Eu sou o Presidente”; “Ah, muito prazer.” Era surrealista a coisa! O Presidente andando, se apresentando. Porque veja só, a minha posse foi muito concorrida, mas por pessoas de fora da Fundação. E por pessoas de dentro da Fundação que estavam, digamos assim, mais ou menos a par das coisas, mas isso eram poucos. Eram alguns pesquisadores que queriam ver como é que eram as coisas lá e assim por diante. Esses estavam a par, estavam ansiosos por saber as coisas, mas a grande maioria não tomava nem conhecimento, como Oswaldo Cruz Filho. Ele ia lá não sei para

que. Olímpio da Fonseca estava lá no laboratório dele, com os estagiários dele não sei onde. Eu comecei a descobrir. O Lacorte, por exemplo, foi uma pessoa ótima, excelente, mas estava na dele. Entende o que eu quero dizer? Estava na dele.

NB: Existia o museu?

VF: Não, o museu foi eu quem criou. Acho que tem lá o meu nome. Ou não? Por favor... Ou tiraram o meu nome? Não, me diga, tiraram?

NB: Não.

VF: Ah, eu vou ver esse museu. Quem organizou os dois museus de Manguinhos fui eu.

NB: Pois é, eu queria que o senhor falasse um pouquinho deles. Fala um pouquinho dos dois. Como é que foi essa história?

VF: Bom, eu fiz o museu, o museu histórico que ficava no Castelinho. Não sei se foi retirado.

NB: Não está mais lá.

VF: Não está mais lá. E depois eu vi, tinha um estábulo que era o antigo estábulo, as cavalariças totalmente jogadas lá, e eu boleei uma coisa assim: vamos fazer uma visita de meninos, estudantes - eu chamei de Museu Didático. Eu não sei mais como é que está. O museu mesmo, que ficava lá no Castelinho, foi inaugurado pelo Presidente da República. Não, não foi não.

NB: Por que o senhor teve essa ideia de fazer um museu?

VF: Eu acho que toda instituição tem que ter um museu, pelo menos se você tem coisas para mostrar. É muito importante você ter e eu queria que Manguinhos fosse visitado, você tivesse gente. Eu deixei um plano, um projetinho de visitas de escolas, organizadas. Começamos a fazer isso lá, ainda na minha gestão, no chamado Museu Didático. Eu não sei se hoje existe. Enfim, fizemos convites às Escolas...

NB: É da Casa Oswaldo Cruz.

VF: Era Casa Oswaldo Cruz.

NB: E é da Casa Oswaldo Cruz hoje.

VF: E o museu mesmo? O outro museu, não existe?

NB: Não, existe...

VF: É um só?

NB: É um só museu. O senhor chamou algum museólogo?

VF: Eu acho que sim, eu não sei, não me lembro mais. Acho que chamei. Quem era?

WH: O Luís Fernando Ribeiro?

VF: Luís Fernando, então pronto. Você sabe melhor do que eu. Eu tinha que chamar as pessoas.

NB: Ele funcionou com muitas dificuldades até que a Casa foi criada. E aí a gente reestruturou o Museu. Ele funcionou e estava funcionando - está fechado, está em obras - na cavalaria. Mas ele vai voltar para o Castelo.

VF: No Castelo. Bom, a ideia era essa. Nós tínhamos, nós descobrimos um acervo fotográfico muito bom, a história da própria instituição é fascinante. Quer dizer, aquela coisa toda, uma instituição que teve todo esse passado, que teve um homem que era um mito, esse mito nacional, Oswaldo Cruz. Tudo isso impunha, no meu ver, um museu. Pessoas que fossem lá, iam conhecer a história da instituição. Na verdade ficou um museu que, quando eu inaugurei, reproduzia a decadência, talvez isso tenha sido retirado. Não havia necessidade evidentemente. Tinha uma área do museu que tinha essas fotografias.

NB: No Castelo, é isso? O senhor está falando do Castelo?

VF: É, do Castelo.

NB: Do Castelo? Esse eu não conheci.

VF: É uma pena porque essa, tá aí, era uma área fotográfica que valia a pena manter. Mas isso era um pedaço pequeno, porque o resto eu peguei aquelas fotografias clássicas das brigas da vacina, obrigatório, de Oswaldo Cruz, aquela coisa, tem febre amarela... Isso tudo está por lá. Deve estar. Eu fui obrigado a chamar tanta gente, gente de todas as áreas, urbanista, museólogo, bibliotecário - a biblioteca foi a única área que eu não mexi muito pois já tinha... tinha uma senhora que era uma parada. Dona Emília Bustamante era uma coisa. Uma mulher, puxa, era uma instituição aquela mulher. E mantinha aquela biblioteca, apesar de...

NB: Graças a ela.

VF: ... de todos os declínios de Manguinhos, foi a única coisa que foi mantida. Tanto assim que nas duas visitas do Presidente, a reunião com ele, onde eu falei, foi lá na biblioteca. Fiz questão de prestigiar a biblioteca. Era para me ligar... ela nunca teve contato muito forte comigo. Ela sempre foi muito reticente, muito isolada. Na realidade, é muito engraçado aquele Manguinhos. Para eu ser aceito, foi um problema muito sério. Não sei se cheguei a ser aceito por muita gente de Manguinhos. Porque inventavam uma série de coisas. Era muito ligado aos famosos cassados, eu tenho a impressão. E eu era o anti, eu era o inimigo dos cassados. Engraçadíssimo isso, né? Eu era o homem que tinha cassado os cassados. Eu era o militar, o milico. Pronto. O que eu posso fazer?

NB: Mas vem cá dr. Vinícius, tem uma coisa, tem um aspecto dessa história que é verdade que as pessoas comentam e reclamam, não é exatamente do senhor, mas de um símbolo do regime ditatorial. Quando eu cheguei lá, o que mais as pessoas falavam, é do Coronel, da vigilância interna.

VF: Olha, agora eu vou lhe dizer uma coisa. O próprio Coronel...

NB: O senhor teria criado um sistema militarizado de disciplina e de controle interno...

VF: Ah, bom, então é isso. Eu vou lhe dizer uma coisa engraçada.

NB: Que o senhor teria chamado o SNI lá para dentro. É bom o senhor falar sobre isso. A gente já comentou isso em *off*. A gente não gravou. Por isso que eu estou voltando a falar sobre esse assunto.

VF: Vale a pena. Eu acho que há uma confusão aí de duas coisas isoladas. Eu tenho a impressão que, por exemplo, quando eu li o depoimento, as entrevistas do Lobato, eu vi uma parte lá em que ele fala que eu politizei, politizei não: que eu botei polícia, não sei que dos pesquisadores, algo assim. Bom, há uma confusão aí entre duas coisas. Uma é a área de segurança interna de Manguinhos. Segurança interna. Isso que nós temos nesta rua aqui, que não está funcionando. E outra é área de segurança nacional. Bom, a área de segurança nacional, o Presidente da Fundação, o Ministro, não tinha nada a ver, porque o governo militar, os governos militares criaram uma estrutura autônoma e quase soberana. Isso a gente sabe hoje e ontem também. Quer dizer, o Serviço Nacional de Informação era um órgão que tinha uma autoridade, digamos, quase equivalente a um... eu não sei, não posso dizer uma coisa dessa, mas quase equivalente à do Presidente da República. Basta ver que o Médici foi do Serviço Nacional de Informação e Presidente, o Figueiredo foi do Serviço e Presidente. Quer dizer, era a coisa mais forte dentro do governo. Eram eles, o chamado... como é que eles chamavam? Comunidade. Então, na verdade, o que eles fizeram? Eles fizeram uma estrutura pela qual, ou de acordo com a qual, todas as instituições de governo ou para-estatais ou ligadas ao governo por algum motivo, por alguma participação, eram obrigadas a ter uma assessoria, havia vários nomes. A nível ministerial, era, acho que era diretoria, DAS, Diretoria de Segurança e não sei o que. Acho que era diretoria...

NB: DSI.

VF: DSI.

NB: Diretoria de Segurança e Informação.

VF: Exatamente, DSI. A nível de Ministro era uma DSI. Então, havia o chefe do DSI, que era um militar. O chefe da DSI do Ministério da Saúde era um Brigadeiro, muito camarada, tal, um sujeito formidável, que mora aqui perto de mim. Outro dia me encontrei com ele aí. Eu nem me lembro mais... Bom, enfim, a nível, portanto, de Ministro, gabinete de Ministro era uma diretoria. A nível de órgãos como a Fundação e outros mais, eram assessoria. Portanto, quando eu criei, quando nós propusemos a reestruturação

administrativa que está aqui, nós propusemos assim, a reestruturação reorganizacional. Era constituída, primeiro, a presidência. A presidência tinha, na presidência, um gabinete, uma assessoria técnica que, na verdade, era muito reduzida. Esse Luís Fernando provavelmente foi contratado para assessoria técnica, que era uma coisa que não tinha onde colocar. O escritório de obras. Muito curioso que na presidência tivesse um escritório de obras. Nas circunstâncias que vocês sabem, era obrigatório ter. O motor de tudo era a obra. E eu não quis colocar na administração geral. Por uma razão muito simples: na administração geral ia cuidar da administração. Senão, se o sujeito ficasse cuidando de obra, ia ser um horror. Depois ela ficou ligada à prefeitura do campus, que nós criamos também. Eu criei com esse nome até pomposo, mas ficou bonito, eu acho. Reconheço que tinha um lado assim um pouco de vaidade de criar nomes, o campus, o campus de Manguinhos. Era um campus. E é. Por que não chamar um campus, não é?

NB: Fundão não é um campus?

VF: É, é um campus. Aquilo deu a ela, à instituição, um certo nível de universidade, de instituição de pesquisa, de ensino que é.

NB: E uma certa unidade.

VF: E uma certa unidade, que é mais importante. Bom, o escritório de administração do campus, depois se transformou em prefeitura do campus. No início, era escritório de administração na presidência. A comissão geral de licitações, porque não havia. Então não se podia, de acordo com a lei, para você comprar coisa, tem que licitar ou para vender coisas. Então criei essa comissão. E a Assessoria de Segurança e Informações. Então está aí. Tinha que criar de qualquer maneira. Ninguém podia... o Ministro tinha que ter uma diretoria. Isso era uma imposição de um sistema. E o diretor de segurança e informação e o assessor, etc, eram pessoas que não eram escolhidas pelos titulares nem pelo Ministro. Eram mandadas, designadas pelo chefe, o Ministro-chefe do SNI, que designava diretamente. Não tinha nada. E ele não tinha nada que ver conosco.

NB: Essa assessoria é uma coisa diferente...

VF: Da segurança.

NB: ... da segurança do campus.

VF: Não tem nada que ver.

NB: O senhor criou? Que também não tinha?

VF: Não tinha. Pois é. Isso aí é que eu criei. Nós criamos... na verdade, na minha impressão, se há isso em Manguinhos, havia uma certa confusão.

NB: Hoje não mais.

VF: Não, eu sei, mas tempos atrás. O que deve de acontecer, Nara, é o seguinte: veja só,

como foi preciso criar uma coisa muito dura lá dentro, muito rígida, para evitar os assaltos e etc, esse serviço de segurança, de policiamento, passou a me exigir uma série de coisas. Eu dou aqui o que eu exigi.

NB: O policiamento do campus?

VF: Do campus. Não, porque o SNI não existia praticamente. Veja só...

NB: É, mas que estrutura que existia dele?

VF: Nada. Era o Coronel. Como era o nome dele, meu Deus? Gonçalves. Era o Coronel Gonçalves, um boa praça de marca maior, ótima pessoa. O fato de ser ótima pessoa não quer dizer nada. Pode ser até, coitado, um torturador, sendo boa pessoa, mas enfim, não vou ao caso. Mas eu acredito que ele era realmente e é ótima pessoa. Ele simplesmente foi indicado para Manguinhos para ficar lá. Então, a atividade dele era ele com três pessoas que ficavam lá. Eu vim a conhecê-lo quando ele veio se apresentar: “Presidente, eu sou o homem do SNI aqui dentro, etc. O senhor sabe que é assim, assim, assado”; “Tudo bem. Muito prazer. O senhor tem lá a sua área, seus servidores” Servidores que ele trouxe, que não eram pagos pela Fundação.

WH: Todo dia ele ía lá?

VF: Claro, diariamente, nunca deixou. É militar! Ele levava o negócio dele a sério. Não, é sério. O Coronel ia todo dia lá e o Brigadeiro também. Ele se correspondia.

WH: Isso já existia antes do senhor entrar?

VF: Claro que existia! Desde que houve a revolução, o movimento militar que há isso. Foi criado pelo SNI em 64.

WH: Já funcionava dentro da Fundação isso antes do senhor?

VF: Eu acho que sim. Como funcionava não sei. Tinha que existir um negócio qualquer, mas eu não sei. Não tenho a menor ideia. Como não havia Fundação, provavelmente a Escola tinha um olheiro. Eu não sei. Realmente eu não sei. Nunca perguntei ao Coronel Gonçalves também. Porque eu tinha muito boas relações com ele, mas preferia não entrar em detalhes, porque eu sabia que ia ter problema. Como tive. Vocês sabem. Então, eu preferia não entrar em detalhes. Não era muito... De vez em quando havia problemas, eu tinha que conversar com o Brigadeiro, como conversei várias vezes. Mas enfim, essa área de segurança e informações...

WH: O Brigadeiro?

VF: O Brigadeiro era o homem do Ministério. Era o diretor da DSI do Ministério. O Veloso, no Ministério do planejamento tinha uma DSI. Vamos ao caso. Na verdade, essa assessoria, eu acho que não incomodava ninguém, com exceção dessas pessoas que eram de esquerda realmente e que...

NB: As pessoas eram chamadas por ele?

VF: Não, jamais. De maneira alguma.

NB: Eu estou imaginando o seguinte: ele poderia requisitar depoimentos?

VF: Não, de modo algum.

NB: ... sem passar pelo senhor?

VF: Não, não havia. O problema era o seguinte, veja só, não havia, eu acho, eu não conheço os meandros da coisa, mas eu tenho impressão que era algo assim como o sistema da Inquisição, digamos. O SNI tinha os seus informantes e os seus meios de se informar, e passava esses meios. O chefe da coisa, na área da Fundação ou na área não sei de que, na área de um departamento qualquer aí do governo, esse chefe, ele mandava para o serviço de informação central, os nomes. Ele não pesquisava. Não era ele não. Aí vinha a coisa, de fora. Cabia a ele me mandar ou ao titular do órgão a tal ficha quando não era aceita, entende? Quando era aceita, ele nem dizia nada. Eu nem sabia. Realmente eu não conhecia a estrutura, como é que funcionava o negócio. Não sabia. Porque realmente era tudo um pouco segredo. Bem, eu vim a saber quando eu comecei a receber as fichas de não pode, não pode, não pode. Aí eu tive que dizer: “Escuta, como é isso, Coronel?”.

NB: Mas ele lhe mandou?

VF: Claro que ele me mandava.

NB: Aquelas fichas que a gente viu aqui?

VF: Todos eles. Foi ele que mandou, assinadas por ele, mas tinha que ser ele. Quem é que ia mandar? O Brigadeiro, não. Enfim, a estrutura era essa: você mandava, você fazia a pesquisa, e mandava ao titular o “não recomendável”, “não recomendável”. O titular aceitava ou não. Como eu disse a vocês, eu acho que muita gente se prevaleceu dessa estrutura, dessa coisa, para não botar pessoas, alegando que o SNI... porque como a ficha era confidencial, e você era suposto não mostrar isso a ninguém, porque senão você seria mal visto no SNI. O próprio Coronel Gonçalves me disse: “Presidente, o senhor tenha cuidado, porque isso, porque aquilo, o senhor vai ser mal visto”. Eu disse: “Coronel, está bom”. Isso não vem ao caso. A estrutura é essa. Entende? Ele não incomodava ninguém. Quem é que ele ia incomodar? Ele estava lá, era boa praça, todo mundo gostava dele. Na realidade era isso. Terminaram gostando, com exceção de pessoas de esquerda ou de não esquerda que por qualquer razão, como foi, parece, o caso do Morel, era considerado não aceitável, e que ficavam incomodados. Quando um pesquisador... mas isso a nível de pesquisador, a nível de gente de nível.

NB: Quando houve o concurso para a Escola...

VF: Bom, aí houve o seguinte: a Escola abriu um concurso. Isso eu não estava como

Presidente. O concurso foi realizado antes.

NB: Antes do senhor entrar?

VF: Eu tenho impressão que sim. Não? Foi realizado na minha gestão?

NB: O concurso foi para a Escola de Saúde Pública, quando o senhor chegou, o Arouca não estava lá.

VF: Não, não estava lá.

NB: Ele veio na sua gestão.

VF: Veio comigo, é claro. Quem nomeou o Arouca fui eu. Quer dizer, foi com o apoio do Ministro. Eu o nomeei, mas eu não me lembro desse detalhe. Eu não sei se a Escola já tinha feito o concurso ou se a Escola fez comigo.

NB: Foi 77.

VF: Não, foi bem antes. Não, não foi não em 77 não. A ficha, é de quando essa ficha?

NB: De 78.

VF: Ah, é? Bom, então eu estou totalmente equivocado. Então ela fez. O problema é o seguinte: a Escola... É, eu abri, provavelmente. Não me lembro. Esses detalhes eu não sei.

NB: O concurso eu acho que foi em 77.

VF: Agora, veja só, apesar do centralismo do Presidente que acusavam, eu dei muita autonomia às entidades. A Escola tinha muita autonomia. Tinha até demais, eu diria, que me criou tanto problema por causa dessa autonomia. A Escola tinha muita autonomia.

NB: Que problema que eles criaram?

VF: Nesse nível, assim, de insubordinação, de repente um deles dava altas entrevistas espinafando o governo, como Eduardo Costa fez várias vezes. E aí vinha o negócio para mim. A imprensa toda vinha lá para falar com o Presidente. Chamava o Eduardo. Deram muitos problemas desse tipo. Realmente a Escola tinha um grupo que era um grupo de ativistas políticos. Não tem dúvida sobre isso. Agora, como eu já tinha sido ativista político de esquerda, eu compreendi aquilo perfeitamente. Estavam na deles. Agora, realmente, a essa altura, a Assessoria de Informação lá dentro não fazia nada, entende? Porque não era com eles mais. Aí era comigo. Se um da Escola ou um outro qualquer dava uma entrevista ou falava, espinafava o governo, etc, etc, etc, a assessoria não tinha mais nada com isso.

NB: Nunca eles se dirigiram ao senhor de forma desrespeitosa?

VF: Não, eu acho que isso nunca houve realmente. A única pessoa que teve um certo

atrato e na minha casa, eu já estava morando em Manguinhos, foi o Arlindo. Porque o Arlindo é muito... Arlindo... É. Ele é muito... realmente uma pessoa muito... parece que a gente teve um certo... mas não chegou a ser desrespeitoso nem nada.

NB: Havia diferenças e divergências, mas não havia...

VF: É, nesse dia houve, na minha casa, até 3 horas da manhã, discussão, pá, pá, pá...

NB: O que ele queria?

VF: Discutir as políticas.

NB: Dentro da Fundação?

VF: É, na minha casa. Não era na Fundação. Na casa da Fundação, mas eu morava lá. Eu convidei-os, ele, o Eduardo e outros assim para discutir. Eu disse: “Olha, o que vocês querem realmente? Vamos falar claro e franco. Aqui está um homem como vocês que já teve atividade política, etc”. Enfim, mostrei a eles o que eu era. O que eles estão querendo? O que a gente vai fazer aqui? Quer dizer, havia, num grupozinho da Escola, um objetivo de criar atritos. Atrito. Não era comigo. Atritos com o governo. Tinha que fazer. Depois eu vi.

NB: Via instituição?

VF: Via instituição. Exatamente. Havia esse objetivo. É evidente. Bom, no caso do SNI, voltando ao SNI, essa assessoria portanto era um órgão que era absolutamente indispensável. O titular de uma entidade como Fundação, Departamento [Nacional] de Obras Contra as Secas, DNCOS, seja lá o que for, tinha que ter uma assessoria dessa. A função deles era de ter contato direto com o SNI. Então, e sobretudo, para o caso de admissões e o que eu achava extremamente estúpido, que eu estou dizendo agora, que eu disse na época, o caso de saídas das pessoas para o exterior. Um pesquisador que ia para o exterior, ele tinha que pedir licença. Ainda hoje se faz. Bom, essa licença, essa licença passava pelo SNI. Por isso que o Morel tem dois, duas recusas. A recusa para ser admitido e a recusa para ir para o exterior. Bom, então vinha o negócio: não pode sair do Brasil. Meu Deus do céu, mas por que não pode? Mas, na realidade, era um negócio meio ingênuo, meio bobo, ingênuo até certo ponto, porque vinha para cá, eu dava autorização, o cara saía. Aliás, eu dava, não, o Ministro dava. Pior era isso.

NB: O senhor tinha que encaminhar.

VF: Eu encaminhava, mas o Ministro sempre aceitou. Sempre assinou os negócios que eu mandava. E ele sabia que o Brigadeiro falava com ele: “O dr. Vinícius está exagerando, tá, tá, tá”. Coitado. Ele estava na posição dele. Ele tinha lá obrigação de cumprir as ordens do SNI. Bom, mas enfim, voltando ao que eu estava dizendo. A minha experiência pessoal, fundada no que eu mostrei a vocês e vou mostrar agora, é de que o SNI podia ter uma atividade extra-governamental, a nível realmente de subversão, etc,

muito forte. Talvez hoje a gente está vendo que não era tanto assim, que era muito mais órgãos das forças armadas. A gente sabe disso. Os Cois, os Doi-codis, o Cenimar. Eram esses os que faziam o horror. O SNI, na verdade, parece que não tinha muito isso. Não era o SNI. Na verdade, não sei se isso vale a pena a gente estar gravando isso, porque isso não é o caso de Fundação, nós estamos numa digressão. Na verdade eu tenho a impressão que funcionava assim: a Inquisição fazia inquirição. Aí jogava no Doi-codi, entende? Inquisição tirava a mão. Braço secular toma conta. O braço secular não era o braço secular, era o braço militar. Talvez fosse isso. Porque na realidade, como se explica que eu tinha... que força eu tinha para dizer: “Eu vou nomear.” Mas não era uma vez. Eu nomeei 20, contrariando a opinião do SNI. Como se explica que eles aceitassem, não é? Não é estranho? Eu mostrei a vocês a quantidade de fichas, vou mostrar agora, porque não foi gravado, e eu recebi, recusando...

Fita 11 – Lado B

VF: É, foi isso, eu estava, eu fiz o concurso. Na realidade, as pessoas da Escola, por exemplo, que foram, enfim...

NB: O maior número foi da Escola, não foi?

VF: É, o maior número foi da Escola e dos projetos depois, o PEPPS e outros projetos assim, que eram com a participação da OPAS. Enfim, participação, eram projetos conjuntos, etc. Bom, mas também houve o caso como o Morel e outros assim. Bom, meu raciocínio é o seguinte: o SNI tinha uma importância fundamental no governo. Agora, como se explica que um homem do nível de segundo escalão como eu era, numa Fundação que não era uma coisa essencial, pudesse ter o topete de nomear uma pessoa, contrariando a opinião do SNI. É porque esse SNI não era o bicho-papão que se dizia. Eu acho. Realmente, se fosse, eu disse da outra vez, se fosse uma instituição como a Gestapo, eu não teria me atrevido a isso. Confesso tranquilamente. Se fosse uma Gestapo, eu não faria isso. Gestapo proíbe um judeu. Não posso nomear um judeu. Se fosse isso lá na Fundação, tirava a metade, mas enfim.

NB: De qualquer maneira o senhor disse que o Ministro também apoiava.

VF: Claro.

NB: O senhor teve alguma dificuldade com aqueles nomes? O senhor lembra de alguma dificuldade?

VF: Não, um nome que realmente deu problema foi o Morel. Muito problema.

NB: Com o Ministro?

VF: Não, não com o Ministro. Porque o Ministro não sabia quem era.

NB: O senhor foi até o SNI no caso do Morel?

VF: Eu conversei com o Brigadeiro porque o caso do Morel foi o seguinte: eu não sabia quem era o Morel. Eu já mostrei isso a vocês. Não sabia, nem podia saber. Não estava entrosado no meio de pesquisa biológica etc. Mas, sobretudo, o Lobato Paraense, que ainda era o homem que me dava aconselhamento e queria repovoar Manguinhos, ele sabia que o meu objetivo era repovoar Manguinhos e rejuvenescer Manguinhos. Então ele dizia: “Bom, a área de biologia molecular, é uma área essencial.” Nós já tínhamos até conseguido trazer o Galvão, que era um homem de imunologia, etc, que foi realmente uma ótima aquisição para a Fundação.

WH: Bernardo Galvão?

VF: Bernardo Galvão, que está na Bahia agora. E era ligado ao Morel. Se ligou a ele e vários outros. No caso do Morel foi o seguinte: quando houve a recusa do SNI, eu disse: “Bom, está recusado. O que que a gente faz?”, aí eu mostrei ao Lobato: “Não posso nomeá-lo, está sendo recusado”. Ele disse: “É uma pena porque é isso, é aquilo, ele é essencial, é muito bom”; “Bom, vamos procurar outro, dr. Lobato?”; “Vamos, vamos procurar outro, etc.” Mas não ia procurar ninguém. De repente, aquela coisa foi azucrinando, aquela coisa de por que? Então eu resolvi saber por quê. Já tinha perguntado em outros casos por quê e, aparentemente, o Brigadeiro também não sabia por quê.

NB: Não disse?

VF: Não, ele não me disse nada. Depois é que disseram, que eu acho que o Morel pensa que é isso, talvez tenha sido, que ele é casado. Ele é casado com a sobrinha, com a filha...

WH: Com a filha do Evaristo de Moraes.

VF: É, um negócio inteiramente sem sentido, mas realmente, por aí se mostra, se foi realmente isso, e é provável que tenha sido, se documenta, no meu ver, a fragilidade dos argumentos do SNI.

NB: Mas o senhor disse o que para o Brigadeiro? Tipo o que? Ele entrou?

VF: Não, ele entrou. Eu disse: “Vou nomear.” O que eu quero dizer é o seguinte: ficava comigo a decisão. Se o Ministro também não quisesse, o Ministro não queria, acabou. No caso do Morel, eu mandei ao Ministro o projeto do Morel. Esse que ele desenvolveu para esses americanos. Mandei a ele. Eu mostrei isso a vocês, o ofício que eu fiz a ele, encaminhando o nome do Morel, dizendo, não encaminhando, dizendo que nomeei. Pronto. E mandei a ele o projeto. Quer dizer, eu mostrei ao Ministro o seguinte: “Ministro, pelo que eu estou sentindo dentro da instituição, é uma área fundamental - ele sabia melhor do que eu, como bom cientista. Este homem é um professor da Universidade de Brasília. Já é do serviço público dentro de uma instituição em que ele é muito mais perigoso como subversivo. Eu não estou entendendo como é que um professor em Brasília não pode ir para pesquisador em Manguinhos. Em Manguinhos ele vai ficar restrito. Então não vai ter contato para dissolver a cabeça dos jovens. Não tem nem jovem para ele subverter”. Um negócio totalmente cretino.(risos) Esse argumento não sei se... ao

Brigadeiro eu disse a mesma coisa: “Brigadeiro, me desculpe, mas isso é um negócio idiota. O homem é professor em Brasília. Para mim era uma coisa sem problema. Mandei, quer dizer, não mandei, vocês fizeram a ficha porque é obrigado fazer. Aí vem com um negócio desse? O senhor me diz por quê?”. Aí eu escrevi uma nota particular ao Ministro, que não ficou nos meus arquivos, porque eu rasguei, dizendo exatamente isso: “Ministro, pondero o seguinte: o homem é professor. Não o conheço pessoalmente. Mas dizem que é um excelente pesquisador, um projeto muito bom, financiado por fora, etc, com apoio de entidades internacionais. Segundo, professor na Universidade de Brasília. Logo, já passou presumidamente pelos meandros do SNI. Não pode ter sido antes da revolução de 64, porque ele é jovem. Não teria tempo - talvez até tivesse - de ter sido nomeado antes de 64. Então se foi nomeado e o SNI não descobriu que era subversivo antes, por que vai descobrir agora? Por que ele vem para a Fundação?” E o Ministro topou.

No caso da Escola foi diferente, quer dizer, não foi diferente. No caso da Escola eu fiquei com raiva realmente. Aí eu fiz uma nota dura para o SNI. Eu disse a ele: “Olha, primeiro, foi feito um concurso público aberto pela instituição. Segundo, esse concurso, houve uma inscrição. Se vocês queriam fiscalizar a subversividade dos candidatos, deveriam ter fichado essa gente na época do concurso e não depois - mas eu não tinha razão? Digam?

- Por que vocês não adotam agora? Se inscreve, todo mundo vai ser fichado, vai pesquisar. Mas não deixar que termine o concurso”. Mas não fizeram. Então o camarada passou em primeiro lugar: “Aí eu não posso, agora, nomear? Só posso nomear o 3º, 5º, 10º, por que agora o cara é subversivo? Que história é essa? Fiscalizem antes”. Aí o Coronel Gonçalves me apoiou. Quer dizer, me apoiou entre nós: “Coronel, você está vendo que eu não posso fazer um negócio desse, Coronel. Me desculpe”; “Ah, Presidente, mas o senhor vai ficar mal. O senhor sabe. O senhor vai ficar mal”; “Não Coronel, eu não posso fazer nada. Não vou ficar mal”. Ele disse: “É, o senhor tem razão, porque realmente isso é um absurdo”; “Por que não fizeram antes, Coronel?”; “Ah, não, porque não recebi ordens”; “Então, azar. Azar seu”. Ora bolas, que coisa mais idiota! E o negócio de viagem era mais estúpido ainda. Meu Deus, por que o camarada ia sair daqui para fazer subversividade na França ou nos Estados Unidos? Já pensou que coisa mais doida! Se era para fugir do país, podia ter fugido antes, não é mesmo? Eu quero mostrar com isso a fragilidade, repito, desse sistema. E que se eu fui capaz, sem problemas, de fazer uma coisa dessa, nomear esse número de pessoas que a gente pode daqui a pouco mostrar todos, não é, é porque era possível fazer-se isso a nível de outros órgãos.

Eu sei, por exemplo, no Ministério do Planejamento algumas pessoas de lá foram recusadas ou foram ditas assim ao Ministro Veloso que não era aconselhável. E ele nomeou. Quer dizer, não era, repito, um bicho-papão. Muita gente usava o SNI como pretexto: “Ah, o SNI não deixa”. Ou então eram pessoas pusilânimes. Não quero dizer que eram pusilânimes no sentido de eu ser o corajoso. Não é isso que eu quero dizer. Como acabei de dizer, se fosse uma Gestapo, eu não teria coragem. Realmente não ia enfrentar uma Gestapo. Mas não era uma Gestapo. Então, se não era uma Gestapo, muita gente poderia ter feito o que eu fiz. Agora, o outro lado, a outra coisa que amedrontava,

e que o Lobato fala, foi a segurança interna do campus. Agora vejam as coisas curiosas: vocês usam hoje crachá para entrar em Manguinhos? Usam. Alguém reclama desse crachá hoje? Não é um hábito? Quando você entra num prédio qualquer aqui da Barra, não tem crachá? Qualquer um. Qualquer bobagem hoje. Pois bem. Sabe por que houve essa rebelião? Para não usar um crachá, mas foi um horror. Os pesquisadores se acharam ultrajados porque eu queria que eles usassem crachá. Porque queria que um carro, quando entrasse em Manguinhos, se identificasse. Hoje na minha rua tem uma cancela que identifica. Bom, não identificou ainda ninguém, mas deveria identificar. Por isso. Então eles acharam que eu estava policiando as pessoas.

NB: Aí essas coisas se superpuseram?

VF: Se superpuseram. É. Policiamento para isso. Agora, o uso de crachá foi um problema. Eu tenho a impressão que eu saí da Fundação, ainda não tinha conseguido impor o crachá. Foi um movimento tão forte contra o crachá, por incrível que pareça, essa coisa é anedótica, sobretudo nos famosos, alguns pesquisadores, uns visitantes importantes etc. Coisa idiota. Outra coisa: como criamos estacionamento no campus, que não havia nenhum estacionamento, nada, nada, nada, então eu mandei... - eu não, as pessoas que entendiam do assunto. Isso foi entregue a pessoas que conhecem, porque eu não ia fazer urbanismo, chamei pessoas que dividiram o campus em áreas de estacionamento concentrado, não sei o que, coisas assim. E tinham as áreas: estacionamento A, estacionamento B, sei lá.

Então o mais fácil, como qualquer entidade hoje, meu filho estudava na UFRJ, tinha o crachazinho dele do carro para ir para o estacionamento. Até uma vantagem. Pois outro problema. Que eu estava identificando, tal, pá, pá, pá. Porque o serviço de polícia, o policiamento interno do campus me pediu para impor isso. Era o mínimo que eles podiam fazer. Que aí você sabia que você ia, você tinha a sua vaga garantida no estacionamento A ou no estacionamento B. Não, mas aí foi um absurdo: “Eu estava policiando todo mundo”. Foi esse o problema. Me espanta que o Lobato tenha dito isso. Talvez o próprio Lobato também pensava assim, que é um absurdo identificar uma pessoa numa entrada de um campus. Quer dizer, esse foi o problema maior.

WH: Eu estou querendo perguntar um pouco a questão da saúde pública, dos cursos da ENSP. O senhor chegou a pensar, propor, a trabalhar junto com esse grupo em novas áreas dentro da ENSP. Porque essa é uma época da qual a gente até falou um pouco, em que começa a se propor o PIASS, até me surpreendeu, ter saído uma proposta do IPEA que se articulou junto com o Ministro da Saúde, Ministério da previdência, da Educação. Ele chegou de alguma forma à ENSP? O senhor teve contato com essa área? Ou era uma coisa mais isolada, que o grupo da ENSP fazia, articulava ou o senhor tinha também alguma participação?

VF: Não, eu diria o seguinte: no caso da ENSP, tirando esse lado meio subversivo deles que não era nem subversivo, era para chatear, enfim, coisinha de... Eu era absolutamente solidário com a opinião deles. Porque eu era um homem de saúde pública,

como vocês sabem. Quer dizer, a ENSP era uma escola de saúde pública que tinha como objetivo formar médicos de saúde pública, de prevenção, e não médicos de saúde individual, de clínica etc. Quer dizer, era tudo aquilo com que eu havia aderido há muito tempo. Entende o que eu quero dizer? E os programas deles, eu conheci, eu discuti com as lideranças da Escola, inclusive as lideranças mais duras do ponto de vista político, e eu concordava, quer dizer, eu não concordava, eu coincidia com as minhas opiniões. Eu diria o seguinte: a Escola tinha uma atividade que eu considerava uma atividade muito boa. Talvez a gente tenha discutido algumas mudanças, alguns cursos novos. Uma área que realmente eu entrei foi nessa, foi na... como é que se diz? Da articulação a nível de estados. Realmente a Escola...

NB: A regionalização.

VF: A regionalização. Nós chegamos a fazer cursos regionais. Aí foi realmente uma ideia, não sei se foi uma ideia minha ou não sei. Não diria que foi uma ideia minha, mas pelo menos foi uma ideia que eu...

NB: Encampou.

VF: ... encampeei ou que eu desenvolvi. Eu não sei se ainda existe isso.

WH: O senhor apoiou, no caso.

VF: Totalmente. Ou se não foi, também, um pouco de ideia minha. Porque a essa altura a minha ideia era a seguinte: a Fundação tinha que ter uma vista, uma visão nacional, muito mais nacional do que ficar aqui Manguinhos, comunidade de... como é? Da favela adjunta e coisas assim. Uma ampliação nacional. E além do que eu estava tentando fazer, como fiz em alguns casos, convênios com a secretaria de saúde dos estados. As mais atuantes tiveram uma atividade muito grande com Manguinhos. Por exemplo, o Jair Soares, no Rio Grande do Sul, a gente teve um entendimento muito forte, muito bom. Em São Paulo, era o Walter Leser, que era meu amigo íntimo, pessoa, inclusive o filho estava lá. Mas o filho dele não influía, na verdade, que era outro tipo de atividade. E do Rio era menos, porque o Rio não sei, mas a gente não tinha muita atividade com o Rio.

NB: Mas esses convênios era para fazer o que?

VF: Eram convênios muito genéricos, Nara. Mas era fundamentalmente para isso. Para formação de pessoas ligadas à saúde pública, regionalização do curso. Porque o que eu senti e talvez alguns professores, Luís Fernando e outros lá da Escola...

WH: Luís Fernando Ferreira.

VF: É, Fernando Ferreira, o próprio Arlindo, Eduardo, etc, as lideranças intelectuais da Escola, eu não me lembro bem os nomes, lembro mais desses assim que eram os mais de brigar etc. O Arouca não estava ainda lá. Ainda não era uma liderança na minha época, o Arouca. Não era. Realmente eu acho que você tem razão: ele entrou em 77. Bom, mas

com essas pessoas a gente esteve vendo a necessidade de você formar gente fora. Era muito caro trazer um rapaz para aqui. Nós não tínhamos como dar bolsas. Então houve todo um projeto de conseguir bolsas. Mas conseguir uma bolsa era muito complicado, porque o CNPq, com quem a gente tinha um excelente contato, inclusive pessoal, afetivo, durante a gestão do Linaldo e outros assim, me dizia: “Bom, mas é muito difícil. Como é que a gente vai aceitar uma coisa dessa?” Os meus comitês, eles tinham aquelas comissões, não aceitavam. Era uma coisa muito voltada para pesquisa de laboratório, aquele negócio todo, entende? Então não dava.

NB: A saída foram as secretarias?

VF: Aí a nossa ideia foi sair para as secretarias. Em vez de gastar uma fortuna trazendo uma pessoa para cá para manter 2 ou 3, 4, vamos amplificar isso. Os professores vão para lá. E isso, eu acho, não me lembro de detalhes, a Escola topou na hora, as lideranças da Escola. Se não foi deles também a ideia, em parte deve ter sido, a gente discutiu esses assuntos, e isso foi realmente uma inovação na minha gestão. Inovação...

WH: Até porque, era uma discussão que estava...

VF: É, estava na ordem do dia.

WH: ...em voga. O PIASS era um programa de interiorização, de levantamento nos estados. A coisa era do Ministério ir para os Estados...

VF: Ir para os estados. E a gente fez muito isso lá na área do Ministério. O Ministro da Saúde, dr. Paulo, era um homem de interior, de ir para fora e fazer visitas longas nas áreas de atividades. Realmente, o Ministério estava muito voltado para a ação de saúde pública no interiorão. Ele era para isso. A Escola participou bastante disso realmente. Eu acho que, afora isso, foi a coisa realmente importante. Eu não diria que foi uma coisa que eu fiz ou alguém fez assim, mas que foi implantada na minha gestão. Afora isso, realmente, a Escola funcionava, no meu entender, muito bem, aparte esses problemas que davam de vez em quando, que eram problemas políticos.

NB: O senhor não falou do Conselho Técnico Científico. Como é que ele foi formado? Quem o senhor chamou? Se ele lhe assessorava, lhe ajudava, inclusive nesse tipo de relação com os pesquisadores. Como é que era? Era um Conselho formado por que tipo de pessoas?

VF: Na verdade o que aconteceu foi o seguinte: eu senti necessidade de um apoio a nível científico, universitário, de alto nível, porque o que acontece é que como Presidente da Fundação era eu e as pessoas que me cercavam, e não eram tantas. Como eu mostrei isso, a pessoa que me dava maior assessoramento na área de pesquisa era o Lobato Paraense e, junto a ele, algumas pessoas que aos poucos foram se aproximando, mas não havia realmente, mesmo até quase que praticamente o final da minha gestão, não havia uma participação muito intensa do pessoal de pesquisa. Eu acredito que em parte, grande parte, quase que fundamentalmente não foi nem por não terem aceito, como às vezes eu digo,

mas foi por que é da natureza do pesquisador. Se ele é um pesquisador, ele está voltado para aquela atividade dele, etc e tal. Quer dizer, participar e tal, discutir, eu ficava muito aborrecido porque não havia ressonância. Na verdade, eu vi depois que não havia ressonância porque não havia porque ressonar aquilo que eu estava falando. Quer dizer, o pesquisador estava a fim de ver o caramujo, enfim, o negócio dele. Mas o plano global da pesquisa, o lado nacional, social, econômico, não é deles. Por isso é que realmente eu acho, desculpe essa digressão, que uma instituição como aquela será bem administrada por alguém que não seja especificamente um pesquisador. Por isso que Oswaldo Cruz não era um cientista. Se fosse cientista de laboratório, de ficar em cima do microscópio eletrônico, era provável que não fosse muito adiante. Não tinha tempo para fazer as outras coisas. Realmente não tem. Ou você fica no seu laboratório fazendo as suas pesquisas em profundidade, sendo obrigado a ler 300 artigos científicos para se atualizar, ler tudo quanto é revista por aí, ou então você presta atenção à instituição. Você tem que ver essa instituição como um todo, você tem que ver o que está por fora disso tudo. Quer dizer, vai ser um administrador de ciência, e não um cientista. Então eu acredito que em grande parte essa não colaboração, se deve ao caráter intrínseco do pesquisador ou do cientista. Ele está voltado para aquilo dele. A minha linguagem para eles era algo novo, digamos, com exceção de vários, alguns que estavam voltados para a sociedade de progresso, como é? SBPC, Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência. Afora talvez esse de vez em quando, que politizava um pouco, tinham uma ideia. Mas eu acho que em grande parte foi por isso. Além do que, a própria instituição, como eu mostrei a vocês, não tinha muita credibilidade. Ninguém acreditava que houvesse condições de se melhorar aquilo, só aos poucos.

NB: Pois é. Aí como é que é? E daí o senhor chamou quem para esse Conselho?

VF: Aí nós tivemos a ideia, eu basicamente, de criar algo de cima, quer dizer, que pudesse me dar uma assessoria. E aí eu tive que buscar nomes.

NB: Fora?

VF: Fora. Porque a ideia era ter nomes de fora. É o que eu digo aqui, que eu vou ler daqui a pouco, dentro das minhas ideias para o futuro. Esse Conselho não teve a função que eu previa aqui, porque eu estava prevendo uma coisa bem mais atuante. Desse Conselho, eu queria: primeiro, que desse respaldo ao Presidente de Manguinhos, da Fiocruz, um respaldo científico, para ajudar, digamos assim, na sua credibilidade. Quer dizer, um grupo de cientistas, de professores de renome nas várias áreas da Fundação, daria um certo respaldo. Não só o respaldo externo, mas o respaldo interno. Seria uma documentação, uma prova, um testemunho de uma certa aceitação da Fundação. Quer dizer, a Fundação está realmente em condições de ir adiante etc. Isso foi uma preocupação muito grande minha, porque, como eu disse a vocês, houve a recusa de muita gente em ir para Manguinhos. Eu cheguei e, por uma razão ou por outra, as pessoas não acreditavam. Então não acreditavam, não queriam ir para lá. Eu tive que, aos poucos, ir formando, pegando a laço quem queria ir para lá. Na realidade foi isso. Peguei o Guilardo que eu conhecia há muito tempo, era paraibano, foi da universidade, e estava, de certa forma,

sobrando. Se não estivesse sobrando, talvez ele nem tivesse ido. Ele estava aqui na Escola Superior de Guerra como instrutor, quer dizer, estava no nada. Era o lugar em que se ficava sem fazer nada. E por isso ele topou realmente. O Lobato eu não sei. O Lobato talvez tenha sido um caso diferente. O Lobato estava muito ligado a Manguinhos. Não sei. Topou. Acreditou que era possível, etc. Agora, muitos outros não.

NB: O senhor lembra os nomes do Conselho?

VF: Vou. Está aqui o nome deles. Ainda estou nas digressões. Por que o Conselho? Então foi preciso, eu achava que era necessário ter uma coisa dessa. Então, eu tenho um documento aqui... eu vou pegar o outro. Não, é importante. Pára um pouquinho aqui. (*interrupção de fita*). Eu estava falando portanto desse Conselho.

NB: Do Conselho Técnico Científico.

VF: Na realidade, o que havia? Uma presidência, que era...

NB: O senhor.

VF: ...que era eu com um grupo de pessoas, etc, e as unidades, cada uma na sua área. Eu praticamente deveria pensar por tudo isso; quer dizer, em princípio, porque não tive apoio.

WH: O senhor fazia reuniões?

VF: Fazia sempre reuniões. Mas eram reuniões internas com as pessoas da própria instituição, com as quais era difícil às vezes você discutir. Por exemplo, você discute com pessoas que estão interessadas nos seus problemas. E como eu disse, a Escola não tinha nada a ver com o IOC. Antes da minha gestão ela estava inteiramente por fora. À Escola não podia interessar essa coisa de participar da Fiocruz, desde que o órgão principal era um órgão em decadência. Entende o que eu quero dizer? Então, a Escola tinha que se preservar, a Escola tinha que se manter à parte realmente. Ela estava na dela, porque se fosse entrar naquela brigalhada lá, ela ia ser prejudicada. Eu entendo que a Escola teve um posicionamento muito sábio, porque não se meteu na bagunça do IOC. O IOC é que era o brigador, é que tinha dado o Rocha Lagoa, é que tinha dado os cassados, é que tinha dado as brigas. Então era muito difícil você reunir pessoas com opiniões e interesses antagônicos para ter uma visão de conjunto. Como eu mostrei, o Fernandes Figueira via na minha gestão a possibilidade de ir para lá, que era um horror para eles irem para Manguinhos, e perder o hospital deles que fica na Rui Barbosa. Quer dizer, não havia portanto. O pessoal do IOC via os problemas deles, das suas pesquisas. Então, você tinha necessidade de ter uma visão maior, não só para mim internamente, para mim pessoalmente, mas para fora. Quer dizer, discutir com pessoas de nível, que tivessem participando das várias atividades e que pudessem dar esse respaldo.

NB: Era uma forma de legitimar o seu trabalho.

VF: Digamos, de legitimar o meu trabalho. Exato. Pronto. Vamos chamar assim. Então,

por isso eu convidei as pessoas desse Conselho, compusemos um Conselho, e que era constituído do Presidente e os dois vice-presidentes, o Lobato, que era de pesquisa na época, e o Guilaro, de recursos humanos. E aí eu fui buscar pessoas em cada área. Por exemplo, Academia Brasileira de Ciências era uma entidade que existia, que existe, e que é representativa. Academia Brasileira de Ciências tem que ser representativa. Eu falei, uma coisa que hoje eu vejo, eu não sei porque me escapou na época, Academia Brasileira de Medicina, que era uma coisa essencial, e que nem passou na cabeça. Eu acho que é porque...

NB: Academia Nacional de Medicina?

VF: De medicina. Mas não tinha. Academia Brasileira de Ciências, eu busquei lá o Aristides Pacheco Leão, que era uma pessoa conhecida, etc.

NB: Aristides tinha sido de Manguinhos.

VF: Ele foi de Manguinhos. Pessoas que tivessem um certo passado, uma certa experiência. Claro que pessoas de fora do Rio também, quer dizer, que não fosse representativa também de outra entidade. Nós tínhamos um acordo muito estreito com o Instituto Adolfo Lutz.

NB: De São Paulo?

VF: Muito estreito. De São Paulo. Com o qual nós tivemos vários convênios. Eu não sei como está agora. Mas tivemos vários. E criamos o Instituto de Qualidade, que aí chamamos de qualidade, em São Paulo, que eu acho que acabou, com o convênio com a OPAS e com o Instituto Adolfo Lutz. Evidentemente, o Instituto Adolfo Lutz nos dava um dos representantes do Conselho, que era o seu próprio diretor, que na época era o Taunay, Augusto Taunay era o diretor. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, aí eu fiz questão de buscar um nome de peso ou dois nomes de peso. O próprio reitor, que depois era reitor, o Muniz de Aragão. E aí eu fui buscar o Carlos Chagas, que foi o mais arredo. Esse foi duro porque... mas esse eu fiz questão de tê-lo no Conselho.

NB: E por que, dr. Vinícius?

VF: Porque o Carlos Chagas não estava acreditando na Fundação. Não sei. Ele participava de outras opiniões. Ele achava que o governo... eu não sei. Eu sei que me disseram...

NB: Ele recusou?

VF: Hein?

NB: Ele recusou o seu convite?

VF: Não, eu sei que mandei falar e me disseram: “Olha, é muito difícil”. Então eu telefonei para ele: “Professor, quero visitá-lo”. Aí nós tivemos na universidade, no laboratório dele, uma conversa longa. Eu acho que eu falei claramente o que eu pensava

de tudo, etc, e ele felizmente aceitou. E ficou no Conselho até eu sair. Não sei se ainda existe esse Conselho. Existe?

NB: Existe.

VF: E ele ainda está nesse Conselho?

NB: Eu acho que sim. Eu acho que ele participa sim. Pelo menos nos da Casa de Oswaldo Cruz ele participa.

WH: Da Casa de Oswaldo Cruz ele participa.

NB: Mas a Fundação também tem um Conselho Técnico formado por pessoas de fora. Até hoje.

VF: É, eu tinha dado um outro... Bom, enfim, da Fundação, da Universidade do Rio de Janeiro, portanto com a qual a gente tinha um contato grande também, através do Aragão. E o próprio Chagas tinha, com a Fundação, uma série de contatos de pesquisa. Ele tinha, através do CNPq, uma série de coisas com o próprio pessoal da Fundação... Então ele aceitou.

Fita 12 – Lado A

NB: Então? E o Adolfo Lutz está faltando mais alguém?

VF: Está, está faltando o Instituto Evandro Chagas que tinha participado de Manguinhos. Eu quis homenagear convidando o diretor do Evandro Chagas para participar do nosso Conselho. O Evandro Chagas de certa forma, a essa altura, eu acredito, que ele tivesse um tanto resabiado pelo fato de eu ter isolado. A esta altura a Fundação já era um sucesso, então ele ficou de fora, então era uma maneira de... e também de colaborar porque era uma pessoa que tinha uma experiência, o Instituto. Depois, o Simões Barbosa que era da Universidade de Brasília.

NB: E o Evandro Chagas que o senhor não falou o nome?

VF: Carlos Chagas.

NB: Não, do Instituto?

VF: Instituto era Paula Pinheiro, Francisco de Paula Pinheiro era diretor, não me lembro mais como ele era, depois o professor Frederico Simões Barbosa que era um homem da Universidade de Brasília ligado a área biológica que é como talvez vocês saibam, não é, muito conhecido.

NB: Foi da ENSP depois?

VF: Foi da ENSP também era, mais ou menos pessoas com um passado voltado par isso.

Bom, havia como há na Fundação um Instituto Fernandes Figueira, materno infantil, então eu busquei um homem ligado a essa área, essa foi a mais difícil mas consegui um professor que era o Golbert, Golbert Araújo Costa, professor da Universidade Gama Filho.

WH: Também foi do IOC ele não é?

VF: Eu acho que ele já tinha passado pelo IOC. Na realidade eu procurei nomes mais ou menos ligados, quer dizer, notáveis nas suas áreas respectivas e eu acho que até dei sorte porque todos eles deram uma excelente contribuição. Tinha o Guilardo e aí um homem da iniciativa privada, aí eu não sei quem me indicou Kurt Politzer, esse homem seria ligado às indústrias farmacêuticas como eu estava muito interessado em peitar as indústrias farmacêuticas busquei um homem que não era representante dos grandes, mas dos pequenos, não foi uma boa aquisição.

NB: Não? Por que? Não contribuiu?

VF: Não, teve uma atuação muito restrita. Depois foi o Torres Barbosa que era também um homem de pediatria do Hospital dos Servidores do Estado, depois teve o Guilherme Bier, Otto Bier, muito conhecido no Instituto Butatã, porque nós estávamos em grande ligação com São Paulo, eu sempre achei que a Fundação devia ter um pé em São Paulo, por isso é que fiz muita questão de fazer um acordo com Adolfo Lutz, com Butatã para criar esse instituto lá com o OPAS e assim por diante; um projeto que eu ainda não falei, a gente fala em qualquer momento desses. Depois, evidentemente, o Muniz de Aragon, depois o Zeferino Vaz da Unicamp e o Andrade, o Zilton Andrade que era o homem da Bahia, Universidade da Bahia ligado à Fundação através do núcleo de pesquisa.

NB: Do Gonçalo Muniz.

VF: É, do Gonçalo Muniz mas que estava já na universidade. Era um nome, não é, o Zilton Andrade era um nome na época em parasitologia, esse negócio todo.

NB: E continua sendo.

VF: E continua sendo.

NB: O senhor chegou a fazer reuniões com essas pessoas?

VF: Mas claro, havia reuniões mensais.

NB: Ah é?

VF: Todo mês havia uma reunião e todos eles vinham, tive esse prazer de ter com eles uma reunião mensal.

NB: É o teor das discussões era sobre...

VF: Bem, era o seguinte, primeiro nós levamos para a discussão... era um dia de discussão, era um dia inteiro. Almoçávamos em Manguinhos e assim por diante. Primeiro de tudo, eu levei a reorientação chamada de programática de Manguinhos, então aquela ideia da atuação por objetivos, os programas, os projetos, o laboratório e assim por diante. Evidentemente que aí eram coisas que muita gente participava, outros não, mas de modo geral as pessoas participavam. Houve sempre uma participação muito grande, era um Conselho Consultivo, não era deliberativo mas muitos deles pensavam que era deliberativo e eu, como presidente, nunca deixei de dizer que podia também ser. Levei muito em conta, tanto assim que o projeto de reestruturação foi aprovado a nível de Conselho Consultivo, de Conselho Técnico Científico e nós formalizamos uma ata e o pessoal assinou e isso foi levado para o Ministro. Vejam só, não é só porque eu achasse isso... eu continuo achando muito importante, tanto assim que ao Ministro, eu dou uma ideia para ampliar esse Conselho mas é porque se um presidente chamado leigo compunha uma série de coisas numa área específica científica era bom que pessoas de várias áreas ligadas a isso dessem uma opinião, não é, e felizmente davam. Como eu disse a vocês, foi preciso estudar muito, ler muita coisa para poder falar, tanto assim que eu nunca esqueci o Zeferino Vaz, que um dia veio me dizer: “Mas onde é que você aprendeu tudo isso?”; “Ora, noites e noites de leitura desses troços, Zeferino.” Ele ria, não é, e sabe mesmo que eu fazia um esforço para falar a linguagem que era da minha instituição.

NB: Essas articulações com as instituições em São Paulo, eles participaram disso?

VF: Muito, nós tivemos com São Paulo, o Instituto Adolfo Lutz sobretudo, um convênio muito grande que deu... aqui nesse meu relatório, eu cito como uma das coisas da Fundação esse laboratório, laboratório de qualidade que era dentro do Adolfo Lutz. Isso foi um convênio com a OPAS e o Adolfo Lutz, para fazer lá um laboratório de qualidade de medicamentos, mas não era bem de controle era muito mais de experimentação. Nós tínhamos uma pessoa, um técnico da OMS, um argentino - eu não me lembro mais o nome - que passou um tempo aqui, que ficou em Manguinhos e que teve uma atuação grande, chegou-se a formalizar a criação desse laboratório.

NB: Aí é importante prosseguir pensando o seguinte: o senhor tinha essa ideia de, primeiro nacionalizar de algum modo, por exemplo, a questão da ENSP, pela ENSP o senhor poderia transformar a Fundação numa entidade...

VF: Nacional.

NB: De Fundação nacional.

VF: Nacional, é.

NB: Outra essa coisa dos institutos de São Paulo que também era...

VF: É uma ligação muito mais estreita com os institutos de São Paulo que é um centro importantíssimo e que tem, não sei como é que está o Adolfo Lutz, mas o Adolfo Lutz tem um passado respeitável, muito... Talvez tenha...

WH: São Paulo sempre foi um Estado meio isolado na questão da saúde pública, não é?

VF: É, mas durante a minha gestão, pelo menos durante o período do Paulo que era paulista é muito ligado ao pessoal de São Paulo, São Paulo, como hoje, ascendeu, e cresceu, não é, foi quem realmente passou praticamente a comandar a tudo isso. De forma que coincidia também que eu pensava assim, quer dizer, você não pode se isolar aqui no Rio, você tem que contar com uma coisa mais ampla. Ao lado do pessoal paulista que estava no Ministério como o Seixas, como o Juarez, enfim, todo esse pessoal que hoje está aí voltou, havia também o Walter Leser que era secretário de saúde e que comungava dessas ideias todas de medicina preventiva.

NB: A sua articulação com o OPAS, qual é esse momento?

VF: Com a OPAS havia um representante da OPAS aqui que hoje é o secretário geral que é o Carlyle.

NB: O senhor tinha contato com ele?

VF: Muito grande, mas o Carlyle foi uma pessoa que vivia dentro de Manguinhos e foi com ele que eu tive problema com o SNI também, porque ...

NB: Era uma das fichas.

VF: Eu não sei se ele está na ficha.

NB: Acho que está.

VF: Não, não está porque ele não foi proposto mas veio uma ordem.

WH: Parece que foi do Chile.

VF: Por fora, é do Chile, uma bobagem dessas assim. Porque foi com o Carlyle, com a OPAS, que nós tentamos fazer um convênio amplo para esse projeto PREPPS, que está falado aqui, e que era uma coisa que envolvia muita gente desse PREPPS. É para esse PREPPS que a Fundação contrataria um número “x” de pessoas, aí esses a serem contratados foram em grande parte recusados e eu nomeei, claro, porque o negócio...

WH: Mas que ideia era essa PREPPS?

VF: É o PREPPS é... eu já esqueci, tenho que reler esse negócio todo. Eu queria estar mais preparado para falar com vocês.

NB: O senhor não está lembrando?

VF: Não, era um projeto também assim regionalizando as coisas, ligado à saúde pública, saúde preventiva.

NB: Esse projeto devia ser com a Escola.

VF: Com a Escola era.

NB: Não era IOC.

VF: Não, era a Escola, era muito ligado à Escola, bastante ligado à Escola mas também...

WH: E esse projeto era uma espécie de filho do PIASS não?

VF: Não! Era um projeto bem diferente, eu tenho esses dados sobre o PREPPS e é bom a gente reconstituir. Eu não me lembro exatamente o que foi, eu sei que foi um problema porque, por incrível que pareça, o Carlyle, que hoje está na OPAS, era um homem ligado ao governo, o irmão dele era do Ministério do Interior, pessoa de nível alto, e ele era tido como subversivo. Um negócio tão doido, não é. Eu me pergunto se eu não era tido como subversivo no SNI, nunca perguntei a eles pela minha ficha, era provável que fosse, não é, o Ministro passou por cima também. Então sei lá se eu era. Tinha umas coisas assim malucas. Mas estávamos falando portanto desse contato, dessas articulações com os Estados e no Estado de São Paulo eu achava que era muito importante, fundamental a gente ter uma ligação mais estreita.

NB: Na OMS o senhor teve algum contato nesse momento para a Fundação, recursos...

VF: Tinha, bastante. Nós tivemos formulando um convênio que teria dado recursos, não sei se o Guilaro foi capaz ou conseguiu depois ampliar isso. Nós tínhamos várias pessoas, eu tive várias visitas à OMS, eles estavam muito interessados nos projetos nossos, sobretudo da chamada Medicina Tropical. Foi através da OMS que nós conhecemos o Galvão. Foi meio pela OMS....

NB: Que lhe indicaram?

VF: É, porque o Galvão estava em Genebra fazendo um estágio num órgão que eu não me lembro qual era, mas de hematologia, era basicamente hematologia, hematologia com vistas à imunizações, coisas assim, imunologia, mas foi por indicação de pessoas da OMS. Eu fui pela OMS, quer dizer, o que eu tinha pensado muito era usar, aproveitar a OMS também para uma legitimação também de Manguinhos, quer dizer, você dar uma amplitude internacional. E realmente era possível isso, não sei se foi adiante ou se está ainda, provavelmente a Fundação tem prestígio para reivindicar e obter uma coisa dessas com a OMS, sem nenhuma dúvida.

NB: Agora eu queria saber um pouco o seguinte: quando o senhor falou que na sua sucessão, o senhor não reivindicou?

VF: É.

NB: É isso?

VF: Certo, é.

NB: O senhor disse que não queria ficar, até houve uma tentativa via Sarney.

VF: Eu acho que houve, eu não sei se houve uma tentativa.

NB: Mas o senhor não pleiteou fortemente...

VF: Pleitear não, de jeito nenhum.

NB: Nem fortemente nem fracamente?

VF: Nem fracamente!

NB: O senhor não pleiteou?

VF: Não, não pleiteei como eu lhe disse eu estava convidado para ir para Paris e era mais importante ficar lá.

NB: É aí eu queria saber, então o senhor vai para Paris e que tipo de atividade que o senhor vai fazer na OCDE?

VF: Ah bom, eu já estava muito envolvido aqui...

NB: Isso em 79, foi em 79 que o senhor foi?

VF: 79, em junho de 79 logo depois de sair de Manguinhos. Foi o seguinte: o OCDE eu já conhecia. Eu tinha um entrosamento com a OCDE através do pessoal da Cândido Mendes, do Almir de Castro etc, pessoas que eu frequento, tinha muito contato e...

WH: O Almir Castro? A gente entrevistou ele também.

VF: Ah é? Quando?

NB: Porque ele é da área de saúde.

VF: Mas faz muito tempo, é exato mas era da área ampla de saúde.

WH: Ele foi trabalhar com o Cândido Mendes.

VF: Era uma espécie de segunda pessoa lá do Cândido, eu gostava muito dele.

WH: Trabalhou muitos anos no Serviço de Peste.

VF: Ah é, o Almir trabalhou eu nem me lembrava mas disso. Bom, não só lá mas através do próprio IPEA. O IPEA tinha um contato estreitíssimo com a OCDE, nós tínhamos um contato muito estreito porque a OCDE é um Órgão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, então era a minha área. Eu tinha muito relacionamento com eles. Havia, por exemplo, projetos na OCDE que podiam me interessar o que interessava a eles. A OCDE é um órgão que resultou do Plano Marshall. Quando houve a pós-guerra, os Estados Unidos resolveram entrar com dinheiro para recuperar a Europa. Aí fizeram chamado Plano Marshall, e para administra-lo foi criada uma instituição poli-nacional ou

multinacional, multinacional no sentido correto, quer dizer, no sentido exato, com representação dos países que eram candidatos ao apoio do Plano Marshall, por isso chamava-se Organização Européia de Desenvolvimento e Cooperação Econômica. Esse órgão funcionou a nível de Europa, quando o Plano Marshall terminou, ele foi mantido como uma espécie de órgão de consulta internacional, dos países ricos. Os únicos países mais pobres que participam do OCDE são Portugal e Grécia por causa desse passado europeu. Mas os outros são os países ricos e é chamado o clube dos ricos, depois formaram o clube dos riquíssimos que é o grupo dos 7. A OCDE é uma entidade que reúne 24 países, Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Suíça, França, Itália, não sei que, bá, bá, bá, 24, os ricos. Bom, eles trabalharam muito tempo. O objetivo deles é discutir projetos e programas do mundo rico. Então eles tem uma atividade, por exemplo, uma atividade regular de auscultação econômica do mundo rico. Todo ano se publica um documento chamado *Perspectivas*, e é um documento básico na Europa e no mundo rico porque é um documento que dá as grandes diretrizes, grandes linhas, grandes perspectivas do que é que vai acontecer etc.

NB: De desenvolvimento.

VF: De desenvolvimento e de atraso, sei lá, o que enfim a coisa do mundo.

NB: Um diagnóstico.

VF: Ah é, o Almir trabalhou eu nem me lembrava mas disso. Bom, não só lá mas através do próprio IPEA. O IPEA tinha um contato estreitíssimo com a OCDE, nós tínhamos um contato muito estreito porque a OCDE é um Órgão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, então era a minha área. Eu tinha muito relacionamento com eles. Havia, por exemplo, projetos na OCDE que podiam me interessar o que interessava a eles. A OCDE é um órgão que resultou do Plano Marshall. Quando houve a pós-guerra, os Estados Unidos resolveram entrar com dinheiro para recuperar a Europa. Aí fizeram chamado Plano Marshall, e para administra-lo foi criada uma instituição poli-nacional ou multinacional, multinacional no sentido correto, quer dizer, no sentido exato, com representação dos países que eram candidatos ao apoio do Plano Marshall, por isso chamava-se Organização Européia de Desenvolvimento e Cooperação Econômica. Esse órgão funcionou a nível de Europa, quando o Plano Marshall terminou, ele foi mantido como uma espécie de órgão de consulta internacional, dos países ricos. Os únicos países mais pobres que participam do OCDE são Portugal e Grécia por causa desse passado europeu. Mas os outros são os países ricos e é chamado o clube dos ricos, depois formaram o clube dos riquíssimos que é o grupo dos 7. A OCDE é uma entidade que reúne 24 países, Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Suíça, França, Itália, não sei que, bá, bá, bá, 24, os ricos. Bom, eles trabalharam muito tempo. O objetivo deles é discutir projetos e programas do mundo rico. Então eles tem uma atividade, por exemplo, uma atividade regular de auscultação econômica do mundo rico. Todo ano se publica um documento chamado *Perspectivas*, e é um documento básico na Europa e no mundo rico porque é um documento que dá as grandes diretrizes, grandes linhas, grandes perspectivas do que é que vai acontecer etc.

NB: De desenvolvimento.

VF: De desenvolvimento e de atraso, sei lá, o que enfim a coisa do mundo.

NB: Um diagnóstico.

VF: É, de toda essa experiência dos contatos no IPEA com o pessoal do Pelúcio, CNPq, tudo isso, um dos pontos fundamentais isso: como você transferir tecnologia? O que é transferência de tecnologia? A que custo? Nós somos capazes de receber ou incapazes? Por que é que não se recebe? Tudo isso eram problemas que me atraíam tremendamente e me atraía o fato de trabalhar com o Salomon que era um homem que tinha essa...

NB: Jean Jacques Salomon.

VF: Jean Jacques Salomon, e a outros desse nível o... enfim, o iugoslavo.

NB: Ele é da OCDE?

VF: Ele era da OCDE, eu acho que ele já saiu, ele já estava meio velho, já estava bastante idoso. Bom, mas enfim, essa foi a coisa atraente para mim. É claro que os contatos que eu tinha pelo IPEA não pela Fundação, a Fundação não tinha nada com isso, não tinha nenhum contato com a OCDE, mas era evidentemente o IPEA. O IPEA desenvolveu vários projetos e desenvolve ainda com a OCDE, muitos!

NB: O senhor tem contato até hoje com a OCDE?

VF: Tenho, claro! Todo ano eu vou para lá porque eu fiquei com espécie de consultor da OCDE, *ad hoc*. Por isso é que eu mantive residência em Paris por muitos anos, eu só me desfiz do apartamento agora, há uns 6 meses atrás, porque eu ia periodicamente. Você sabe, não é, porque muito tempo a gente se telefonou, eu estava fora. Eu ia periodicamente a reuniões, muitas reuniões fora de Paris. Eu era convidado para fazer trabalhos e assimpor diante, entende, seminários e coisas assim.

NB: E com esse tema, quer dizer, o senhor mantém esse interesse até agora.

VF: É, claro!

NB: O senhor está desligado da OCDE? O senhor se desligou, não?

VF: Não, eu me desliguei formalmente.

NB: O senhor chegou a me falar um dia num telefonema que o senhor estava fazendo isso....

VF: Não, eu me desliguei formalmente desde 1985, faz 10 anos, formalmente porque até então era *consultor*, *adviser*, *consultan* em francês. Primeiro, eu era visitante, *visiteur* e depois fique como franco atirador. Eles tem muita gente para isso, desse tipo, quer dizer,

franco atirador. é a pessoa que é credenciada para determinadas coisas, entende.

NB: E o seu vínculo com o Ministério do Planejamento?

VF: Ah não, acabou. Eu pedi demissão, eu saí do Ministério.

NB: Quando?

VF: Ah não me lembro, em 1985, 86, uma coisa assim.

NB: Foi na mesma época?

VF: É, mais ou menos na mesma época, porque eu deveria ter ido para a OCDE com a vinculação ao Ministério do Planejamento, mas o Ministério do Planejamento, a essa altura, impôs uma série de restrições e eu aí não aceitei essas restrições e fui para lá, porque eu já estava com a família lá. Na realidade, quando houve a mudança de governo, o Delfim colocou umas pessoas lá muito chatas que queriam que eu viesse dar uma colaboração a eles, eu digo: “Mas que colaboração?” Eu estava com a família em Paris, na OCDE. Eles queriam que eu assumisse aqui, uma chatice de marca maior que era o troço de preços, já imaginou? Aquele órgão de preços, não de jeito nenhum! Está doido!

NB: Aí o senhor se desligou, o senhor se demitiu?

VF: Ah, me demiti, eu pedi demissão mas já estava lá na OCDE, já estava com tempo de serviço aí também não precisava mais ficar.

WH: E na área de tecnologia dr. Vinicius, o senhor conseguiu aqui no Brasil com essa experiência na OCDE transferir alguma coisa em termos de tecnologia...

VF: Não, nós fizemos na verdade...

WH: ... de assessoria para governo, trabalho...

VF: Não, na verdade durante muito tempo eu fiz uma ligação muito estreita porque acontece o seguinte, a OCDE em princípio não tem a não ser as pessoas do centro, as pessoas do terceiro mundo... espera aí vamos parar com isso que agora não interessa mais não.

NB: Não, interessa sim! Porque agora interessa!

VF: Não, mas é coisa íntima da OCDE.

NB: Ah bom, então o senhor não pode dizer!

VF: Não, na realidade o meu objetivo era muito mais acadêmico, digamos então...

WH: Pois é, era isso que eu queria saber.

VF: Muito mais acadêmico, porque a OCDE na realidade é um órgão de consulta, entende. Ele não é um atuante, ele não faz, pelo menos formalmente, ele não faz esse tipo de ligação de empresa etc. ele não atua nesse nível, ele atua num nível praticamente acadêmico, reuniões etc, mas... mas por trás disso existe, evidente, toda uma ligação empresarial, econômica de governo etc. etc.

NB: Governos e empresas.

VF: É e empresas, evidente. As empresas são governo, isso é uma realidade. No meu período, eu passei muitos anos na OCDE com atividade restrita à área puramente acadêmica, quer dizer, produzindo trabalhos, participação em uma série de coisas.

NB: A sua participação dizia respeito à situação brasileira?

VF: Eu fiz muita coisa com a participação... Por exemplo, uma das reuniões que marcaram época na OCDE que saiu uma publicação, eu participei muito intensamente, foi sobre, exatamente, um projeto, um trabalho do... não importa o nome, um iugoslavo em que ele propunha como tática dos países em desenvolvimento que se apropriassem das tecnologias através de olheiros etc, que era um documento enorme mas cheio de bobagens, digamos assim, não era de bobagens mas de coisas inteiramente bobas, digamos assim, se não fossem mal intencionadas. Eu fiquei muito amigo assim, digamos, dele mas eu discuti muito com ele: “Ou bem você está iludindo todo mundo com essa sua conversa ou bem você é um ingênuo de marca maior”; “Não, porque isso, porque aquilo...” Havia um livro, que foi publicado na Europa que era a *Grande Guerra Européia* que era uma visão da guerra, da Segunda Guerra até a entrada dos Estados Unidos. Então era quando eles chamam a guerra européia e foi. A Grande Guerra teve duas etapas nítidas: a guerra da Europa que foi o fim da Primeira Grande Guerra e que aí acabou. Então acabou a Europa, entrou os Estados Unidos, o império americano e acabou a Europa. Daí veio o plano Marshal, tentativa de ressurgimento da Europa agora e assim por diante. Então ele dizia, com base nesse livro, que durante essa guerra européia, os países democráticos tinham se valido muito desse tipo de informação subterrânea...

NB: Estratégia.

VF: Estratégia não sei o que, buscar, descobrir as coisas, o que a Alemanha estava fazendo na área tecnológica e assim por diante. Então, ele achava... mas isso era um documento muito grande, eu estou dizendo uma caricatura do documento, não era isso que eu estou dizendo, era muito mais importante, mas só que continha coisas... Eu fiz um documento mostrando que isso era irrealizável pelas razões que eu citei, entre elas, por exemplo, a tecnologia... porque eles diziam: “Não, tem que aproveitar”. Eu me lembro que citei a vocês uma conversa *off* o caso da Nestlé. A Nestlé era uma instituição internacional de um enorme poderio - não precisa nem dizer - que dizia que mantém institutos de pesquisas nos outros mundos. Bom, nos outros mundos como? Ele dizia que poderíamos aproveitar etc, etc., mas como aproveitar? Onde é o instituto de pesquisas de laticínios etc, da Nestlé na América Latina? Tem! Equador! Pronto! Quer dizer, que é um negócio totalmente...

eu mostrei para ele aí ele ficou sem...

NB: Sem resposta.

VF: Sem resposta e isso foi dito numa reunião com a participação do vice-presidente da Nestlé, foi muito chato, porque eu desmascarei o cara. Quer dizer, era esse tipo de coisa que a gente fazia.

NB: O senhor fazia documentos sobre a situação da tecnologia...

VF: Não, isso não! De jeito nenhum, não havia isso.

NB: O senhor não dava diagnóstico.

VF: Não, porque não interessava à OCDE, isso não era assunto do Centro. Por exemplo, poderia interessar à OCDE uma visão global da política de desenvolvimento científico do Brasil, quer dizer, como é que está agora?

NB: Exatamente.

VF: Conjuntura. Ah, isso eu fazia de vez em quando, a gente discutia quais eram as tendências etc, mas a coisa era bem mais ampla, bem mais genérica, não era específica porque o objetivo não era esse.

NB: Eles não tinham interesse?

VF: Eles diziam que não tinham interesse. Formalmente não tinham interesse, formalmente o órgão não pode, não deve, se meter nessas coisas, porque senão, eles dizem, o terceiro mundo pode considerar que: “Bom, vocês não nos aceitam mas estão dando palpites”. Essa história é muito delicada realmente. Mas eu participei bastante, de certa forma, dando aqui algumas informações, isso fiz com o Delfim, o Galvêas e assim por diante.

NB: E isso que ela perguntou, o senhor aí teve algum tipo de participação ou a nível de governo ou de empresa quando o senhor atuou ou não?

VF: Não, a nível de governo sobretudo mas assim eventualmente, acidentalmente só. Por exemplo, o caso da siderurgia eu tive que obter algumas informações por lá e que não estavam muito ao meu alcance, mas que interessavam ao Brasil. O Brasil estava sendo candidato, o Brasil poderia ter sido um fornecedor siderúrgico internacional porque nós temos custos muito mais baixos do que eles. A siderurgia na França está se acabando e coisas assim. E não só isso, como outras áreas também que a gente tinha participação mas sempre a título, digamos assim, pessoal, porque eu era amigo do Galvêas, o Galvêas sabia que eu estava lá, bom: “Você não pode ver isso”.

NB: O que fazia o Galvêas, era Ministro da Fazenda?

VF: Ministro da Fazenda na época, na base de publicações, de mandar as publicações de interesse, entende, coisas assim. Porque realmente, a mim, também não interessava isso, porque eu não estava fazendo nada para o governo brasileiro, eu não tinha títulos do governo brasileiro, eu não tinha remuneração, não tinha nada.

NB: A sua participação era uma coisa pessoal?

VF: Era, puramente pessoal.

NB: O senhor nunca mais voltou para o governo?

VF: Não, nunca mais, desde que sai... Eu não podia também porque eu tinha compromisso até pouco tempo, de vez em quando eu tinha que passar um período na Europa e aí como é que eu ia conciliar com uma coisa daqui, era muito difícil, realmente não interessava. Quer dizer, não interessava, podia até ter voltado para o governo mas eu teria que me desfazer das coisas lá. E aí, isso, realmente eu não quis, não desejei. E hoje já estou na fase de ler meus livros, reler *Os Donos do Poder (risos)*, possivelmente reler Machado de Assis que é o que eu estou querendo. Reler as minhas coisas, Shakespeare, tentar ler Shakespeare no original.

NB: E música?

VF: E música, embora eu tenha deixado muito a música é uma pena, mas eu estou instalando em Teresópolis, a minha sala.

NB: Música sempre tem tempo de voltar.

VF: É, tem.

Fita 12 – Lado B

VF: Agora, eu vou me desfazer disso é uma pena, eu tenho gravações, eu tenho uma gravação da Sexta Sinfonia Pastoral pelo Sherchen que é uma coisa maravilhosa, nunca mais eu vou ouvir um negócio daquele. Que é que eu vou fazer com aquela gravação?

NB: Toda arranhada.

VF: Toda arranhada mas eu não posso me desfazer daquilo, dá uma pena danada. Uma gravação da Sonata de Cesar Frank, aquela sonata para piano e violino, meu Deus é uma das coisas mais belas que eu já ouvi na vida. Uma maravilha! Eu não posso mais ouvir, não tem nem aparelho mais para se ouvir, você vê que coisa louca, a tecnologia o que que nos faz.

NB: Agora tem computador, não é?

VF: É, pois é, agora é computador.

NB: Programas multimídia, cd-rom.

VF: Cd-rom, sei lá, não sei nem o que é isso. É um horror! A gente fica defasado a este ponto. Estou com esses discos todos aí, não sei o que fazer, sou obrigado a comprar outros discos novos para botar nesse negócio de cd, daqui a pouco não tem mais cd é outra coisa. A gente vai ficando superado, não é. A única coisa que não envelhece é o livro, ainda bem, não é, ainda bem, esse não envelhece.

NB: É, o livro e o papel, por isso é que eu vou lhe pedir os seus documentos.

VF: É, pois é, o livro e o papel. A gente vai ter que ver isso.

NB: Eu queria encerrar essa entrevista agradecendo muito ao senhor. Eu queria deixar gravado também, registrado que foi difícil a gente conseguir fazer essa entrevista com o senhor. O senhor é uma pessoa bastante ocupada e acho que resistiu um pouco também, não é, no início. Mas eu queria dizer ao senhor que o senhor é muito importante, esse seu depoimento para a Fundação, para a gente que estuda ciência no Brasil, mesmo em Manguinhos e a Fiocruz e acho que o senhor fez bem em nos dar esse depoimento.

VF: Eu estou certo disso, Nara, muito obrigado, eu estou seguro disso.

NB: Eu queria agradecer a sua paciência, a sua disposição em falar com a gente, eu só queria deixar mais uma vez registrado que a gente vai insistir com o senhor para o senhor doar esses documento para a Casa de Oswaldo Cruz, os seus documentos. É uma pena, o senhor já disse que jogou muita coisa fora.

VF: É, é uma pena mesmo.

NB: Mas a gente tem interesse em ter o que o senhor conseguiu preservar.

NB: Não, muito obrigado a vocês também porque eu disse a vocês no início que eu relutei muito, tinha uma certa... Eu disse isso a vocês, tinha uma certa prevenção porque achava que durante um período eu teria sido homem não... *persona non grata* na Fundação, eu não sei se é uma realidade mas eu senti isso. Eu senti na parte de muitas pessoas da Fundação, senti realmente essa coisa, então para que voltar a um passado que não é o meu passado inteiramente. A Fundação para mim foi uma experiência impressionante como pessoa humana, como técnico e tudo, sobretudo como pessoa humana, foi uma coisa impressionante, mas foi uma etapa da minha vida, que relativamente foi uma vida profissional de trinta e tantos anos, três anos é um décimo. Mas realmente, eu senti essa coisa, e disse: “Bom, não vale a pena voltar ao passado”. Por isso, eu lamento realmente ter, primeiro deixado de atender aos seus convites e segundo, por causa disso, ter jogado fora um manancial de informações. Isso é uma pena porque realmente o que eu queimei, joguei fora foi uma pena.

NB: Eu tenho uma última pergunta, não vou resistir, é a última mesmo. É o seguinte, porque que foi tão impressionante essa experiência humana?

VF: Bom, primeiro pelo desafio, não é, quer dizer, como eu disse a vocês: você entrar num meio totalmente novo, uma experiência que não correspondia absolutamente ao que eu conhecia. Embora a gente tenha visto que eu tinha muita atração, digamos, mais ou menos pelo lado de saúde, mas eu tinha a mesma atração pelo lado de urbanismo, não é, que eu trabalhei em urbanismo e estatística, durante anos, talvez muito maior, eu trabalhei anos e anos aqui com o Maurício Roberto e outras pessoas assim nas minhas atividades particulares. Eu tinha uma atração muito forte pela demografia que tem certa conotação com a saúde. Portanto, o fato de eu ter ido para a Fundação, o fato dessa minha... não é bem atração, essa minha inclinação por estados de saúde não correspondiam realmente a um interesse intelectual profundo, como eu tinha por outras coisas. Então, primeiro por isso era um ambiente novo, segundo pelo horror que era... físico aquilo lá. Eu não disse a vocês, talvez a gente marcaria uma outra entrevista para dar o horror de Manguinhos, por exemplo, dentro de Manguinhos havia, a céu aberto, um esgoto sanitário *in natura* que vinha da favela, da favela, atravessava o Campus e descia até não sei onde, lá para o lado da Av. Brasil. Foi isso. Nós tiramos de Manguinhos, durante os primeiros dias, os primeiros meses de lá, nós tiramos 50 toneladas de lixo e de sucata dentro do campus afora, mas algumas dezenas de toneladas de sucata e lixo nas outras áreas, conforme na famosa Casa Amarela que depois se transformou na Vila Residencial e assim por diante. Quer dizer, era um horror aquilo lá, fisicamente era repugnante! Terceiro ponto, a própria convivência humana era difícil, como mostrei a vocês. Eu fui para lá com muito entusiasmo pensando que ia encontrar um meio permeável às ideias, à discussão das ideias, mas o meio era impermeável no início. Por quê? Uma série de razões, primeiro pelo fato de eu ser um homem de governo militar que tinha acabado com Manguinhos, realizado o massacre de Manguinhos como eu disse a vocês. Mas isso não explicava. Eu acho, também, porque a mentalidade, a cabeça do pesquisador é uma cabeça voltada para a sua pesquisa.

Então ele não fica discutindo com o Presidente novo o problema de tecnologia, como é que é transferência, a pesquisa deve ser voltada para o lado social e etc, etc. Ele está voltado para o caramujo dele, não é, ele está voltado para o tripanossoma, essa é que é a realidade, e é bom que seja assim, não é? Eu é que não sabia que era assim e para mim - vocês já viram pela maneira como eu falo - monologar é horrível. Eu tenho que ser polêmico. Eu tenho que polemizar. Eu sempre fui assim e era horrível, horrível, você ficar falando para uma assembléia e provocar essa assembléia e ninguém dizer nada. É horrível! A pior coisa que pode acontecer para mim, é isso, tanto que eu nunca pude ser um professor, nunca! Eu fui professor várias vezes e era um desastre, porque eu não era professor, eu era um polemista. Eu jogava temas para a polêmica, aí os alunos no IAB, no Instituto de Arquitetos do Brasil, eu dei várias aulas, os alunos vinham me dizer: “Mas escuta, você é professor ou não é?”; “Não, eu sei lá se eu sou professor, eu estou jogando ideias, aqui vocês são arquitetos”. Não, o aluno quer que você diga para ele tomar nota no caderninho, eu nunca fiz isso, não podia fazer isso. Então em Manguinhos, eu me sentia esse professor que tem que dizer coisas e sem nenhum resultado. Quarto ponto, em Manguinhos ainda, a própria desvinculação que eu fui obrigado, porque eu quis evidentemente, do meu meio de trabalho. Embora eu tenha mantido a minha ligação

estreita com o planejamento, cada vez fui mais absorvido por Manguinhos, e isso, de certa forma, eu sentia. Estava me isolando e me isolei. Eu estava saindo do meu meio e não estava entrando no outro meio porque o outro meio não podia me aceitar, nem eu era do outro meio. O que eu poderia fazer num instituto de pesquisas ou numa Escola de Saúde Pública? Coisas assim. Era um meio muito rígido de médicos e coisas assim. Então, esses fatos todos mostram que, realmente, para mim foi uma experiência muito dura como ser humano, como profissional, como tudo. Mas, ao mesmo tempo, uma experiência que eu nunca tinha tido e, portanto, foi muito enriquecedora, porque enfrentar aquela coisa toda, tive de enfrentar, não foi fácil, sobretudo...

WH: E obter resultado que o senhor obteve.

VF: E ter os resultados que eu, sem falsa modéstia, devo reconhecer que foi. Por isso é que eu tinha uma certa mágoa, por que a instituição teria me isolado? Eu atribuí ao seguinte: muita gente que queria se apropriar do meu trabalho. Eu acredito que, em grande parte, tenha havido isso. Por isso é que me disseram, e me espanta que vocês me digam que não, que esse documento de recuperação não existe em Manguinhos.

NB: Não existe em Manguinhos?

VF: É, me disseram que não, e que foi jogado fora, não sei.

NB: Não, tem muitos documentos seus lá, estão todos lá na biblioteca.

VF: Ah, então está bem. Mas, enfim, eu me isolei, como eu passei cinco anos fora sem participar, eu não vim ao Brasil, tive problemas na França.

NB: O senhor nunca mais voltou lá também?

VF: Nunca mais, nunca mais.

NB: Nós estamos lhe convidando!

VF: Ah claro, vou com todo prazer! Não, eu voltei uma vez com o Schatzmayr que ele me convidou e tal. Nós tivemos um entendimento mas aí eu não sei, eu não sei se o Schatzmayr veja só... se está gravado, está gravado, não importa. Eu não sei o que aconteceu, eu me senti clandestino na Fundação. É horrível! Eu fui para a Fundação almoçar com o Schatzmayr e fomos almoçar na casa, naquela residência. Mas eu, realmente, me senti clandestino. É como se eu tivesse passando lá, mas para não ser visto. Não sei se eu estava... eu não sei, é estranho isso, muito esquisito. Eu me lembro de uma coisa, isso aconteceu: quando o Akira Homma foi para a presidência, eu fiz uma carta a ele dizendo: “Eu lamento não estar na sua posse, eu fisicamente não estou mas...” aquela coisa toda. Aí eu rememorei uma carta que, eu tenho pena porque não descobri mais cópia, porque aí rememorei todo o problema de Manguinhos que ele viveu comigo, em grande parte. Pois bem, Akira passou quantos anos como Presidente? Alguns anos. Bom, enfim, digamos um ano ou dois.

WH: São dois anos.

VF: Essa carta que eu mandei cópia para várias pessoas em Manguinhos, o presidente que era Akira não me respondeu. O único que me respondeu foi o Schatzmayr, o único! Bom, dois anos depois, eu recebo uma carta do Akira dizendo assim: “Meu caro presidente, eu confesso que me atrasei muito e me desculpe a sua carta... tem toda razão foi assim, foi acaso, pá, pá, pá, pá”. Dava a entender nas entrelinhas que não me respondeu porque na época responder a Vinícius da Fonseca era um negócio mal visto na Fundação. Então, eu tinha toda a razão de relutar e não querer nada coma Fundação. Vocês vão me dar essa razão. Eu tive essa manifestação da parte de um diretor de Manguinhos, de um Presidente da instituição, Presidente este que foi colocado por mim em Manguinhos. Se o Arouca era uma pessoa que podia ter restrições a mim, não sei porque, porque ele está em Manguinhos por minha causa, exclusivamente a causa de Vinícius Fonseca! Dr. Arouca foi para lá por Vinícius Fonseca e que nunca o tive lá... nunca o discriminei mas se ele tinha razões políticas para dizer que foi o fazedor de Manguinhos eu ainda reconheço pode ser, deixa lá. Agora, transformar isso numa pessoa que era nome feio? Eu me senti um nome feio em Manguinhos. Para que ir para Manguinhos? Para que dar depoimentos em Manguinhos, para que? Se eu sou nome feio lá.

NB: Lá na Casa de Oswaldo Cruz não é não!

VF: Bom, a Casa de Oswaldo fez há quantos anos está fazendo entrevistas? Cuidado Nara!

WH: 10 anos.

VF: 10? Quando é que vocês passaram a me chamar?

NB: Tem tempo!

VF: Espera aí, é melhor não entrar nisso, há 10 anos.

NB: É!

VF: E só agora que vocês se lembraram de Vinícius Fonseca.

NB: Não, não, não senhor, o senhor sempre esteve na nossa mira, sempre! É verdade!

VF: Está bom, não vamos entrar nisso. Olha eu permaneço Nara... foi bom, foi bom.

NB: Eu não estou fazendo nenhuma média, nem estou querendo me justificar.

VF: Não, não é você a causa, você não é.

NB: Não, não, a gente sempre teve em mente, a gente tem várias pessoas em mente, o próprio Rocha Lagoa.

VF: É claro! Eu acho que é muito importante que ele faça.

NB: Nós não temos contato com ele, é muito difícil o contato com ele. Nós só conseguimos saber que tinha um contato com o senhor, eu quero deixar gravado isso, graças a entrevista que a gente fez com o dr. Fonseca, foi ele que nos disse: “Olha, se vocês precisarem eu me disponho a entrar em contato, e tal, e tal...”. Só que também a gente se desligou do projeto, daquele que o senhor viu, do catálogo da história de Manguinhos, Memória de Manguinhos, nós nos desligamos, nós voltamos agora.

VF: Pois é, mas Nara veja só, eu estou respondendo porque vocês disseram, na verdade a minha posição diante disso tudo tinha que ser de reserva, de reserva.

NB: De reserva, de reserva.

VF: E realmente eu não entendi esse problema, depois é que eu acho que houve, na verdade, essa coisa toda mas não com o Arouca, houve como Guilhardo o que é pior. Foi ele que, de certa forma, quis me isolar e eu acho como eu o conheço bastante, por extrema vaidade, ele quis, realmente, apropriar-se do meu trabalho. Eu depois estive vendo uma coisa curiosa: dr. Guilardo, todas as fotografias que eu tenho de Manguinhos - todas! e eram milhares - o dr. Guillardo estava junto, não era... era o próprio, agora pensar...

WH: Papagaio pirata.

VF: Papagaio pirata. Todas! Que era para aparecer. Eu me lembro que que o Abelardo Jurema, que foi Ministro da Justiça na época do Jango, muito meu amigo, uma vez me disse - e conhecia evidentemente o dr. Guilardo - me disse: “Vinícius, você levou Guilardo? Você levou um cobra para lhe picar?” Eu acho que o dr. Guilardo realmente foi o responsável por essa coisa. Depois alguém de Manguinhos me disse que realmente tinha havido isso. De certa forma, ele proibiu que se falasse no meu nome em Manguinhos e, de certa forma, esse documento teria sido jogado as calendas durante a... eu não sei.

NB: Deixa eu fazer uma pergunta de volta.

VF: Diga.

NB: Se nós tivéssemos procurado o senhor, o senhor não teria nos dado esse depoimento há cinco anos atrás, teria?

VF: Provavelmente não, é possível. Durante a gestão dele não era possível. Eu não teria ido a Manguinhos. O Guilardo teve a ousadia... veja só.

NB: Nem na gestão do Arouca o senhor teria ido.

VF: Não, nem do Arouca, realmente não teria, logo tinha razão, você sabe disso. Então meu nome não era bem querido na Fundação, era preciso que alguém...

NB: Ah isso eu não sei, não sei, o senhor é que tinha reservas em relação a isso.

VF: Não, veja só o que aconteceu Nara: quando houve a reintegração dos cassados, aquela

ata, aquela coisa toda, que eu não estava no Brasil, as publicações que saíram foram impressionantes. E amigos meus ficaram indignados: “Escuta, você vai responder ou não vai?” Digo: “Espera aí eu...”. Olha, eu me senti tão nojento, aquilo era tão sórdido, dizer que eu joguei fora a coleção de anatomia patológica de Manguinhos, era de uma sordidez que só podia passar na cabeça daqueles velhos loucos que foram cassados. Todos, pelas razões que eu posso compreender, indignados, mas não jogar em cima de mim essa coisa, pelo menos se informassem. É como eu lhe disse: uma vez eu chamei o dr. Lent, eu contei isso a vocês, eu não sei se foi gravado.

NB: Não.

VF: Para aí, para Manguinhos, por que? Porque havia a famosa coleção en...

NB: Coleção entomológica.

VF: Entomológica que eu não sei, deve estar por lá. Então aquela coleção me dava pena, vamos recuperar isso. Então, alguém tem que recuperar, me dar apoio, então eu me lembro bem que o Pedro Jurberg que era muito ligado ao Lent me disse: “Se o senhor quiser, o professor Lent é capaz de vir aqui”; “Quero!” O [Herman] Lent era cassado. Eu chamei o professor Lent, tive uma conversa com ele e disse: “Olha professor eu sei... lhe conheci através do... eu não sou nada disso, o senhor sabe que eu não sou nada nesse negócio de entomologia, nem biologia nem nada, mas estou aqui para fazer uma recuperação de uma entidade, estou vendo essa coleção”. Enfim, expliquei a ele e aí ele me disse que está bom, formidável. Aproveitou-se, coitado, eu tenho pena porque eu reconheço que é humano isso, mas aproveitou, para que? Para circular em Manguinhos dia e noite, o pobre do Lent de bata branca até o chão de lá, de cá dizendo: “Voltei, está vendo?” E provavelmente foi ao laboratório do Olímpio da Fonseca que depois é que eu soube, eu sabia lá que o Olímpio da Fonseca era inimigo de morte de Lent, ou seja, lá de quem for como é que eu podia saber disso, minha gente, não sabia eu era inocente como eu disse a vocês. Como é que eu podia saber das brigas deles se eu nunca tinha lido, nem se publicava. Você diz no seu livro que era tabu e era tabu! Você diz, não é? E era tabu, até hoje ninguém fala, é tudo oculto, não sei porque é tudo por baixo dos panos, as brigas terríveis, um querendo matar o outro e tal. Mataram, houve até, eu soube depois, acusações de assassinato, negócio de alguém que envenenou alguém, negócio louco! Mas eu não sabia! É, não eu já soube disso, hoje eu acredito em qualquer coisa que ele é capaz, bom, aí vai o Lent desfilar diante do Olímpio, diante do...

NB: Do Coronel.

VF: Não, o Coronel era o menos, mas ele fazia a propósito do Coronel passando e repassando. Aí o Coronel não sabia quem era aquela figura enorme, de Lent até em baixo e tal. O Coronel aí, evidentemente, que os arapontas gratuitos foram lá ao ouvido do Coronel: “Está vendo, Coronel, o presidente borou esse homem cassado!” Eu já era o homem que botou o Arouca, o homem que botou não sei quem, ainda boto o Lent, era demais! Aí eu chamei o Lent: “Professor, por favor me ajuda, a gente está querendo

reconstituir...”. Ele ficou exaltado: “Não, porque eu não posso. Eu não vou trabalhar numa situação dessas”. Eu disse: “Não, não estou lhe pedindo para não aparecer em Manguinhos, evidente. Se o senhor vai fazer um trabalho em Manguinhos, tem que estar em Manguinhos. A coleção está em Manguinhos, não é, eu não lhe pedi para tirar a coleção botar no sub-solo, não sei de que e trabalhar lá não, o senhor vem para cá, agora não desfila por favor porque o senhor está... o senhor está realmente provocando.”

NB: Ostentando.

VF: Ostentando. É uma provocação. Na verdade, ele ia provocar, aí eu fui obrigado, aí sim, realmente foi um negócio chato porque o homem era cassado, não sei porque e tal, aí realmente o brigadeiro entrou no esquema e disse: “Olha, o senhor está exagerando. O senhor está abusando desse negócio aí, o senhor não pode fazer isso etc. O Ministro está chateado. Aí o Ministro me telefona: “O que que há Vinícius você está aí ostentando o cassado pelos quatro pontos de Manguinhos”. Digo: “Não, Ministro, eu não estou ostentando cassado...”. Enfim essas coisas chatas, não é? Percebem? a gente está falando a respeito de quê? Eu não sei porque essa digressão com o Lent.

NB: Com o Lent? Ué, porque o senhor acha que quando houve aquela coisa dos cassados, na reintegração...

VF: Ah é, pois é naquela...

NB: Começou o negócio dos jornais...

VF: Aí começou os jornais.

NB: O senhor não respondeu...

VF: Eu não respondi porque achei uma coisa sórdida não é, quer dizer, uma coisa triste dizer que isso, que aquilo, que tinha...

NB: Que o senhor colocou a coleção entomológica fora.

VF: Não, a patológica, anatomia patológica, já estava podre. Eu nem me lembro mais do que que era isso realmente uma coisa horrível.

NB: Aquela que o senhor falou um dia aqui?

VF: É.

NB: Anatomia patológica que estava jogada lá, não sei aonde?

VF: É, e não tinha mais interesse científico nenhum na realidade, aquilo, nenhum, e eu não joguei fora alguém, eu acho que o Gilberto Teixeira é que se meteu lá e dizer que uma parte já estava podre e tinha que jogar e coisas assim, eu não me lembro bem quem é que foi. Na realidade, aquilo é um mundo tão grande, como é que eu podia me meter

em tudo? Não era possível, não é? Era humanamente impossível! Se aquilo tivesse um sentido teria sido como a biblioteca, a biblioteca passou sob a minha administração com a Emília Bustamante lá em cima e com todo o prestígio que ela podia ter e que a biblioteca tinha, até hoje - não sei, está no novo prédio. Aquela beleza de biblioteca com uma mulher que atravessou todo esse período e que nunca me bajulou, nunca, pelo contrário, era toda assim, mas que aceitou e que pleiteou coisas que eu dei, não é. A única coisa que ela pleiteava e que eu nunca podia dar na época, mas que prometi, era a mudança da biblioteca que felizmente saiu. Ela pleiteava, ela tinha toda a razão, não podia continuar, era um perigo. Mas tudo o que ela me pediu nós demos, inclusive a coisa mais importante que foi a parte de contra incêndio que era um perigo! Eu não sei se vocês sabem se ainda existe, bom não existe mais, mas nós cercamos aquilo, fizemos um projeto com o pessoal de bombeiro impressionante. Quer dizer, o risco de um incêndio na biblioteca durante a minha gestão, era impossível. O risco era muito limitado porque eu cerquei a biblioteca, porque ela me disse: “Presidente o negócio é muito sério, o senhor venha ver”. Eu fui ver e demos tudo, não é. Por exemplo, reconstituir as assinaturas das publicações científicas que estavam paradas, não só reconstituímos como compramos os números atrasados todos. Foi ela quem me pediu, pediu, foi ela que oficialmente reivindicou a coisa, pedia a ela me dá uma lista de coisas, ela não teve problema mandou e: “Está aqui o que eu quero é isso, isso e isso”. E nós fizemos o projeto da biblioteca. Ela disse: “Tem que mudar porque está pequeno, isso aqui não dá”; “Estou totalmente de acordo, agora a senhora vai me entender, agora não! Eu não posso fazer isso agora, nós temos outras prioridades.”

Enfim, essas coisas aconteceram com pessoas que eram ligadas a Manguinhos há mais tempo que outros e que souberam entender o processo. Agora, ter da parte de pessoas como esse Arouca e outros mais que eu tinha colocado passando por cima de um bocado de problemas, pessoas que me conheciam ou pelo menos deviam me conhecer, ter esse tratamento por fora, era uma coisa muito dura, muito chata. Então não havia porque eu estar dando nada para Manguinhos. Não havia razão. Como eu lhe disse, as manifestações eram essas até recentes. Eu talvez já estava tão prevenido que quando fui almoçar com o Schatzmayr me senti clandestino. Quer dizer, no dia em que você se sente clandestino entrando numa casa em que você ajudou a reconstruir, em que você morou três anos e tanto é horrível, não é? Por isso é que eu realmente depois achei interessante essas entrevistas, achei muito bom, foi também uma boa experiência, me proporcionou reviver uma série de coisas que eu já tinha esquecido completamente, tinha abolido da memória, não interessava mais. Mas foi realmente muito interessante e eu quero rever Manguinhos, eu vou um dia lá, vou ver o museu.

WH: O senhor está convidado quando o senhor quiser.

VF: Vou ver o museu, vou ver a biblioteca nova que eu não conheço, a antiga que eu não sei como é que está, o que que fizeram com ela.

NB: Está lá, e vai ficar lá, continuar lá.

VF: É porque não pode deixar.

NB: O senhor quer...

VF: É vamos encerrar, não tudo bom, muito obrigado.

NB: Obrigado ao senhor.